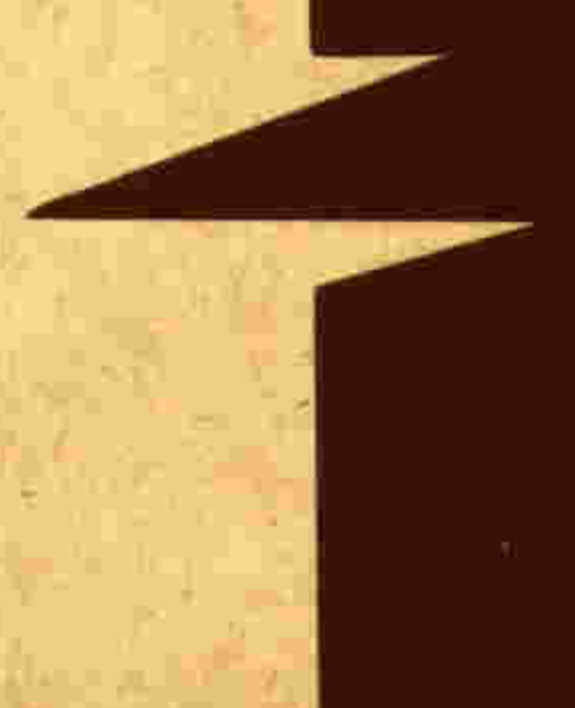


REFORMA AGRÁRIA

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA
Nº 1, 2 e 3 • Vol 26 jan • dez 96

**José Gomes
da Silva**





ISSN 0102-1184
Números 1,2 e 3

REFORMA AGRÁRIA

Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA

Volume 26
Janeiro - Dezembro/1996

SUMÁRIO

EDITORIAL

José Gomes da Silva

Luís Carlos Guedes Pinto 05

O HOMEM

Perfil

Plínio de Arruda Sampaio 07

Lembrança

Mayla Yara Porto 11

*Discurso por ocasião do recebimento do Título de
Engenheiro Agrônomo do Ano 13*
09/11/1981

*Discurso de posse na Secretaria de Agricultura e
Abastecimento do Estado de São Paulo 19*
16/03/1983

Decálogo da Administração Agrícola 23
abril/1983

*Discurso pronunciado quando do recebimento do Título de
Cidadão Campineiro 27*
28/04/1987

ENTREVISTAS

Fala, Secretário 29

Suplemento Agrícola - 15/06/1983

*Agora é prá valer. Desengavetando o "Estatuto da Terra",
governo inicia a Reforma Agrária 49*
São Paulo Interior - agosto/1985

Reforma Agrária, segundo o ex-presidente do Incra 55
Correio Popular - 22/12/1985

Contra-Reforma Agrária 63
Isto É - 15/01/1986

Reforma Agrária não se Negocia 67
Senhor - 11/02/1986



José Gomes da Silva

Organizadores desta edição:

*Luis Carlos Guedes Pinto e
Mayla Yara Porto*

José Gomes da Silva

A revista “Reforma Agrária”, por decisão de seu Conselho Editorial e da Diretoria Executiva da ABRA, dedica este número a José Gomes da Silva, numa justa homenagem àquele que foi não só o fundador da Associação, mas o mais notável e dedicado batalhador na luta que se trava há séculos em nosso país com vistas à realização de um verdadeiro processo de reforma agrária, que contribua para a construção de uma sociedade mais justa e democrática no Brasil.

A obra de José Gomes da Silva é vasta e diversificada. Além dos quatro livros e centenas de textos (artigos, apostilas, conferências, comunicações) que escreveu sobre reforma agrária, sua produção inclui dezenas de trabalhos abrangendo os mais variados aspectos relacionados ao setor agropecuário, compreendendo artigos de natureza técnico-científica, fruto de sua atividade como pesquisador no Instituto Agrônomo de Campinas, e integrada visão dos problemas da agricultura brasileira e seu papel no processo de desenvolvimento econômico e social.

Diante desse conjunto a tarefa de selecionar e organizar os trabalhos que deveriam compor esta coletânea foi bastante árdua. Não identificamos um critério único que nos satisfizesse. Assim sendo optamos por reunir textos elaborados em diferentes períodos (de 1962 a 1995); que representassem a natureza eclética de sua produção intelectual (com ênfase nos textos sobre reforma agrária), e cuja divulgação foi mais restrita, uma vez que consideramos que seus livros e artigos publicados em anos mais recentes e na própria revista “Reforma Agrária”, são de mais fácil acesso. Não incluímos os significativos textos que escreveu durante o período de elaboração da Constituição Federal de 1988, uma vez que os mesmos deram origem ao livro “O Buraco Negro: A Reforma Agrária na Constituinte”.

Fugindo à sequência cronológica, destacamos dessa coletânea os discursos pronunciado na Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo em 1981 quando foi eleito Engenheiro Agrônomo do Ano, o discurso de posse ao assumir a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo em 1983, e o discurso proferido na Câmara Municipal de Campinas em 1987 ao receber o título de Cidadão Campineiro. Tais textos revelam, ainda que indiretamente, alguns aspectos do caráter desta extraordinária figura humana que foi José Gomes da Silva.

Sobre este ponto gostaria de acrescentar algumas observações ao Perfil traçado por Plínio de Arruda Sampaio, com base na convivência de mais de 30 anos com o Dr. Gomes. Conheci-o ainda estudante em julho de 1964 quando fiz um estágio na antiga Divisão de Assistência Técnica Especializada - DATE, na Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, criada por sua iniciativa e da qual era o Diretor; na realidade estava afastado, trabalhando no Rio de Janeiro onde assumira o cargo de Superintendente da extinta SUPRA (Superintendência de Política Agrária) e participava do grupo de trabalho que estava elaborando o Estatuto da Terra. Mas fez questão de estar em Campinas para receber um grupo de dez estudantes da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" que havia convidado para passar um mês de férias estagiando em sua Divisão. Fruto daquele estágio fui convidado a trabalhar no Centro de Treinamento da DATE, e desde então pude acompanhar as atividades do Dr. Gomes, participando das reuniões onde foi concebida a idéia da criação da ABRA e de sua fundação em setembro de 1967, até o último debate na véspera de sua morte, na noite do dia 13 de fevereiro de 1996, organizado pela Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania - CIVES.

Desejaria, pois destacar duas características que sempre chamaram a minha atenção no seu comportamento: a busca de apoio para a reforma agrária em todos os setores da sociedade e a abertura para recebê-los; e o otimismo permanente e contagiante, apesar das frustrações e dos insucessos que vivenciou, e que foram relatados em seu último livro "A Reforma Agrária Brasileira na Virada do Milênio", editado pela ABRA. Os traços que destacamos acima são uma síntese que distingue, sem dúvida alguma, aqueles que contribuem para a construção de um mundo melhor.

Luís Carlos Guedes Pinto

Perfil

José Gomes da Silva passou pela vida querendo fazer coisas. E fez.

Formou uma grande e bela família. Organizou em seguida uma fazenda exemplar. Ganhou tantos prêmios de conservação de solos e de produtividade que afinal lhe instituíram um prêmio especial.

Foi funcionário público exemplar. Organizou um Serviço de Comunicação Rural e participou do grupo que preparou o projeto de Revisão Agrária ao tempo do governo Carvalho Pinto. Aí começou a sua sina e a sua saga. Ele mesmo disse em seu último livro: "... em 10 de abril de 1960, deixava eu sobre a mesa do Secretário da Agricultura um Plano de Popularização do Projeto de Lei nº 154 com apenas três páginas, mas suficiente para me fazer mergulhar, até hoje, na tentativa de ajudar a melhorar o sistema de posse e uso da terra no Brasil".

Em 1964, convidado pelo General Castello Branco, dirigiu a Supra - um dos órgãos de reforma agrária que antecedeu o Incra. Com um grupo de técnicos, formulou o Estatuto da Terra. Não durou muito. Logo, interesses poderosos bloquearam a execução do Estatuto.

José Gomes tornou-se então funcionário internacional e nessa qualidade chefiou a equipe que preparou projetos de desenvolvimento agrícola para vários países da América Latina.

Convencido da impossibilidade de desenvolver a agricultura brasileira sem corrigir os defeitos da nossa estrutura fundiária, fundou a ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), entidade que publicou a primeira revista especializada nesse assunto no Brasil. Como não havia mais dinheiro, a revista era mimeografada, feinha e modesta. José Gomes não complicava as coisas. Era uma das suas grandes qualidades. O importante era o conteúdo e a continuidade.

Em nosso país, onde as empreitadas humanas, à semelhança do que ocorre com a vegetação tropical, crescem vertiginosamente e duram pouco, a Revista da ABRA vem sendo editada há mais de vinte e cinco anos e permanece até hoje. Foi nela que apareceu, pela primeira vez, o levantamento dos assassinatos de lavradores - uma revelação que teve um enorme efeito na conscientização da opinião pública acerca da necessidade de democratizar as relações sociais no campo.

Este registro fala por si. Mostra, o pai de família, o cultivador da terra, o técnico competente, o homem público despojado de ambição e inteiramente empenhado em servir.

Porém de todas as qualidades do José Gomes, a que me parece mais digna de admiração, foi a capacidade de superar sua condição de classe para perceber e jogar-se por inteiro na luta do povo.

Ele não era um fracassado, um ressentido ou um oportunista atrás de uma carreira fácil (se fosse por isso, teria ficado do lado de lá mesmo). Muito menos um marginalizado. Pelo contrário, era um vitorioso, plenamente instalado em sua classe, em sua profissão, em sua terra. Rompeu com tudo por uma convicção, pela paixão por uma causa justa, pelo entusiasmo em ajudar a construir a Nação.

Plínio de Arruda Sampaio

Lembrança

Corria o ano de 1979, e numa tarde fria e chuvosa eu estava no elevador do edifício “Totó Valente”, local da antiga sede da ABRA, quando me deparei com um homenzinho que trajava um capote escuro imenso para o seu corpo franzino, usava um chapéu que deixava apenas entrever uns poucos e ralos fios de cabelo, além de uma testa larga e alta. Trazia um guarda-chuva pingando água e por detrás de um par de óculos de aros grossos eu pude vislumbrar olhos de uma vivacidade imensa, e quando me cumprimentou, concedeu-me um sorriso, que era pura doçura. Figurinha estranha essa, pensei comigo, quem será? Dali a poucos segundos eu ficaria sabendo e nem suspeitava que daquele instante em diante, minha vida estaria entrelaçada aos caminhos e descaminhos daquele excêntrico personagem: José Gomes da Silva.

E mais que isso, aos poucos fui descobrindo que aquele pequeno indivíduo, era na verdade um gigante!

Nossa convivência não foi fácil, porque não é tarefa simples acompanhar o pique de um homem que lutou obstinadamente pela realização da reforma agrária no Brasil, mas como ele mesmo às vezes reproduzia, “a caminhada é dura, mas vale todos os sacrifícios”.

Ele tinha um ritmo frenético, intenso, dava uma canseira danada, quando aqueles indefectíveis bilhetinhos com gentis solicitações se avolumavam, eu não me continha e pedia, “Dr. Gomes me esquece por uns tempos, tá?”. E ele respondia que a RA (seu modo peculiar de grafar reforma agrária) não podia esperar.

Sem dúvida, os seus famosos bilhetinhos eram a tradução mais que perfeita de sua inquietude intelectual e vibração incessante. Hoje, decorridos vários meses de sua morte, fico a relê-los comovida, sentindo a ausência de sua “pentelhação”, e sobretudo de sua interlocução, que talvez seja um de seus maiores legados: a necessidade de se ouvir as pessoas sempre, em qualquer circunstância e conjuntura.

Ele dava muita importância a opinião de todos indistintamente, e com sua conversa muito agradável, exercia cotidianamente uma grande função pedagógica: alavancar o trabalho dos jovens. Contava a seu favor o seu grande senso de humor, e o fato de conseguir dizer sempre de uma maneira muito simples, as coisas mais complicadas.

O Homem

Ele foi um grande homem, pois uma de suas missões bem sucedidas foi transmitir a toda uma geração, a sua crença de que a reforma agrária é necessária. Ele lutou muito, e foi obstinado o bastante para tentar de novo e sempre. Tinha opiniões muito firmes e tomava para si as responsabilidades das tarefas mais espinhosas.

Era um homem de grande caráter, sendo a própria expressão do civismo, pois suas atitudes morais e procedimentos honestos moldavam a sua personalidade política ímpar. Foi um grande técnico, mas soube como ninguém demonstrar que não existe neutralidade de posicionamentos e que não pode haver pátria, onde os cidadãos não se preocupam com os problemas políticos.

Posso dizer que tive o privilégio de não apenas ler os seus escritos, mas de sorver suas idéias, absorver sua disciplina, conviver e conspirar com ele na imensa roda viva que sua vigorosa humanidade construiu.

Era um cidadão do mundo e cumpriu o seu destino. As sementes que espalhou pelos quatro cantos desse país, germinarão eternamente, pois sua genialidade, apesar de sua ausência, permanece conosco em inúmeros detalhes.

Além do que, o Dr. Gomes tornou-se um clássico da questão agrária brasileira; não há como esquecê-lo.

Mayla Yara Porto

Agrônomos e Agricultura num Mundo em Transformação¹

Meus caros amigos e colegas,

Quero dirigir meu primeiro pensamento e homenagem para os companheiros que aqui já estiveram como: Alcides Carvalho e Álvaro Santos Costa pela boa pesquisa; Nicanor Carvalho e Adib Jorge Roston pela aceitação que seu aconselhamento técnico teve entre os agricultores; Lutzemberger, feroz defensor do meio ambiente; Edson Consolmagno meu colega da gloriosa turma de 1946 e a magnífica figura do Dr. Zizi, pelo respeito que granjearam perante a comunidade a que serviram; e finalmente, dois colegas cujo trabalho tem se caracterizado pela multiplicidade de atuação, pela maneira peculiar com que compõe alma, obstinação e caráter, sem repudiar a ação política, quando a mesma se faz necessária à divulgação das boas idéias. Falo de Carlos Lorena e Warwick Kerr.

A generosidade dos colegas convoca hoje para essa galeria de imortais - imortais sim, porque estão todos vivos e haverão de assim permanecer por longo tempo, se Deus quiser - um ex-sojamaníaco, aprendiz de agricultor, mais recentemente convertido à causa da questão agrária. Tomo apenas esta última como a justificativa da lembrança do meu nome e entendo-a como uma advertência de toda a nossa categoria profissional para o grave problema da terra em nosso País e para a responsabilidade que cabe ao Engenheiro Agrônomo na condução de uma posição para a questão agrária.

Lembro ainda que “pior que morrer de sede no deserto é passar fome na terra de Canaan” e é exatamente isso que está ocorrendo com a questão fundiária no Brasil de hoje. Apesar de possuir as maiores reservas de terras agrícolas do mundo, o Brasil está deixando, aos milhares, moços sadios, agricultores natos, capital humano precioso, buscar no Paraguai, na Bolívia e até na Argentina, o

¹ Discurso pronunciado em 09 de novembro de 1981, na Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP), por ocasião do recebimento do título de “Engenheiro Agrônomo do Ano”.

pedaço de terra que o próprio governo lhes nega; para não aceitar a opção terrível de se deixarem amontoar nas cidades, engrossando as estatísticas dos favelados, dos baixa-renda, do desemprego disfarçado ou do trabalho volante.

É difícil entender que não se dê crédito aos estudos dos nossos melhores economistas rurais, às estatísticas do IBGE, ao Cadastro do INCRA, às listagens do SERPRO. Nem mesmo a voz da Igreja, tradicional e serena “Mater et Magistra”, especialmente na questão social, esta sendo ouvida. Dos colonos, posseiros, minifundistas, sem-terra, parceiros e arrendatários e essa legião de patrícios sem voz e sem voto - nem é preciso falar. Em lugar de ampará-los, assisti-los, promovê-los, prefere o governo privilegiar a chamada “empresa rural”, injetando-lhe crédito subsidiado, prazos de favor, incentivos fiscais e outras benesses. O resultado contraditório assim obtido, vem, das próprias cifras oficiais: no intervalo do último quinquênio intercadastral (1972/1978) aqueles imóveis rurais, a despeito de todos aqueles favores, diminuíram em número e em área, selando o fracasso da política agrícola do atual governo. Pior ainda: os latifúndios por exploração e também os latifúndios por dimensão - essa extrema deformação estrutural da agricultura brasileira - aumentam durante o período, apropriando uma fatia cada vez maior do espaço agrícola nacional e encurralando cada vez mais os pequenos produtores rurais.

Depois de 20 anos de reflexão sobre o problema, vivendo-o também na minha própria experiência pessoal e conhecendo projetos e programas de reforma agrária em dezenas de países, deixo hoje aos meus colegas mais moços este sombrio vaticínio: ou a Nação enfrenta de vez a questão agrária - e não estou falando de paliativos diversionistas do tipo da tributação progressiva, da discriminação de terras públicas, colonização de áreas virgens ou desse bizarro “usocapião especial” há pouco re-inventado - ou haverá um segundo Grito do Ipiranga, no qual a palavra independência” será simplesmente substituída pelo vocábulo “terra”.

Não se alegue falta de recursos, como costuma falar habilidosamente o Presidente. Para citar apenas um exemplo aí esta o faraônico programa nuclear com o qual o Brasil foi hipotecado em mais 34 bilhões de dólares, quantia fantástica que poderia transformar 3 milhões de famílias patrícias em proprietárias de unidades agrícolas de tamanho econômico.

Essa Estranha Política Governamental

Não é apenas na questão agrária que uma outra alternativa seria fatalmente escolhida por qualquer engenheiro agrônomo. Também na política agrícola oficial - realidade totalmente diversa do discurso - a contradição e o desacerto não é nada menor, a começar de própria prioridade anunciada para o setor agrícola.

Qualquer que seja o parâmetro escolhido - alocação de recursos, atenção presidencial, mobilização do Conselho de Desenvolvimento Econômico, “status”

do organismo executor - a conclusão conduz sempre a uma prioridade simplesmente retórica.

Quando se adentra o campo da verdade, o programa prioridade à agricultura torna-se completamente ausente, mostrando o setor uma dimensão exatamente igual ao tratamento que a propaganda oficial lhe dá na televisão: um caipira desengonçado que acredita no crédito oportuno, nos preços justos, na terra livre.

De fato, não tem prioridade alguma um setor onde os seus melhores recursos - trabalho, terra, tecnologia e capital - são perdulariamente malbaratados; não tem prioridade alguma o setor para o qual a atenção presidencial é apenas verbalizada; não tem prioridade o setor que apenas consegue um melancólico 182º lugar dentre as 500 maiores empresas do País; não tem prioridade alguma o setor que é comandado por titulares anti-agricultura a anti-camponês; não tem prioridade alguma o setor cujo banco financiador pretere os próprios profissionais da área.

Não posso perder esta oportunidade para mostrar novamente a falácia da chamada “empresa” rural no Brasil e mais uma vez criticar o Proálcool, mostrando como a criatura é agora vista pelo próprio criador: em discurso pronunciado durante o 2º Congresso Nacional da Sociedade de Técnicos Açucareiros do Brasil, em 18 de agosto deste ano, o Presidente do IAA confirma que dos “382 projetos de instalação e amplificação de destilarias” 23,26% ainda não praticam “roqing” em seus viveiros e contam, em média, com apenas 1,61 profissionais de nível superior por destilaria. Não fazer “roqing” em canavicultura é o mesmo que tirar semente do paiol na cultura do milho e se isso é desculpável, no posseiro da Amazônia, é simplesmente escandaloso que esteja ocorrendo com grandes conglomerados que recebem subsídios generosos, iniciam-se no século XX e, como em todos os novos empreendimentos do gênero, deveriam partir de um patamar tecnológico bastante elevado.

Uma Visão Otimista, a despeito de Tudo

Não quero que esta análise crítica a respeito do meu atual campo de trabalho, traduza uma visão negativista do mundo de hoje, da sua agricultura e, principalmente, da nossa categoria profissional.

Agrônomo por profissão, agricultor vocacionado, tenho por obrigação ser poeta e otimista. Por isso, sou também pai de agrônomo e quero ser avô de agrônomo, a não ser que Bruno e Emiliano, meus netos, não queiram ser sumariamente deserdados.

Não é difícil explicar a opção, pois

... existe ainda tanta terra para cultivar

... existe ainda tanto jovem para ensinar
... existe ainda tanta árvore para plantar
... existe ainda tanto posseiro a proteger
... existe ainda tantos fenômenos a pesquisar
... existe ainda tantos rebanhos a melhorar ...

É por isso que reverencio, nesta oportunidade festiva, a figura do Engenheiro Agrônomo.

... que criou uma nova variedade ou uma nova raça animal;
... que orientou um pequeno agricultor;
... que defendeu a natureza;
... que salvou algum rebanho;
... que produziu a boa semente;
... que curou uma planta;
... que assentou um trabalhador sem terra;
... que melhorou a qualidade dos insumos;
... que desmistificou as falsas estatísticas.

Epílogo

A despeito de ter sido pesquisador no Agrônômico, lecionado na Luiz de Queiroz e em Botucatu, trabalhado na antiga Divisão de Fomento Agrícola e na Saudosa DATE, de ter feito agricultura no Paraná, na terra boa de Pirassununga e no cerrado de Tambaú, e de ter transitado um pouco pela burocracia internacional, creio que esta homenagem foi devida ao meu trabalho na introdução da cultura da soja e pela minha pregação pela Reforma Agrária. Às vésperas da aposentadoria, avô e cinquentão, sinto-me um pouco frustrado com os resultados do trabalho de fomento da soja, já que nós todos da equipe sonhadora do Serviço de Expansão da Soja sempre a havíamos desejado como alimento da nossa gente e não como ração dos rebanhos do mundo desenvolvido.

Por isso, ao encerrar, prefiro voltar a falar do desafio agrário e dizer aos colegas, principalmente aos jovens que vão realizar a Reforma Agrária Brasileira, que pensem na terra, que cuidem de terra, que defendam a terra, já que ela

... não pode ser cinzeiro de dendroclastas ...
... não pode ser apenas reserva de valor ...
... não pode ser matéria-prima para especulação imobiliária ...
... não pode ser cenário de passarinho e curió ...
... não pode ser cloaca das indústrias da Trilateral ...
... não pode ser terreiro de favelados ...

... não pode ser simples mercado da parafernália das multinacionais ...
... não pode nem mesmo ser apenas o solo de alguns agrônomos que se auto-qualificam de “práticos”...

Essa terra que para o índio é parte do seu ser, que para o camponês é casa, comida e trabalho, que para o chamado “empresário” é um fator de produção como outro qualquer, precisa receber do Engenheiro Agrônomo uma visão própria, plasmada a partir dos ingredientes do idealismo, da altanaria, do conservacionismo, da sensibilidade social, além, é claro, da tecnologia.

A terra do Engenheiro Agrônomo passa, pois, a ser vida, nicho, berço, seio, útero, nação ... independente, se possível.

Muito Obrigado a todos os que vieram até aqui.

E àqueles que sugeriram o meu nome para este prêmio, aos colegas que o apoiaram e principalmente aos meus parentes, amigos e colegas que me ajudaram a merecê-lo, o melhor da minha gratidão.

Discurso de posse na Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo¹

Senhoras, Senhores

Honra-me saudar, primeiramente, o Secretário Renato Cordeiro, cuja colaboração espero continuar recebendo no parlamento, na causa comum de trabalhar para os interesses legítimos e merecidos do povo paulista.

Meu agradecimento muito especial aos amigos, colegas e parentes que aqui vieram e aos ex-Secretários que me homenageiam com suas presenças.

RETORNO hoje a esta casa, que foi minha durante 35 anos, honrado pela confiança do Governador Franco Montoro e, assim, respaldado pela força de seus mais de cinco milhões de votos e pela consagração do nosso partido, o PMDB, ao longo do processo de mudanças que toda a nação reclama.

RETORNO, porque creio, com permanente humildade, na mesma vocação de simplicidade e no mesmos ideais que animavam o engenheiro agrônomo recém-formado, que um dia prometeu consagrar sua existência ao homem da terra.

RETORNO, porque não pactuo com as formas autoritárias de condução dos negócios públicos, realmente convencido de que “se impõem”, como já em 1978 escrevia o nosso atual Governador, “outros caminhos que possam conduzir o país no sentido do desenvolvimento político, econômico e social”.

RETORNO, porque tenho fé em que é chegada a hora da participação comunitária no trato dos problemas da sociedade, “em oposição às tendências desumanizadoras do individualismo burguês e das diferentes formas do estatismo, de esquerda ou de direita”, em clara identificação com a proposta do Governo que se instala, consagrado pela vontade popular.

¹ Proferido em 16 de março de 1983.

RETORNO, porque rejeito a modernidade alcançada às custas de práticas predatórias e poluidoras que chegam a atentar contra o elementar direito de respirar.

RETORNO, porque creio na propriedade privada da terra, com os condicionamentos da minha Igreja, de que ela “precisa exercer sua função social e respeitar os direitos fundamentais do trabalhador”.

RETORNO, porque acredito, com todas as minhas forças, na necessidade imperiosa de urgente transformação do sistema fundiário, pela aplicação dos mecanismos legais existentes no Estatuto da Terra, possibilitando a atenuação das tensões urbanas e rurais, como também a solução de conflitos que afetam perto de dez milhões de famílias, que vivem e trabalham na terra.

RETORNO, ainda, porque descarto “o mito tecnocrático da eficácia econômica da grande exploração rural”, acreditando ao contrário, nos sítios e fazendas médias, geradoras de mais empregos, de melhores contribuintes e de mais brasileiros dotados de cidadania política e econômica.

RETORNO, porque tenho consciência de que o cumprimento da lei há de dar-se à medida que os assalariados agrícolas, parceiros, arrendatários, posseiros e pequenos proprietários agrícolas, reunidos em suas entidades de representação legítima, possam também fazer ouvir a sua voz em todos os conselhos da República, para dimensionar e direcionar a aplicação de práticas voltadas para a terra de todos, que nos entregaram descobridores e bandeirantes.

RETORNO, porque creio na agricultura paulista - seja de pequenos, médios ou grandes proprietários - responsável por $\frac{1}{4}$ do Produto Agrícola Nacional, fonte de divisas preciosas, casa, comida e trabalho para milhões de brasileiros de todos os quadrantes.

RETORNO, então, porque rejeito a administração da coisa pública envolvida pelo manto silencioso de mistérios, a serviço de eventuais detentores do poder, em conflito com o interesse de todos, da Nação e de seu povo, em nome de quem o poder deve ser exercido.

RETORNO, na verdade, porque estou convencido da solidariedade amiga dos ex-Secretários da Agricultura que, com suas presenças de novo nesta Casa, saberão oferecer soluções sábias aos problemas que já enfrentaram e que ainda afligem a toda a comunidade paulista.

RETORNO, porque confio no saber e na perseverança do pesquisador, na habilidade do meu companheiro de assistência técnica, na competência do administrador e no idealismo do reformador.

RETORNO, porque creio na democratização das estruturas sociais, pela participação de todos na administração pública, e com a cooperação dos servidores da Casa.

RETORNO, porque creio na semente que germina, na terra que acalenta, no homem que trabalha, na cooperativa que congrega.

RETORNO, então, porque creio na validade da experiência adquirida, mesmo que só venha a acontecer depois de conhecido o mundo, corrido o eito, escrito o livro, plantada uma árvore, criados os filhos.

RETORNO, porque creio na sapiência dos mais velhos, na combatividade dos mais novos, no homem e no seu trabalho, na sua luta para aliar-se à natureza, e no emprego de sua força em prol do bem comum.

RETORNO, porque acredito no trabalhador que pode criar riquezas, no lenhador que pode tornar-se Presidente, no caipira que pode virar empresário.

RETORNO, porque acredito que a singeleza da agricultura pode ser o cenário onde os homens se entendam, as divergências se aparem e as siglas, mesmo partidárias, se superem.

Enfim, RETORNO à Casa antiga porque creio na importância dos valores forjados no passado; na força incontestável do presente e na esperança do futuro.

Muito obrigado a todos.

3º) O Custo de Oportunidade é uma Eterna Constante

A despeito de nossa posição de país subtropical, a agricultura que praticamos está cada vez mais dependente de “timings” precisos.

Essa assertiva vale para o preparo do solo, plantio, adubações e principalmente para o controle de pragas e moléstias. No tocante à comercialização de safras, é preciso, então, um calendário enorme e um rosário de lembretes. Quem atrasou dançou.

O custo de oportunidade cresce na medida em que sobem os custos dos fatores de produção.

4º) A Policultura é mais Segura, mas Aumenta Terrivelmente a Complexidade da Unidade de Produção

O axioma de “não colocar todos os ovos em única cesta” é fortemente contrariado pela complexidade que a unidade agrícola de produção começa a adquirir à medida que aumentam as linhas de exploração.

A fazenda autosuficiente e artesanal é hoje uma alternativa romântica e todos aqueles que insistem em criar galinhas, patos, e coelhos e a fazer horta e jardins do lado de culturas econômicas (“cash crops”) acabam morrendo do coração no momento em que começarem a calcular os respectivos custos.

Acreditamos piamente que a complexidade administrativa de uma fazenda ou sítio aumenta na razão geométrica do número de linhas de exploração (culturas, criações ou agroindústrias).

Assim, na unidade monocultora, o Fator de Complexidade seria 1; com duas explorações, subiria para 4, com 3 iria para 9 e com 4 já alcançaria 16.

Quem quiser aliar o negócio com a decantada imagem de bucolismo do campo, não deve mexer com muitas atividades. Se, contudo, precisar ganhar dinheiro no agro, nestes tempos bicudos de mercados incertos, procure fazer os treze pontos elegendo um número reduzido de explorações que, ao tempo de entrarem em produção econômica, tenham a sorte de encontrarem preços bons, certos e compradores pontuais. Isso cheira a loteria, mas é o que, na prática, tem acontecido com os privilegiados que ganharam dinheiro na agricultura.

5º) Resista à Tentação de Fazer Investimentos não Reprodutivos

Todo agricultor é constantemente tentado a realizar uma série de benfeitorias, construções, melhoramentos e aquisições que nem sempre guardam relação com a capacidade de geração de recursos para amortizá-las. Essa tendência - saudável do ponto de vista de cimentar os elos com a terra - precisa ser cuidadosamente dosada para evitar situações difíceis por ocasião dos anos maus, das frustrações de safra e dos banqueiros impacientes.

Amigo meu diz que “mineiro custeia a fazenda com o leite e com a safra de café compra mais terra”. Para alcançar esse milagre do perfeccionismo da Administração Rural é preciso evitar investimentos suntuários, cortar despesas, reduzir custos. Para isso, mesmo em Minas, é preciso ser duro nas compras.

6º) Seja Aliado da Natureza, não seu Adversário

Embora a agricultura econômica possa por vezes apresentar-se como um processo de extração máxima, existem numerosas práticas de conservação em que mais vale imitar a “mãe terra” que tentar contrariá-la.

O cuidado do solo, o trabalho incansável da fotossíntese, a ajuda dos microorganismos, o controle biológico de pragas e moléstias, a ajuda de São Pedro (o simpático santo chovedor), o respeito à lua, são algumas maneiras em dar as mãos a amigos aos quais não se precisa pagar juros, repor peças ou responder por obrigações trabalhistas.

7º) Terra Ruim não se Deseja nem para Inimigo

Esse ditado sábio de Pedro Ometo, o saudoso e inteligente farejador de terra roxa, contrapõe-se com inegável vantagem à opinião daquele poeta que queria a terra apenas para fixar a planta; o restante ele supria com fertilizantes minerais. Meu sogro, Chico Graziano, discípulo de Pedro Ometo, não deixava por menos: “quem é doutor pode se dar ao luxo de plantar em solo fraco; eu como não sou, preciso de terra fértil”. Essa é a explicação histórica de tantos diplomas terem rolado na agricultura, enquanto imigrantes primitivos amontoaram usinas, terras e destilarias.

8º) A Mesma Terra que Esconde os Erros dos Médicos, Mostra as Falhas dos Agrônomos

Se você cometer enganos na agricultura, não perca por esperar; assim que aparecer a plantinha ou nascer o bezerro, você já ficará sabendo.

Não espere que isso aconteça. Pergunte sempre a quem sabe, ouça a quem já fez, inspire-se nos desastres alheios. Minha sogra diz sempre que o erro é experiência de tolos. Por que insistir em equívocos, se o mundo está cheio de tolos para cometê-los em nosso lugar?

Não é demais, tampouco, vacinar-se contra as inovações miraculosas. Pozinhos de pirlimpimpim que aumentam as colheitas, micróbios atômicos que excitam adubos, variedades gigantesicamente produtivas ... Cuidado com elas e seus patronos. Isso não significa que devemos ser infenso a inovações e a processos de mudança que a ciência agrônômica constantemente nos oferece. Quando eles ocorrem, com nova tecnologia e respaldo experimental, a coisa fica na cara. Deixe que a Estação Experimental mais próxima realize esses ensaios. Elas existem para isso e outra é a missão do agricultor.

9º) Persiga a Produtividade, mas não se Esqueça dos Custos e da Comercialização Eficiente

Muitos agricultores costumam manifestar compreensível repulsa por atividades comerciais, preferindo exercer seu talento apenas na fase de plantar e colher.

A importância que os custos crescentes estão tomando no todo do processo produtivo da agricultura, está pondo em perigo esses escrúpulos de especialização. Quem não tiver habilidade para comprar bem seus insumos e vender satisfatoriamente suas safras, raramente conseguirá sobreviver numa agricultura que perde seus subsídios a cada dia passa e a cada delfim que aparece.

Os custos financeiros devem merecer também especial atenção para não se cair no vermelho, a despeito de altos rendimentos e moderna tecnologia.

10º) Economias de Escala não Existem na Agricultura

A megalomania de alguns administradores e o monetarismo de outros tantos tecnocratas, conseguiram vender também para a agricultura a falsa idéia de que só o grande é eficiente.

As recentes falências verificadas em algumas grandes empresas agrícolas que tentaram aplicar à agricultura indígena o falso princípio das economias de escala e da integração vertical, acabaram por abrir os olhos dos nossos economistas agrícolas que já estão tendo coragem para escrever, com base no primeiro princípio desse decálogo, que é muito diferente produzir uma centena de fuscas iguaizinhos, último tipo, que lograr ter um cafezal sem falhas, irrepreensivelmente uniforme e produtivo.

Os elevados rendimentos que aparecem nos Concursos de Produtividade nunca pertencem a grandes fazendeiros e tanto em culturas anuais como permanentes, não é preciso uma grande área para uma grande colheita.

Se na sua chácara, sítio ou fazenda você for capaz de implementar este decálogo, não desperdice o seu talento na agricultura: compre logo um banco, pois essa é hoje, no Brasil, a maneira de ganhar dinheiro ...

Cidadão Campineiro¹

Meu muito obrigado ao Vereador Ricardo Galleta que propôs esta homenagem, aos vereadores que a aprovaram e aos amigos que aqui acorreram para comparti-la.

A primeira sensação que me ocorre ao esboçar esses agradecimentos é a de indagar o que fiz para eventualmente merecer essa honraria e o que poderia ter realizado para retribuir tamanha distinção. O balanço que de imediato posso adiantar, é largamente favorável a Campinas. A cidade foi berço para os meus filhos, porto para minha família, deu-nos trabalho e moradia, emprestou-nos seu clima de história e ensinamentos, garantiu-nos a saúde e ainda por cima nos abriga com o seu nome. Ah, sim! Faltava mostrar-nos generosidade que ela agrega, agora, neste gesto.

E eu, antes já em débito, que posso apresentar? Pagar em dia os tributos, observar as leis locais, dizer por aí afora que “vim de Campinas”, conforma o munícipe mas não distingue o cidadão. Com alguns companheiros que aqui hoje também estão tentei, nos canteiros da Fazenda Santa Elisa do velho Instituto Agrônômico, transformar uma curiosidade botânica - a soja - em alimento para o povo brasileiro, e não tive êxito; contribuí para alterar-lhe a paisagem, colocando mais concreto no verde da Avenida Brasil, no conjunto que é hoje a CATI, e não estou certo de ter ajudado o município; daqui saí diversas vezes em incursões ousadas e tenho dúvidas se contribuí com Campinas ao juntar traços de rebeldia ao perfil da cidade.

Depois de tantas experiências, vejo-me agora envolvido nos trabalhos da Constituinte sem a ela pertencer. Quiseram os fados que Campinas sediasse, na sua destinação pioneira, não apenas o Agrônômico e o Instituto Penido Burnier, mas, mais recentemente, também a Unicamp e o Centro Tecnológico para Informática. Guardadas as proporções devidas, aqui ancorou ainda a idéia de instalar uma curiosa entidade que sinalizasse, pelos seus trabalhos e pela sua pertinácia, a luta pela terra própria que a sociedade brasileira vem assistindo no último quartel deste século.

Foi, ainda, com o apoio de Campinas, que o Estatuto da Terra em boa parte aqui redigido - foi elaborado com a pretensão de fazer alguma coisa pelos despojados do agro; posteriormente, também de Campinas, saiu a idéia de

¹ Discurso pronunciado por ocasião do recebimento do título de “Cidadão Campineiro”, Campinas, Câmara Municipal, 28 de abril de 1987.

institucionalizar um movimento que “mantivesse acesa a chama da Reforma Agrária”, criando-se a Associação Brasileira de Reforma Agrária que aqui passou a ter a sua sede; as escaramuças da Revisão Agrária Paulista, ao tempo de Carvalho Pinto, e, mais recentemente, a Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária, também tiveram muito a ver com Campinas e seus filhos, adotivos ou não. Agora, que o Brasil começa a escrever a carta que deverá governar seus destinos pelo próximo meio século, é o mesmo núcleo de Campinas que está oferecendo à Assembléia Nacional Constituinte uma série de subsídios que se propõe a regular - vejam que ambição e responsabilidade! - nada menos que o novo delineamento do direito de propriedade das terras agrícolas do País.

Em todas essas jornadas difíceis diversos companheiros estiveram presentes. Um deles, Carlos Lorena, forasteiro como eu, merece especial citação pela sua competência, obstinação e idealismo.

Tenho refletido muito sobre a responsabilidade deste título, sobretudo quando o vejo ainda mais valorizado com a companhia de Paulo Freire; descartado desde logo o mérito, restaria tomá-lo como um prêmio à antigüidade já que estou completando quatro décadas de residência em Campinas.

Mas ao tentar elaborar esse rápido balanço, que desde logo revela imensa dívida para com esta cidade, encontro afinal a identidade com a cidadania que agora me conferem. É a mesma que temos tentado para os sem terra: cidadania enraizada no solo arável, na terra fértil, nas fundações da pátria. Só assim encontro motivo para receber esta homenagem: entendendo-a como um desafio para que continue a ajudar os despossuídos de terra a terem também um dia o seu título de cidadania.

Muito Obrigado.

Fala, Secretário¹

"Mais importante do que a união entre Secretários de Agricultura ou Parlamentares, é a união entre empregadores e trabalhadores. Essa é a grande ação política inovadora, de fortalecimento da Agricultura que eu pretendo seguir", disse o Secretário José Gomes da Silva durante a mesa-redonda em que foram discutidas as propostas do governo estadual para o setor. Os debates foram coordenados por José Carlos Cafundó de Moraes, editor do Suplemento Agrícola, e o texto final é de Maria da Graça Mascarenhas.

AGRÍCOLA - O senhor, que está assumindo agora a Secretaria da Agricultura, o que pretende, que tipo de trabalho espera desenvolver?

GOMES - Essa pergunta sobre qual é a plataforma, qual é o programa do secretário da Agricultura, tem sido feita em diversas oportunidades. No nosso caso, talvez por um problema de fidelidade à questão de estilo, tenho respondido que eu, como secretário, não tenho nenhuma proposta. O que estou tentando fazer é realizar, no setor agrícola, na pasta da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, a proposta do governo, proposta que foi elaborada com bastante antecedência. Eu tenho procurado assistir, assessorar e coordenar os trabalhos da proposta Montoro no setor da agricultura e abastecimento.

AGRÍCOLA - Gostaria que o senhor falasse, rapidamente, sobre alguns itens que são importantes nessa proposta do governo, como, por exemplo, a geração de empregos no campo; a participação da Caixa, do Banespa e Badesp como órgãos de financiamento ao agricultor; os planos agrícolas municipais. O que seria isso? Como é que eles seriam viabilizados?

GOMES - Em termos gerais da proposta, o que a gente está tentando é mudar a clientela. Entre os estudos que nós temos na Secretaria da Agricultura, há um muito recente, feito pelo nosso grupo de comunicação. Mostra que a clientela, pela própria metodologia de trabalho que os agrônomos de campo, no interior, têm utilizado, é o médio e o grande produtor.

No decorrer da história da Secretaria, foram feitos diversos esforços para mudar essa tendência. Um dos mais sérios foi durante o governo de Carvalho

¹ Entrevista publicada no "Suplemento Agrícola" do jornal O Estado de S. Paulo de 15/06/83.

Pinto, em que se tentou trazer para cá, para São Paulo, a chamada filosofia da extensão rural, que era um trabalho de fundo educacional e que, pela sua própria natureza, exigia essa mudança. Esse esforço não foi concretizado; continua a predominar uma parcela muito grande de serviços. E nós temos que, ao lado dessa tentativa de visar a grandes multiplicadores, chegar com alguma coisa de concreto: chegar com créditos, chegar com uma notícia de que há uma perspectiva de que o preço do café tenha um nível compatível com os custos; ter uma informação mais concreta, mais objetiva.

Além disso, é preciso introduzir alguns serviços completos e definitivos. Um deles, que nós temos que restabelecer - isso já está sendo feito - é o serviço de conservação do solo, que foi simplesmente desmontado em nome dessa filosofia educacional. Acreditava-se que bastaria dar algumas aulas, algumas cartilhas, e o agricultor marcaria as curvas de nível, faria os terraços, e o solo de São Paulo estaria automaticamente protegido. A realidade mostrou exatamente o contrário. É preciso levar serviços. Quer dizer, o sitiante, mesmo o fazendeiro, não tem, dentro da fazenda, quem marque um terraço de acordo com as especificações. Mais do que isso, serviços que tenham um conteúdo de natureza pública, que não dizem respeito apenas ao agricultor como empresário, precisam também ter um respaldo financeiro e creditício do governo. Um plano geral de conservação de solo ao nível de fazenda ou de bacia hidrográfica precisa de um financiamento, precisa de uma política diferenciada, subsidiada, de crédito. Porque, a par do interesse individual do empresário, existe, também, uma grande parcela de responsabilidade da sociedade na manutenção daqueles recursos naturais.

AGRÍCOLA - E o Plano Agrícola Municipal?

GOMES - O Plano Agrícola Municipal é uma orientação baseada em alguns princípios e algumas convicções. No município é onde se situa a massa crítica do trabalho da Secretaria da Agricultura. Não é na bacia hidrográfica, não é na sub-região, não é na Dira. É no município. É aí que ocorrem os entendimentos entre o agricultor e o governo, representado pelos seus diversos organismos. Isto não ocorre na sub-região. A própria idéia de sub-região, no meu entender, é um pouco elitista porque na sub-região foram colocados os especialistas, os homens que entendem de café, laranja e assim por diante. Os especialistas têm funcionado ou na Dira ou na sub-região e os problemas da agricultura não passam, no processo decisório, por aí, a não ser que se trate de uma unidade de produção monocultora, o que não é a realidade paulista.

Assim, ao lado de uma tendência cada vez mais globalizante do profissional de agronomia, ele tem que ver o conjunto da unidade de produção e inserí-la no contexto da política nacional. Tem que ter uma visão de preço mínimo, de política de produção, até dos efeitos de grandes acontecimentos históricos, ou uma maxidesvalorização, senão ele pode cair no ridículo de estar fazendo uma recomendação tecnicamente impertinente ou não apropriada para o agricultor. No

enfrentamento com a comunidade, ao nível de município, todas essas tendências podem ser ajustadas. Esse é o motivo pelo qual nós elegemos o município como a base física do nosso trabalho.

AGRÍCOLA - Um outro item relevante no programa Montoro seria a geração de empregos no campo. Como é que isso se viabilizaria?

GOMES - Aí reside um dos problemas mais complexos da nossa administração. Porque, ao contemplar a economia como um todo, é muito difícil aumentar a oferta de empregos. E essa dificuldade é maior ainda numa economia em crise. Nesse particular, a própria modernização da agricultura tem que ser considerada. Não basta dizer: vamos parar de empregar tratores, vamos utilizar arados de tração animal e práticas de tecnologia intermediária e, com isto, estaremos aumentando a oferta de empregos. Isso não ocorre nessa relação linear, na economia. Porque se nós aumentarmos o emprego na agricultura por essa maneira, nós estaremos aumentando o desemprego nas fábricas de tratores, na indústria de autopeças, e assim por diante. O que se pode fazer é reduzir o custo de criação de empregos. Aí, os dados são bastante eloqüentes. Eu tenho aqui alguns números. Infelizmente, a moeda estável, que tem que ser o parâmetro de melhor valor comparativo, é o dólar. Para ficar apenas na agricultura, nós temos três níveis de tecnologia. Se optarmos por uma tecnologia sofisticada, um emprego na agricultura tem sido quantificado a um custo de cerca de 17 mil dólares. Numa agricultura intermediária - por exemplo, numa plantação de cana que usa fertilizantes, faz as carpas com trator, carrega a cana com máquina, mas não chega ao nível de sofisticação da colheita mecânica nem ao nível de usar herbicida por avião - ela fica em oito mil dólares. E numa tecnologia baixa, em que tombaria a terra com arado, tração animal, carpa de enxada e assim por diante, pode-se criar um emprego por dois mil dólares. Quando a proposta de desenvolvimento do País procura atingir alta tecnologia e nós temos dinheiro para isso, é claro que temos que optar pela tecnologia aqui considerada como alta e conseguir os 17 mil dólares para gerar esse emprego. Mas, numa época de crise, nós devemos ficar entre a média e a baixa, inclusive para não praticar recuos.

LAZZARINI - O secretário colocou muito bem as propostas do governo Montoro, mas eu queria colocar as dificuldades de implementação de uma proposta num Estado como o de São Paulo, com as diferenças de política com o governo federal. Não há, na agricultura brasileira e nos Estados - os Estados apenas refletem essa questão - diretrizes fixas, com tempo, com programação. O agricultor, hoje, não tem nenhuma certeza, nenhuma garantia dos preços ou da taxa de juro que ele vai pagar amanhã. Há uma total insegurança no setor agrícola, justamente porque não há uma programação de, no mínimo, alguns anos. Essa questão, no momento atual, se reflete em uma questão eminentemente política. Isto porque nós temos um governo que dirige o País há 20 anos e que não tem uma

ligação concreta com a realidade brasileira nem com a necessidade da população. E é ele quem dita as normas para a agricultura como um todo. Nesse sentido, deverá haver um entrelaçamento, pois o governo federal privilegia as culturas de exportação e privilegia o balanço de pagamentos, e o governo estadual, eleito com uma plataforma de atendimento às necessidades da população, fundamentalmente a necessidade de alimentação, não terá os instrumentos necessários para efetivar essa política ou os terá, mas com uma série de dificuldades. Quero trazer, então, a seguinte questão ao secretário: como, numa política agrícola centralizada, sem diretriz, sem apoio, pretende a Secretaria da Agricultura atender ao anseio que é o da população de alimentos para a nossa população?

GOMES - Na minha experiência de funcionário público e de agricultor, eu tenho visto crises de superprodução, crises de subconsumo e crises de falta de produção. E essa minha experiência pessoal mostra que é preferível administrar as crises de superprodução. São crises benéficas que, ao final, sempre podem ser administradas e que, em muitos casos da história recente, têm resultado até em lucro substanciais para o próprio governo. Se considerarmos a sociedade como um todo, é claro que ela também tem-se beneficiado da superprodução, quando excepcionalmente tem ocorrido. Mas, ao se tentar optar por uma política de produção de alimentos, surgem as clássicas perguntas: “você tem coragem de aumentar a produção de alimentos? No ano passado eu mesmo vendi feijão a 2 mil cruzeiros e o preço mínimo da época era 2.900 cruzeiros”. Nós preferimos enfrentar essas dificuldades do que o oposto e oxalá a gente consiga aumentar essa oferta de alimentos. Nós não somos ingênuos a ponto de imaginar que, com o instrumento que nós temos, nossas pobres estações experimentais, nossos agrônomos de assistência técnica, alguns armazéns superlotados, nós vamos influir nessa política. Porque os instrumentos de decisão estão nas mãos do governo federal.

Vejam o caso da laranja, que nós estamos engajados pela terceira vez. Eu, duas vezes em nome do governo Paulo Egídio e, agora, por encomenda do governo Montoro, estou tentando ser o moderador, do enfrentamento tradicional, cíclico, repetitivo, monótono, do chamado acordo da laranja. Vejam que São Paulo, que detém 98% do suco exportado, que é o que pesa no momento, tem 90% da produção da laranja *in natura*, mas não tem condições senão de ser o moderador do debate nacional.

Então, nessa modesta posição, nós convidamos os citricultores, os industriais, e o representante do governo federal, no caso, a Cacex, que é quem vai arbitrar, quem vai decidir. O instrumental que o governo detém num caso desses é simplesmente terrível: nós temos 18 mil citricultores, temos 10 fábricas de suco e temos 600 milhões de dólares em exportação; tudo isso colocado em São Paulo. E um senhor da Cacex, com o poder de emitir as guias de exportação, controla toda essa riqueza e o destino de toda essa gente. Não é nem sequer o Ministério da Agricultura, não é nenhum Conselho Nacional da laranja, não são as entidades de

classes, não é a Confederação Nacional da Agricultura, não é a Associação Paulista de Citricultores, não são os trabalhadores da laranja. Todo o instrumental de São Paulo, a tradição do Instituto Agrônomo, os meus 100 economistas agrícolas do Instituto de Economia Agrícola, que estão calculando uma fórmula pela qual se defina, anualmente, quanto a indústria paulista tem condições de pagar, tudo isso não significa nada em termos de poder decisório da Cacex ou da pessoa que, dentro da Cacex, emite guias de exportação de suco.

Então, na agricultura não há uma única medida que realmente beneficie o agricultor além das protelatórias atividades educacionais, de difundir esperanças, de acenar com expectativas que, concretamente, se possam desenvolver sem a audiência do governo federal. Estão aqui os homens da liderança, que sabem disso muito melhor do que eu. O que eu me proponho e estou tentando fazer é, em primeiro, entender isso, depois, tentar movimentar-me dentro dessa realidade.

GUIMARÃES - A participação da Secretaria da Agricultura hoje, com raras exceções, numa assistência técnica ao produtor, seja grande, médio ou pequeno, é muito menor do que se poderia desejar. Minha entidade de classe conta com praticamente uns três mil associados e posso lhe garantir que nem uma centena deles usa a Secretaria de Agricultura. Isso não é por deficiência da Secretaria da minha região. É porque, com toda a tentativa que houve de mudança de estrutura do agrônomo, ele, hoje, tem como principal instrumento de trabalho uma máquina de escrever. Quando nós precisamos de um certificado ou qualquer outra coisa, nós vamos à Secretaria da Agricultura. Mas quando nós precisamos de um veterinário ou de uma assistência técnica, nós recorremos ou ao particular ou à cooperativa mais próxima. Então, eu entendo de extrema necessidade se tentar mudar essa estrutura.

Gostaria, também, de saber da participação da Secretaria no orçamento do Estado. A gente ouve falar em 2%, 1,5%, números que até são inacreditáveis em termos da importância que a agricultura poderia ter no Estado.

Quanto à questão da municipalização, vejo como de extrema validade. Tentou-se no governo Paulo Egydio e, logo depois, por uma questão também, de filosofia governamental, o partido do governador Paulo Maluf praticamente cassou toda a possibilidade de se tentar municipalizar não só a agricultura, mas também diversos setores importantes da economia. Foram criados, no governo Paulo Egydio, os conselhos de desenvolvimento regionais. Se funcionassem, seria o ideal porque havia uma participação total de atividades econômicas, entidades de classe e serviam, basicamente, de assessoramento ao governo estadual. Quanto à parte de geração de empregos, eu acho puramente teoria. Hoje, a geração de empregos depende, basicamente, de decisões federais. Eu sou homem do Interior e vivo no Interior e a situação está inacreditável, isto falando-se em termos do Estado de São Paulo. Há uma descapitalização total. O produtor rural não se anima a investir em nada; é só consultar as agências do Banco do Brasil e ver isto. Não é porque não

tem dinheiro; é porque o produtor não sabe se ele vai ter condições de pagar. Por exemplo, programas como o Profir e Provárzeas tiveram verbas liberadas e não teve praticamente - pelo menos em algumas regiões do Estado - quem quisesse participar deles.

Ainda um outro comentário: eu entendo que produzir é a coisa mais fácil que existe; dando recursos ao produtor, ele reponde. O problema hoje é muito mais de comercialização. Isto parece que é mundial.

Então, com condições nós vamos produzir. Mas se persistir a atual situação, quando se nota uma ausência total de investimentos, o que vai ocorrer? Alguns setores da economia paulista já estão cada vez mais se centralizando em alguns produtos, como cana e café. Os demais produtos, que talvez fossem os básicos, vão ser transferidos para outros Estados, se tiverem condições para produzir.

Uma última questão: gostaria de saber se existe por parte do atual secretário o que não existia por parte dos secretários anteriores, com raras exceções: uma intenção de participação política reivindicatória, ajudando as entidades de classe, os deputados, para, assim, poder reivindicar mais forte junto ao governo federal - porque São Paulo esteve, por parte dos governos anteriores, completamente ausente nesses aspectos.

GOMES - A primeira pergunta é sobre a ação dos agrônomos ao nível de interior. Essa é extremamente importante. Precisa ser feita alguma coisa para recuperar a ação, a imagem do funcionário público, de modo geral no interior, perante a comunidade. Isso não é privilégio dos agrônomos, e de qualquer servidor público. Precisa ser introduzida, em São Paulo e no Brasil, a mentalidade de respeito ao contribuinte. No caso particular do agrônomo, além disso, ele tem de ter prioridades em sua ação. E a propriedade está claramente definida: dentro de uma economia em crise, nós temos de atender ao segmento mais frágil, que é o pequeno agricultor. Estamos fazendo uma espécie de reciclagem - e para isso temos um excelente centro de treinamento em Campinas.

Mas os agrônomos hoje têm duas dificuldades para se destacarem na comunidade. O perfil do agrônomo de maior representatividade - aquele geralmente escolhido para agrônomo do ano - é o do agrônomo de campo, como Nicanor Carvalho ou Edson Consolmagno, que abriram um espaço na base do esforço pessoal, da competência. Mas que tinham esse espaço devido à própria condição da agricultura da época. Para eles, hoje, seria muito mais difícil ter a mesma liderança dentro da comunidade. Primeiro, porque houve um crescimento muito grande da iniciativa privada. Ao redor da nossa melhor estação experimental, que é Campinas, há uma série de estações experimentais de empresas privadas, principalmente multinacionais, perante as quais o nosso pessoal técnico não tem a mínima condição de competição. Por que? Porque uma grande empresa pode ter quatro técnicos com nível PhD, um milhão de dólares de verba, conta aberta no City Bank para estudar apenas herbicida para a cana-de-açúcar. Nós

temos 80 culturas e, dentro das culturas, um leque de pelo menos 20 problemas em cada uma delas.

Em segundo lugar, houve, também, um conhecimento muito grande da presença do governo federal, principalmente devido à maneira como as verbas são colocadas. Instituições como a Embrapa, por exemplo, têm uma dotação tão violenta e uma flexibilidade tão grande que elas afogam qualquer Estado, mesmo São Paulo. Essa transformação da Federação em União, que passa pela política tributária e por uma série de problemas que não vamos discutir aqui, criaram a situação que se reflete nos nossos municípios, onde nós fazemos agricultura. E o agrônomo reflete essa situação, de alguma maneira. É claro que há alguma coisa a fazer para melhorá-la. Primeiro, esse treinamento para um agrônomo globalizante. Outra, é ele auscultar o agricultor, ele tentar trabalhar com o agricultor e não paternalisticamente para o agricultor, como sempre se fez.

Quanto à questão do orçamento, posso dizer que o auge da Secretaria da Agricultura foi no governo Carvalho Pinto, em que os orçamentos no quadriênio, oscilaram entre seis e 7% do total do orçamento estadual. No último governo isto caiu para a ridícula cifra de 1,43%. Pior do que o valor absoluto de 1,43% é que, durante o quadriênio do último governo, decaiu de 1,9% para 1,43%. Quer dizer, além de uma série histórica decrescente, houve, também uma série histórica decrescente dentro do mesmo governo.

Na questão dos conselhos regionais, eu sou fortemente partidário da idéia. Ela é, até mesmo, compromisso nosso de governo. Estamos elaborando um documento sobre a política agrícola da Secretaria e esse documento é composto de duas partes: primeiro, nós reunimos um conselho de grandes economistas agrícolas e eles nos prepararam um *paper* de política macro. Dentro desse *paper*, está entrando uma política regional, a partir do melhor documento do conselho, que é o de Bebedouro. O conselho de Bebedouro nos apresentou uma série de idéias que se encaixam, que explicitam o documento de política macro elaborado pelo grupo de economistas agrícolas. De modo que nós estamos retomando a idéia dos conselhos, mas dentro deles vai ter o conselho municipal para articular o PAM (plano agrícola municipal), com representante do sindicato patronal, do sindicato de trabalhadores, das cooperativas, do prefeito etc.

A respeito do problema preços, eu abrigaria uma outra idéia, a de consumo. Mais uma vez eu lembro o caso da laranja, citando um agricultor de Limeira: se cada brasileiro chupasse uma laranja por dia nós precisaríamos aumentar a produção.

E finalmente, a pergunta sobre a ação política. O que vou tentar fazer é desenvolver uma estratégia um pouco diferente. A sugestão vem de fora, de um líder do patronato agrícola de São Paulo, Renato Ticoulat Filho. É que, mais importante que uma união, vamos dizer, de secretários de Agricultura, uma união de parlamentares ligados à agricultura, é uma união entre os empregadores e os trabalhadores. Eu acho que a debilidade da agricultura nos grandes encontros

de preços, de crédito, de pacificação do setor vem da falta desse entendimento. E a minha ação, a minha proposta passa por aí. Até o dia em que assumi a Secretaria da Agricultura eu tinha o privilégio de ser um consultor de algumas associações de trabalhadores, dentro da minha condição pessoal de fazendeiro. À partir do dia que eu assumi eu tenho sido um moderador, um aprendiz de moderador, desse conflito, se é que se pode chamar de conflito. Eu acho que é essa que poderia ser a grande ação inovadora, criativa, de fortalecimento da agricultura.

LAZZARINI - Um pequeno adendo sobre a questão da imagem do funcionário público. Eu acho que houve até a tentativa deliberada de esvaziamento e desmoralização do funcionalismo público como um todo, no mínimo nos últimos dez anos, e na agricultura em especial. Isto se demonstra pela questão do salário, que é extremamente baixo; na agricultura pela diferença de nível, nos últimos seis anos, entre o agrônomo que faz pesquisa e o que faz assistência técnica. Uma segunda questão é que eu acho que o problema não é produção - temos todas as condições técnicas e conhecimento para isso - e também não é de comercialização. O ponto fundamental é a falta de poder aquisitivo da população para permitir um preço condizente ao trabalho do agricultor. O que falta é uma distribuição de renda maior e que permita a participação efetiva da população no mercado interno.

ALMEIDA - Apesar de todo esse pessimismo, apesar de tudo isso que se falou, a agricultura tem crescido na produção do País, nesses últimos anos. Pelo menos há 18 anos está num crescimento muito grande. Crescimento da produção de grãos; crescimento da produção de cana-de-açúcar, açúcar e álcool; o café, apesar de ter tido uma grande decadência, parece que recupera hoje produções que já existiram antigamente; o algodão, por uma política restritiva de exportação, tem sido muito prejudicado, mas, em produtividade, avançou-se muito; somos, no momento, o maior exportador e maior produtor de laranjas do mundo; quanto à cultura do milho, o seu crescimento é uma coisa muito possível; é só ter uma política de permitir a exportação, para que haja concorrência de preços na hora da safra. Então, eu sou um otimista, dentro da bagunça geral que existe: a falta de entrosamento mesmo, da Embrapa, a Secretaria da Agricultura com verbas exíguas. Isso tudo eu reconheço. Agora, sou um otimista. Acho que a agricultura tem a possibilidade de reagir e vir até a ajudar o Brasil, muito mais para a frente, nas exportações, e consertar - talvez daqui a alguns anos - até a nossa situação econômica de dívida no Exterior. Acho, entretanto, que quatro anos é um tempo muito curto para que os secretários materializem os seus planos de trabalho. E acho, no momento, como coisa principal, a sua interferência, a sua posição de defesa do agricultor paulista. A Secretaria tem que ser prestigiada e tem que haver uma forma qualquer de prestigiar o agrônomo.

BERTOLAI - Não sei se o senhor secretário está por dentro do assunto lá na minha região, Angatuba, onde se planta feijão, milho, arroz e estamos começando a plantar algodão. Nós fizemos um levantamento no sindicato, do custo de produção na região, e nunca o preço mínimo do feijão suficiente para os agricultores. Além disso, há três anos vive-se um aperto danado porque ninguém tem podido aproveitar a safra. Tem o Proagro, que o agricultor no banco, mas só depois da luta do sindicato alguns agricultores receberam. Entretanto, esses que receberam, o banco está chamando de novo, cobrando o dobro e fazendo pressão sobre os pequenos produtores, que têm de pagar a dívida e não estão podendo. Já tem vários protestos em cartório. Há três anos não temos colhido quase nem para comer, por causa de chuva e doença. E falando de agrônomos, nós nunca tivemos o acompanhamento de agrônomo, a não ser o particular. Quando a gente tinha uma orientação, era da pessoa que ia vender adubo ou inseticida.

Mas o que a gente quer destacar aqui, é que já temos vários protestos em cartório. Esses dias estive um companheiro lá no sindicato, estava afobado. O banco estava querendo tirar as terras do pai dele. E ele dizia: "Como é que eu faço?". Quando eu vi a situação daqueles pequenos agricultores que não tinham uma saída para pagar o banco, entrei com uma carta, em nome do sindicato, um pedido de moratória por cinco anos, sem juros e com novo financiamento, porque uns 30 ou 40% já estão sem financiamento. E o banco até agora não resolveu. Dizem que isso é com o governo.. Lá, quase todos os financiamentos são do Banco do Brasil e o banco está entendendo que o pessoal não está querendo pagar as dívidas. As pessoas querem pagar, mas não têm condições. Em cinco anos eu acredito que eles pagam a dívida. Mas se continuarem os juros como estão, vão ter que entregar as propriedades.

GOMES - Nós tivemos uma reunião com o pessoal da região e o caso foi bastante discutido. Ele é, de certa maneira, consequência de que se estimulou um programa de feijão fortemente concentrado, e o feijão é uma cultura de alto risco, como o trigo em São Paulo. Foi a primeira temeridade, calcar a vida de um pequeno agricultor em uma cultura de alto risco. De outro lado, tem a característica espoliativa do Proagro. O Proagro não é um seguro agrícola, é um seguro de crédito. Ele garante o banco, não garante o agricultor. Felizmente, nesse caso, o governo estadual tem algum poder de intervenção. Nós temos uma companhia de seguros, a Cosesp, e estamos pensando fazer um seguro para o feijão, tal como tem com o algodão, e que opera muito bem. Isso garante, pelo menos, uma indenização que permita ao agricultor plantar de novo e não apenas pagar o banco. Substituindo o Proagro por um seguro da cultura. Isto nós podemos fazer através da Cosesp e já está praticamente pronto para operar. Simultaneamente, os pequenos agricultores têm de ser orientados para diversificar um pouco; não podem ficar só com o feijão, principalmente lá, em Angatuba que eles não irrigam. No caso da moratória, esta é mais difícil. De qualquer maneira, é

um problema que a gente tem de pelo menos reunir, estudar a reivindicação e encaminhá-la ao Banco do Brasil.

AGRÍCOLA - A produção, por unidade de área, tem sido maior, mais eficiente, na média e na grande propriedade do Estado de São Paulo do que na pequena? Se afirmativo, por que, então, privilegiar o pequeno no atendimento que a Secretaria da Agricultura vai dar?

GOMES - A pergunta tem três vertentes. Primeiro, é a própria filosofia da ação do Estado. A ação do Estado é uma ação supletiva e a característica central é atender o hipo-suficiente, que, no caso, é o pequeno produtor. É uma opção quase de encargo legal do Estado. Segundo, é a realidade paulista. Nós, grandes produtores, temos condições de um contato maior com o agrônomo técnico da empresa privada de insumos para a agricultura e a possibilidade de buscar informação no próprio governo federal. Em terceiro lugar, é uma questão de mérito: o rendimento é maior nas pequenas unidades de produção, com duas exceções: a da pecuária bovina e da cana-de-açúcar. No caso da pecuária bovina, não posso falar muito porque não conheço. Mas no caso da cana, eu contesto o valor dos dados que mostram a superioridade da grande plantação. Ou seja, é discutível ainda, do ponto de vista econômico, a superioridade da grande plantação de cana, em termos de rendimento, em relação à pequena.

ALMEIDA - A grande propriedade, a grande usina, planta em tudo quanto é tipo de terra. Existem usinas em que talvez a área de terra de cultura seja mínima, 10 ou 15%. Ali, está-se aproveitando as terras ignaras, terras que, até algum tempo atrás, não se acreditava que pudessem produzir. Acredito que nenhum pequeno proprietário foi-se aventurar fora das terras que ele já tinha em mãos.

GOMES - Tem dois aspectos nesta observação. Primeiro, no sub-setor de cana está-se desenvolvendo um fenômeno. Quer dizer, os pequenos produtores estão sendo empurrados para mais longe das usinas por uma questão óbvia de compra de terra boa. A grande área da usina - que tem entrado no cerrado, que tem terras de segunda e até de terceira - de certo modo é compensada por isso. Em segundo lugar, tem, também, em termos econômicos, a questão da disponibilidade de recursos. Isso influi fortemente nos rendimentos, a começar pelo crédito. A situação que o nosso companheiro de Angatuba descreveu não acontece com os grandes usineiros; não tem nenhum grande usineiro com ameaça de perder suas terras, mesmo aqueles que abusaram do crédito, cujos nomes me permito não declinar.

LAZZARINI - No Estado de São Paulo, a maior produção dá-se nas pequenas propriedades - de maneira geral, em todos os produtos - ali, também, é onde, de maneira geral, ocorre maior utilização de mão-de-obra. E o aumento da

produção de alimentos está, fundamentalmente, sendo feito na pequena propriedade. Nesse sentido, quero fazer uma pergunta ao secretário: de como, na prática, nós podemos efetivar uma pesquisa agrícola, uma extensão rural e uma assistência técnica que atenda à necessidade do pequeno agricultor não capitalizado?

GOMES - A maior eficiência da pequena unidade de produção, resultante de todas as análises, com as duas exceções que nós mencionamos - uma delas discutível - tem sido um dos respaldos dessa opção, além de outros motivos. Mas isso exige, em contrapartida, um equipamento inovador, principalmente de pesquisa, porque não se gerou tecnologia para sistemas de produção para o pequeno agricultor. Nós assumimos no dia 16, às 15 horas. Às 17 horas expedimos um telex para todas as instituições de pesquisa dizendo que, de acordo com a proposta do governo que estava assumindo, a pesquisa tinha que ser orientada, também, na busca de soluções que contemplassem o sistema de produção dos pequenos agricultores, que é diferente, bem diferente. Nós temos, como responsabilidade do Estado, de gerar essa tecnologia.

GUIMARÃES - Acho que isso tudo é muito bonito sob o aspecto social e político. Mas eu não vejo, pelo menos a curto e médio prazos, devido à situação econômica que o País atravessa, condições de melhorar a vida do pequeno agricultor. O crédito recebido pelo produtor - seja médio, grande ou pequeno - é insuficiente. Os preços finais são insuficientes. Quer dizer, a Secretaria da Agricultura ou o Ministério da Agricultura podem criar uma estrutura técnica de amparo ao pequeno produtor, o agrônomo dar orientação, que ele não vai poder seguir porque não tem condições de obter crédito nem preço final. Menos ainda, por uma série de motivos, o pequeno produtor. Então, falar em amparo ao pequeno produtor tem muito mais um aspecto político e social do que prático, porque o resultado depende, pura e simplesmente, de uma opção que o governo federal vai tomar.

GOMES - Eu concordo que o problema é da agricultura como um todo. Por isso, apoio fortemente a proposta do Ticoulat (Renato Ticoulat é presidente da Sociedade Rural Brasileira) de haver a união entre empregadores e trabalhadores, englobando os pequenos proprietários, que estão dentro do sistema de organização da Contag e Fetaesp. No bojo da crise, numa economia em crise, quando se tem só um cruzeiro para aplicar, evidentemente que ele que ser destinado à parte frágil. Mas a nossa pesquisa continua em marcha. Apenas vai ter uma atenção para esse estrato, que nunca teve.

ALMEIDA - Conheço muitos agricultores que se dedicam a hortifrutigranjeiros - inclusive um, de Bonfim Paulista, Massaru Nakano, que é, talvez, o fornecedor de 10 a 12% do tomate que se produz aqui no Estado, e que

planta, também batata, , soja e até planta trigo. Ele começou como um hortelão e hoje é um empresário rural de produções gigantescas desses produtos, em 3.300 hectares. Esse homem merece ser considerado grande produtor e darem a ele financiamento menor, com juros maiores, se o que ele produz é um alimento essencial? Esse tipo de pessoa, que saiu de uma horta e é hoje um grande produtor, também precisa ser olhado.

AGRÍCOLA - A preocupação do Dr. Sérgio me parece que é saber exatamente qual o conceito da Secretaria da Agricultura de pequeno produtor?

GOMES - O conceito não é nosso; ele é, mais uma vez, estabelecido por organismos federais. O Banco Central estabelece um conceito em termos de renda e, nesse caso, o nosso amigo de Bonfim Paulista seria grande produtor porque, mesmo numa área pequena, consegue alta renda. Existe ainda o conceito de módulo, também definido por legislação federal. O módulo para culturas intensivas do tipo hortifrutigranjeiros pode ser uma pequena área. O nosso conceito é mais empírico, mais caboclo, mais terra-a-terra. É essa gente de Angatuba, o sitiante, um tipo de agricultor que usa mão-de-obra própria, planta de tudo e é um lutador, um empresário familiar.

ALMEIDA - Existem muitos grandes produtores que começaram com um pequeno sítio. E em um Estado como o nosso, não há possibilidade de se imaginar um sitiante que não possa ganhar mais.

BERTOLAI - No meu ponto de vista, de uns quatro anos para cá a coisa complicou para valer. Até quatro anos atrás, o pequeno plantava e se defendia. Teve um até que ganhou dinheiro, comprou máquina, se foi equipando. Hoje, o que aconteceu? Vendeu as máquinas, ficou só com uma. Outros têm que vender até a última.

GUIMARÃES - O que a gente sente pelo pronunciamento do nosso companheiro de Angatuba é que a parte tecnológica está um pouco fora de tudo. Se tivesse sido feito um programa para irrigação, lá em Angatuba, e o preço do feijão não compensasse, a situação estaria muito pior do que a que eles estão enfrentando hoje. Então, continuo insistindo: tudo gira em função do aspecto econômico. Se fosse outra a política econômica federal, se houvesse um retorno satisfatório, eles não estariam na situação em que estão, nem eu, como médio produtor, nem o Sérgio, como grande fazendeiro. Essa discussão em termos de amparo ao pequeno produtor, não é bem tapar o sol com a peneira mas é fugir um pouco da situação principal da agricultura, hoje. Existe de fato, por parte de quem manda, interesse de que a agricultura se desenvolva? Eu acho que não, e esse é o aspecto fundamental. Pode-se criar condições para que o pequeno produtor

produza melhor; pode-se aumentar um pouquinho o crédito dele, tirando do médio e do grande. Mas isso não vai resolver nada; a situação vai continuar a mesma dos últimos anos. Na agricultura, há um empobrecimento de todos, do pequeno até o grande.

BERTOLAI - O senhor falou em irrigação e eu queria dar um exemplo. Tenho um primo que tem 25 anos de terra. Ele fez tudo como o banco pediu, irrigou e fez oito alqueires de feijão. Aprontou uma dívida de Cr\$6 bilhões (milhões). Até a hora de colher foi tudo bem, nada aconteceu. Quando foi na colheita, veio a chuva e ele perdeu tudo. Então ele disse: "Com essa dívida, acho que tenho que vender o sítio".

ALMEIDA - Há uns tempos atrás, o feijão era cultura intercalar com o café. Embora a produtividade não fosse tanta, tinha bastante feijão porque ele se dava muito bem com outras culturas. Talvez tenha sido um salto no escuro imaginar-se, de repente, o feijão como cultura solteira, mecanizada. Creio que a pesquisa com o feijão deve ter sido relegada.

AGRÍCOLA - Aproveitando esse exemplo do feijão, que tipo de orientação o setor de pesquisa vinculado à Secretaria da Agricultura vai ter para atender ao pequeno agricultor?

GOMES - Quando a gente fala em empregar o equipamento da Secretaria em favor do pequeno e médio, queremos exatamente direcionar os nossos recursos para a cultura desses agricultores. A coisa mais difícil do mundo, nos tempos em que eu trabalhava no Agrônômico, era segurar um pesquisador que fosse encarregado de estudar feijão. E a pesquisa é uma atividade cujo retorno se dá a longo prazo. Você não pode querer iniciar um programa de pesquisa de feijão, hoje, para ter uma variedade no ano que vem. Vejam o caso do café: quando veio a ferrugem, havia um Alcides Carvalho que 40 anos antes já tinha feito cruzamento para ter uma variedade resistente. Isto não foi feito com feijão. As variedades que temos são extremamente frágeis, têm problemas peculiares; a conservação do próprio feijão tem qualidades intrínsecas e é muito delicada; a planta é muito sensível à temperatura do solo. Por isso, ela se dá bem no meio do cafezal e não na cultura solteira. Então, precisamos também de uma variedade que não seja tão sensível a esse fenômeno.

LAZZARINI - Uma das diretrizes da Secretaria é a descoberta de novas técnicas e até novas variedades que aumentem a produtividade do pequeno, médio e grande agricultor, sem nenhum preconceito. Se compararmos o caso do feijão com o da soja, vamos encontrar o seguinte: na soja, hoje, me parece que 60% dos agricultores usam sementes selecionadas. No feijão, até alguns anos atrás, eram apenas 7% dos agricultores que usavam sementes selecionadas. Só com a extensão

desse conhecimento me parece que poderá haver um aumento de produtividade e de rendimento do pequeno e também do grande.

AGRÍCOLA - Complementando o Lazzarini: como viabilizar essa pesquisa? O senhor deve estar encontrando os institutos depauperados. Como infundir ânimo no pessoal?

GOMES - Acredito que a minha própria escolha não tenha sido por acaso. Sou um funcionário aposentado que andou pela pesquisa, fui diretor do fomento. Então, essa é uma imagem de esperança para o funcionário; qualquer deles pode ser secretário de Estado. Acho que isso foi intencional. O governador nunca me revelou. Em segundo lugar, é o fato de ser um homem da casa, quer dizer, uma pessoa que conhece. Ninguém precisa me contar histórias: que o ônibus da estação experimental quebra, que é preciso operário para carpir, que foram dispensados 600 trabalhadores braçais. Nós temos até o caso de uma repartição que está situada num prédio de dez andares e o elevador não funciona. Como alguns funcionários são idosos, eles não podem subir esses dez andares para fazer as duas jornadas. Então, eles trabalham só um período. No décimo andar foram colocados funcionários jovens. Então, vamos tentar navegar dentro dessas dificuldades, tentar restabelecer a confiança do pessoal. Já tem um projeto de lei que nós preparamos para regularizar a questão do pesquisador. Já está na assessoria técnico-legislativa e vai ser apresentado à Assembléia nos próximos dias. Não é para competir nesse mercado de trabalho, que o governo federal domina amplamente, junto com o setor privado, mas dar uma esperança para aqueles pesquisadores vocacionados, que querem, inclusive, trabalhar em feijão. Já mandamos abrir um concurso para pessoal do chamado artigo 92, que é um pessoal admitido por dois anos. Expirando esse prazo, eles são dispensados ou têm de fazer concurso. Para evitar dispensas, nós já estamos abrindo concurso. Isso significa pelo menos manter aquele que têm dois anos de experiência, dois anos de treinamento e já estão trabalhando. E vamos brigar, com ajuda das entidades de classe. Temos um contato muito bom com a Faesp. No poder Legislativo também: temos feito reuniões sistemáticas com a comissão de agricultura. Estamos fazendo também um trabalho na Câmara Federal. Vamos chegar ao ponto de ter um assessor para levar dados para os deputados, na Câmara federal, independente de partido e para criar um clima de respaldo a uma ação de governo. Porque a primeira missão é sair desse 1,43% do orçamento estadual, que é simplesmente ridículo.

GUIMARÃES - Esse 1,43% significa quanto, em cruzeiros?

GOMES - Significa mais ou menos Cr\$23 bilhões. Em ordem de grandeza, o "Marinzão" custou Cr\$50 bilhões; é menos da metade do "Marinzão".

AGRÍCOLA - Secretário, vamos falar a respeito do problema fundiário. Quais são suas idéias a respeito desse problema, no Estado de São Paulo? Parece que a sua assessoria de revisão agrária está trabalhando a toda. O que isso significa? Que assessoria é essa? Temos conhecimento que a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário está querendo saber qual o patrimônio do Estado. O senhor pretende doar terras para os agricultores?

GOMES - O governo do Estado de São Paulo toda a vida teve um organismo para cuidar de problemas fundiários. Começou com a velha Caic - Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. A Caic é que loteou as terras ao lado das ferrovias. Posteriormente, quando a Assembléia Legislativa de São Paulo aprovou a chamada lei de revisão agrária, no governo Carvalho Pinto, criou-se um organismo encarregado de coordenar duas ações: primeiro, aplicação do imposto rural que, naquela ocasião, era de responsabilidade do Estado, e direcioná-lo no sentido de forçar o aproveitamento das terras; segundo, realizar alguns projetos dentro da modéstia do governo do Estado. Que tinha poderes muito limitados para isso e pouco dinheiro. O que nós estamos fazendo agora é compatibilizar esse organismo com uma política maior do governo federal, inclusive mudando o nome. Essa assessoria é muito débil para o que nós queremos. O assessor dá idéia de trabalho eventual, aleatório. Nós temos problemas seríssimos: temos pessoas sendo despejadas lá em Angatuba, temos o problema do Pontal do Paranapanema, enfim, uma série de situações que, mesmo não detendo o poder de decisão e nem tampouco a legislação, nós temos que dar uma resposta.

Então, essa assessoria foi transformada no Instituto de Assuntos Fundiários, para dar a correspondência com o organismo federal e para nós trabalharmos juntos. Eu já fui ao Ministério de Assuntos Fundiários conversar sobre uma política comum, uma política de entendimento, respeito à propriedade privada, que é um princípio que nós enunciamos do nosso discurso de posse e que o governo também contempla. Mas algumas opções têm de ser desenvolvidas.

A respeito da Procuradoria, que, de certo modo, é a contrapartida da nossa aleatória assessoria, no âmbito da Secretaria da Justiça, é uma área que nunca teve um tratamento sério: é um depósito de processos que não andam. A PPI está sendo articulada com o Instituto de Assuntos Fundiários para ver onde é que estão as terras disponíveis. Nós temos esse levantamento bem adiantado. É realmente impressionante o que existe de terras públicas em São Paulo. E nós vamos vender essa terra; mas vamos vender para o segmento mais frágil. Devem ser pequenas glebas.

ALMEIDA - Estou há oito anos na Transamazônica; consegui terra numa licitação pública de lotes empresariais. Tenho tido bons resultados e aquilo lá é uma fonte geradora de empregos. Agora, dentro da distribuição de pequenos lotes, que se fez na Transamazônica, vemos que os que conseguiram sucesso, já que é a minoria, querem comprar dos outros. Tenho a impressão que isso já aconteceu lá

no Sul de Mato Grosso, naquela colonização do tempo de Getúlio Vargas, dando dez alqueires para cada um. Enfim, nesses casos onde se fizeram essas experiências, a pequena propriedade não teve resultado prático bom. Cito um exemplo de um caso que vi na Amazônia: um agricultor, com vários filhos, veio do sertão de Minas, conseguiu ganhar dinheiro na glebinha dele de cem hectares, e queria comprar a do vizinho. O Incra não permite. Lá, na reforma agrária pelo Incra, não pode existir o progresso desse pequeno; ele não pode comprar outro lote, depois de ter recebido um. Então, o que aconteceu? Ele estava pensando em abandonar e voltar porque aquilo não era suficiente para o progresso da família dele. Essas burocracias, essas coisas que sempre aconteceram com o estatismo, tenho a impressão que, com toda a sua boa vontade, piora a crise.

GOMES - O exemplo da Transamazônica é a maneira de como não se deve fazer. Uma empreitada de colonização, no mundo inteiro, não tem sido bem-sucedida quando se joga o pequeno produtor. No caso da Transamazônica, é um plano que não deu certo e nem podia dar. Agora, no caso das terras excelentes do Estado, tem tudo para dar certo. Um homem como o senhor Bertolai, ou o Donizetti, eles são o agricultor: homens com uma grande experiência, uma grande sensibilidade e uma identificação com a terra. Eu tive, na minha fazenda, meeiros de algodão que me deram essa crença no pequeno agricultor. Eles só precisam de terra.

ALMEIDA - A população paulista é de cerca de 25 milhões de habitantes. Quantas pessoas poderiam ser aquinhoadas com essas terras do governo estadual, considerando esse módulo tecnocrático?

GOMES - Nós estamos fazendo esse levantamento. O Estado tem propriedades lindas, que não se sabe o que fazer com elas. Um prefeito do Vale do Paraíba esteve comigo há algumas semanas. Lá ele tem um polder. Quanto o governo não gastou nesse polder? E ele não sabe o que fazer com ele, enquanto o pessoal de Angatuba está apavorado, tentando plantar feijão sem irrigação.

Mas em São Paulo nós temos, pelo censo de 1980, 31 mil arrendatários, 42 mil parceiros e temos quase 20 mil posseiros. Dentre os proprietários - vamos pegar o extrato de menos de 20 hectares, os minifundistas - mais de 60 mil. Praticamente nós temos hoje 150 mil que seriam beneficiários de uma política desse tipo.

ALMEIDA - E quantos hectares tem o Estado? Uns dois mil?

GOMES - Eu acredito que mais. Depende da política, depende de como evoluiu o preço da terra em face da crise, depende de certos suportes. O que nós queremos, que eu acho que é um dever quase ético, é uma prefeitura que é dona de um polder no Vale do Paraíba e não sabe o que fazer. Mas tem ótimos agricultores que sabem o que fazer. E esse pessoal tem de ter uma chance.

crédito, a assistência técnica. Isso está embutido no projeto; senão, é condenar o pequeno agricultor ao fracasso. Mas isso é uma pequena parte da Secretaria da Agricultura. Nós temos, na Secretaria, seis coordenadorias e duas empresas, o que dá um total de oito. Cada uma tem, em média, quatro institutos, e esse instituto fundiário é um deles. De modo que ele é um doze avos da minha preocupação.

AGRÍCOLA - Mas esse item chama atenção em particular porque era a maior novidade da nova filosofia do governo.

GOMES - Sim, e que está em total sintonia com o governo federal. A primeira coisa que fiz foi ir a Brasília e me apresentar ao ministro Venturini e ao presidente do Incra, Paulo Iokota. Conversamos e tentamos executar isso com toda a tranqüilidade.

AGRÍCOLA - Então, qual seria a sua maior preocupação?

LAZZARINI - Antes de passar para esse ponto, gostaria de retomar a questão das terras ociosas do Estado e dos municípios e a questão do trabalho. É claro que a tendência mundial é de diminuição do período de trabalho e aumento do período familiar e de lazer. Isso é natural e saudável. Está ocorrendo no meio urbano e deve ocorrer no meio rural, na medida em que ali o esforço físico é maior ainda, regra geral. Entretanto, nós estamos num momento de extrema crise, em que não devemos estar discutindo a questão do lazer. Estamos levantando a questão da necessidade absoluta de trabalho, geração de empregos, utilização máxima de todos os fatores de produção que temos. Acho que a gente deve aproveitar as terras ociosas e que o Estado deve tentar fazer uma forma de arrendamento dessas terras, uma experiência pioneira para cooperativa de agricultores, sindicatos, alguma organização de agricultores, para que, assim, não tendo que pagar, esse agricultor possa dirigir parte dos recursos que ele iria canalizar para a compra da terra, para a aquisição de equipamentos e para custear a própria agricultura.

ALMEIDA - Começou a colheita de cana, está havendo falta de gente em Ribeirão Preto. Os que trabalham oito horas estão tirando de seis a sete mil cruzeiros por dia, e está faltando gente. Em alguns lugares, começou-se a colher café e chá, e há também, falta de gente. Não é só aqui, não. Goiás está da mesma forma e, na Transamazônica se você não pagar quatro ou cinco mil por dia, não encontra ninguém que queira trabalhar. Estive na União Soviética, há dois anos, e, na República da Moldávia, me mostraram uma fazenda coletiva de uvas para a produção de vinhos. E não havia ninguém trabalhando no parreiral, não havia o que fazer. E eu perguntei como é que faziam para colher as uvas. Responderam que 3.500 a 4.000 pessoas da cidade, a maior parte estudantes, vinham na época da colheita. Então, a gente precisa pensar que esse tipo de trabalhador, que mora na

cidade e trabalha no campo, na colheita, tem de existir, e dar-lhes boas condições de vida na cidade.

AGRÍCOLA - Então, secretário, qual a sua maior preocupação?

GOMES - Para se entender a primeira prioridade, nós temos de nos reportar ao próprio nome da Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Para atender a esse binômio, o programa Montoro estabelece como prioritária a melhoria da alimentação. Para isso, precisa ter produção de alimentos e precisa-se de algum mecanismo para fazer esse alimento chegar mais barato para o consumidor. Esta é a grande prioridade. De acordo com os dados, a gente vê que quem produz alimentos é o pequeno e o médio. Então, vamos dar estímulos a eles.

ALMEIDA - Eu discordo disso. Me parece que é a confusão para entrar o alimento, especialmente o hortifrutigranjeiro, no grande centro, que deve ser simplificada. Se pudesse se pensar numa isenção de impostos total para esses alimentos - que acho que não representa muita coisa na arrecadação - já seria uma forma de baratear.

GOMES - Estou totalmente de acordo. É uma conjugação da produção e do abastecimento. E a gente está tentando administrar isso e os problemas terríveis que existem nesse campo.

foi em 1850, com a chamada “Lei de Terras”, que modificou o sistema de legitimação das propriedades. O que antes era regularizado através da compra, substituindo o trabalho pelo capital. Já se vê aí a falta de enfoque social com que foi gerada a sociedade brasileira do ponto de vista fundiário.

Depois de 1850, o único marco sério nessa questão foi o Estatuto da Terra de 1964. Claro que ele não veio por acaso; o fato de ter sido promulgado durante um governo militar é prova da força, seriedade e urgência de resolução da questão agrária brasileira, que efervesceu, sobretudo, no período pré-64. Para que a lei fosse criada, foram feitas várias adaptações na Constituição e instituiu-se inclusive um novo ramo no Direito Brasileiro, o Direito Agrário.

Essa rápida análise histórica serve para mostrar que, primeiro, a reforma agrária não é invenção de ninguém, muito menos das esquerdas; ela é um processo que se vem solidificando há muito tempo. Inclusive, esses 21 anos em que ela foi adiada foram uma prova muito dura de que esse tempo foi perdido. Por isso, foi só ocorrer uma abertura democrática como a de agora, para que o problema explodisse, mostrando a realidade da questão da terra.

Para resolver essa questão existe a lei e o respaldo legal, e o que vamos fazer é executar essa lei.

Quanto às controvérsias, minha explicação é que, por um lado, todos estão percebendo que esse plano é “para valer”; e por outro, pelo próprio espírito democrático da Nova República, a proposta foi trazida a debate, para ser discutida pela sociedade civil. Claro que preferíamos que tudo transcorresse com mais tranqüilidade, mas a polêmica é da própria natureza do problema. Não se discute reforma agrária impunemente.

P - Alguns críticos da reforma agrária sustentam que, antes de pensar nela, o Incra deveria atualizar os seus cadastros. O senhor acha essa opinião procedente?

R - Essa é uma das várias posições diversionistas, que fogem do “X” da questão. O plano é um documento macroeconômico, dá as diretrizes, para as quais os dados atuais já são suficientes. A atualização é necessária na hora da aplicação tópica da lei, mas em relação ao plano como um todo é um argumento apelatório.

P - Outra questão que está sendo colocada com bastante ênfase pelos que são contra a reforma é que ela seria uma agressão à propriedade. Isso é real?

R - Quanto a isso, não deve haver nenhum temor ou inquietação dos proprietários, porque o condicionamento do uso social da propriedade está estabelecido na Constituição. Violá-lo é uma questão de tribunal, e os tribunais estão aí para zelar pelo respeito à Constituição.

P - E quanto aos assalariados rurais, que em muitos lugares já vivem em uma situação trabalhista estável? A reforma agrária vai também se estender a eles?

R - O assalariado rural, garantido pelas leis trabalhistas, dificilmente retornaria a uma condição camponesa, a não ser que fosse estimulado para isso. Mas a proposta não tem esse caráter aliciador, seria uma verdadeira irresponsabilidade técnica. Não pretendemos retaliar o Brasil, transformar todo mundo em proprietário. Ao contrário, a proposta é muito clara, ela reserva um contingente de assalariados, reconhece que vai haver um subsetor empresarial, como a área de laranja, de café, de cacau. O plano fala num contingente de 3,5 milhões de trabalhadores que estão previstos para operar nesse subsetor empresarial.

P - Então, quais são as pessoas que o plano efetivamente alcança numa primeira fase?

R - Quando uma área é desapropriada, têm prioridade de serem beneficiários os que já estão sobre a terra, como arrendatários, parceiros, colonos, etc. Naturalmente, se houver espaço, outros habitantes da região que demonstrem competência para ser beneficiados também terão essa oportunidade. A lei estabelece prioridades muito claras, é um processo controlado e ordenado em seus procedimentos.

P - E quais são os procedimentos para a cessão ou transferência de terras? Não poucas vezes é dito que se os títulos de terra forem dados serão imediatamente vendidos. Como evitar isso?

R - As experiências anteriores nos ensinam o que deve ser feito. Há o famoso caso do cidadão que recebeu um título de terras na Amazônia e o trocou por uma bicicleta. Esse é o mais grotesco e contundente exemplo de como não fazer as coisas. A nossa proposta fala numa espécie de estágio probatório, em que o agricultor tem que mostrar sua competência para permanecer na terra, e só depois disso poderá receber seu título definitivo. Uma das medidas para isso é a concessão de uso; através dela, o beneficiário tem todas as condições de utilizar o crédito e demonstrar sua capacidade como pequeno empresário, para aí poder obter o título e dispor da terra. A proposta apresenta esses mecanismos, com a concessão de uso, que servem para evitar erros já cometidos.

P - E quanto ao assentamento? Qual é seu papel dentro da reforma agrária?

R - O assentamento é a configuração física da reforma agrária. Todas as experiências já realizadas nesse sentido vão ser utilizadas, para que possamos aprimorar, cada vez mais, esse processo. Uma das principais características que

contribuem para o sucesso dos assentamentos é a participação dos beneficiados. Quando o processo é feito de forma paternalista, ele não anda. Os beneficiários têm capacidade de organização e decisão, e deixar que essas formas de participação ocorram é um meio de evitar o paternalismo. Os vários e bem sucedidos projetos em que o trabalhador participa efetivamente são prova da eficiência desses métodos. A fazenda Pirituba é um exemplo concreto das ótimas safras que isto gera.

P - E quanto à política agrícola que temos hoje no Brasil, o que está sendo feito?

R - A política agrícola varia de acordo com os setores em que é aplicada. Em alguns, ela é bastante requintada, sendo objeto de todo um mecanismo institucional, com legislação e até um sistema previdenciário próprio. Não podemos falar em uma política agrícola; existem políticas agrícolas por produtos, como é o caso da cana, do café ou da laranja, e existem políticas genéticas de crédito, preço mínimo, assistência técnica, etc.

Quanto ao problema do zoneamento das culturas, ele é em parte regulado pelos sistemas de crédito que só financiam áreas adequadas. Em alguns casos, estes mecanismos não foram suficientes para conter a ânsia quantitativa de aumento da produção. Mas alguns governos estaduais conseguiram, através de leis de zoneamento, controlar esse processo.

P - Vamos voltar à reforma agrária. Recentemente, um órgão de imprensa fez uma comparação, dizendo que a verdadeira reforma foi a feita nos Estados Unidos. Como é essa reforma e o que o senhor acha dela?

R - Eu estou completamente de acordo com essa afirmação. Os americanos tiveram a felicidade de poderem fazer sua reforma agrária no momento certo. Como nós não fizemos, temos de fazer agora. Todos os países desenvolvidos estabeleceram, de alguma maneira, mecanismos de limitação de propriedade e de ordenação da ocupação do espaço. Os americanos fizeram isso em 1870, a chamada *Homestead Act*, Lei da Propriedade Familiar, que limitava a área física da ocupação em 160 hectares (correspondente a 26 alqueires paulistas) por família. Hoje, por causa dos avanços da tecnologia, essa área foi aumentada, estando por volta de 200 acres, mas o princípio básico foi mantido, que é a propriedade familiar. A área modal hoje também é baseada nisso e qualquer processo redistributivo deveria basear-se nessa filosofia, ou seja, para garantir uma área suficiente para uma família viver bem, inclusive com tecnologia moderna.

Nos Estados Unidos, a base continua a ser a propriedade familiar, que trabalha numa área maior com menos mão-de-obra. A propriedade típica dos EUA tem uma unidade de trabalho, onde geralmente trabalha o proprietário e um sobrinho ou um tio aposentado, mais para fazer companhia, senão a vida fica muito triste.

P - Há um outro tipo de crítica ao plano de reforma agrária: é que ele é muito tímido. O senhor concorda?

R - O Estatuto da Terra tem mais de 20 anos, então obviamente alguma coisa tem que ser modificada, sofrer certos aperfeiçoamentos que só poderão ser feitos através de uma mudança na Constituição. Mas para começar, o Estatuto da Terra é muito válido, tanto o é que há todo esse temor quanto à sua aplicação e eficiência. Agora, a questão de ampliar a reforma é algo que deve ser levado à Constituinte, que é onde serão debatidos os grandes temas nacionais.

P - Falando na eficiência do projeto, gostaríamos que o senhor falasse um pouco do incidente de Londrina, porque parece que houve uma certa incompreensão, que a grande imprensa não chegou a esclarecer direito. O que realmente aconteceu?

R - Recentemente, na Folha de S. Paulo, foi publicada uma carta de um leitor de Pirajuí que apresentou um exemplo muito feliz. Ele escreve que a decretação de uma área prioritária é como uma cirurgia: o cirurgião vai fazer um corte de um centímetro, mas passa mercúrio em 10cm, para proteger a área do ato cirúrgico, não para cortar tudo. Os primeiros decretos de áreas prioritárias foram feitos em 1965, e declararam os estados do Rio Grande do Sul e Ceará, como prioritários. Assim, você tem muito mais autonomia para trabalhar dentro da área, como no ato cirúrgico. No caso de Londrina, foi feita uma intervenção a pedido do Governo e de acordo com o proprietário, num processo amigável. Ela foi feita em caráter de urgência, porque havia 4 reféns presos, e foi aplicado o critério legal utilizando uma unidade geográfica já delimitada, no caso a cidade como um todo, evitando atrasos. Mas devido à incompreensão da sistemática da lei, que é clara, o decreto teve que ser modificado, e não pudemos ter a flexibilidade do cirurgião que passa mercúrio na maior área e faz a menor incisão possível.

P - Onde se situam os focos de resistência à reforma agrária?

R - Eu acredito que toda essa polêmica começa na natureza do problema, pois ele afeta a sociedade brasileira como um todo. Depois, está havendo uma certa exploração do assunto por grupos interessados, que não querem discutir a proposta em si, mas sim fatos isolados. Não devemos fugir do conteúdo da proposta.

Mas o mais importante é que a oportunidade democrática ao debate foi propiciada, e tudo está sendo colocado. O governo vai recolher todas as sugestões, colocar sua posição e levar a uma decisão final, que é o decreto do executivo aprovando o plano.

P - E quais são as perspectivas para a efetivação do plano?

R - O governo como um todo tem um compromisso com o povo brasileiro. A situação é irreversível, conforme já foi reiterado pelo próprio Presidente. Os acontecimentos que têm se sucedido mostram que esse enfrentamento é inadiável, não se pode mais adiar uma decisão sobre a questão da terra no Brasil.

É importante que isso aconteça em termos de ordenação, porque o que se quer, e nem poderia ser diferente, é fazer tudo de maneira ordenada e pacífica. A questão da ordenação está embutida no processo de planejamento. Ao se tentar discutir um plano, queremos que as coisas tenham um caráter pacífico. A postura do Governo tem dado demonstrações de que é preciso levar a reforma agrária com firmeza e sem recuos, mas também de forma ordeira e pacífica. Essa é a grande equação que teremos de administrar.

E volto a afirmar que, do ponto de vista da estabilidade da sociedade brasileira, a reforma agrária se tornou indispensável. Em meu discurso de posse eu disse que era impossível pretender uma sociedade moderna assentada sob uma legião de "bóias-frias". O caminho para essa sociedade moderna se chama reforma agrária, o Governo está admitindo isso sem qualquer reticência. É um compromisso dos governos federal e estadual, e outros setores já estão se posicionando a favor, como a Igreja. O que resta agora é encontrar um ponto de aproximação entre estes setores, e acho que o ponto é o Estatuto da Terra.

Reforma Agrária, segundo o ex-presidente do Incra¹

Em seu moderno escritório, localizado na avenida Francisco Glicério, em Campinas/SP, o fazendeiro José Gomes da Silva concedeu sua primeira entrevista após deixar a presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, para onde foi guindado em maio deste ano, para implantar um Plano Nacional de Reforma Agrária. Exatamente cinco meses depois, extremamente frustrado, ele deixou seu gabinete em Brasília e voltou a cuidar de sua propriedade na cidade de Pirassununga. Aos 61 anos de idade - segundo conta - José Gomes viveu sua terceira experiência de implantar uma Reforma Agrária no Brasil, que em sua opinião não se consumará tão cedo. "Saí por que não poderia trair os compromissos assumidos com os trabalhadores do campo", afirma e sentencia: "O erro do trabalhador foi ter acreditado demais no governo". A entrevista foi concedida ao chefe de Reportagem do **Correio Popular**, Carlos A. Zanotti.

Correio - Acho que a nossa conversa poderia começar com o senhor contando a história como foi guindado à chamada "Nova República".

José Gomes - Essa história começa em 1961, no governo Carvalho Pinto, quando foi feita uma tímida tentativa de realizar algum trabalho de modificação fundiária em São Paulo com um instrumental do Governo do Estado. Na época, o Imposto Territorial Rural era do Governo do Estado, quando se promulgou uma lei que usava uma desapropriação por interesse social e a tributação com dois instrumentos apropriados: um para conseguir área para redistribuição pagando em dinheiro (em 61, quando vigorava a Constituição de 46 não era permitido o pagamento em títulos) e outros para aplicar tributação em forma progressiva, onde era permitido ao Estado legislar. Foi uma época de muita comoção e pancadaria, tal como aconteceu em 64 e agora em 85. Desta época sobrou, principalmente, uma experiência concreta de campo, que pouca gente no Brasil tinha e foi obtida por esta equipe de São Paulo.

¹ Entrevista publicada em 22 de dezembro de 1985 no jornal "Correio Popular".

Correio - O senhor também participou do governo de 64.

José Gomes - Em 64, o governo anunciou que a revolução tinha sido feita para acabar com a corrupção, a subversão e realizar as reformas democráticas. Um grupo de Campinas, que tinha realizado um curso internacional de Reforma Agrária e tinha esta experiência de campo em 61, começou a preparar as linhas gerais de um projeto de lei para oferecer ao governo, numa atitude compreendida entre um exercício de Reforma Agrária e uma provocação para aferir as intenções de um governo que tinha assumido o poder em relação à Reforma Agrária. O então ministro do Planejamento, Roberto Campos, coordenador das chamadas reformas democráticas, nos convidou para juntarmos ao grupo que no Rio de Janeiro estava preparando um anteprojeto de Reforma Agrária. O grupo de Campinas era composto por 12 pessoas, com formação em Direito, Planejamento, Educação e Saúde. E eu fui designado como elemento de ligação entre o grupo do Rio e esse pessoal de Campinas. Acabei me incorporando à equipe que preparou o Estatuto da Terra, entre abril de 64 e março de 65.

Correio - O Estatuto da Terra chegou a ser aplicado?

José Gomes - Não. O Estatuto foi sancionado depois de terem sido realizadas diversas emendas à Constituição, das quais a mais importante foi a que permitiu o pagamento das terras em títulos. O pagamento em dinheiro foge à doutrina da Reforma Agrária, pois transforma a terra em um negócio, inviabilizando a reforma, pois não há dinheiro no mundo capaz de bancá-la num País como o nosso.

Correio - No caso, um título de dívida pública resgatável ...

José Gomes - Título da Dívida Agrária resgatável em até 20 anos. Essas mudanças na Constituição, então, abriram caminho para a elaboração desse Estatuto da Terra, feito por nós. Essa lei - após muitas brigas entre conservadores e progressistas - foi sancionada em 30 de novembro e acreditamos que a coisa iria dar certo. A rigor, Castello Branco não teve tempo para se dedicar à reforma e acabou empurrando-a garganta abaixo do Congresso, que era extremamente conservador. Na hora de aplicar o estatuto, houve uma opção do Executivo entre aplicar o imposto ou desapropriação, que preferiu o caminho da tributação. Nós estávamos convencidos que, via tributação, não se faria uma Reforma Agrária no Brasil. Afinal, se eu sou proprietário de uma extensa área e não tenho como arcar com os impostos, minha opção acaba sendo vender a terra. Quem pode comprar? Duvido que alguém, a não ser uma multinacional! Ou ainda uma grande empresa nacional, possa comprar uma área de 552 hectares no coração de São Paulo, próximo a uma rodovia e ao lado de uma usina. Assim, via pressão fiscal, minha terra ia acabar nas mãos de um latifundiário. O objetivo de uma reforma, que é o de criar novos proprietários e guindar o enxadeiro à condição de proprietário rural,

não é atingido dessa forma. Tanto é verdade, que nenhum país no mundo realizou reforma via tributo.

Correio - E se não pagar os impostos não acontece nada aos proprietários?

José Gomes - Hoje ele não perde nada. A lei proíbe quem não recolhe impostos de obter financiamentos, mas o Banco do Brasil nunca exige um recibo de pagamento de ITR. O imposto, por sua vez, prescreve a cada cinco anos. E geralmente em véspera de eleição há uma moratória, uma anistia.

Correio - Então a forma de aplicação desse Estatuto criado por vocês acabou sendo um engodo?

José Gomes - É, acabou sendo utilizado um título do Estatuto que nem sequer está escrito no capítulo da Reforma Agrária. O Estatuto é composto de quatro títulos. O primeiro trata das definições; o segundo é o título da Reforma Agrária; o título terceiro foi negociado com o Congresso, tratando da política de desenvolvimento e fala até em inseminação artificial. Como um estatuto que fala em inseminação pode produzir a Reforma Agrária? O título quarto é a reforma pura, falando em desapropriação. É no momento em que o governo adotou a tributação, em 65, eu também saí fora do antigo Ibra. Dos cinco governos militares, o de Castello optou pela tributação, que não está no Estatuto. Os governos Costa e Silva e Médici partiram para a colonização, que também não está na lei da Reforma Agrária. O governo Geisel continuou com a colonização, com ênfase na discriminação de terras devolutas, que também não está dentro da reforma. E, finalmente, no governo Figueiredo, houve a titulação de posses, principalmente com o usucapião especial, que consiste em regulamentar a posse de quem está desbravando, ocupando uma terra qualquer. Aí também não houve a criação de novos proprietários. Foi uma grande frustração, que a propaganda oficial se encarregou de dar conotação de reforma. E, mais recentemente, com o grande movimento pelas eleições pelas diretas, foi assumido um compromisso com a Reforma Agrária nos palanques. Sua operacionalização foi definida num simpósio que o PMDB realizou em Curitiba, onde compareceram todos os líderes do partido e um pessoal comprometido com mudanças. Levada ao Tancredo, a proposta de reforma foi adotada pelo então candidato à Presidência da República e incorporada à sua plataforma. Quando eleito no Colégio, ele reafirmou sua intenção e chegou mesmo a conversar o assunto com o Papa, em Roma. Com a morte de Tancredo, o vice-presidente procurou dar os primeiros passos para manter este compromisso e criou o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, uma velha reivindicação do movimento sindical, expressa no 3º Congresso da Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Em seguida, Sarney escolheu pessoas comprometidas com a Reforma Agrária, como o ministro Nelson Ribeiro e, no meu caso, na presidência do Incra.

Correio - E como seria sua atuação na presidência do Incra?

José Gomes - A primeira idéia foi cumprir a lei, aplicar o Estatuto. E a lei, fala na criação de um Plano Nacional de Reforma Agrária. Preparamos esta proposta em sucessivas reuniões em Brasília, com 102 profissionais de diferentes instituições, com experiência na área. Foi um pessoal da "Joaquim Nabuco", do Recife; um outro do Instituto de Terras, do Paraná; o antigo grupo de São Paulo; alguns pensadores. Essas pessoas se sentaram, discutiram e prepararam esta proposta com representantes dos dois segmentos dos trabalhadores. Contag, o grupo com representação legal e o grupo dos "Sem-Terra", que está impulsionando a reforma, com mais agressividade, através dos acampamentos. Uma vez pronta, a proposta foi para a rua e aconteceu o quebra-pau noticiado; a sociedade se surpreendeu com a ousadia da proposta; a contra reforma se articulou; o conservadorismo está a procura de um pretexto... e houve toda uma articulação das forças conservadoras para se opor a esta proposta do governo.

Correio - E qual o principal motivo desta oposição feita pelos conservadores?

José Gomes - Foi a perda de privilégios representados pelas terras não cultivadas. A proposta buscava terminar com a posse da terra como reserva de valor, ou seja, obrigar as terras não cultivadas ou a serem vendidas ou desapropriadas. Não dar à terra a função social de que fala a Constituição da República. Devido ao processo inflacionário dos governos anteriores, o maior banco passou a ser o banco da terra, onde banqueiros, comerciantes e industriais investiram. Esses interesses estavam principalmente sediados no Estado de São Paulo, onde estavam os grandes investimentos nacionais ou multinacionais, com terras em Mato Grosso, Goiás, Sul da Bahia, Pará e diversos outros Estados. Esses interesses se articularam e não houve, por parte dos trabalhadores, a mesma arregimentação. Na minha opinião, hoje, isto se deveu ao fato dos trabalhadores terem acreditado demais no governo.

Correio - E se os trabalhadores tivessem se organizado, teria sido diferente?

José Gomes - Sem dúvida, pois apesar de poderosa, a contra-reforma reúne um grupo relativamente pequeno. E é claro que os sindicatos urbanos também apoiariam a luta, pois a reforma beneficiaria a todos os lados. Por sua vez, a classe política estava preocupada com outras coisas: Reforma Tributária, alinhamentos de forças, não se dando conta do momento histórico que o Brasil estava vivendo. Essa nossa proposta no momento de decisão, foi amortecida, substituída por uma outra.

social da terra e a isenção que o Executivo pretendeu conceder aos latifúndios por dimensão devidamente explorados. Há dois tipos de latifúndios na lei brasileira: de exploração, que pode ser uma pequena área desde que não seja cultivada, de acordo com vários parâmetros; e o latifúndio por dimensão, que mesmo sendo cultivada é tão grande que a lei pode desapropriar. Os juristas da Presidência da República tentaram fazer uma arquitetura para tirar do risco de desapropriação os latifúndios por exploração. E quiseram criar uma nova figura jurídica chamada “latifúndio produtivo”, que a lei não contempla. Por definição, o latifúndio não pode ser produtivo: ou é latifúndio ou é empresa. Se é empresa não pode ser desapropriado: e se é latifúndio, pode ser desapropriado. E o artigo 1º do decreto diz que se evitará a desapropriação de áreas onde existem as formas precárias de tendência, sejam arrendatários, sejam parceiros, o que o Estatuto não contempla. Inclusive esta expressão “evitará” não existe na sistemática das leis brasileiras. “O Leão do Imposto evitará os médicos que forem caridosos”, por exemplo. A lei deve ser clara: os médicos que ganham acima de tantas ORTNs têm que pagar Imposto de Renda. Isto tirou a força da lei.

Correio - A área a ser desapropriada passa a ser conceituada de forma subjetiva?

José Gomes - Exatamente, o que enfraquece o governo na aplicação da lei. A propósito, hoje, 18 de dezembro, saíram algumas desapropriações. Ou este proprietário estava torcendo para que isto acontecesse ou ele vai à Justiça e, através de qualquer estagiário de Direito, interpela o governo na seguinte base: “Por que o senhor não me evitou?”. Então, na ordem, o primeiro motivo foi a palavra “negociação”, o que é absurda; segundo, a ilegalidade do segundo do artigo 2º; terceiro, o amortecimento do artigo 3º; e mais uma série de dispositivos que enfraqueceram o Plano. A extrema centralização da aplicação da lei também colaborou. A desapropriação é um ato do presidente da República, enquanto que a aprovação dos planos também passou a ser.

Correio - E agora todos os escritórios do Incra estão enviando os planos regionais que irão passar por todos aqueles canais burocráticos ...

José Gomes - É o terceiro documento do pacote baixado pelo PNDR - Política Nacional do Desenvolvimento Rural - que procurou estabelecer uma hierarquização que a lei não contempla. A lei deve dar ao ministro uma autoridade para ele tratar diretamente da Reforma Agrária com o presidente da República. Esse PNDR, que foi muito controvertido, passou a depender de um triunvirato composto pelo ministro da Agricultura, pelo ministro da Reforma Agrária e pelo ministro do Planejamento. Enquanto eles forem as figuras progressistas que são hoje Pedro Simon, Nelson Ribeiro e João Sayad, tudo bem. Mas na hora que entrar um conservador no Ministério da Agricultura - o que tradicionalmente tem acontecido - ou um burocrata no Planejamento, qualquer dos dois tem poderes -

através desta política - para paralisar a reforma. Tudo isto é uma arquitetura que só vale até fevereiro do ano que vem, montada por um triunvirato homogêneo.

Correio - E o quarto documento?

José Gomes - Foram os 10 mandamentos do presidente Sarney, o decálogo da reforma, onde aparecem algumas contradições principalmente a do item 9º. Ele diz que a reforma complementa a Política Agrícola, uma grande reivindicação dos latifundiários. Todo o movimento da Confederação Nacional da Agricultura, da Sociedade Rural Brasileira, da Associação Brasileira dos Criadores de Gado Zebu, todas as entidades patronais que se opuseram à reforma pretendiam exatamente isto: atrelar a Reforma Agrária à uma Política Agrícola, quando o Estatuto não dispõe assim. É claro que precisa de uma Política Agrícola, mas são processos distintos.

Correio - E como se deu a imposição do Plano?

José Gomes - Uma das surpresas para mim foi o inopinável das mudanças. Enquanto que as propostas definidas pelos trabalhadores tiveram um processo de maturação extremamente longo, as mudanças violentas foram feitas da noite para o dia.

Correio - Esse processo de mudança foi encaminhado por Célio Borja?

José Gomes - Ele teve participação na condição de consultor jurídico da Presidência da República. Houve muita discussão em torno desse PNDR, objeto de um convite do ministro Bayma Denis, do Gabinete Militar, para depor na Câmara dos Deputados. A explicação que deu foi que o PNDR foi apresentado pela Secretaria do Conselho de Segurança por solicitação do ministro Nelson Ribeiro, atendendo a um convite do ministro da Reforma Agrária.

Correio - Na edição do pacote o senhor então se afastou do governo?

José Gomes - Ainda esperei uma semana; primeiro porque foi uma mudança violenta ocorrida apenas na noite de 9 de outubro, enquanto que nosso processo de discussão vinha sendo travado desde do mês de maio.

Correio - E nenhuma justificativa foi apresentada a vocês?

José Gomes - Essa é uma posição que o governo toma. Quem quiser acompanhá-la, que acompanhe. Os que não quiserem, têm que pegar o bonde. Quem sou eu para ficar dentro do governo? Seria demitido no dia seguinte. Os primeiros dias foram de perplexidade. Só concordei em ir ao Palácio, no ato de assinatura do decreto, para não parecer uma grosseria para com meu ministro. Eu já me considerava fora. Pela minha experiência de 61, de 64 e pelo fato de ter 61 anos de idade e ter visto uma porção de países que fizeram a Reforma Agrária, aquilo para mim já era o suficiente. Embora eu não fosse um trabalhador rural, foi

com eles que assumi um compromisso e não podia traí-los. Também discuti com a equipe que tinha formado se não existia condição de resistência, as posições foram divergentes. A minha posição - fortemente influenciada pelas experiências anteriores - foi no sentido de sair. Os companheiros, que travavam sua primeira batalha, achavam que podiam resistir nos planos regionais, como de fato estão resistindo.

Correio - E que perspectivas o senhor vê na aplicação do Plano na forma decretada?

José Gomes - As desapropriações que estão havendo, em alguns Estados, podem se constituir num saudável exercício de Reforma Agrária. Mas não irão constituir uma massa suficiente para modificar a estrutura agrária brasileira. A presença dos governadores neste processo pela sua heterogeneidade, pode ser um complicador até para esta reforma, uma vez que as áreas vêm sendo discutidas com eles. Um outro aspecto é que até hoje não sai o nome do diretor da Diretoria de Projetos de Colonização, um órgão de operacionalização do Incra no Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário. A terra é desapropriada e absolutamente nada é feito para o assentamento das famílias nestas áreas.

Correio - Para o senhor, então, não existirá Reforma Agrária no Brasil?

José Gomes - Poderia ter havido com Tancredo, que assumiu compromissos junto a milhões e milhões de pessoas. Costumo dizer que há momento histórico para a realização da reforma. Vivi três destes momentos e ela não ocorreu. Não acredito que este momento venha com a Constituinte em 86, pois da forma como se apresenta a situação não é animadora. Louvável é a resistência de meus ex-companheiros do Incra nas etapas regionais da aplicação do Plano. São pessoas sérias que acreditam ser possível algum trabalho de Reforma Agrária, da forma como está sendo feita neste País.

Contra-Reforma Agrária¹

Nem as promessas do falecido Tancredo Neves, reafirmadas pelo presidente José Sarney, foram capazes de afastar as resistências à reforma agrária no Brasil. O alvo principal, eleito por fazendeiros e conservadores em 1985, foi o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, José Gomes da Silva, que se demitiu no dia 18 de outubro do ano passado, ao não concordar com as modificações introduzidas no 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, assinado oito dias antes pelo presidente Sarney. Embora tenha em seu currículo várias passagens pelos Estados Unidos - onde tirou o título de *master of science* em agronomia pela Universidade de Illinois e serviu no Banco Interamericano de Desenvolvimento - e carregue a escritura de duas prósperas fazendas no interior de São Paulo - uma delas com faturamento previsto de 10 bilhões de cruzeiros este ano -, José Gomes foi tachado como o mais comunista dos colaboradores da Nova República. Logo ele, que foi convidado pelo ex-ministro Roberto Campos para elaborar o Estatuto da Terra e participou do governo conservador de Carvalho Pinto, em São Paulo. José Gomes, 61 anos, agora, quase três meses depois de sua demissão, concordou em falar a ISTO É sobre a luta de bastidores travada em torno do Plano Nacional de Reforma Agrária.

ISTO É. *Por que o foco da campanha contra a reforma agrária concentrou-se no senhor, e não no ministro nomeado especificamente para cuidar desse assunto, Néelson Ribeiro?*

José Gomes. Em primeiro lugar, foi uma campanha em que não houve hostilidade - seria até natural; houve ódio. Só consigo explicar esse ódio pelo fato de eu ser um fazendeiro, como os que me atacavam. Ousei por ser um igual que pensava diferente. Por isso fui tão duramente atacado.

¹ Entrevista concedida à revista "Isto É" de 15/01/86.

ISTO É. *Por isso, então, o senhor preferiu se retirar?*

José Gomes. Não. O problema foi mesmo o plano, que saiu muito diluído. Muito diferente do original, que havíamos apresentado em maio, para discussão da sociedade.

ISTO É. *Foi esse o único problema?*

José Gomes. Não. O plano de reforma agrária não foi uma invenção minha ou do ministro Néelson Ribeiro. Nós não tínhamos mesmo força política para realizá-lo. Era um compromisso eleitoral do presidente Tancredo Neves. Foi discutido numa reunião em Curitiba, em outubro de 1984, por 102 especialistas - incluindo aí secretários de Agricultura - divididos em dezesseis comissões, todos ligados ao PMDB. A reunião foi aprovada por Ulysses Guimarães e Tancredo Neves. Então, não era uma coisa pessoal. O plano que foi sancionado não cumpre aquele compromisso, simplesmente.

ISTO É. *O que aconteceu entre maio e outubro para o plano ser alterado?*

José Gomes. O presidente José Sarney sugeriu várias alterações. No geral, contribuindo para esclarecer pontos e conceitos. Tais propostas foram bem aceitas pelo ministério e pelo INCRA, e achamos que elas aperfeiçoaram o plano inicial. Nos últimos dois dias antes da assinatura do decreto é que começaram a aparecer sugestões de alterações que, realmente, desfiguravam o projeto inicial.

ISTO É. *O governo teria elaborado um outro plano, à revelia do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad) e do INCRA?*

José Gomes. O Conselho de Segurança Nacional, auxiliado por funcionários do INCRA da Velha República, entre eles o Cláudio Ribeiro, que foi meu antecessor, elaborou o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural, que acabou sendo aprovado na íntegra e sancionado junto com o 1º PNRA. E o pior é que, nos mandamentos lidos pelo presidente Sarney, ele subordina a reforma agrária a esse plano de desenvolvimento, o qual propõe uma série de procedimentos burocráticos. Por exemplo, sua sujeição a uma *troika* de ministros - Planejamento, Agricultura e Reforma Agrária.

ISTO É. *O ministro e o senhor só souberam desse plano dois dias antes da assinatura do decreto de Sarney?*

José Gomes. Poucos dias antes. Esse plano tinha sido denunciado pelo Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP). Se chamava Ponderi. Nós só conhecemos seu conteúdo depois de pronto. Não participamos de sua elaboração. Quando o ministro Bayma Denys, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, foi inquirido pelo deputado Sampaio sobre a origem do documento, respondeu que o

tinha elaborado a pedido do próprio Mirad, no momento em que se pediram contribuições à sociedade. A bem da verdade, essa “contribuição” pesou bastante, e ele foi aprovado.

ISTO É. *O Conselho de Segurança e o general Bayma foram, então os canais usados pelos fazendeiros para fazer valer suas posições?*

José Gomes. Não diria isso. Os fazendeiros tinham canais diretos.

ISTO É. *Mas entre esses ouviram-se vozes favoráveis à reforma agrária. O ex-governador Abreu Sodré, amigo íntimo do presidente Sarney e fazendeiro, por exemplo, manifestou sua aprovação de público.*

José Gomes. É uma verbalização como tantas outras. Aliás, muitos fazendeiros se pronunciaram a favor da reforma agrária. Iniciavam o discurso assim. Depois colocavam um “mas” e alinhavavam uma fileira de condicionantes que inviabilizaram a reforma.

ISTO É. *E do lado dos senhores, que batalhavam pela reforma agrária, não houve contra-ataque?*

José Gomes. A última missão para tentar convencer o presidente Sarney a não fazer as modificações que ele queria fazer foi na manhã do dia 10 de outubro do ano passado, o dia da assinatura. O presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, foi ao Sarney junto com o ministro Néelson Ribeiro. Antes, já tinham ido ao presidente duas comissões de parlamentares, uma com 35 membros, outra com um documento - com 68 assinaturas, colhidas às pressas - onde se pedia expressamente para não emperrar o uso de desapropriação, não condicionar a reforma a nenhum plano paralelo, equipar o INCRA rapidamente de recursos para fazer a reforma e assegurar a participação dos trabalhadores na sua execução. Nenhum desses itens foi aceito por Sarney.

ISTO É. *A andança dos deputados, então, não adiantou nada?*

José Gomes. A não ser pela manutenção das metas de desapropriação e pelo não-adiamento da assinatura do plano, não.

ISTO É. *Quem da assessoria direta do presidente Sarney o influenciou a alterar a direção da reforma daquela que o senhor preconizava?*

José Gomes. Isso é difícil de saber. Mas sei que o decreto foi redigido pelo Célio Borja (N.R.: assessor especial do presidente).

ISTO É. *O senhor atribui a derrubada da sua versão de reforma agrária apenas à vontade do governo? Ou acredita na existência de forças que impulsionaram tal vontade?*

José Gomes. Houve uma força, a dos fazendeiros paulistas. Eles não temiam pelas suas propriedades de São Paulo. Essas, razoavelmente produtivas, não poderiam ser desapropriadas pelo INCRA. Tinham muito receio, porém, pelo destino das fazendas que mantêm fora do Estado. Os fazendeiros paulistas têm, no conjunto, terras cujas áreas somadas equivale a duas vezes a superfície do Estado - 24 milhões de hectares. E usam essas terras, espalhadas por todo o Brasil, unicamente para especular.

ISTO É. *Mas esses proprietários não pagam impostos sobre toda essa terra?*

José Gomes. O governo tem na mão a lista dos duzentos maiores devedores do Imposto Territorial Rural. Publica se quiser e cobra se quiser.

ISTO É. *No seu entender, o governo demonstra vontade de fazer isso?*

José Gomes. Não. Hoje está se falando até em extinguir o INCRA, extinguir o Mirad. Até hoje não foi nomeado um diretor para o INCRA, que é o órgão executor, que tem os instrumentos e a agilidade para fazer a reforma.

ISTO É. *O senhor ainda tem esperança na reforma agrária?*

José Gomes. O presidente falou ao presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), José Francisco, que havia possibilidade de mudar o Plano Nacional. Vamos esperar os planos regionais serem aprovados. Mas, pelo que tenho visto, os trabalhadores não estão sendo ouvidos. Os governadores é que têm influenciado estes planos.

ISTO É. *Enquanto isso, o senhor vai cuidando de suas terras.*

José Gomes. De fato, tenho duas propriedades, duas empresas rurais. Já abri as portas aos jornais e revistas para visitá-las e não encontraram nada que pudessem criticar. Gostaria que os que me atacaram fizessem o mesmo. Desafio, aliás, os Mesquitas, os Meirelles, que abram suas fazendas à imprensa, à Contag e ao Jornal dos Sem-Terra.

Reforma Agrária não se Negocia¹

Três vezes na vida, o fazendeiro José Gomes da Silva, 61 anos, mergulhou de cabeça na reforma agrária e só colecionou “galos” na testa. Na primeira tentativa, quase despretensiosa, ele foi encarregado pelo ex-governador de São Paulo, Carvalho Pinto, de coordenar um plano de revisão agrária, e já ia comemorando o quarto assentamento quando foi “atropelado” por outro fazendeiro, Auro de Moura Andrade, Presidente do Senado, Auro conseguiu aprovar um projeto, que há anos dormia no fundo de uma gaveta, passando do governo estadual para o municipal os fundos do Imposto Territorial Rural, que custeavam os sonhos de José Gomes e de algumas centenas de lavradores.

Anos depois, nos primórdios da chamada revolução, ele acreditou nos propósitos reformistas do General Castello Branco, e se juntou à equipe que elaborou o Estatuto da Terra, arquivado como obra de ficção até o final do regime militar. Após a eleição de Tancredo Neves, José Gomes aceitou um convite de presidir o Incra, relevando o fato de há pouco mais de um ano ter renunciado ao cargo de secretário da Agricultura de São Paulo após sofrer um enfarte. José Gomes seguiu à risca as ordens recebidas de Tancredo para idealizar uma reforma agrária sob inspiração do Estatuto da Terra, o que não livrou sua proposta de receber críticas ferozes dos proprietários rurais, diante das quais o presidente Sarney recuou, aprovando um remedo de reforma.

José Gomes voltou a ser apenas um fazendeiro bem sucedido, condição que, segundo crê, irrita os latifundiários, que o consideram um traidor da classe. Responsável pela introdução e pela melhoria genética das primeiras variedades de soja no Brasil, ao estudar o assunto, ele se deparou com o problema da fome e abraçou a causa da reforma agrária. Uma de suas fazendas, Santana do Baguaçu, em Pirassununga, interior paulista, é considerada modelo, tendo lhe valido três prêmios, inclusive um de produtividade em nível nacional. Nesta entrevista à revista *Senhor*, ele faz um retrospecto das tentativas de se implantar a reforma agrária no País, critica o projeto adotado pelo governo Sarney e a falta de mobilização da sociedade em torno dessa reivindicação.

¹ Entrevista concedida a Nelson Letaif e publicada na revista “Senhor” de 11/02/86.

P - *O sr. deixou a presidência do Incra por discordar do plano de reforma agrária do governo Sarney. Não foi por ser muito ambiciosa, dentro do atual contexto político do País, que a sua proposta de reforma acabou invalidada?*

R - Não acredito. Ela foi, talvez, sincera. Não chegou a ser ingênuo., mas foi sincera. E o próprio governo estimulou isso. Não saímos por aí dizendo uma coisa da nossa cabeça.

P - *Quem estimulou a reforma: o presidente Tancredo ou o presidente Sarney?*

R - Nossa proposta nasceu do movimento das diretas, do movimento que elegeu Tancredo. A rigor, nasceu em Curitiba, num simpósio do PMDB sobre reforma agrária, agricultura e meio ambiente. Foi discutida a reforma com gente como Rômulo de Almeida, Dilson Funaro, o deputado Oswaldo Lima Filho etc. Então nós preparamos uma proposta lá, ainda durante a campanha do Tancredo, e isso foi feito com o aval do PMDB, com o apoio do presidente Ulysses Guimarães, que fez um discurso de encerramento aprovando as resoluções do encontro. De modo que fomos em frente, apenas operacionalizamos o que fora estabelecido. No meio do caminho houve a morte de Tancredo e o governo não nos disse: "Olha, a situação mudou". Nós tínhamos a mesma luz verde e apresentamos uma proposta a partir de uma colocação que resultou do trabalho de mais de 100 profissionais do País inteiro, com diferentes enfoques, sob o comando de um ministro moderno, "cristão-novo", que não era do clube da reforma, dos velhos batalhadores, não participou da do Estatuto da Terra. De modo que ele tinha toda isenção, se a nossa proposta fosse muito ousada, de fazer um chamamento a esses limites. Nada disso aconteceu. O presidente Sarney deixou a coisa continuar. Então, em termos de disciplina de governo, se falha houve foi nos altos escalões, que alimentaram e permitiram que essa proposta fosse ganhando a rua sob o timbre do governo.

P - *Se Tancredo Neves estivesse no leme da Nova República, as coisas estariam sendo diferentes?*

R - Eu acredito que sim, por dois motivos. Em primeiro, pela arregimentação política que ele conseguia criar em torno de si, e depois por sua própria personalidade, sua determinação, ele teria grande autoridade para realizar a reforma ou para paralisar o projeto. E isso não aconteceu no mandato de Sarney, que gerou essa confusão ao deixar, vamos dizer, a administração caminhar na frente e depois ter de fazer um recuo, como de fato aconteceu.

P - *Quais foram as razões?*

R - Uma delas, eu acho, foi que muito do apoio à reforma não passou de verbalização. Primeiro não se tinha consciência, em certos círculos do poder, do

que era uma reforma, o que ela implicava realmente. Por outro lado, tampouco se tinha uma convicção de querer fazê-la.

P - Então foi uma bandeira levantada com certo oportunismo pelo governo?

*R - É. A imagem que eu uso é aquela do *apartheid*. Todo mundo é contra a segregação racial até a filha chegar para o pai e dizer que vai casar com o Benedito. Aí ele vira um tremendo racista. Foi isso o que ocorreu com a reforma. Todo mundo estava a seu favor até ela começar. Quando houve a ameaça de que ela ia começar e se deram conta de que fazer reforma agrária era mexer em privilégios, inclusive de amigos, parentes, correligionários, etc, aí deu uma disenteria geral no País e passou-se a estudar a maneira de um recuo.*

P - Na medida em que o sr. não foi contagiado pela doença, as pressões que o sr. recebeu não devem ter sido leves, não?

*R - Claro. No meu caso elas foram muito mais sérias porque, além das dificuldades inerentes ao processo, havia um componente subjetivo. Sendo um grande fazendeiro, eu passei a ser alvo de ódio dos outros fazendeiros. Enquanto havia uma certa uma certa hostilidade ao ministro e certas forças que apoiavam a reforma, devido a minha posição eu era visto como uma espécie de traidor, da classe, da categoria, porque eu era igual a eles. Era igual aos Mesquita e não pensava como os donos do jornal *O Estado de São Paulo*. Isso não é perdoável.*

P - Em que altura do processo o sr. percebeu que o sonho da reforma havia acabado?

R - Como disse antes, eu fui para lá no momento daquelas escolhas e de toda articulação ainda no período do Tancredo. Nos bastidores do governo, minha imagem era a de um fazendeiro, um profissional confiável, que naturalmente iria tentar fazer a reforma com sinceridade. Mas não se pensava que fosse com tanta obstinação. Acredito que o divisor de águas tenha sido um debate promovido pelo Fórum Rotário no Maksoud Plaza em São Paulo. Foi um negócio muito grande, estava ali a nata do empresariado e a televisão filmando tudo, aquele debate feroz entre mim e o Flávio Telles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira. Aquilo deve ter assustado o pessoal do governo. Outro momento decisivo foi quando, também em São Paulo, divulguei os dados sobre quem são os donos de terra no Brasil. E quem são? São os residentes em São Paulo, paulistas ou não, brasileiros ou não, pessoas físicas ou jurídicas, que detêm 2,35 vezes a área do próprio Estado fora de São Paulo. Aí ficou bem caracterizado de onde vinha a reação. A partir daí, esgotados os prazos, com as respectivas prorrogações, dentro do próprio governo houve uma mudança que foi o primeiro sinal de que as coisas não iam bem. Eu deixei de participar das audiências com os proprietários de terra.

Fui substituído por um grupo que era “conversável”, e eu fiquei como um bicho-papão, de fora de todo o processo de discussão com as entidades, com os donos de terra - e aí eu faço uma distinção entre os donos de terra, que não são produtores, e os pequenos proprietários, esses sim os que produzem de verdade.

P - Ou seja, o sr. foi afastado das negociações ...

R - É, foram colocadas pessoas mais fáceis de conversar. Então, a partir daquele momento, começou a ficar claro para mim que havia uma distinção, dentro do próprio governo, entre as pessoas aceitas pelos latifundiários e eu, isoladamente, como uma figura não aceita. Houve então a fase final de aprovação do plano, que foi dramática. Eu alertava, com base na minha experiência de campo - que poucos tinham (e isso não significava que eu fosse o dono da verdade, ou que só eu conhecesse a reforma agrária) - que era desnecessário repetir algumas tentativas de reforma feitas no passado sem sucesso. Uma delas foi a do Proterra, uma tentativa que se fez na gestão do Cirne e Lima de reforma agrária consentida, uma coisa mais ou menos assim de você chegar ao latifundiário e dizer: “Olha, você tem muita terra, me dá uma parte, me cede uma parte”. Isso é negociar. O que aconteceu? Você deu a pior parte da terra, botou lá uma série de testas-de-ferro e recebeu o dinheiro. Quando eu disse que não acreditava em reforma agrária negociável foi com base no Proterra, que foi uma negociata, não resolveu nada e nem refrescou coisa alguma. No momento em que apareceu um plano aprovado, deveria vir antes a desapropriação. A palavra negociável é incompatível com a reforma. A reforma não pode implicar negócio, que é uma transação capitalista, um acordo entre partes; ela é um processo impositivo. Não chega a ser confiscatório, mas é impositivo. O poder público não vai perguntar se você quer pagar Imposto de Renda. Ele impõe uma lei, impõe uma taxa. Não vai chegar na Fiesp e perguntar se o Luís Eulálio quer pagar Imposto de Renda. O governo não pode, ao tentar fazer a reforma, chegar para o Fábio Mairalles e perguntar se ele quer ceder terras.

P - O plano que o sr. apresentou recebeu três críticas principais: que, antes de uma reforma agrária, o Brasil precisa de uma reforma agrícola; que o beneficiário da reforma iria em pouco tempo se desfazer da terra para conseguir dinheiro; e que ela provocaria uma queda da produção agrícola. O sr. concorda com algum desses argumentos?

R - Eles não têm a menor consistência. Vamos por partes. Primeiro, o negócio de o beneficiário vender a terra. Estava claramente explícito na proposta que não se iria dar título definitivo, mas sim concessões de uso. Só depois que o beneficiário se revelasse um agricultor é que ele receberia título de propriedade. Isso, então, não tem o menor sentido, é coisa superada. Quem fez isso foi o governo Médici na Transamazônica. Na parte de afetar a produção, tampouco tem

qualquer consistência, porque o espírito todo da reforma agrária, de acordo com o Estatuto da Terra, é um conceito de uso do solo. Não se trata de uma reforma confiscatória, que atinge todas as propriedades. A empresa, aquela que está produzindo, estando isenta, o contingente de laranja, de café, algodão, etc. estarão resguardados. Ela só vai incidir nas áreas não cultivadas. Então, se você pega um latifúndio - e sendo latifúndio ele não está produzindo - ele passa a produzir. Por pior que seja a exploração, ele agrega alguma coisa ao processo produtivo. Então, a reforma não vai afetar nada. Esses argumentos são completamente descabidos. Por trás deles existe uma verdade que ficou clara em São Paulo, em que os opositores da reforma não estavam defendendo suas propriedades em São Paulo, que normalmente são bem cultivadas, mas os seus investidores no Sul do Pará, na Bahia, Mato Grosso, Goiás etc. Lá sim eles têm terra como reserva de valor. Outro fator, este de ordem psicológica, é o do precedente. Eles temem que, através da reforma agrária, se passe a construir uma sociedade mais igualitária, que se perca outros privilégios, na política, na estrutura de poderes e assim por diante.

P - O sr. não foi a primeira vítima da reforma agrária. A determinação de fazê-la foi uma das principais causas do golpe contra o João Goulart, por exemplo.

R - É, eu falei há pouco que no Brasil todo mundo quer a reforma agrária até a hora de fazê-la. Por volta de 1963 havia quase uma centena de projetos na Câmara abordando o assunto, alguns muito bons, como o do Nestor Duarte, do Coutinho Cavalcanti, que colaborou na reforma de Cuba. Naquele tempo havia um obstáculo concreto, era preciso fazer antes a reforma da Constituição. Os dois principais partidos, a UDN e o PSD, reconheciam que essa mudança era indispensável, para permitir o pagamento aos desapropriados não em dinheiro, mas em títulos da dívida pública. Não a faziam sob a alegação de que não confiavam no presidente Jango. Houve o momento militar e esse argumento de não confiar no presidente caiu por terra. Não houve nenhuma cobrança ao Castello Branco a esse respeito, mas ele se adiantou. Por uma série de fatores que estão sendo investigados por diversos pesquisadores que estão defendendo tese sobre o assunto. O fato é que o Castello, devido a uma série de circunstâncias, até de natureza pessoal, mandou preparar um projeto de lei, a partir da mudança na Constituição. Acho que esse detalhe é da maior importância: não houve a cobrança.

P - Antes do golpe houve um movimento de massa no campo a exigir a reforma, não?

R - Sim, mas depois não houve pressões. O Castello se adiantou e isso está claramente escrito na mensagem que implementou o Estatuto da Terra. Ele queria tirar a bandeira da reforma agrária da mão dos esquerdistas. Está escrito com estas

palavras. E queria centrar na Presidência da República a responsabilidade de desencadear a reforma. De alguma forma ele assumia, como titular, como supremo mandatário, essa responsabilidade. As razões disso eu não posso afirmar com segurança, mas tenho as minhas explicações. Uma delas foi o fato de ele ter participado, como comandante do IV Exército, de um seminário sobre a terra e a reforma agrária, junto com D. Helder Câmara, com D. Agnelo Rossi, e aquilo deve ter mexido com ele. Não devemos esquecer que ele meio metido a intelectual. Deve ter influído também o fato de ele ter combatido na Itália e depois ter voltado lá várias vezes, de ter visto a reforma agrária feita naquele país. Ele também não tinha ligação com os setores latifundiários, o que talvez lhe tenha dado uma isenção para poder centrar neles aquilo que se poderia chamar toda a penalização da reforma. Por tudo isso, ele tomou a decisão e deu uma colaboração especial muito expressiva, a ponto de acompanhar, fazer sugestões, cobrar.

P - O sr. participou desse processo, não ?

R - Eu participei desse grupo. Tive muito contato pessoal com o presidente, tive a oportunidade de discutir a reforma em detalhes. Então, se, de um lado, havia toda a figura de Roberto Campos como coordenador das chamadas reformas democráticas, por outro tinha esse interesse pessoal dele, e talvez esse componente ajude a explicar o fato.

P - Como se explica que o regime militar tomando a decisão política de fazer a reforma e os instrumentos para isso, inclusive os de exceção, não tenha conseguido implantá-la?

R - Na minha análise há duas explicações. A primeira, é que o Castello foi vítima vamos dizer, da contra-reforma. Quais são as maneiras da contra-reforma atuar? Há diversas, mas uma delas é você burocratizar a reforma, é você sofisticar sua implementação. Eu acho que a solução encontrada, consciente ou não, foi essa. Isso devido a uma equipe altamente intelectual que estava lá, assessorando o Castello e o Roberto Campos, que não tinha conhecimento do campo, nem da reforma como um processo, principalmente com relação à participação camponesa. Se você entrasse no Ibra (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), nessa ocasião, tinha a impressão de estar numa filial da IBM. Houve até uma crítica de uma comissão da FAO, que achava que o Ibra também era parecido com o Ministério da Aeronáutica. Compraram jatinhos, helicópteros, tinham à disposição um grande número de pilotos etc. Você chegava lá e via caminhões da IBM carregando folhas de computador. Essa sofisticação foi um dos problemas. O outro foi o Castello não poder continuar a dar atenção pessoal ao assunto. Ele se envolveu com a situação política, aquela coisa toda das cassações, e queria ser fiel a autolimitação do seu mandato, enquanto os outros queriam que ele continuasse. Logo depois, o Costa e

Silva virou a mesa e ele ficou meio acuado. É claro, ele não iria cuidar da reforma agrária e deixar a situação política de lado.

P - Os métodos da contra-reforma não mudaram muito. A gente não está assistindo hoje a algo mais ou menos parecido?

R - Pois é, as circunstâncias são extremamente desfavoráveis. Quer dizer, houve uma circunstância desfavorável que foi a complexidade do processo político pós-64, que ainda perdura. Sarney, com o pacote econômico, com a reforma tributária e uma boa sustentação no Congresso, não vai colocar nenhum empenho pessoal na reforma agrária. Não é o caso de discutir se ele acredita ou não. Essa é outra história. O que importa é analisar o momento e a complexidade da situação política. Em 64 havia, de alguma maneira, uma ruptura, que é indispensável à realização de uma reforma. Em 85 também houve, até a morte de Tancredo, mas depois foi perdida essa condição. Todo *status quo* podia, de alguma maneira, ser alterado com o Tancredo, mas essa situação não subsistiu com o Sarney. Ele teve de fazer todo um malabarismo para conseguir sustentação, teve de lutar contra a própria falta de legitimidade. Isso tirou o chamado clima de reforma, que é indispensável para se fazer uma mudança com essa profundidade.

P - Por que há uma ruptura de poder para se fazer uma reforma agrária?

R - Exatamente para você se liberar dessas forças que se opõe ao processo. Em 64, essas forças estavam um pouco aturdidas. Não acreditavam que as bandeiras que tinham provocado o movimento pudessem ser retomadas. Tanto assim que quando o Estatuto da Terra foi aprovado e a reforma se configurou, o presidente da Sociedade Rural Brasileira na época, Saulo de Almeida Prado, disse que tinha havido uma traição e que era preciso conspirar de novo.

P - O próprio termo reforma agrária pressupõe que não se trata de uma revolução e as reformas são a pedra de toque do discurso liberal. Por que há tanta resistência à mudança da estrutura fundiária?

R - Primeiro, porque o conceito de reforma implica mudanças estruturais, e ela afeta uma série de interesses. No caso presente, da atual situação do País, a sociedade brasileira é hoje muito mais rural do que no passado. Essa foi uma das grandes surpresas que eu tive. Nós subestimamos isso. Pessoalmente, eu achava que a sociedade brasileira, em 1985, era muito mais industrial, muito menos dependente do latifúndio. Não é. Foi um erro de avaliação terrível.

P - A concentração da terra é hoje maior que no passado?

R - Não, mas a influência da terra em toda a estrutura social é. A gente não tinha levado em conta as diversas imbricações que a questão envolve. Por exemplo, numa amostragem de 40 desapropriações que nós começamos a fazer,

apareceram três grandes figuras. Uma era parente próximo do presidente da República; outra, proprietário de emissoras de tevê; e terceira, uma figura da mais alta intimidade do presidente e ex-integrante da ala “bossa-nova” da UDN. Em 40 apareceram essas três. Foram outras conexões que fatalmente existem. Isso mostra como há uma imbricação, uma superposição. E eles, em si, não são fazendeiros, não são vistos como agricultores, como donos de terras. Mas têm grandes interesses, que se afloraram quando se tentou mexer na terra.

P - Quer dizer que aquela estrutura do coronelismo, de uma certa forma, ainda sobrevive?

R - Modernizada, e é fácil depois a gente compreender isso. Primeiro, essa superposição de setores da economia veio devido à inflação. Quando a inflação se tornou galopante, durante um período longo, quase uma década, a terra se mostrou como melhor opção de investimento. Então os bancos, o capital financeiro de modo geral, a indústria etc. Em segundo lugar, diversas políticas de governo facilitaram essa imbricação, principalmente o incentivo fiscal. O industrial paulista, ou o banqueiro sediado em São Paulo, não ia montar uma fábrica no Nordeste, mesmo dispondo de incentivos, porque ela iria competir com seus negócios aqui, na sede da capital. Partiu, então, para investimentos em agricultura. Principalmente em pecuária, na área da Sudam. Então, o industrial, mesmo o industrial moderno, de São Paulo, tornou-se também interessado em terras, via incentivo fiscal na área da Sudam, sem falar no reflorestamento, que interessou principalmente aos bancos. E aí a coisa misturou. Em alguns casos esses interesses se tornaram tão grandes, que chegaram a se igualar ao próprio negócio original, o negócio industrial, comercial ou bancário. Isso alterou muito o equilíbrio de forças, porque tradicionalmente o industrial sempre foi aliado da reforma, e no caso brasileiro isso não apareceu com tanta nitidez, devido a essa imbricação setorial.

P - A investida do capital sobre o Centro-Oeste e a área da Sudam não gerou distorções locais?

R - Terríveis distorções. Uma das primeiras medidas que tomamos foi fazer uma análise da maturação dos projetos. Quer dizer, comparamos o que o cara declarava que ia investir no projeto com aquilo que ele realmente investiu. Foi um desastre. E a nossa proposta do plano teve a ousadia de mencionar isso.

P - Quais foram as conseqüências?

R - A Sudam não chegou a tomar nenhuma medida de parar os projetos. Mas a Sudene tomou, paralisou a análise, a aprovação dos projetos agropecuários, enquanto não se aprovasse a proposta de reforma agrária. Isso significou a paralisação da circulação de recursos, que nem sempre eram aplicados no projeto.

P - *A culpa, então, foi do governo?*

R - Não. Acredito que uma das dificuldades foi a do momento histórico inadequado. O trauma da morte de Tancredo deslocou o eixo do grande debate nacional para outros problemas. E o equívoco foi geral, atingiu os próprios trabalhadores, que acreditaram que o governo sozinho faria isso.

P - *Faltou apoio dos maiores beneficiados, não?*

R - Os próprios trabalhadores não se mobilizaram efetivamente, não mostraram a força que eles realmente têm, para ajudar a impulsionar o processo. A classe política estava ocupada com outras coisas: reforma tributária, reforma ministerial, havia essa embriaguez com a chegada ao poder, todas essas dificuldades. Não houve uma sustentação das forças populares e políticas que poderiam sair em favor da reforma. E do outro lado, na direita, aconteceu justamente o contrário. Ela se mobilizou rápida e competentemente. Fez o leilão em Goiânia, comprou armas e conseguiu arrastar até um segmento que deveria ser estruturalmente a favor da reforma, a OCB, Organização de Cooperativas Brasileiras. Na briga do governo Carvalho Pinto pela revisão agrária, a Ocesp, aqui em São Paulo, apoiou firmemente a reforma. Dessa vez ela foi contra, porque os proprietários em geral se uniram exatamente em torno desse temor que se espalhou, de que a reforma iria afetar, inclusive, as pequenas propriedades. Foi vendida essa idéia, e não houve quem ajudasse a esclarecer, porque se deixou tudo nas mãos ou nas costas do governo. Ora, a reforma agrária é um problema da sociedade, não é um problema do Incra, do Mirad ou do governo federal.

P - *As invasões de terra, as manifestações de líderes sindicais em defesa da reforma, não serviram como base de sustentação do governo?*

R - Elas vieram tarde, ocorreram depois que houve a frustração do decreto. Durante o debate não aconteceu isso, inclusive certos fatos grotescos, de natureza policial, como o leilão em Goiânia, a compra de armas, não encontraram uma reação viril por parte do governo.

P - *O sr. foi acusado de ter incentivado as invasões, na medida em que o projeto considerava passíveis de desapropriação as áreas de conflito.*

R - Esse é um pretexto como qualquer outro. Tanto era válido o que propunhamos que as desapropriações que foram feitas saíram em cima das áreas de conflito. Agora, no caso dos brasilguaios, criou-se um foco de tensão. Ao anunciarmos a reforma, o pessoal que estava no Paraguai, sendo massacrado pela polícia daquele país, quis voltar para casa, tentando obter terra aqui.

P - *Os conflitos de terra, a violência contra os posseiros, são fenômenos mais ou menos localizados. Isso não reforça a tese da conveniência de uma reforma agrária por etapas, com prioridade para as áreas de tensão?*

R - O Estatuto da Terra utiliza a tensão como um dos critérios para elege áreas desapropriáveis. Então, não estávamos fazendo nada diferente do que a lei mandava. Agora, se usou o argumento do conflito pré-fabricado como se utilizaria qualquer coisa. É uma resistência à mudança. O que faltou foi a força para tornar a reforma um processo impositivo. Você não consulta o jacaré quando vai montar uma fábrica de bolsas. Claro que ele não vai concordar.

P - *A discussão sobre a reforma agrária no Brasil é muito ideologizada. Quem é a favor dela é apontado como agente do comunismo pelos adversários. Quem é contra, alega estar defendendo o direito de propriedade, em última instância, o capitalismo. Essa dualidade está bem colocada?*

R - Não, ela está terrivelmente confusa. Pessoas que esgrimem esses argumentos, principalmente o Sérgio Cardoso de Almeida, fazem uma terrível confusão e os dados que elas usam servem para demonstrar exatamente o contrário do que pretendem. Atacam a reforma dizendo que os americanos não a fizeram e até exportam cereais para os países do bloco soviético. Um engano. Em primeiro lugar, os americanos fizeram uma reforma agrária e no momento histórico adequado. Foi durante o processo de ocupação, através de uma lei que limitava a ocupação do território em 160 acres, que são 26 alqueires paulistas. Toda essa estrutura, vamos dizer, de alguma maneira satisfatória da agricultura americana, resultou daí. É que ela se assentou numa base física já democratizada. O ocupante, o peregrino que vinha da costa Leste para o Meio-Oeste, tinha um limite de ocupação do território, tanto assim que, nas áreas planas de Illinois, Indiana, e em outros Estados onde existe a melhor terra dos Estados Unidos, a figura da propriedade familiar é regular. É um quadrado. Porque, ao delimitar em 160 acres, a figura mais fácil de ser delimitada é o quadrado. A superposição dos quadrados fez, inclusive, alguns Estados muito simétricos, muito regulares, geometricamente falando. Foi feita uma reforma agrária, num momento histórico, e para aquela condição da época. Dizer que o americano nunca fez reforma agrária, é não conhecer história. Agora, eu acho que há uma colocação ideológica de outra natureza. É a colocação esquerda-direita, muito clara, que eu acho muito pertinente. É muito difícil fugir dessa análise. Quem é esquerda, na reforma agrária? A esquerda é composta por todos aqueles que acreditam que qualquer um possa ser igual a qualquer um. Quem acredita que um bóia-fria pode tornar-se um Lunardelli, é esquerda. Quem acredita que o cortador de cana tem de continuar cortador de cana e que o Sérgio Cardoso de Almeida deve continuar fazendeiro, que não pode haver uma permeabilidade social, é direita. Quem quer reprimir greve

na base do cacete, como em Guariba, é direita. Quem acha que é possível resolver com diálogo, com aceitação do sindicato, é esquerda.

P - Entre esses dois extremos, não existe o meio-termo?

R - Não existe. Na hora de resolver as questões, não existe. O sujeito não cede, não acredita, e, no caso de São Paulo, isso ficou muito claro. Não houve um meio-termo. Ou o cidadão acreditava que alguém pudesse receber terra e se tornar um proprietário, ou achava que deveria continuar “enchadeiro” a vida inteira. Foi por aí a coisa.

P - Durante sua gestão como secretário de Agricultura do governo Montoro, o sr. tentou mexer na questão da terra, não?

R - O Estado não tem poderes, não tem instrumental para realizar uma reforma. O que nós tentamos fazer lá foi um levantamento das terras públicas, já que há muita área ociosa. E aí, novamente, apareceu a direita. Diretores de estação experimental, diretores de escolas de agronomia, têm dois mil hectares ociosos e não aceitam entregar. É o que está acontecendo em Botucatu. Então isso é direita. Simplesmente, isso é uma posição de direita.

P - O próprio aparelho de Estado é um empecilho à reforma?

R - Terrível. Esse conservadorismo - o sujeito tem, não usa, não empresta, não cede e não quer que o outro use - é uma expressão da direita. Isso está ocorrendo em Botucatu. Tem uma área imensa, desocupada, sem condições de ser ocupada e tem um acampamento na frente, com centenas de lavradores, que podem plantar, colher, mas não têm terra.

P - Recentemente se falou na possibilidade da extinção do Incra. O sr., naturalmente, é contra, não?

R - Isso é a contra-reforma em marcha, já dentro do Palácio do Planalto. O Incra, apesar de toda a imagem negativa, tem uma grande vantagem: é uma autarquia especial, que é exatamente a estrutura que dá flexibilidade em termos de pessoal próprio, que permite desapropriar e até emitir títulos. O Incra é um dos poucos órgãos, afóra o Tesouro Nacional, que pode emitir. Ao acabar com ele, a reforma agrária vai ser lançada na vala comum da administração direta: burocratizada, ineficiente, lerda e dominada pelos donos de terra. Fatalmente ela vai parar no Ministério da Agricultura.

P - Depois de todas as decepções que o sr. viveu, ainda acredita que é possível fazer a curto prazo uma reforma agrária no Brasil?

R - Não acredito. Vão ser feitas algumas tentativas, ela vai ser tópica. É a reforma agrária que eu chamo de pêlo de onça: algumas desapropriações, mas nós

não vamos ter áreas contíguas de expressão geográfica significativa. Agora, pode ser dado um passo. Se os novos assentamentos forem bem feitos, podem criar algumas áreas que exerçam efeito de demonstração e mostrem que a reforma agrária é viável. Talvez ela possa ser ampliada no futuro.

P - Com a estrutura fundiária atual, qual o destino do País?

R - Acredito firmemente que se vai solidificar no Brasil uma economia dualista. Temos um estrato da população de consumo de classe média alta e classe alta, com acesso a bens duráveis, movimentando uma economia baseada até em tecnologia de ponta. Ao lado desse segmento, temos uma imensa massa desempregada, subempregada e errante. Se isso já é estranho num país que não tem abundância de terra, é intolerável no Brasil. O principal ingrediente, que é a terra, temos de sobra.

P - Esse é o aspecto social da reforma. Pelo lado econômico o sr. também vê assim?

R - Também. Você criaria um mercado, daria emprego, evitaria o aviltamento de salários na cidade, porque o pessoal do campo permaneceria lá. A reforma tem todos os elementos favoráveis. Faltam apenas coragem e decisão política.

Sindicalização Rural em São Paulo¹

José Gomes da Silva

O leitor comum, mesmo aquele que vive na zona rural, não teve ainda a sua atenção despertada para a luta que se trava presentemente em todo o nosso interior pela disputa da liderança das massas trabalhadoras do campo. Católicos e extremistas palmilham território do Estado, falando aos assalariados rurais e mobilizando suas bases e os seus recursos para tentar alcançar e arregimentar o até agora esquecido trabalhador rural.

Poucos, de fato, tomaram conhecimento que a disputa entre o Padre Mello e Francisco Julião já alcançou a terra bandeirante.

Trinta e duas associações profissionais de trabalhadores rurais (inspiração católica e sete outras de origem esquerdista, já existem no Estado de São Paulo, além de uma Federação (entidade federativa de âmbito estadual) e uma União - a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) - organização aglutinadora de 7 federações estaduais. Esta última, tem ligação com a esquerda, enquanto a primeira - a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP) - é apoiada pelo Movimento Sindical Democrático e pela Federação dos Círculos Operários do Estado de São Paulo, com a simpatia e colaboração da Igreja Católica.

Que motivos sérios teriam levado a Igreja - tradicionalmente tão discreta e cautelosa no trato de assuntos terrenos - a enfrentar a ameaça comunista, nessa luta em campo aberto, em pleno coração da zona rural?

O exemplo do Nordeste foi indiscutivelmente a escaramuça preliminar para esta batalha que, pouco tempo depois, veio a ser travada no interior bandeirante. Somente depois que as Ligas Camponesas (que incidentalmente nem ligas são, mas simples associações profissionais de trabalhadores) tinham ido muito longe, pondo em polvorosa todo o interior nordestino, causando preocupação até aos países amigos e ameaçando colocar uma foice e um martelo nas mãos de cada camponês, foi que a Igreja Católica resolveu entrar na liça. O trabalho dos bispos do Nordeste e a presteza (e felicidade) com que, de pronto, despontou na pessoa do Padre Mello, o líder para enfrentar Julião, contiveram com facilidade a onda vermelha, prestes a rolar para o sul.

¹ Artigo escrito em 29/10/1962.

De outra parte, apenas em São Paulo existia uma retaguarda governamental séria e consistente - a lei da Revisão Agrária - primeiro movimento de iniciativa oficial destinado a trazer, finalmente, a justiça social para dentro das casas dos caboclos. Partindo dessa iniciativa pioneira e da consciência reformista que se cristalizara em todo o nosso Estado depois da batalha legislativa em torno da chamada "Revisão Agrária", foi possível à Igreja organizar devidamente um trabalho de contenção do movimento extremista que usava como apoio, principalmente a base da Federação dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação, entidade bastante atuante sobretudo nas áreas rurais de influência canavieira.

Um pouco da História Sindical Rural

O movimento de sindicalização rural remonta, no Brasil, ao início deste século (6 de janeiro de 1903), quando o decreto legislativo nº 979 dispôs sobre a organização dos sindicatos rurais, tomados então, no velho conceito de "entidade paritária", abrangendo patrões e empregados, conforme os melhores figurinos que, na época, a França costumava nos mandar.

Mais ou menos na ocasião em que um promotor público paulista lançava em São Paulo as bases da arregimentação patronal com a criação do Sindicato dos Invernistas e Criadores de Gado de Barretos (pedra fundamental da atual FAESP), era fundado no Estado do Rio de Janeiro, em 23 de outubro de 1938, o Sindicato dos Empregados Rurais de Campos, primeira entidade de assalariados organizada no Brasil, com base naquela velha lei de 1903.

É interessante registrar que a legislação específica disciplinadora da sindicalização rural (o decreto-lei nº 7.038, de 10 de novembro de 1944) apareceu entre nós quase um ano antes do decreto-lei 8.127, de 24 de outubro de 1945, que veio estabelecer, apenas cinco dias antes da derrubada da ditadura, as bases da arregimentação das classes patronais rurais.

Qual então o motivo pelo qual não se organizam sindicatos rurais no Estado de São Paulo (e mesmo no Brasil), se existia legislação específica desde 1944 e uma entidade regularmente fundada desde 1938? A razão fundamental foi, sem dúvida, a diferença de tratamento que os criadores da legislação trabalhista no Brasil sempre impuseram ao operário rural. Não se prestando tão facilmente como caldo de cultura para alimentar o desenvolvimento de certos intuitos políticos (como resultado do seu baixo índice de politização), o trabalhador agrícola teve sempre os seus anseios gregários barrados no próprio seio do Ministério do Trabalho - sempre tão receptivo e incentivador das reivindicações dos operários da cidade - pelo hábil recurso do indeferimento dos pedidos de carta sindical às associações dos trabalhadores do campo, "devido à inexistência de categorias que permitissem o enquadramento sindical".

Vê-se, por aí, a clara e urgente necessidade de uma arregimentação em paralelo das camadas assalariadas, para juntamente com órgãos patronais, formarem, então, uma verdadeira e autêntica classe rural, aqui tomada em seu sentido lato de corte vertical de uma estrutura social.

Iniciativa Oficial e Iniciativa Privada

Muito embora esteja clara a disposição do governo federal de não estimular a arregimentação dos trabalhadores da roça, não pode dizer que tenha havido total desinteresse pelo assunto de parte de alguns órgãos oficiais.

Além da farta legislação existente, em boa parte de iniciativa do Executivo - desde o decreto nº 979, de 6 de janeiro de 1903, até o Estatuto do Trabalhador Rural, ora em discussão no Senado - diversas agências governamentais estão lidando com o assunto, nele atuando, como é facilmente compreensível, em graus variáveis de interesse.

O Serviço Social Rural, por exemplo, no programa de trabalho do seu último presidente, inclui a arregimentação dos assalariados rurais ao lado de outras medidas igualmente ousadas, e discutíveis como a constituição de um exército nacional de aparadeiras e a criação de centros de artesanato rural.

As Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, utilizando a sua tradição de assistência ao trabalhador citadino, têm constituído, no interior, a base para uma primeira abordagem do problema dos direitos dos empregados rurais.

No âmbito estadual, a Secretaria do Trabalho vem de longa data fazendo a distribuição de cadernetas de trabalho, documento avidamente procurado pelo pessoal da zona rural e cujo valor tem sido bastante superestimado pelos nossos confiantes homens do interior. A Secretaria da Justiça criou recentemente um grupo de trabalho destinado a estudar a metodização da prestação de assistência jurídica ao trabalhador do campo. E a Secretaria da Agricultura, dentro da nova formulação de trabalho assistencial que está pondo em prática, encara, dentro do Setor de Associativismo da Seção de Assistência à Família Rural, tanto as Associações Rurais (órgãos de representação patronal) como os Sindicatos Rurais (órgãos de representação dos trabalhadores) como grupos estruturados, no seu sentido sociológico, cuja constituição deve estimular, inclusive para facilitar a sua tarefa final de procurar atingir o produtor, sua família e a comunidade onde vivem.

É curioso assinalar, ainda, diversas iniciativas patronais visando prestigiar a sindicalização rural em nosso Estado. Destas, a mais conhecida é a famosa "circular de Descalvado", como passou a ser conhecido o documento, nos círculos ruralistas de São Paulo. Trata-se de uma recomendação feita pelo Dr. Luiz Dias Alvarenga, Presidente da Associação Rural daquele município do Vale do Mogi Guaçu, através do qual essa entidade de patrões, antecipando-se às reivindicações dos próprios trabalhadores, conclamou os fazendeiros da região a "observarem a legislação em vigor, que assegura e garante ao trabalhador da roça os direitos ao

salário mínimo, férias, descanso remunerado, aviso prévio e seguro contra acidentes do trabalho”. Com base nessa demonstração de boa vontade patronal, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Região de Campinas, cuja jurisdição atinge o município de Descalvado, tem promovido proveitosas reuniões entre fazendeiros e líderes sindicais rurais. Trata-se, sem dúvida, de uma iniciativa de profundo sentido social e de inestimável valor pioneiro e que muito está contribuindo para o justo encaminhamento do problema de relações entre patrões e empregados, de modo a manter um clima de entendimento, compreensão e justiça social naquela próspera região agrícola.

O contrato coletivo de trabalho, celebrado entre os órgãos de representação de patrões e empregados rurais da região de Maringá, é um outro exemplo concreto a apontar que é possível, dentro do diálogo democrático, encaminhar o problema de reconhecimento e colocação em prática dos direitos trabalhistas do assalariado da roça, com a própria participação dos proprietários.

Apesar da “presença” oficial e da compreensão manifestada por alguns círculos patronais mais esclarecidos (pouquíssimos ainda, infelizmente), a verdade é que a sindicalização rural está se desenvolvendo em nosso Estado como resultado da própria liderança trabalhista sob a força emulativa da disputa entre a Igreja Católica e o movimento extremista.

O Estatuto do Trabalhador Rural

A crescente politização da nossa população rural, a onda civilizadora representada pelos modernos fatores de conforto no campo, (novas estradas, rádios transistores, etc), a “quebra do tabu” resultante da Lei da Revisão Agrária Paulista e, principalmente, a pressão econômica resultante da disparidade existente entre o reconhecimento dos direitos do trabalhador da cidade e os dos seus colegas da roça, vêm contribuindo para criar uma sadia consciência associativa entre o proletariado agrícola. Esse vigoroso movimento gregário, traduz-se, até certo ponto, na inquietação que os patrões já perceberam e que começa agora, a chegar ao noticiário dos jornais.

Essa situação tem despertado grande interesse em torno do conhecimento dos direitos do trabalhador rural, à luz da atual legislação. A divulgação desses direitos tem sido feita pelos métodos convencionais utilizados pelo movimento sindical, sobretudo por meio de reuniões e “volantes”.

O estatuto básico que regulamenta os direitos do trabalhador do campo é a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), o mesmo diploma que dispõe sobre o trabalho urbano. De todo o imenso emaranhado de decretos-lei, leis, decretos e portarias que compõem esse estatuto, apenas cinco itens se aplicam ao assalariado rural: salário mínimo, férias, descanso semanal remunerado, aviso prévio em caso de despedida injusta e seguro contra acidentes de trabalho.

Apesar da modéstia e timidez com que a lei ampara o camponês proletário, pouquíssimas empresas rurais, representando raras e honrosas exceções, cumprem esses cinco dispositivos legais. O salário mínimo é o item mais facilmente observado, dadas as numerosas formas de participação direta ou indireta dos assalariados nos resultados da empresa e os pagamentos em espécie (leite, lenha, verdura, pasto e moradia), que vigoram na zona rural, e que a essa conta são debitados.

O descanso semanal remunerado é geralmente vinculado ao próprio pagamento mensal. O aviso prévio e o seguro de trabalho raramente são observados e, finalmente, as férias não são concedidas, de modo geral.

De sua parte, os patrões defendem-se como podem. Em discussões quase sempre acaloradas, costumam argumentar que não existem condições para o atendimento da legislação trabalhista, que o governo não garante preços e não concede financiamentos suficientes, que o adubo e o trator, estão pela hora da morte, etc. No âmbito da fazenda, fala-se em falta de regulamentação da lei trabalhista, das liberalidades que concedem aos empregados sob diversas formas, e outras coisas desse tipo.

Todos esses fatos, e mais a confusão de que geralmente se aproveitam os agitadores pela falta de legislação própria, têm feito com que se venha encarando seriamente a possibilidade de promulgação de uma lei específica a respeito das relações entre patrões e empregados da empresa rural.

O mais sério e recente esforço para disciplinar o tratamento rural está consubstanciado no chamado Estatuto do Trabalhador Rural, como é conhecido o projeto de lei nº 1.837-D de 1960, apresentado pelo deputado federal Fernando Ferrari.

Esse projeto foi objeto de debates na sede da FAESP, com a presença do deputado gaúcho, tendo, na ocasião, merecido diversas restrições.

Compreendendo a importância do assunto, e “atendendo a verdadeiro clamor da ordem social”, decidiu o Senado Federal constituir uma Comissão Especial para estudar o projeto. O relator dessa comissão, Senador Nelson Maculan, empolgado com o assunto, percorreu as áreas de maiores concentrações de operários rurais do Norte e do Nordeste, a fim de obter nessas zonas “dados concretos sobre as condições de vida, e de trabalho do homem do campo”. Graças a essas observações e à sua experiência de ruralista militante em três estados da federação, pode apresentar além, de um magnífico parecer (verdadeira radiografia do trabalho rural no Brasil), um substitutivo que veio ampliar e aperfeiçoar significativamente o projeto original submetido à Câmara dos Deputados. Com base em novas sugestões dos Senadores Lima Teixeira e Afrânio Lages, o próprio relator da Comissão Especial apresentou um segundo substitutivo, atualmente já aprovado pelas Comissões de Finanças e Constituição de Justiça do Senado Federal.

trabalhadores da roça irão participar, em igualdade de condições com a atual e pouco representativa cúpula patronal. Aí então, falando à agricultura em nome de toda uma classe, irá encontrar a lavoura, com o lastro dessa nova força popular, os seus elevados e verdadeiros destinos.

Os fatos que foram resumidamente enumerados, os sindicatos rurais legalizados durante a gestão do Ministro Franco Montoro, a fundação de Federações Estaduais de Trabalhadores Rurais e as primeiras gestões que se processam para o lançamento de uma Confederação Nacional de Assalariados, acabarão por dar aos cristãos e democratas de São Paulo, da mesma forma que no movimento sindical urbano, a liderança nacional do movimento de arregimentação dos trabalhadores do campo. Com uma auspiciosa diferença fundamental, na sindicalização rural os cristãos vêm batendo fragorosamente Francisco Julião...

Problemas Rurais na Encíclica “Mater et Magistra”¹

José Gomes da Silva

Apresentação

Como se sabe, encíclicas são cartas solenes, que os pontífices enviam ao clero e aos fiéis abordando problemas da atualidade. Escritas em latim, são sempre designadas pelas palavras iniciais. Muitas são as encíclicas famosas mas que marcaram época abordando a questão social foram sobretudo a *Rerum Novarum* (“Tempos Novos”), do Papa Leão XIII, de 15-5-1891, que determinou a nova ação social do catolicismo em relação aos operários e a *Quadragesimo Anno* (“Quadragesimo Aniversário”), de Pio XI, em 15-5-1931, a respeito da restauração e aperfeiçoamento da ordem social.

A recente encíclica *Mater et Magistra* (“Mãe e Mestra” referindo-se à Igreja), foi expedida pelo Papa João XXIII aos 15 de maio de 1961, exatamente 70 anos depois da mensagem de Leão XIII e 30 anos depois da bula famosa de Pio XI.

O seu conhecimento - no todo ou na forma resumida em que ora apresentamos - é indispensável a todos aqueles que se interessam pelas questões sociais da atualidade. Principalmente nessa época de reformulação de serviços assistenciais em que em que se está contemplando o homem rural, sua família e a comunidade a que pertencem, o presente documento é digno de atenção de todos aqueles que estão empenhados em trabalhos educacionais na zona rural.

Trechos e passagens da “Mater et Magistra” são constantemente citados em trabalhos sobre agricultura de toda espécie.

A presente publicação foi preparada com a finalidade de dar a conhecer aos nossos líderes rurais, engenheiros agrônomos e demais interessados a parte da carta papal em que os problemas rurais da atualidade são mais diretamente tratados. Assim, são nela transcritos, como se verá, 47 itens dos 258 que compõe a famosa bula.

¹ Compilação efetuada em 1964 para a *Série Documentário n° 2* da Divisão de Assistência Técnica Especializada da Secretaria da Agricultura.

Tal como se dá com o texto original, no primeiro capítulo são recordados trechos da encíclica “Rerum Novarum” e outros ensinamentos de Pio XI e Pio XII. Três itens desse capítulo são aqui transcritos.

É todavia no capítulo III, “Novos Aspectos da Questão Social”, que os problemas rurais são tratados em extensão e atualidade. O seu primeiro título vai transcrito na íntegra.

Finalmente, o capítulo IV é dedicado à renovações das relações de convivências e abordagem das questões espirituais e à apresentação de sugestões ao clero e aos fiéis. Não tratando especificamente de questões ligadas à agricultura, não foi aqui incluído.

I. Ensinamentos da Encíclica “Rerum Novarum” e Oportunos Desenvolvimentos do Magistério de Pio XI e Pio XII

“40. Quanto ao uso dos bens materiais, o Nosso Predecessor afirma que o direito de todo homem a usar daqueles bens para o seu próprio sustento tem prioridade sobre qualquer outro direito de propriedade. Certamente, acrescenta Pio XII, também o direito de propriedade dos bens é um direito natural; mas, segundo a ordem objetiva estabelecida por Deus, o direito de propriedade é limitado, pois não pode constituir obstáculo a que seja satisfeita a exigência irrevogável dos bens, criados por Deus para todos os homens estarem eqüitativamente à disposição de todos, segundo os princípios da justiça e da caridade (cf. *ibid.* p. 199)”.

“42. Quanto à família, o Sumo Pontífice afirma que a propriedade privada dos bens materiais deve ser considerada como espaço vital da família; isto é, meio apto para assegurar ao pai de família a sã liberdade que necessita para poder cumprir os deveres que lhe foram impostos pelo Criador, para o bem-estar físico, espiritual e religioso dos seus (cf. *ibid.* p. 202). Isto confere também à família o direito de emigrar. Sobre este ponto, o Nosso Predecessor adverte que os Estados, tanto os que permitem a emigração como os que acolhem novos elementos, se procurarem eliminar tudo o que pode impedir o nascimento e o progresso duma verdadeira confiança (cf. *ibid.* p. 203) mútua, conseguirão uma vantagem recíproca e contribuirão simultaneamente para o incremento do bem-estar humano e do avanço da cultura”.

“45. No campo social: a dos seguros sociais, e, nalgumas nações economicamente desenvolvidas, o estabelecimento de sistemas de previdência social; a formação e extensão, nos movimentos sindicais, duma atitude de responsabilidade perante os maiores problemas econômicos e sociais; a elevação progressiva da instrução de base; um bem-estar cada vez mais generalizado; a crescente mobilidade social e a conseqüente remoção das barreiras entre as classes; o interesse do homem de cultura média pelos acontecimentos diários de repercussão mundial. Além disso, o aumento da eficiência dos sistemas econômicos, em cada vez maior número de países, evidencia mais ainda os

“85. Para este fim, é necessário que uns e outros possuam uma boa formação não só técnica mas também humana, e se encontrem organizados profissionalmente; e é também indispensável que se exerça uma política econômica apropriada, no que diz respeito sobretudo à instrução, ao regime fiscal, ao crédito e à previdência social”.

“86. Por outro lado, a ação dos poderes públicos em favor do artesanato e dos sócios das cooperativas encontra-se também justificada pelo, fato de representar categorias a que pertencem valores humanos genuínos e que contribuem para o progresso da civilização”.

“87. Por estes motivos, convidamos, com amor paternal, os Nossos caríssimos filhos - artífices e sócios das cooperativas, espalhados pelo mundo inteiro - a tomarem consciência da nobreza da sua profissão e da importância do que fazem para nas comunidades nacionais se manter o sentimento da responsabilidade o espírito de colaboração, e se conservar vivo o amor do trabalho perfeito e original”.

“112. Ainda mais se deve urgir a difusão da propriedade num tempo como o nosso, em que, como já se indicou, mais numerosos são os Países que desenvolvem rapidamente os próprios sistemas econômicos. Por isso utilizando os vários recursos técnicos de eficácia comprovada, não é difícil promover iniciativas e exercer uma política econômica e social que tente e facilite uma difusão mais extensa da propriedade particular dos bens de consumo duráveis, da habitação, e das terras, das ferramentas dos artífices e dos alfaías da casa agrícola, e de ações nas médias e grandes empresas. Alguns países, economicamente progressivos e socialmente avançados já o estão experimentando com feliz resultado”.

III. Novos Aspectos da Questão Social

“119. O avanço da história faz ressaltar cada vez mais as exigências da justiça e da equidade, que não intervêm apenas nas relações entre operários e empresas ou direção destas, mas dizem também respeito às relações entre diversos setores econômicos, entre zonas economicamente desenvolvidas dentro da economia nacional, e, no plano mundial, às relações entre países desigualmente desenvolvidos em matéria econômica e social”.

Exigências da Justiça quanto às relações entre os Setores Produtivos

A Agricultura, Setor Subdesenvolvido

“120. Não parece que a população rural do mundo, considerado em toda a sua extensão, tenha diminuído, em números absolutos. Apesar disso é incontestável que se dá um êxodo das populações rurais em direção aos centros urbanos. É um

fato que se verifica em quase todos os Países e algumas vezes atinge proporções enormes e cria problemas humanos complexos, difíceis de resolver”.

“121. Sabemos que, à medida que uma economia progride, diminui a mão de obra empregada na agricultura, aumenta a porcentagem dos que trabalham na indústria e nos vários serviços. Pensamos contudo que o êxodo da população, do setor agrícola para outros setores produtivos, não é provocado somente pelo progresso econômico. Deve-se a múltiplas outras razões, como a vontade de fugir dum ambiente considerado estreito e sem futuro; a sede de novidades e aventuras, que domina a geração presente; a esperança de enriquecimento rápido; a miragem de uma vida mais livre, com os meios e facilidades que oferecem os aglomerados urbanos. Mas julgamos que não se pode duvidar de que este êxodo é também provocado pelo fato de ser o setor agrícola, quase em toda a parte, um setor deprimido, tanto no que diz respeito ao índice de produtividade da mão-de-obra, como pelo que se refere ao nível de vida das populações rurais”.

“122. Daí um problema de fundo, que se apresenta a quase todos os Estados: Como reduzir o desequilíbrio da produtividade entre o setor agrícola, por um lado, e o setor industrial e os vários serviços, pelo outro? Isto, para o nível de vida da população rural se aparta o menos possível do nível de vida dos que trabalham na indústria e nos serviços; para os agricultores não sofrerem um complexo de inferioridade, antes, pelo contrário, se persuadirem de que, também no meio rural, podem afirmar e aperfeiçoar a sua personalidade pelo trabalho, e olhar confiados para o futuro”.

“123. Parece-nos, por isso, oportuno indicar algumas diretrizes susceptíveis de contribuir para resolver o problema. Valem, pensamos Nós, qualquer que seja o ambiente histórico; contanto que sejam aplicadas, como é óbvio, de maneira e na medida que o ambiente permitir”.

Adaptação dos Serviços Essenciais

“124. Primeiramente, é indispensável que exista o empenho, sobretudo por parte dos Poderes Públicos, em que, nos ambientes agrícolas, se desenvolvam, como convém, os serviços essenciais: estradas, transportes, comunicações, água potável, alojamento, assistência sanitária, instrução elementar, formação técnica e profissional, boas condições para a vida religiosa, meios recreativos, e tudo o que requer a casa rural em mobiliário e modernização. Se faltarem nos meios rurais estes serviços, que hoje são elementos construtivos dum nível de vida digno, o desenvolvimento econômico e o progresso social vêm a tornar-se quase impossível ou demasiado lento. Donde resulta que o êxodo da população rural se torna praticamente inevitável e dificilmente se consegue discipliná-lo”.

Desenvolvimento Gradual e Harmonioso do Sistema Econômico

“125. É necessário também que o desenvolvimento econômico da Nação se realize de modo gradual e harmônico entre todos os setores produtivos. Quer dizer, é preciso que no setor agrícola se realizem as transformações que dizem respeito às técnicas da produção, à escolha das culturas e à estruturação das empresas, conforme as permitir ou exigir a vida econômica no seu conjunto; de maneira que se atinja, logo que seja possível, um nível de vida conveniente, comparado com o setor da indústria e dos vários serviços”.

“126. A agricultura chegará assim a absorver maior quantidade de bens industriais, e a requerer serviços mais qualificados. Por sua vez, oferecerá aos outros dois setores e à comunidade inteira produtos que melhor correspondam, em quantidade e qualidade, às exigências de consumo; e contribuirá para a estabilização da moeda, elemento positivo para o progresso ordenado do sistema econômico total”.

“127. Deste modo, julgamos que se tornaria menos difícil regulamentar, tanto nas regiões donde parte como naquelas a que se dirige o movimento da mão de obra, libertada pela modernização progressiva da agricultura; e seria possível dar-lhe a formação profissional requerida para a sua proveitosa inserção nos outros setores produtivos, bem como ajuda econômica e a preparação e assistência espiritual, necessárias à sua integração na sociedade”.

Política Econômica Apropriada

“128. Para se obter progresso econômico harmonioso, entre todos os setores produtivos, requer-se uma política econômica hábil no campo agrícola no que se refere ao regime fiscal, ao crédito, à defesa dos preços, ao fomento de indústrias complementares e à modernização dos estabelecimentos”.

Regime Fiscal

“129. A distribuição dos encargos segundo a capacidade contributiva dos cidadãos é princípio fundamental dum sistema tributário justo e eqüitativo”.

“130. Mas corresponde também a uma exigência do bem comum ter presente, na distribuição tributária, que os lucros se botem com maior lentidão no setor agrícola e estão expostos a maiores riscos, havendo, além disso, maiores dificuldades para obter os capitais indispensáveis”.

Capitais a Juros Convenientes

“131. Pelas razões acima indicadas, os possuidores de capitais são poucos inclinados a investimentos neste setor, tendendo mais a investí-los noutros

domínios. Assim, acontece que a agricultura não pode pagar juros elevados; e ordinariamente nem sequer os juros habituais, para encontrar os capitais necessários ao seu desenvolvimento e ao exercício normal das atividades. Pôr conseguinte, exige o bem comum que se aplique à agricultura uma política especial de crédito que assegurem aos lavradores esses capitais e uma taxa razoável de juros”.

Seguros Sociais e Previdência Social

“132. Na agricultura pode ser indispensável estabelecer dois sistemas diferentes de seguros: um, para os produtos agrícolas; e, outro, para os agricultores e suas famílias. Pelo simples fato de o rendimento agrícola “pro capite” ser geralmente inferior ao dos setores da indústria e dos serviços públicos, não seria conforme à justiça social e à equidade estabelecer sistemas de seguro social ou de previdência social em que os lavradores e respectivas famílias se vissem notavelmente menos bem tratados que os setores da indústria e dos serviços. Julgamos porém que a política social deve ter como objetivo proporcionar aos cidadãos um regime de seguro que não apresente diferenças notáveis, qualquer que seja o setor econômico em que trabalham ou de cujos rendimentos vivem”.

“133. Os sistemas de seguros sociais e de previdência social podem contribuir para uma distribuição de rendimento total dum País, segundo critérios de justiça e de equidade; e podem, portanto, considerar-se como instrumento para reduzir os desequilíbrios dos níveis de vida entre várias categorias de cidadãos”.

Defesa dos Preços

“134. Dada a natureza dos produtos agrícolas, é necessário aplicar-lhes uma disciplina eficaz na defesa dos preços, utilizando para tal fim os diversos recursos que hoje pode fornecer a técnica agrônômica. Muito seria para desejar que esta disciplina fosse sobretudo obra das pessoas interessadas; não pode porém, dispensar-se a ação reguladora dos poderes públicos”.

“135. Nem se esqueça, nesta matéria, que o preço dos produtos agrícolas constitui freqüentemente mais contribuição do trabalho que remuneração do capital”.

“136. O Papa Pio XI, na Encíclica “Quadragesimo Anno”, observa judiciosamente que para a realização do bem comum contribui a justa proporção entre os salários; mas acrescenta, logo a seguir. Com ela está intimamente relacionada a proporção razoável entre os preços por que se vendem os produtos dos ramos diversos da atividade econômica, como são a agricultura, a indústria e outros semelhantes (cf. AAS XXIII, 1931, p. 202)”.

“137. Verdade é que os produtos agrícolas estão destinados a prover antes de tudo às necessidades humanas primárias; por isso, devem os preços ser tais, que os tornem acessíveis a todos consumidores. Todavia, é claro que não aduzir-se este motivo para forçar uma categoria inteira de cidadãos a permanecer num estado de inferioridade econômica e social, privando-a dum poder de compra, indispensável a um nível de vida digno: o que seria evidentemente contrário ao bem comum”.

Complemento dos Rendimentos Agrícolas

“138. Convém promover, nas zonas agrícolas, as indústrias e os serviços de armazenagem, transformação e transporte dos produtos dos campos. É também para desejar que nessas zonas se levem a efeito iniciativas referentes aos outros setores econômicos e às outras atividades profissionais. Deste modo, oferece-se às famílias dos agricultores a possibilidade de complementarem os ganhos nos mesmos ambientes em que vivem e trabalham”.

Adaptação Estrutural da Empresa Agrícola

“139. Não é possível estabelecer “a priori” qual a estrutura que mais convém à empresa agrícola, dada a variedade dos meios rurais no interior de cada país, e, mais ainda, entre os diversos países do mundo. Contudo, quando se tem um conceito humano e cristão do homem e da família, não se pode deixar de considerar ideal a empresa que funciona como comunidade de pessoas: então as relações, entre os seus membros e estruturas, correspondem às normas de justiça e ao espírito que já indicamos. De modo particular, deve considerar-se como ideal a empresa de dimensões familiares. Nem se pode deixar de trabalhar porque uma outra cheguem a ser realidade, de acordo com as condições ambientais”.

“140. É oportuno, aliás, insistir em que a empresa de dimensões familiares será viável somente se dela puder obter-se um nível de vida digno para a família. Para isso, torna-se indispensável que os cultivadores sejam instruídos, modernizados continuamente e assistidos na técnica da sua profissão. É também indispensável que eles estabeleçam ampla rede de instituições cooperativistas, estejam profissionalmente organizados, e tomem parte ativa na vida pública, tanto nos organismos administrativos como nos movimentos políticos”.

Os Agricultores, Protagonistas da Própria Elevação

“141. Estamos convencidos que os protagonistas do progresso econômico e social e da elevação cultural nos meios rurais devem ser os mesmos interessados, quer dizer, os lavradores. Podem facilmente convencer-se de quanto é nobre o seu trabalho: vivem no templo majestoso da criação; estão em relações freqüentes com a vida animal e vegetal, inesgotável nas expressões e inflexível nas leis, a qual

lembra constantemente a Providência do Criador; das sua mãos, por assim dizer, brotam, em toda a sua variedade, os alimentos que sustentam a família humana; e com elas proporcionam à indústria um número cada vez maior de matérias-primas”.

“142. Esse trabalho manifesta igualmente a dignidade dos que o realizam e distingue-se pela riqueza dos conhecimentos de mecânica, química e biologia que exige conhecimentos que devem atualizar-se constantemente, tantas são as repercussões dos progressos técnicos e científicos no setor agrícola. É, finalmente, um trabalho caracterizado pelos aspectos e valores morais que lhe são próprios, pois exige agilidade na orientação e adaptação, paciência na espera, sentido de responsabilidade, espírito perseverante e empreendedor”.

Solidariedade e Colaboração

“143. Repare-se ainda que, no setor agrícola, como aliás em qualquer outro setor produtivo, a associação é atualmente uma exigência vital; e muito mais, quando o setor se baseia na empresa familiar. Os trabalhadores da terra devem sentir-se solidários uns aos outros, e colaborar na criação de iniciativas cooperativistas e associações profissionais ou sindicais. Umas e outras são necessárias para tirar proveito dos progressos científicos e técnicos na produção, contribuir eficazmente para a defesa dos preços, e chegar a um plano de igualdade com as profissões, ordinariamente organizadas, dos outros setores produtivos; e para que a agricultura consiga fazer-se ouvir no campo político e junto dos órgãos da administração pública. Porque hoje as vozes isoladas quase não têm possibilidade de chamarem sobre si as atenções e muito menos de se fazerem atender”.

Sensibilidade às Exigências do Bem Comum

“144. Contudo, os lavradores, como aliás os trabalhadores de qualquer outro setor produtivo, ao utilizarem as suas multiformes organizações, devem conservar-se dentro da ordem moral e jurídica; quer dizer, devem conciliar os seus direitos e interesses com os das outras profissões e subordinar uns e outros às exigências do bem comum. Os agricultores, ao trabalharem pela melhoria e elevação do mundo rural, podem legitimamente pedir que o seu trabalho seja ajudado e completado pelos poderes públicos, contanto que contribuam para as satisfazer”.

“145. É nos grato expressar aqui a nossa complacência àqueles filhos Nossos que nas diversas partes do mundo se ocupam em organizações cooperativistas, profissionais e sindicais, tendentes à promoção econômica e social de todos os cultivadores da terra”.

Vocação e Missão

“146. O homem encontra no trabalho agrícola mil incentivos para se afirmar, progredir e enriquecer, mesmo na esfera dos valores do espírito. É, portanto, um trabalho que se deve considerar e viver como vocação e missão; isto é, como resposta ao convite recebido de Deus para colaborar na realização do seu plano providencial na história, como compromisso tomado de se elevar cada um a si e elevar os outros, e ainda como auxílio para a civilização humana”.

Nivelamento e Promoção nas Zonas Subdesenvolvidas

“147. Não é raro que, entre cidadãos do mesmo País, haja desigualdades econômicas e sociais pronunciadas. Isso deve-se principalmente a viverem e trabalharem uns em zonas economicamente desenvolvidas e outros em zonas atrasadas. A justiça e a equidade exigem que os poderes públicos se empenhem em eliminar ou diminuir essas desigualdades. Para isso, deve procurar-se que, nas zonas menos desenvolvidas, sejam garantidos os serviços públicos essenciais segundo as formas e os graus sugeridos ou reclamados pelo meio correspondente, em princípio, ao padrão de vida médio, vigente no país. Mas não se requer menos uma política econômica e social adequada, principalmente quanto à oferta do trabalho, às migrações da população, aos salários, aos impostos, ao crédito, aos investimentos, atendendo de modo particular às indústrias de caráter progressivo: política capaz de promover a absorção e o emprego remunerados da mão-de-obra, de estimular o espírito empreendedor e de aproveitar os recursos locais”.

“148. Contudo, a ação dos poderes públicos há de encontrar sempre justificação em motivos do bem comum. Deve portanto exercer-se num plano de conjunto para toda a Nação, com o intento constante de contribuir para o progresso gradual, simultâneo e proporcionado, dos três setores produtivos: agricultura, indústria e serviços; e procurar que os cidadãos das zonas menos desenvolvidas se sintam e sejam deveras, na medida do possível, os responsáveis e os realizadores da sua elevação econômica”.

“149. Recordemos, finalmente, que também a iniciativa particular deve contribuir para estabelecer o equilíbrio econômico e social entre as diferentes zonas de uma Nação. Mais ainda, os poderes públicos, em virtude do princípio da subsidiariedade, devem favorecer e ajudar a iniciativa privada, confiando-lhe, onde e logo que seja possível de maneira eficiente, a continuação do desenvolvimento econômico”.

Eliminar ou Diminuir a Desproporção entre Terra e Povoamento

“150. Convém observar que, em não poucas Nações, se verificam flagrantes desigualdades entre território e população. Efetivamente, numas há

escassez de homens e abundância de terras aproveitáveis; ao passo que noutras abundam os homens e escasseia a terra’.

“151. Há também Nações, em que, apesar das riquezas em estado potencial, a condição ainda primitiva da agricultura não permite produzir bens suficientes para as necessidades elementares das populações; enquanto, noutros Países, o alto grau de modernização alcançado pela lavoura determina uma superprodução de bens agrícolas com reflexos negativos sobre as respectivas economias nacionais”.

“152. É óbvio que a solidariedade humana e a fraternidade cristã pedem que sejam estabelecidas, entre os povos, relações de colaboração ativa e multiforme, que permitam e favoreçam o movimento de bens, capitais e homens, com o fim de eliminar ou diminuir as desigualdades apontadas. Mas deste ponto falaremos a seguir mais pormenorizadamente”.

“153. Queremos contudo manifestar desde já a nossa sincera estima pela obra eminentemente benéfica que vem realizando a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), fomentando relações fecundas entre os povos, promovendo a modernização das culturas sobretudo nas Nações a caminho do progresso, aliviando o mal-estar das populações subalimentadas”.

Nos anos 80, José Gomes foi ajudar seu amigo Franco Montoro. Como Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo criou o Instituto de Assuntos Fundiários - antecessor do atual Instituto de Terras do Estado (Itesp), e que hoje, em sua homenagem, passou a se chamar "José Gomes da Silva" - e preparou um programa de assentamentos rurais em fazendas pertencentes a órgãos públicos e que estavam subutilizadas. Houve resistências dessas repartições públicas mas, mesmo assim, algumas dessas fazendas foram cedidas para a formação de assentamentos.

Em seguida, no governo Sarney, veio a Presidência do Incra e a formulação do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - um programa tão ousado que o Presidente da República resolveu ir até Roma para pedir a bênção do Papa, antes de aprová-lo. Foi e recebeu. João Paulo II disse, com todas as letras, que a reforma agrária é indispensável para consolidar a democracia no Brasil. José Gomes meteu mãos à obra, decidido a assentar 1.400.000 famílias em cinco anos.

Mas os eternos reacionários não descansaram. Repudiados nas urnas e na academia, refugiaram-se nos porões do Palácio do Planalto, de onde começaram a sabotagem. Induziram o Presidente da República a aprovar planos paralelos e a dar ordens que contradiziam o PNRA. A central de boatos, alimentada por esses grupos, fornecia elementos para a imprensa reacionária. Quando, no famoso episódio da "desapropriação de Londrina", ele percebeu que o Presidente havia se dobrado à essas pressões espúrias, demitiu-se. Mas saiu atirando. Denunciou, em um livro corajoso - "Caindo por Terra"- todas as manobras. Ele tinha uma virtude, hoje quase submersa nesse pântano em que se transformou a política brasileira: coragem cívica. Não fazia questão de contrariar os poderosos, não se atemorizava diante deles.

Voltou para a sua Santana do Baguaçu, na terra roxa de São Paulo, e pôs-se a cuidar do seu café, da sua cana, da laranja, do limão. Plantou um seringal atrás mesmo da casa dos empregados, para que as mulheres destes aí pudessem trabalhar e ter "uma fonte de renda delas mesmas".

Nessa época passou a colaborar com o PT e com o Movimento dos Sem Terra.

Para o Governo Paralelo, que Lula havia instituído, coordenou a formulação de três planos: o Plano de Segurança Alimentar; o Plano de Política Agrícola e o Plano de Reforma Agrária.

O primeiro deles constitui a base técnica da campanha do Betinho em 1993 - a Ação da Cidadania contra a Fome, contra a Miséria e pela Vida e do Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar).

Os outros dois foram as diretrizes da proposta de governo feita por Lula em sua Campanha de 1994.

Com os Sem-Terra, visitou assentamentos. Com os estudantes, falou em universidades. Com os jornalistas, deu entrevistas. Para o público, escreveu livros. Sempre sobre o mesmo tema: o Brasil precisa fazer a reforma agrária.

Decálogo da Administração Agrícola¹

Em diversas oportunidades temos tentado resumir para outros agricultores e para alguns jovens colegas a experiência que recolhemos em quase 30 anos de atividade no setor. Em alguns casos temos nos beneficiado também com o aconselhamento e os êxitos de outros técnicos e agricultores. O exercício aqui tabulado em forma de decálogo busca, de maneira bastante operativa, responder à angustiante preocupação de fazer agricultura e ganhar dinheiro.

1º) A Agricultura é uma Mistura de Arte, Ciência e Negócio

Essa frase de Wilson Gee mostra o caráter inter-disciplinar, eclético e extra-escolar da atividade agrícola. Assim, quem considerar a agricultura apenas uma arte, será um empírico; quem tomá-la apenas como ciência será um teórico; e que fizer dela exclusivamente um negócio acabará virando um infeliz mercador.

A conveniente dosagem desses três componentes, considerada a época, as diferentes explorações e a prioridade conjuntural, dará ao agricultor a chave do sucesso na sua atividade produtiva.

2º) Leve na Devida Conta o Enorme Número de Variáveis que Conformam o Negócio Agrícola

Terra, capital, mão-de-obra, tecnologia, cada um com numerosos tipos, qualidades, nuances, "timing", peculiaridade, sutilezas, adequações, cuidados, intensidades, combinações, recombinações, efeitos, tradições, usos, costumes, etc, formam equações imensas para cuja solução é preciso contar com conhecimento, paciência, perspicácia e tolerância. Quem não estiver disposto a isso tudo, fuja da agricultura.

¹ Publicado no "Jornal Coopercitrus", abril/83.

ALMEIDA - Será que a agricultura moderna não foge um pouco de ideologia? Temos os laranjais, a economia canavieira; alguns cafezais ainda subsistem; algodão, e alguma coisa mais. Uma propriedade familiar, praticando uma agricultura moderna, de alta produtividade; conforme a cultura, as pessoas não terão absolutamente o que fazer durante todo o ano. O trabalho braçal se circunscreve ao período de colheitas. Então, vamos ter que fazer uma agricultura também pensando em como, no pedaço de terra, a pessoa pode ter serviço todo o ano. A agricultura moderna pode prescindir do trabalho braçal do homem e a tendência natural é ele ir para a cidade. Então, tenho a impressão que, no Estado de São Paulo, é um pouco demagógica a política do governo.

GOMES - Inicialmente, não vamos usar duas palavras: uma é dividir; a outra é doar. Não existem, na nossa proposta, essas duas palavras. Queremos é propiciar a oportunidade de o agricultor comprar e pagar. Mas vamos às questões. Primeiro, é o conceito de agricultura moderna, que é de tempo parcial. Então, pode-se proporcionar um pedaço de terra em que a família tenha o direito de ficar parada uma parte do tempo. E ela vai inventar alguma coisa, garanto que não vai ficar parada. Mas, se ficar, nós estamos caminhando para uma agricultura moderna. Em segundo lugar, são certas surpresas que a gente tem com o pequeno agricultor. Outro dia, me chega o gerente do Banco do Estado da minha paróquia e diz que tem 67 financiamentos de confinamento de bovinos na sua agência, e são 67 os pequenos produtores, que engordam 50 bois por ano, moram na cidade e vão todo dia dar ração para esses bois, duas vezes por dia. E têm um excelente padrão de vida. São pequenos produtores que enfrentam o tabu da questão agrária, e o fazem com pecuária. A inteligência, os agrônomos que nós temos, vão resolver esse problema, que não tem nenhum componente ideológico.

GUIMARÃES - Há sempre o problema financeiro. Evidentemente que a Secretaria da Agricultura pode fazer tudo que julga ideal. Mas, se não existirem condições, depois, para que esse proprietário produza é evidente que o seu plano vai para o buraco. E isso depende, basicamente, do Banco do Estado, da Caixa Econômica, de todas essas organizações financeiras do Estado para dar um suporte. Gostaria de saber se existe, dentro dessa sua planificação, esse suporte financeiro.

GOMES - O problema é muito parecido com o do BNH - é claro que não podem ocorrer situações como a de hoje, uma defasagem entre a prestação e o salário. Mas a concepção é a mesma. No caso das terras públicas estaduais, nós temos a sorte de ter algumas áreas que podem ser destinadas a isso. E no preço, no custo de um projeto, a terra representa, em média, 50%. Mas não vamos falar aqui também em reforma agrária. Nós vamos fazer um aproveitamento de terras públicas eventualmente ociosas. Nós temos a área e é claro que nós temos de dar o

Agora é pra valer. Desengavetando o “Estatuto da Terra”, governo inicia a Reforma Agrária¹

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) passou anos amargando um ostracismo que interessava justamente aos que temiam a reforma agrária. Com a Nova República, o compromisso firmado com a sociedade para promover a justa distribuição de terras no Brasil deu nova vida a esse órgão e um nome passou a ser sempre citado: José Gomes da Silva, atual presidente do Incra.

Engenheiro agrônomo e Doutor em Agronomia pela Universidade de São Paulo, com título de “Master of Science” pela University of Illinois (USA), o curriculum de José Gomes é prova de sua competência e ligação com os assuntos agrários. Foi Presidente da Superintendência de Política Agrária (Supra), no Governo Castelo Branco, em 1964, e, no mesmo ano, responsável pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra). Lecionou e freqüentou vários cursos de especialização no Brasil e no Exterior e, além dos vários cargos de direção que ocupou em órgãos relacionados à agricultura, José Gomes também acumulou prêmios, como o de Produtividade Agrícola, em 1980, e o de Engenheiro Agrônomo do ano em 81.

Porém mais importantes que troféus, são as idéias desse homem; em especial o que ele pensa da reforma agrária, o assunto dessa entrevista da São Paulo Interior.

P - O que é, de fato, esse Plano Nacional de Reforma Agrária, que tem gerado tantas controvérsias?

R - Antes de mais nada, creio que a evolução histórica da questão agrária no Brasil tem que ser colocada, para que possamos entender melhor como chegamos até aqui. Bem, o modelo de ocupação do Brasil pelos portugueses foi o mesmo que tinha sido utilizado no Arquipélago dos Açores. Foi uma forma totalmente equivocada, que dividiu o País em 13 capitanias e cujos resultados infelizes são muito bem conhecidos. A segunda tentativa de regularizar a ocupação

¹ Entrevista concedida a Cláudio Manesco e Iara Biderman e publicada na revista “São Paulo Interior”, de agosto de 1985.

Correio - Houve várias versões do Plano de Reforma?

José Gomes - Houve exatamente 12 versões, de acordo com as discussões nos altos escalões da República, que refletiram a estrutura de poder.

Correio - A última versão, segundo consta, foi editada à última hora.

José Gomes - Essa que foi promulgada acabou sendo um pacote de quatro documentos. Um decreto do Executivo, de número 97.766/85, flagrantemente inconstitucional, pois revoga o Estatuto da Terra, que é uma lei, alterando vários de seus dispositivos, o que não pode ser feito através de um decreto do Executivo, expresso em parecer de um grupo de juristas ligado a Pastoral da Terra. Esse pacote, editado em 10 de outubro, foi o motivo de meu pedido de demissão. Nossa proposta foi discutida exaustivamente com as bases, enquanto que o pacote caiu pronto sobre nossas cabeças.

Correio - E havia muita diferença entre a proposta de vocês e o Plano editado?

José Gomes - Têm algumas, bastante sérias. A principal é que a reforma se trata de um processo claramente impositivo, enquanto que o Plano prevê a negociação e a discussão deste processo com os eventuais proprietários eventualmente atingidos pela reforma. Evidentemente, ninguém consulta a Fiesp sobre o Imposto de Renda, pois ele é impositivo à medida em que o governo precisa deste tributo para redistribuir a renda para os outros segmentos da sociedade. Em lugar nenhum do mundo se consultou os desapropriados a respeito da reforma. Isto estava escrito em nossa proposta e foi substituído por uma frase que é um primor de bom-mocismo: “a negociação e o entendimento são o instrumento primeiro a ser tentado” contido no Plano. Negociação, pelo dicionário, é sinônimo de transação; transa na gíria da moçada. E Reforma Agrária não pode ser transa: trata-se de um processo de redistribuição de direitos sobre a propriedade da terra. O Estatuto não fala em negociação, considera a Reforma Agrária um conjunto de medidas que visa promover uma melhor redistribuição da terra, a fim de atender princípios de justiça social. Além de que, o negócio agrário já tinha sido uma triste experiência no governo Médici, quando se lançou um programa chamado “Proterra”. Através dele, o proprietário era consultado e destinava à este programa as piores partes de sua propriedade, inclusive, encaminhando como beneficiários, empregados a quem não queria pagar encargos trabalhistas e até “testas-de-ferro”. Ou seja: se livrava de encargos sociais de empregados com 30 anos de casa ao mesmo tempo em que vendia, ao governo, “em dinheiro”, as piores partes de sua propriedade. Isto já está incorporado ao folclore da Reforma Agrária. Então, “negociação” é palavra proibida em reforma, o que me tirou a confiança no Plano governamental. Além disso, há também dificuldades operacionais contidas nos artigos 2º e 3º do decreto aprovado. O artigo 2º, em seu 2º parágrafo, estabelece uma clara contradição entre a função

E os dados, tanto da Sudam como da Sudene, mostram que ocorriam abusos terríveis.

P - *Ao fechar a torneira dos recursos, o sr. não se preparou para enfrentar reações que fatalmente seriam fortes?*

R - Sem dúvida. Mas não previa que houvesse um desequilíbrio tão forte de forças, por causa dessa feição ainda muito ruralista da sociedade brasileira.

P - *O sr. não colaborou para a exacerbação dessa situação, ao falar logo de início em fazer desapropriação no Paraná, em Santa Catarina? Na cabeça das pessoas, o que existe ali são pequenas propriedades familiares, de imigrantes. Isso não foi um erro tático?*

R - Não foi porque a realidade mostra que há problemas seríssimos em Santa Catarina e no Paraná, ou mesmo em São Paulo, onde existem uns 15 acampamentos de sem-terra. Então seria um derivativo e uma falta de sinceridade se, sendo eu um paulista e o ministro, um paraense, quiséssemos centrar a reforma no Nordeste.

P - *Mas a concentração da terra em São Paulo e na região Sul é muito menor do que no Nordeste, não?*

R - A diferença não é tão grande assim. Há muitos latifúndios em Santa Catarina e no Paraná. Não é muito diferente. No Nordeste é maior, sem dúvida, mas certas áreas como Mato Grosso do Sul, Goiás, Pará, são problemas tão sérios como Pernambuco e Paraíba.

P - *A reforma por etapas, localizada, era a reforma possível, ainda que não a ideal, e não se perdeu a chance de fazê-la?*

R - Pois é. O Estatuto da Terra permitia isso, atacar exatamente região por região, mas simultaneamente em todo o País, para gerar uma descompressão no processo de violência, no processo migratório. Ao atacar só o Nordeste, você não faria essa descompressão no minifúndio de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, nem nas áreas de grande assalariamento como São Paulo e Paraná. Precisaria ser feita alguma coisa simultânea em todo o País. Agora, isso não significa no País inteiro, mas em áreas. E aí o Estatuto da Terra tinha instrumental para isso, que era a área prioritária. Mas esse recurso da área prioritária não foi entendido, não houve força política para vender a idéia da área prioritária. A idéia não o princípio, que está no Estatuto da Terra. E a demonstração disso foi Londrina. Londrina foi uma solução correta, legalmente. A exploração política deformou completamente o preceito do Estatuto da Terra e gerou uma condição política que obrigou o governo a recuar completamente.

Com base nessa manobra burocrática, o Ministério do Trabalho conseguiu “amarrar” a sindicalização rural durante mais de três lustros, reduzindo o movimento, segundo dados oficiais do próprio Serviço Social Rural, a apenas seis sindicatos rurais com reconhecimento legal, todos, por sinal, situados fora da área do Estado de São Paulo.

Apenas durante a gestão do Ministro Franco Montoro à frente do Ministério do Trabalho, pôde essa barreira ser momentaneamente rompida, com a expedição de carta sindical a 10 associações profissionais de trabalhadores rurais do Estado de São Paulo. Infelizmente, não conseguiu o parlamentar paulista, no espaço de tempo que permaneceu à frente do Ministério, estabelecer as condições necessárias para que qualquer entidade, fundada ao amparo do decreto-lei nº 7.038, pudesse obter a sua carta sindical, sem embargo das marés políticas que no momento dominassem a nação. Tanto é assim, que apesar de ter feito publicar a circular nº 209-A (resolução revolucionária que veio possibilitar a criação de sindicatos patronais e estabelecer as categorias para investidura sindical tanto para entidades de patrões como para as de empregados), não deixou condições para um pacífico desenvolvimento do sindicalismo rural. De fato, já se cogita de uma revisão do assunto, conforme recentes declarações de alto oficial do Ministério do Trabalho, nos jornais.

A Importância da Sindicalização para a Formação de uma Classe Rural Autêntica

Um dos mais sérios problemas do ruralismo indígena é sem dúvida a falta de autenticidade da chamada classe rural. Mesmo na faixa patronal, onde São Paulo já comparece com nada menos de 198 entidades de diversos tipos, o índice de associativismo (relação entre aqueles que podem ser associados e aqueles que o são) é da ordem de apenas 4,4%, conforme estudo recentemente efetuado pelo Engº Agrº João Antonio de Souza Mascarenhas. Este índice é, infelizmente, inferior aos apresentados por nove outras unidades da federação brasileira. Se considerarmos então os dados relativos à participação ativa dos associados das nossas associações rurais, chegaremos ao mesmo quadro de declaração que Mário Mazzei Guimarães pintou, magistralmente, no seu magnífico artigo “Para onde vai a organização da classe rural em São Paulo?”, há tempos estampado na Folha de S. Paulo.

Por outro lado, dados do censo de 1950, computados por Mascarenhas, mostram que cerca de 70% da população rural ativa (maiores de 20 anos) não podem ser membros das nossas Associações Rurais por força de disposições da lei básica da organização da classe rural brasileira. Além disso, o assalariado, quando técnico, pode arregimentar-se nas ditas entidades patronais, o que constitui uma aberração à luz do sindicalismo ortodoxo.

As principais modificações introduzidas pelo atual substitutivo, em relação ao projeto original, consistem principalmente, na criação no Instituto de Previdência e Assistência dos Agrários (IPAGRA) e no estabelecimento da organização sindical rural.

Numa apreciação sumária, o Estatuto do Trabalhador Rural, tal como se encontra presentemente, constitui uma extensão, devidamente adaptada ao operário rural, da atual Consolidação das Leis do Trabalho. Contempla, com propriedade, as peculiaridades do meio rural, o trabalho do menor e da mulher, além de outras situações próprias da nossa realidade agrícola.

A Inquietação no Campo e as Modernas Conquistas Sociais

Muito embora não consiga, ainda, acompanhar os índices de desenvolvimento da indústria, é indiscutível o progresso da agricultura paulista. Aumenta substancialmente o consumo de fertilizantes e defensivos, o trator populariza-se no sítio da mesma forma que o carro popular para o homem da cidade; o índice geral de produtividade média subiu de 30% nos últimos dois quadriênios e o próprio volume das safras cresceu em 44% no mesmo período; estradas asfaltadas rasgaram o interior e as novas transversais já começam a exigir maiores cuidados dos campeiros e dos tratoristas; a própria eletrificação rural já vem melhorando, muito embora seja reconhecida (talvez devido ao seu alto custo) como a maior retardatária.

Apesar de todo esse surto de indiscutível progresso da nossa agricultura, pouco ou quase nada tem sido feito para a melhoria das condições de vida dos nossos trabalhadores. Não fosse o "rush" havido por ocasião da promulgação da chamada Lei da Revisão Agrária e que obrigou numerosos proprietários - à espera de uma oportunidade para efetivar a melhoramentos que já vinham planejado ou receosos da elevação das taxas do imposto territorial rural que a lei impunha aos fazendeiros que não ofereciam determinadas condições mínimas de conforto para os seus trabalhadores - estaria a zona rural, no íntimo das colônias e dos retiros, apresentando ainda a mesma paisagem primitiva característica do submundo da roça.

Um grupo progressista da classe patronal - com Descalvado à frente - começa porém a compreender que nada, absolutamente nada, justifica a manutenção de uma existência sub-humana para o trabalhador da roça.

Diversos fatores poderosos, felizmente, estão contribuindo para a cristalização dessa consciência de justiça social para o homem do campo. Desde a encíclica do século, a "Mater et Magistra", na qual o Papa João XXIII jogou toda a autoridade do trono de São Pedro para lembrar aos fiéis e ao mundo, os novos aspectos da questão social, principalmente da agricultura, até a firmeza com que o clero tem atuado no interior, estão abrindo o caminho, no nosso Estado, para uma nova e autêntica organização da classe rural, na qual as organizações de

desequilíbrios econômicos e sociais entre o setor agrícola, por um lado, e o setor da indústria e dos serviços de utilidade geral, por outro; e entre zonas economicamente desenvolvidas no interior de cada país. No plano internacional, são mais melindrosos ainda os desequilíbrios econômicos e sociais entre países economicamente desenvolvidos e países economicamente em vias de desenvolvimento.

II. Aclarações e Ampliações dos Ensinamentos da “Rerum Novarum”

“76. Devem considerar-se exigências do bem comum no plano nacional: dar emprego ao maior número possível de trabalhadores, evitar que se constituam categorias privilegiadas, mesmo entre trabalhadores; tornar acessíveis bens e serviços de interesse geral ao maior número de cidadãos; eliminar ou reduzir os desequilíbrios entre os setores da agricultura, da indústria e dos serviços; realizar o equilíbrio entre a expansão econômica e o desenvolvimento de serviços públicos essenciais; adaptar, na medida do possível, as estruturas produtivas aos progressos das ciências e das técnicas; moderar o teor de vida já melhorado da geração presente, tendo a intenção de preparar um porvir melhor às gerações futuras.

“81. Não é possível determinar, em pormenor, quais as estruturas do sistema econômico que melhor correspondem à dignidade humana e mais eficazmente desenvolvem o sentido da responsabilidade. Contudo o Nosso Predecessor Pio XII indica oportunamente esta diretriz: A pequena e média propriedade agrícola, artesanal e profissional, comercial e industrial, deve ser assegurada e promovida; as uniões cooperativistas devem garantir-lhes as vantagens próprias da grande exploração; e nas grandes explorações deve ficar aberta a possibilidade de suavizar o contrato de trabalho pelo contrato de sociedade (Radiomensagem de 1º de setembro de 1944; cf. AAS XXXVI, 1944, p. 254)”.

“82. Devem-se conservar e promover, de harmonia com o bem comum e conforme as possibilidades técnicas, a empresa artesanal, a exploração agrícola familiar, e também a empresa cooperativista, como integração das duas precedentes”.

“83. Mais adiante voltaremos a falar da empresa agrícola familiar. Aqui, julgamos oportuno algumas observações acerca da empresa artesanal e das cooperativas”.

“84. Antes de mais, é preciso notar que ambas as empresas para conseguirem viver, devem adaptar-se constantemente - nas estruturas, no funcionamento e nos tipos de produtos - às situações sempre novas, determinadas pelos progressos das ciências e das técnicas, e ainda pela variação nas exigências e preferências dos consumidores. Adaptação que têm de realizar, primeiro que todos, o artesanato e os sócios das cooperativas”.

Função Social da Propriedade Rural¹

José Gomes da Silva

1. Aspectos Subjetivos

1.1 - Aspectos Religiosos

Dentro de um enfoque religioso do assunto, podemos remontar à própria gênese da humanidade quando

*“Tomou, pois, o Senhor Deus ao Homem, e o colocou no jardim do Éden, para cultivar e guardar”
(Gênesis 2-15)*

Atente-se bem para a expressão do livro santo. Deus não deu a terra ao homem para que ele simplesmente a guardasse. Exigiu que o homem também a cultivasse. Não foi somente para fazer da propriedade do solo fonte de prestígio político, instrumento de poder econômico ou base de transações especulativas.

E na outra passagem, bastante conhecida, do “crescei, multiplicai-vos e dominai a terra” (Gênesis 2-28), o imperativo do verbo “dominar” tem, para os entendidos, o significado de “cultivar” pois só dessa forma o homem, efetivamente, exerce esse controle dominial sobre a gleba. Por outro lado é preciso destacar ainda que a evocação bíblica foi dirigida a todos os homens e não a um grupo em particular, o que fazia prever, desde então, uma igual oportunidade para todos

Esse condicionamento social do uso e da posse da terra esta hoje totalmente incorporado à Doutrina Social da Igreja e tem sido exaltado pela palavra dos seus Papas mais ilustres. Neste particular são providencialmente oportunas as lições de João XXIII, o grande reformista. Sua admirável “Mater et Magistra” constitui no que tange ao embasamento doutrinário da Reforma Agrária, uma verdadeira “Carta de Punta del Este” da Igreja, em questões da vida rural.

Em todo esse pensamento religioso, vemos, de um lado, o direito da propriedade privada, mesmo dos bens de produção, totalmente reafirmado pela Igreja como “um direito natural, baseado na prioridade, ontológica e finalidade,

¹Trabalho apresentado durante o Painel sobre “A Função Social da Propriedade” realizado dentro do Ciclo de Estudos Sócio-Econômicos do Rio Grande do Sul, promovido pela Assembléia Legislativa de Porto Alegre, em 18 de outubro de 1967.

dos indivíduos sobre a sociedade”. A “história e a experiência demonstram” que, “sob regimes políticos que não reconhecem o direito de propriedade privada, até dos bens de produção, as expressões fundamentais da liberdade são comprimidas e abafadas. É, por conseguinte, legítimo deduzir daí que eles encontram nesse direito garantia e estímulo”.

De outra parte, porém, a Igreja, pela palavra de Pio XII, estabelece claro e incisivo condicionamento moral e social do instituto da propriedade privada ao observar, que não se pretende “manter pura e simplesmente o atual estado de coisas, como se nele visse a expressão da vontade divina, nem que pretenda proteger, por princípio, o rico e plutocrata contra o pobre e o proletário. A Igreja visa, antes, conseguir que a instituição da propriedade seja o que deve ser, segundo os planos da sabedoria divina e de acordo com as disposições da natureza”.

A conciliação desses dois conceitos é feita de forma magistral pelo Papa João XXIII quando dispôs que a propriedade privada “deve ser, a um tempo, garantia da liberdade essencial da pessoa humana e elemento indispensável de ordem social”.

Essa síntese admirável é feita em outra passagem que envolve o pensamento dos dois grandes Papas aqui citados.

Para Pio XII, a propriedade privada dos bens materiais deve ser considerada como “espaço vital da família; isto é, meio apto para assegurar ao pai de família a sua liberdade de que necessita para poder cumprir os deveres que lhe foram impostos pelo Criador, para o bem estar físico, espiritual e religioso dos seus”. Quanto ao direito de todo homem usar dos bens materiais, “para o seu próprio sustento, tem prioridade sobre qualquer outro direito de natureza econômica; e mesmo sobre o direito de propriedade”. Certamente, acrescenta Pio XII, “também o direito de propriedade dos bens é um direito natural; mas, segundo a ordem subjetiva estabelecida por Deus, o direito de propriedade é limitado, pois não pode constituir obstáculo a que seja satisfeita a exigência irrevogável de os bens, criados por Deus para todos os homens, estarem, eqüitativamente à disposição de todos, segundo os princípios de justiça e de caridade”. E vai além, firmando que “a dignidade da pessoa humana exige normalmente, como fundamento natural para existir, o direito ao uso dos bens da terra; e esse direito corresponde à obrigação fundamental de conceder a todos, tanto quanto possível, uma propriedade privada”.

E agora, é João XXIII quem prossegue:

“Por outro lado é preciso colocar entre as exigências que resultam da nobreza do trabalho, a “conservação e o aperfeiçoamento de uma ordem social que torna possível e garantida, por mais modesta que seja, uma propriedade privada à todas as classes do povo”.

“E é tanto mais urgente essa difusão da propriedade em nossos dias, nos quais, como nós já dissemos, as estruturas econômicas em países cada vez mais numerosos, vão em crescente desenvolvimento. Eis porque, recorrendo-se com

prudência aos técnicos que já deram prova de eficiência não será difícil suscitar iniciativas e desenvolver uma política econômica e social que estimule e facilite um acesso mais amplo à propriedade privada de bens duradouros: uma casa, um pedaço de terreno, ferramentas artesanais, equipamentos para uma lavoura familiar, ações de empresa médias ou grandes.

Alguns países economicamente desenvolvidos e socialmente avançados já fizeram a esse respeito experiência bem sucedida”.

1.2 - Aspectos Morais

A posição da “Igreja no Mundo de Hoje”, conforme os documentos emanados do Concílio Vaticano II², oferece uma importante contribuição para o condicionamento moral que governa função social da propriedade.

Dada a atualidade do tema, vamos transcrever, na íntegra, o texto pontifício em seu item

O Desenvolvimento Econômico a Serviço do Homem.

“64. Hoje, mais do que antes, atendendo-se ao aumento da população e às crescentes aspirações da humanidade, procura-se com razão incrementar a produção de bens agrícolas, industriais, e a prestação de serviços. Por isso, deve-se favorecer ao progresso técnico, ao espírito de renovação, à vontade de criar empresas e ampliá-las, à adaptação dos métodos de produção, aos diligentes esforços de todos os que participam nos setores produtivos, enfim, a todos os elementos que prestam serviço a este desenvolvimento. A finalidade fundamental desta produção não é o mero aumento dos produtos, nem o lucro ou a dominação, mas a serviço do homem e do homem completo, atendida a hierarquia das exigências de sua vida intelectual, moral, espiritual e religiosa; do homem, dizemos, seja ele quem for, de qualquer comunidade humana, de qualquer raça ou região do mundo. Assim a atividade econômica, de acordo com os métodos e as leis próprias, deve ser exercida dentro dos limites da ordem moral de tal modo que se cumpra o plano de Deus a respeito do homem”.

O Desenvolvimento Econômico sob a Decisão do Homem.

“65. O desenvolvimento econômico deve permanecer sob a deliberação do homem e não pode ser abandonado ao arbítrio de poucas pessoas somente, ou de grupos economicamente muito poderosos, nem só da comunidade política e nem de algumas nações mais ricas. Ao contrário, é preciso que em qualquer nível numerosas pessoas, e quando se trata de relações internacionais, todas as nações participem ativamente da direção da economia. É igualmente necessário que as

² CONCÍLIO VATICANO II. A Igreja no Mundo de Hoje. Constituição Pastoral “Gaudium et Spes. 2ª ed. Vozes Doc. Pontifices, 155, 1966, 126 p.

iniciativas espontâneas dos indivíduos e dos grupos privados sejam coordenadas com a ação dos poderes públicos e se ajustem e se harmonizem entre si.

O desenvolvimento não pode ser abandonado nem ao curso por assim dizer mecânico da atividade econômica das pessoas particulares e nem somente ao poder da autoridade pública. Por isso devem ser acusadas de erro, não só as teorias que, sob a forma de uma liberdade falsa, dificultam as reformas necessárias, mas também aquelas que antepõem a organização coletiva da produção dos direitos fundamentais das pessoas particulares e dos grupos.

Além disso, lembrem-se os cidadãos que eles têm o direito e o dever, o que deve ser reconhecido também pelo poder civil, de contribuir segundo as suas possibilidades para o progresso verdadeiro da própria comunidade. Sobretudo nas regiões economicamente menos desenvolvidas, onde todas as riquezas devem ser urgentemente usadas, colocam o bem comum em perigo grave aqueles que deixam os seus recursos sem dar frutos - respeitado o direito pessoal de imigração - ou privam a sua comunidade dos auxílios materiais ou espirituais dos quais ela necessita”.

E mais adiante, no capítulo relativo ao

Acesso à Propriedade e ao Domínio Particular dos Bens. Os Latifúndios.

“71. Como a propriedade e outras formas de domínio particular sobre os bens exteriores contribuem para a afirmação das pessoas, como lhe oferecem, além disso, a oportunidade de exercer sua função na sociedade e na economia, é de muito interesse que seja incentivado o acesso, de cada um em particular e das comunidades, a um certo domínio sobre os bens exteriores.

A propriedade particular ou algum domínio sobre os bens exteriores conferem a cada um a extensão absolutamente necessária à autonomia pessoal e familiar e devem ser consideradas como um prolongamento da liberdade humana. Enfim, porque aumentam o estímulo no desempenho do trabalho e das responsabilidades, constituem uma certa condição das liberdades civis.

As formas de tal domínio ou propriedade hoje são diversas e variam cada dia mais. Todas, contudo, permanecem uma causa não desprezível de segurança, não obstante os frutos sociais e os direitos e serviços administrados pela sociedade. E isto não deve ser afirmado somente das propriedades materiais, mas também dos bens imateriais, como são as habilitações profissionais.

Contudo, o direito de domínio particular não impede o direito das propriedades públicas, que se reveste de várias formas. A transferência porém de bens para propriedade pública não pode ser realizada senão pela autoridade competente, de acordo com as exigências do bem comum e dentro de seus limites, oferecendo-se indenização justa. Além disso, compete à autoridade pública precaver-se para que ninguém abuse da propriedade particular contra o bem comum.

A propriedade particular, com efeito, tem ela mesma, por sua natureza, uma índole social, que se fundamenta na lei da destinação dos bens à comunidade inteira. Negligenciando-se a sua função social, acontece transformar-se a propriedade, muitas vezes, em ocasião de ambições e de desordens graves, de tal modo que se oferece aos adversários o pretexto de colocarem em causa o próprio direito de propriedade.

Em muitas regiões economicamente menos desenvolvidas existem grandes ou também extensíssimas propriedades rurais, muito pouco cultivadas, ou sem cultura alguma, à espera de valorização, enquanto a maior parte do povo não tem terra ou dispõe somente de parcelas mínimas, e, por outra parte, aparece urgente o desenvolvimento da produção do campo. Não raro, aqueles que são contratados pelos donos para o trabalho, ou que cultivam uma parte a título de locação, recebem somente um salário ou produção indignos do homem, são privados de habitação decente e são explorados pelos intermediários. Sem segurança alguma, vivem debaixo de tal servidão pessoal, que lhes é tirada quase toda a capacidade de iniciativa e responsabilidade, sendo-lhes proibida qualquer promoção cultural humana e participação na vida social e política. Portanto, em vários casos as reformas são necessárias para o crescimento das remunerações, o melhoramento das condições de trabalho, o aumento de segurança no emprego, o incentivo à iniciativa de trabalho e, também, a distribuição das terras insuficientemente cultivadas com aqueles que consigam torná-las mais produtivas. Em tal caso, devem ser fornecidos os serviços e meios necessários, sobretudo os recursos da educação e as possibilidades de uma justa organização de cooperativas. Todas as vezes que o bem comum exigir uma expropriação, deve ser estipulada uma compensação de acordo com a equidade, levando-se em conta todas as circunstâncias”.

A Atividade Econômico-Social e o Reino de Cristo.

“72. Os cristãos que participam ativamente no atual desenvolvimento econômico-social e lutam pela justiça e caridade, estejam convencidos de que podem contribuir muito para o bem-estar da humanidade e a paz do mundo. Nestas atividades, em particular ou associativamente, brilhem pelo exemplo. Tendo adquirido a competência e a experiência, absolutamente necessárias no meio das atividades terrestres, observem a ordem reta, fiéis a Cristo e ao Evangelho, de tal modo que a sua vida integral, individualmente e na sociedade, seja impregnada do espírito das bem-aventuranças, destacando-se a pobreza.

Todo aquele que, obedecendo a Cristo, procura em primeiro lugar o Reino de Deus, encontrará, em conseqüência, um amor mais forte e mais puro para ajudar todos os seus irmãos e para realizar a obra da justiça inspirada pela caridade”.

1.3. Aspectos de Solidariedade Humana

Ainda dentro dos aspectos subjetivos do nosso tema, é também nas Encíclicas que vamos buscar material para respaldar a Função Social da Propriedade Rural com seus aspectos de solidariedade humana.

Eis, a respeito, o que diz a recente “Populorum Progressio”:

A propriedade.

“23. Se alguém tem bens deste mundo e, vendo seu irmão em necessidade, fecha suas entranhas, como é possível que resida no amor de Deus? É sabido com que firmeza os padres das igrejas esclareceram qual deve ser a atitude dos que possuem, quanto aos que se encontram necessitados: “Não é parte de teus bens - afirma Santo Ambrósio - o que tu dás a um pobre; dás, sim, o que lhe pertence. Porque do que foi para uso de todos, tu te apropriaste. A Terra foi dada a todo o mundo e não somente aos ricos”. Isto quer dizer que a propriedade privada não constitui para ninguém um direito incondicional e absoluto. Não há razão para se reservar o uso exclusivo do que supera a própria necessidade, quando aos demais se falta o necessário.

Em outras palavras: o direito de propriedade jamais deve ser exercido em detrimento da utilidade comum, segundo a doutrina tradicional dos padres da Igreja e dos grandes teólogos. “Se houver um conflito entre os direitos privados adquiridos e as exigências comunitárias primordiais, cabe aos poderes públicos procurar uma solução, com a participação ativa das pessoas e dos grupos sociais”.

O uso da renda.

“24. O bem comum exige, pois, algumas vezes, a expropriação. Seja pelo fato de sua extensão, de sua exploração deficiente ou nula, da miséria que daí resulta para a população, seja pelo prejuízo considerável acarretado aos interesses do país, algumas posses servem de obstáculo à propriedade coletiva.

Afirmando-o nitidamente, o Concílio lembrou ainda, não menos claramente, que a renda disponível não é coisa que fique abandonada ao livre capricho dos homens e que as especulações egoístas devem ser limitadas. Não se poderia admitir, pois, que cidadãos, providos de rendas abundantes, provenientes de recursos e da atividade nacional, as transferissem, em parte considerável, para o estrangeiro, para puro proveito pessoal, sem se preocupar com o dano evidente que com isto infligiriam à própria pátria”.

2. Aspectos não Subjetivos

2.1 - Aspectos Constitucionais

O condicionamento social de uso e posse da terra foi incorporado à Constituição Federal de 1946, que estabelece em seu

“Art. 147 - O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá com observância do disposto no artigo 141, §16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos”.

Estabelecendo o princípio, ganhou a Carta Magna apreciável lastro social. A par desta inovação, introduziu todavia a séria limitação relativa à “prévia e justa indenização em dinheiro”, originalidade presente apenas na Constituição Brasileira, e cuja modificação foi conseguida através da Emenda Constitucional nº 10 de 10-11-1964, cujo texto diz o seguinte:

Art. 4º, § 16 do art. 141 da Constituição Federal passa a ter a seguinte redação:

§ 16 - É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, com a exceção prevista no § 1º do art. 147. Em caso de perigo iminente, com guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito à indenização ulterior.

Art. 5º - Ao art. 147 da Constituição Federal são acrescidos os parágrafos seguintes:

§ 1º - Para os fins previstos neste artigo, a União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento da prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de extra correção monetária, segundo índices fixados pelo Conselho Nacional de Economia, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinqüenta por cento do Imposto Territorial Rural e como pagamento do preço de terras públicas”.

Esses conceitos da Constituição de 1946 e da EC nº 10 foram totalmente incorporados à recente Constituição Federal de 1947 na qual a desapropriação por interesse social é regulamentada pelo artigo 150, § 22, combinado com o artigo 157 e seus parágrafos.

Há que esclarecer, todavia, que a desapropriação por interesse social mediante pagamento em títulos se restringe ao valor da terra nua, já que as benfeitorias são sempre pagas em dinheiro. O jurista Haroldo Valadão, em aula

proferida no Primeiro Curso de Direito Agrário, realizado na PUC sob os auspícios do IBRA, considera que a forma em vigor constitui, ainda, “um tratamento ultraprivilegiado” e que a cláusula de “*exata correção monetária*” é um privilégio condenável e odioso, pois a favor de poderosos, de latifundiários”. Conclama aquele Professor todos os juristas para “remover montanhas seculares de privatismo, de individualismo, de manionismo e egoísmo, onde ainda estão presentes, tantas vezes no sub-consciente, os regimes da escravidão e dos servos da gleba”, a serem “os missionários da Reforma Agrária”³.

2.2 - Aspectos Legais

Os aspectos legais da Função Social da Propriedade estão consubstanciadas na Lei 4.504 de 30.11.1964 - Estatuto da Terra - que dispõe em seu

“Art. 2º - É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º - A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;*
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;*
- c) assegura a conservação de recursos naturais;*
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam”.*

E mais adiante, no artigo 18:

“Art. 18 - A desapropriação por interesse social tem por fim:

- a) condicionar o uso da terra à sua função social;*
- b) promover a justa e adequada distribuição da propriedade;*
- c) obrigar à exploração racional da terra;*
- d) permitir a recuperação social e econômica de regiões;*
- e) estimular pesquisas pioneiras, experimentação, demonstração e assistência técnica;*
- f) efetuar obras de renovação, melhoria e valorização dos recursos naturais;*
- g) incrementar a eletrificação e a industrialização no meio rural;*
- h) facultar a criação de áreas de proteção à fauna, à flora ou a outros recursos naturais, a fim de preservá-los de atividades predatórias”.*

³ IBRA. Encontro sobre Ocupação do Território. Doc. Básico, 1967, 252p.

A conceituação da função social da terra é explicitada, oficialmente pelo IBRA, como se segue⁴:

“61 - Conceituação da função social da terra

1. É ponto pacífico que o princípio da função social seja o ponto de partida, o fio condutor e o critério fundamental de todas as leis modernas que visam a reformar as estruturas agrárias e estabelecer novas normas para a ocupação do território. A partir da velha tradição das leis Espanholas e das Índias, que se afastaram do modelo romanista do direito quiritário, e que, também, no direito português, passam a condicionar o direito de propriedade à *morada habitual* e ao *uso e cultivo efetivo* inspiradas numa política populacionista destinada a povoar as novas terras descobertas; a seguir, a posição assumida pela Doutrina Social Católica, a partir de Leão XIII e progressivamente reafirmada e ampliada por Pio XI, Pio XII, João XXIII e Paulo VI, que estabelece ser o direito da propriedade privada um direito natural, que deve ser difundido em todas as classes sociais, e ao qual acha-se intrinsecamente ligada uma função social e, ainda, que tanto o Estado como as entidades de Direito Público, não devem estender seus domínios senão dentro dos limites necessários pelas razões do bem comum; e, mais recentemente, com as novas concepções do direito anglo-saxão e de todos os juristas que colaboraram na elaboração doutrinal do princípio da função social; sempre se procurou levar em conta, se não na prática, pelo menos nos textos legais, o princípio da função social da propriedade”.

2. “Afirma o Professor A. Ballarin Marcial: “A propriedade continua como um direito subjetivo e não uma função. Mas a propriedade, se bem não seja uma função, tão pouco é um direito absoluto. É um direito relativo. É o direito que não reconhece nem se concede, mas que é a medida necessária para cumprir essa função social. É um direito, pois, ao serviço de interesses harmonizados entre si, que transcende do puramente individual. A verdadeira tradição tomista cristã foi sempre a de conceder o direito de propriedade a serviço dos fins humanos, de funções individuais, familiares e sociais. Esta teoria da função social não faz mais que refletir nova importância do direito público agrário, não é mais que a consequência de uma nova posição que o Estado ocupa na sociedade moderna. Ao superar-se o individualismo, surgindo a agricultura associativa, resulta que os poderes e os interesses isolados dos camponeses individuais superam os interesses dos grupos. Ao terminar por completo a liquidação dos feudalismos, o Estado se situa no lugar que haviam tido todos os senhores feudais, e transfere para si a totalidade da soberania política, deixando reduzida a posição de proprietário a uma função meramente econômica de produzir”.

3. “A função social da propriedade consiste numa série de obrigações, de encargos, de limitações, de estímulos e de ameaças, que formam parte da

⁴ IBRA. Op. Cit.

regulamentação do direito de propriedade para serem cumpridas neste princípio. Ela é preenchida, em seu aspecto subjetivo se o proprietário cultiva a terra *eficientemente, diretamente e corretamente*. Na legislação brasileira declara o Estatuto da Terra que a propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- assegura a conservação dos recursos naturais; e
- observa disposições legais, que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam”.

4. “*Cultivo eficiente* significa a necessidade de explorar toda a terra agricultável disponível utilizando métodos e práticas agrícolas que garantam as melhores condições de produtividade da força de trabalho empregada, dos investimentos feitos e dos recursos naturais explorados. Esta forma de cultivo deve garantir ainda o cumprimento das condições enumeradas nos dois primeiros incisos daquele artigo do Estatuto da Terra citado no item anterior. O *cultivo direto*, que é entendido, em cada legislação, com graus de latitude bem diversos, compreende desde a obrigação de ser o proprietário o “cultivador direto e pessoal” da terra, até as formas mais brandas, como a legislação brasileira, que pune o proprietário inteiramente ausente, e os que abusam das formas de exploração por arrendamento e parceria, através da tributação progressiva e de limitações com cláusulas obrigatórias nos contratos agrícolas, que desincentivam tais formas de uso, tendendo mesmo a eliminá-las no tempo, porém, não se proíbe totalmente. O cultivo correto é, de um lado, o que atende aos preceitos modernos da “conservação” dos recursos naturais, garantindo seu uso para as gerações futuras, e combate todas as formas anti-sociais e anti-econômicas de exploração com uso predatório; de outro lado, o que se realiza por aqueles que têm títulos legítimos de domínio ou de posse, havendo em certas leis, como no caso brasileiro, condições complementares para cadastramento e regularização das titulações”.

5. “No aspecto objetivo, outras condições podem ser examinadas, tais como: a fixação dos tipos de empresas rurais; de propriedades familiares; a permissão ou não de arrendamentos de terras públicas ou sua exploração para fins de comercialização da produção; a privacidade do setor público quanto à exploração de certos tipos de recursos florestais ou minerais; e as normas que visam à eliminação progressiva dos imóveis classificados como latifúndios ou minilatifúndios”.

Linhas Básicas para a Elaboração de um Plano para o Desenvolvimento do Setor Rural do Estado de São Paulo Período 1967/70

José Gomes da Silva

1. Considerações Gerais

1.1. A Oportunidade do Planejamento e a Necessidade da Reforma da Secretaria da Agricultura (SA)

A elaboração do presente roteiro para o planejamento do desenvolvimento da agricultura do Estado de São Paulo durante o próximo quadriênio é feita no exato momento em que se discute mais uma vez a decantada questão da “reforma” da SA. Este assunto tem sido tratado em diversas oportunidades por funcionários da pasta e empresas privadas de planejamento e organização administrativa dentro da seguinte realidade: a organização da SA é obsoleta e há necessidade de reorganizá-la.

O presente esquema terá a preocupação de se enquadrar dentro de uma outra realidade, afortunadamente excepcional, somente permitida em começo de um governo: há um plano de desenvolvimento da agricultura paulista para ser executado; a organização da SA é obsoleta; vamos reorganizá-la para que possa executar esse plano (e, evidentemente, outros que se seguirem no futuro, dentro dos mesmos objetivos). Destina-se, em última análise a responder a uma pergunta freqüentemente esquecida pelos planejadores: o plano funcionará do ponto de vista administrativo?

1.2. Requisitos a serem Atendidos pelo Plano

Procurar-se-á balizar o Plano pelas exigências da melhor técnica, fazendo com que dentro dos princípios do planejamento democrático atenda aos requisitos fundamentais para a elaboração de documentos dessa espécie. Assim, o Plano deverá ser economicamente sadio, administrativamente viável, politicamente aceitável. Como condição básica indispensável, será enquadrado dentro das normas legais vigentes; sempre que houver necessidade de modificação legislativa, a necessária indicação será feita. A amarração às diretrizes federais será efetuada mediante a harmonização e compatibilização com o Plano Decenal, atualmente em preparação. Os efeitos residuais do PAEG serão também devidamente contemplados. Sempre que indispensável, serão feitas as necessárias críticas e observações ao planejamento federal. De um modo geral, considerar-se-ão porém, como válidas, as análises e interpretações das questões contidas neste Plano, principalmente no que se refere a comércio internacional e política agrícola em âmbito mundial.

Um plano assim elaborado deverá revelar-se eficiente e sensato. A sua execução satisfatória, de acordo com as normas ensinadas pelos mestres no assunto, exigirá todavia que:

- a administração seja capaz e compreensiva
- haja cooperação dos funcionários
- exista interesse do povo pelos resultados do Plano
- conte com apoio financeiro e político em caráter permanente

Especial atenção deverá ser prestada ao “perigo da burocracia”, ao conflito dos interesses pessoais e de grupos (nos quais a SA é fértil), e nos choques de jurisdição.

Todo cuidado deverá ser tomado com a organização de um atuante e sensato serviço de relações públicas, ao qual será atribuída a responsabilidade da manutenção do interesse popular.

A avaliação permanente do Plano deverá ser executada, de acordo com os critérios de aferição que forem convencionados pelo órgão central de planejamento.

Finalmente, como orientação geral, o plano deverá ser simples, claro e inserto de qualquer sofisticação.

2. Fixação dos Objetivos

Dentro de um planejamento sem sofisticação, qual seria o objetivo de um Plano para o desenvolvimento da agricultura paulista nos próximos quatro anos?

Indiscutivelmente essa meta só pode ser resumida nesta resposta: o objetivo de qualquer planejamento democrático ao nível estadual deve ser “uma vida melhor” para o homem que trabalha no setor rural do nosso Estado.

Essa meta é entretanto, bastante vaga. Quem é esse homem? Como dar-lhe essa “vida melhor”? Exatamente aí reside o grande desafio ao planejador. Entretanto, se o plano não responder a essa indagação através de programas objetivos e passíveis de execução acabará por transformar-se em mais um dos costumeiros documentos sofisticados que ornamentam as estantes dos governantes, fornecendo material para a demagogia dos políticos e frustrando os anseios do povo.

A preocupação do presente Plano reside fundamentalmente, em oferecer uma resposta a perguntas deste tipo:

- Como propiciar uma vida melhor ao homem que trabalha na agricultura paulista nos próximos quatro anos?
- É possível adotar medidas e executar programas que possam dar vida melhor aos homens rurais de São Paulo já no próximo quadriênio, ou uma melhor estratégia consistirá em executar um Plano de realizações básicas que permita que isso ocorra no futuro? Ou uma tentativa de melhoria imediata, acompanhada de medidas a longo prazo será a melhor opção?

Evidentemente, essa “vida melhor” que o Plano objetiva não depende apenas da SA. Então,

- Que poderá fazer a SA para dar uma “vida melhor” ao homem rural paulista no próximo quadriênio?
- Que tarefas ou serviços deverá coordenar ou receber dos mais órgãos para realizar a sua parte nessa missão de propiciar essa “vida melhor”?

3 - Formulação do Plano

3.1 - Estudo do Problema

A “vida melhor” que o nosso Plano busca para o homem rural paulista depende de dois grandes grupos de fatores: a infra-estrutura de serviços que constitui um encargo social do Estado (educação, saúde, segurança, estradas, energia, etc) e a renda “per capita”.

Essa esquematização nos sugere de pronto oportunidades de ação da SA para levar uma “vida melhor” ao homem que habita a zona rural: uma ação

conjunta (de parte ou de coordenação de partes) visando melhorar a renda “per capita” do homem rural.

Deixando de lado os processos ou sistemas que possam ser adotados para levar avante o primeiro tipo de ação (investimentos governamentais maciços, desenvolvimento de comunidades, etc), como será possível à SA melhorar ou contribuir para melhorar a renda do homem rural paulista através de instrumentos de ação de que dispõe ou que poderá mobilizar e manejar com eficiência?

Antes de tentarmos responder essa pergunta - que alcança o cerne do nosso Plano - é preciso identificar melhor esse homem rural saber o que faz e onde trabalha.

Quem é o Homem Rural do Estado de São Paulo

O sujeito do nosso Plano - o homem rural paulista - representa hoje 21% da população do estado, isto é, 3.561.000 habitantes de um total de 16.959.000 para todo o Estado. Essa participação deverá baixar a apenas 14,8% em 1970, quando São Paulo deverá possuir uma população total de 18.479.000 habitantes.

Os 2.732.000 de pessoas que estarão vivendo na zona rural em 1970 deverão representar apenas metade da população da cidade de São Paulo o que não deixa de representar um saudável índice de desenvolvimento econômico. O quadro I mostra a evolução da população paulista no último decênio e as previsões para 1967 e 1970.

Quadro I
População do Estado de São Paulo (em 1.000 habitantes)

ANO	Urbana (Capital e Interior)	Rural do Interior	TOTAL	% da Pop. Rural do Interior
1950	4.950	4.184	9.134	45,8
1960	8.675	4.300	12.975	33,1
1967 (1)	13.398	3.561	16.959	21,0
1970 (1)	15.747	2.732	18.479	14,8

Fonte: Divisão de Economia Rural

(1) - Previsões

Se por um lado é relativamente pequeno o contingente humano objeto do presente Plano (apresentando tendência de diminuição) é preciso considerar a

constância da sua responsabilidade na alimentação de toda a população do Estado, no suprimento de matérias primas para a indústria e no fornecimento de divisas para a balança nacional de pagamentos. Todas essas atividades produtivas devem ser exercidas com a observância da conservação dos recursos naturais renováveis - condicionamento fundamental para que se transfira esse patrimônio, sem espoliação, às futuras gerações de bandeirantes.

Os 4.300.000 de pessoas que constituíam o contingente populacional da zona rural em 1960 (dos quais 1.500.000 eram trabalhadores agrícolas), foram agrupados pela Divisão de Economia Rural, em diversas categorias. Mantendo para 1967 as mesmas porcentagens que existiam em 1960, teremos a distribuição mencionada no Quadro II que adiante se segue:

Quadro II
Força de Trabalho Humano na Zona Rural
(Estimativa para 1967)

CATEGORIA	NÚMERO	PORCENTAGEM
Proprietários	313.036	25,2 %
Arrendatários	190.472	15,3 %
Parceiros	238.504	19,2 %
Colonos	197.925	16,2 %
Empreiteiros	87.782	7,2 %
Mensalistas	65.423	5,3 %
Camaradas (diaristas)	144.924	11,2 %
TOTAL	1.238.066	100,0 %

Fonte: Dados estimados a partir de números absolutos da Divisão de Economia Rural.

A Obra

Segundo a condição empresarial, essa força de trabalho assim se distribui:

EMPRESÁRIOS		
Proprietários	313.036	25,2%
Arrendatários	190.472	15,3%
Total	503.508	40,5%
SEMI-EMPRESÁRIOS		
Parceiros	238.504	19,2%
Total	238.504	19,2%
NÃO EMPRESÁRIOS		
Colonos	197.925	16,2%
Empreiteiros	87.782	7,2%
Mensalistas	65.423	5,3%
Diaristas	144.924	11,2%
Total	496.054	40,3%
TOTAL GERAL	1.238.066	100,0%

De acordo com a escala de tendência da terra, a classificação torna-se a seguinte:

HOMENS COM TERRA Proprietários	313.036	25,2%
HOMENS SEM TERRA		
Arrendatários	190.472	
Parceiros	238.504	
Colonos	197.925	
Empreiteiros	87.782	
Mensalistas	65.424	
Diaristas	144.924	
Total	925.030	74,8%
TOTAL GERAL	1.238,066	100,0%

Onde Vive o Homem Rural Paulista?

Compulsando os dados relativos ao número de propriedades rurais do Estado de São Paulo segundo as classes de área e procurando adaptá-las a uma terminologia local, verifica-se a distribuição de empresas rurais, constante do Quadro III.

Quadro III
Distribuição das Empresas Rurais do Estado de São Paulo
(Dados de 1960)

Tipo de Empresa	Extrato de Área (ha)	Número Total	Número %	Área Ocupada 1.000 ha	Área Ocupada %	População % do Total
Chácaras e granjas	até 9	156.134	44,0	288	1,2	4,79
Sítios	10 até 29	92.036	25,9	1.665	7,0	17,32
Fazendas pequenas	30 até 99	69.280	19,5	3.765	15,9	23,66
Fazendas médias	100 até 299	25.193	7,1	4.285	18,1	22,74
Fazendas grandes	mais de 300	12.214	3,5	13.671	57,8	31,31
Total		354.857	100,0	23.674	100,0	

Fonte: Quadro preparado a partir de números absolutos da Divisão de Economia Rural.

Essa classificação é arbitrária e meramente indicativa, já que podem existir chácaras e granjas de mais de 10 hectares e sítios maiores de 30 ha. Presta-se contudo à análise que objetiva o presente Plano, dentro da realidade rural do Estado.

Vê-se pelos dados que, relativamente ao número de empresas predominam as propriedades familiares e sub-familiares de classificação do CIDA⁵, isto é, as chácaras (e granjas) e os sítios alcançando quase 70% do total de propriedades.

O "sítio" da nossa classificação representa a propriedade familiar, já que o módulo médio do Estado deve situar-se dentro da faixa de 9-30 ha.

As propriedades multi-familiares médias do CIDA são as pequenas fazendas da nossa classificação (dispõem de empregados mas não contam com administração organizada). As fazendas médias do nosso quadro são as

⁵ Inter-American Committee for Agricultural Development - CIDA. Land Tenure Conditions and Socio-Economic Development of the Agricultural Sector, Washington, Pan American Union 1966, 609p.

propriedades multi-familiares grandes da classificação do CIDA, isto é, possuem empregados, administrador, e razoável organização administrativa.

Como Vive o Homem Rural Paulista?

O quadro que se segue, preparado com dados de diversas fontes, mostra os principais componentes do padrão de vida do homem rural paulista, comparativamente ao habitante urbano do estado.

Quadro IV
Condições de Vida na Zona Rural e na Zona Urbana
do Estado de São Paulo

Item	Especificação	Zona Rural	Zona Urbana
Moradia (1)	% de domicílio com:		
	Água encanada	38,9	67,4
	Luz elétrica	12,7	89,5
	Apart. Sanitário	21,8	97,2
Alimentação	-	Deficiente principalmente em proteínas	Menos deficiente sendo às vezes equilibrada
Saúde	P/ 1.000 nascidos vivos - %		
	Mortalidade infantil (2)	82,6	
	Mortalidade proporcional (2)	37,0	62,9
	Óbitos por tuberculose (3)		46,0
	Óbitos por desintéria (3)	65,6	
		94,0	34,4
			6,0
Educação	Analfabetismo (4)	25	8
Renda "per capita"	Em cruzeiros deflacionados de 1948/52	5.905 (6)	8.137 (7)

(1) Recenseamento Geral do Brasil. Dados relativos a 1950.

(2) Dados do PLADI, 1960. Os dados mencionados para a Zona Rural são de todo o interior de São Paulo e os da Zona Urbana são relativos à capital. É de supor-se que as diferenças inter-setoriais sejam ainda maiores que as apontadas.

(3) Em relação ao total de óbitos.

(4) Dados para 1950, calculados para o total da população.

(5) Dados da Divisão de Economia Rural.

(6) Corresponde a cerca de Cr\$200,00 por ano em cruzeiros de 1962.

(7) Renda média do Estado. Corresponde a cerca de Cr\$400,00 anuais.

Quanto Produz o Homem Rural Paulista?

O quadro abaixo mostra com dados de 1959, a origem e o valor da produção agropecuária paulista, de acordo com os diferentes tipos de empresa que estamos considerando.

Quadro V
Valor da Produção Vegetal e Animal no Estado de São Paulo
na Safra 1958/59

Tipo Empresa	Produção vegetal - % da área	Produção vegetal - % do valor (1)	Produção animal - % do valor (2)	Renda global % do Cr\$/ha' Valor Total na Área	Total
Chácaras e granjas	2,50	2,11	2,21	2,12	7.986
Sítios	14,75	14,53	9,17	13,02	8.468
Fazendas pequenas	24,75	21,68	17,73	20,50	5.896
Fazendas médias	22,52	24,63	19,94	23,27	5.881
Fazendas grandes	35,46	37,05	50,95	41,09	3.255

(1) Relativo à produção das 20 principais culturas permanentes e anuais.

(2) Relativo à produção de carne, leite, ovos e suínos.

Fonte: Schattan, S. Estrutura Econômica da Agricultura Paulista, Agricultura em São Paulo VII (5): 1-14, 1960.

O que Produz o Homem Rural Paulista?

O valor da produção vegetal e animal referida no quadro anterior provém de culturas e criações, cuja importância, para fins de planejamento, pode ser hierarquizada de acordo com três aspectos da população engajada na atividade, valor da exploração e área ocupada. Este critério humanista (pois contempla a população que depende da atividade) leva em conta o valor da produção o que traduz a "intensividade econômica" da exploração e a área do recurso da "terra" a ela dedicado.

O quadro VI mostra a disposição das principais explorações da agricultura paulista, de acordo com o critério aqui enunciado.

Quadro VI
Principais Explorações da Agricultura Paulista 1962

Itens	Renda bruta (em milhões de Cr\$)	Área ocupada
Bovinos de corte	62.370	
Milho	36.715	1.331
Algodão em caroço	35.761	677
Cana de açúcar	32.712	488
Café	31.980	1.385
Leite	30.096	
Arroz em casca	29.376	508
Ovos	14.786	
Amendoim em casca	14.084	479
Batata	12.799	36
Mandioca	12.025	103
Feijão	10.068	358
Suínos	9.050	
Tomate	8.560	8,7
Laranja	5.976	101
Banana	3.710	42
Mamona	2.636	58
Cebola	1.322	7,6
Chá preto	425	3
Soja	225	6,6
Casulo	181	4,5
Alfafa	159	1,3
Gergelim	24	0,7
Menta	21	0,3

Fonte: Divisão de Economia Rural

3.2. Verificação e Análise das Soluções Possíveis

A essa altura já está devidamente definido o nosso objetivo e conhecido o sujeito da nossa programação. Sabemos quem é o homem rural paulista, onde vive, quais são os seus padrões de vida quanto produz e o que produz.

A tarefa do planejador, daqui por diante, consistirá em quantificar os objetivos do Plano e isso está condicionado a decisões políticas dos governantes. Quais são as notas possíveis de serem atingidas é assunto do programador, mas fixar, dentro das possibilidades potenciais, aquelas que mais convém à conjuntura, é decisão política que somente a superior administração pode decidir. Tal tipo de decisão está sempre condicionada ao montante dos recursos alocados ao Plano.

Uma sugestão consiste em adotar como meta uma tentativa de guiar o homem rural paulista às condições do cidadão da cidade, em termos dos padrões vigentes em 1960.

Outras decisões que cabem ao Secretário do Estado relaciona-se com a amplitude que pretende dar à sua administração. Cabe aqui tomar um caminho: a missão da SA é aquela de dar uma “vida melhor” ao homem rural paulista, ou compete-lhe - como pensam alguns - apenas a tarefa de cuidar da produção agropecuária? Se a decisão dos governantes inclinar-se para esta última alternativa, a tarefa é consideravelmente simplificada, já que elimina da equação, de ponto, o tremendo complicador representando pelo homem, sua família e a comunidade onde vive.

Se todavia a opção for no sentido de dar atendimento ao homem e enfrentar os problemas daí decorrentes, a tarefa será bastante mais complicada, mais difícil, mas, em compensação, muito mais fascinante e meritória.

3.3. Eleição da Solução

Admitimos que a opção governamental tenha sido no sentido de adotar como meta o objetivo amplo de tentar dar uma “vida melhor” ao homem rural paulista e que a respectiva quantificação tenha sido estabelecida em termos de proporcionar-lhe as condições de vida e de renda do cidadão médio do Estado de São Paulo vigentes em 1960.

Evidentemente, se guindarmos o homem rural à condição do cidadão médio, persistirá ainda alguma diferença, uma vez que a nova situação média será um pouco acima da anterior, como resultado daquela própria modificação. Essa diferença é aqui francamente admitida, devendo ser corrigida em outra etapa do desenvolvimento econômico do Estado e do país.

A eleição desta meta assim ampla implicará em dois diferentes tipos de ação da SA: uma ação motivadora ou coordenada e uma outra ação essencialmente executiva.

A ação motivadora ou coordenadora será desenvolvida junto às demais Secretarias de Estado (Saúde, Educação, Transportes, Obras Públicas, etc), no sentido de propiciarem os serviços que o Plano estabelece. Essa ação poderá também ser exercida junto ao Governador ou junto ao órgão de planejamento central. O Plano estabelecerá as organizações de base que deverão ser criadas para que essa tarefa seja possível, assim disporá a respeito da adoção de processo assistencial mais adequado. Acreditamos que a realidade rural paulista exige um sistema de atendimento que não pode ser bitolado por qualquer dos processos clássicos atualmente em uso. De fato, o tipo de assistência exigido pela agricultura de um Estado com os índices de desenvolvimento de São Paulo, não pode ser pautado pela velha escola fomentista (ainda viva no Ministério da Agricultura) nem tampouco estribada no sistema de extensão rural comandado pela ABCAR. Da mesma forma, não pode ser organizada em termos da filosofia do desenvolvimento de comunidade que inegáveis resultados propiciou em diversos países e territórios sub-desenvolvidos. Eis porque, reunindo técnicas e métodos das diversas escolas, chamaremos o tipo de atendimento objetivado simplesmente de “serviço de assistência à agricultura” (paulista, no caso).

Finalmente, a ação executiva da SA será exercida com vistas à melhoria da renda “per capita” do homem rural paulista, através dos critérios clássicos do aumento da produção realizado juntamente com a melhoria da produtividade.

3.4. Elaboração do Plano

A “vida melhor” que o plano objetiva proporcionar ao homem rural paulista, depende segundo uma apreciação analítica, dos seguintes fatores:

- Alimentação
- Saúde
- Educação
- Moradia
- Renda

Já vimos que, através de decisão política, esses componentes poderão ser qualificados em termos do padrão de vida do cidadão médio paulista de 1960. Dessa maneira, o Plano estabelecerá, de acordo com os técnicos do assunto, quantas salas de aula ou Postos de Puericultura deverão ser construídos na Zona Rural para propiciarem os serviços necessários para alcançar aquela meta. Essas atividades caem dentro do tipo de ação motivadora ou coordenadora, de que já falamos.

No setor da alimentação, dois programas poderão ser desenvolvidos, já dentro da ação executiva da SA: um de cunho eminentemente educacional, ao nível

da família rural, com uma forte participação de técnicos do sexo feminino de nível médio. Entram aqui duas inovações na atividade assistencial: a presença da mulher e o trabalho do técnico de nível médio. Não é possível que toda a atividade assistencial ao agricultor e sua família fique exclusivamente sob a responsabilidade de macharrões desajeitados.

Por outro lado, o profissional de nível médio devidamente capacitado pode ser utilizado, com vantagem, para trabalhos diretos com o agricultor, poupando os profissionais para tarefas de nível superior, que de fato exijam uma formação universitária.

No setor da saúde, uma tentativa deve ser feita junto ao INPS, visando disciplinar e generalizar no Estado de São Paulo a aplicação das contribuições ao antigo IAPI. Nesse particular, talvez pudesse ser estudado um convênio padrão com as Santas Casas do interior, o que permitiria liberar os empregadores dos ônus que suportam atualmente com os casos de doença de seus empregados.

O quadro VII relaciona alguns programas, separando aqueles que se situam dentro da linha de ação executiva e aqueles que caem na simples ação motivadora ou coordenadora da SA.

Quadro VII
Alguns Programas Sugeridos para a Secretaria da Agricultura

<p>AÇÃO MOTIVADORA OU COORDENADORA (visando alcançar toda a população rural)</p>	<p>OBJETIVO: Propiciar melhores condições de vida através da ampliação e aperfeiçoamento dos serviços de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Saúde - Educação - Infraestrutura
<p>AÇÃO EXECUTIVA (visando alcançar faixas específicas da população rural)</p> <p>Programa de melhoria da Alimentação Rural</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sub-Programa Educacional - A cargo do Departamento de Assistência à Agricultura - Sub-Programa de Abastecimento - (Cooperativas de Consumo junto aos Sindicatos Rurais) - Idem em convênio com a FTRESP <p>Programa de Melhoria de Habitação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sub-Programa Educacional - A cargo do Departamento de Assistência à Agricultura (DAA) - Sub-Programa de Construções e Reformas de Vivendas Rurais - Ídem e do Banco Rural (a ser criado) <p>Programa de Aumento de Renda</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sub-Programa para Proprietários - Sub-Programa para Precaristas (1) - Sub-Programa para Assalariados 	<p>OBJETIVO: Melhorar a eficiência da empresa, deixando-a melhor organizada, mais produtiva e mais rentável, de modo a poder cumprir, inclusive, as obrigações legais para com seus empregados - À cargo do DAA</p> <p>OBJETIVO: Propiciar a posse da terra a 30.000 famílias em quatro anos (2)</p> <p>OBJETIVO: Propiciar melhores condições de vida e remuneração através da arregimentação em Sindicatos e Cooperativas</p>

(1) Aqueles que ocupam a terra de forma precária: arrendatários, parceiros e posseiros.

(2) Segundo critério do CIDA, deve-se propiciar terra própria a 1% da população sem terra, por ano. O número aqui indicado - 20 representa ½ % desse total.

Esses programas podem se desdobrar em sub-programas e projetos. Sua enunciação parcial destina-se apenas a dar uma idéia do tipo de planejamento e da estrutura técnico-administrativa que precisaria ser montada para conduzi-los. Assim, o Programa de Melhoria da Alimentação Rural seria supervisionado pelo Departamento de Assistência à Agricultura, o sub-programa dirigido para os precaristas deveria ser conduzido pelo Instituto Paulista de Reforma Agrária e assim por diante.

Em todo o plano procurar-se-á preservar certos programas bem sucedidos como o que se desenvolve na área da CELUSA. A teoria dos pólos de desenvolvimento também deverá ser explorada, já que apresenta a possibilidade de instalar unidades de maior expressão técnico administrativas em regiões estrategicamente situadas, como núcleos polarizadores de ação desenvolvimentista.

4. Execução do Plano

A ser detalhada, de acordo com o cronograma sugerido

5. Avaliação Permanente

Não pode existir um bom planejamento sem a constante aferição dos seus resultados. Essa prática é ainda importante para decidir a respeito da necessidade de eventuais ajustamentos ou modificações no planejamento inicial.

A localização do órgão de avaliação deverá ser decidida de acordo com a política que for fixada pelo Grupo Central de Planejamento, dentro do princípio de sua independência em relação ao órgão executor.

Reforma Agrária e Produção de Alimentos¹

José Gomes da Silva

A experiência mostra que nos países em desenvolvimento da América Latina, as medidas convencionais de política agrícola não têm sido suficientes para atender à demanda do suprimento de alimentos gerada pelo crescimento populacional e pelo aumento do PIB/habitante.

1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel e a potencialidade do processo da Reforma Agrária na produção de alimentos na América Latina, face aos resultados já obtidos em alguns países representativos.

Para tentar alcançar esse objetivo, iremos analisar inicialmente a atual situação do problema alimentar latinoamericano e as perspectivas que se apresentam nesse setor, até o ano 1985. Em seguida, estudaremos as realizações já alcançadas nos 17 países que já empreenderam, estão realizando ou se propõe a iniciar programas de Reforma Agrária no continente americano.

Finalmente, tentaremos medir os “déficits” existentes e o papel que a mudança do regime de tenência da terra poderá desempenhar como processo acelerador da produção de alimentos na América Latina.

2. A Produção de Alimentos na América Latina

Um dos maiores desafios do mundo moderno reside no “abismo do desenvolvimento” que separa as nações ricas dos países pobres. Pior ainda que esse distanciamento no caminho do progresso, é a falta de perspectivas viáveis para a solução do problema: os dados disponíveis, muito ao contrário, indicam que no

¹ Trabalho apresentado durante o Simpósio sobre “Aspectos Sócio-Econômicos da Produção de Alimentos”, I Reunião Científica da Sociedade Latino-Americana de Nutrição, realizada em Caracas, Venezuela, de 1 a 4 de setembro de 1968.

futuro próximo, tende a se alargar ainda mais a distância que separa os dois grupos de nações.

De fato, tomando as cifras contidas nas projeções que a FAO preparou para os produtos agrícolas até o ano de 1985², iremos verificar que a relação entre o Produto Interno Bruto (PIB) por habitante dos países e o dos países em desenvolvimento da América Latina, tende a aumentar durante os próximos 17 anos. Os dados do Quadro I esclarecem essa afirmação.

Quadro I
Evolução do PIB por Habitante até 1985
em US\$

	1965	1985
Países desenvolvidos	1.506	3.185
Países em desenvolvimento	310	598
Relação	4,8	5,1

Fonte: FAO

Está claramente indicado nesses números que as nações do mundo em desenvolvimento estarão condenadas a viver eternamente nesse estágio de inferioridade econômica e social, a não ser que adotem medidas desenvolvimentistas de fundo para superar as distâncias que as separam - e que tendem a aumentar - do grupo de países atualmente desenvolvidos.

A Reforma Agrária constitui exatamente um dos processos mais efetivos para romper as barreiras do sub-desenvolvimento.

Como processo de mudança que é, a Reforma Agrária tem sido contida na América Latina por uma série enorme de oposições e dificuldades. Uma das objeções mais freqüentes levantadas tem sido o exemplo dos Estados Unidos, onde o número de propriedades agrícolas tem diminuído, ao mesmo tempo que aumenta a expressão da agricultura corporativa.

Mesmo nesse caso, as objeções não têm qualquer sentido econômico, refletindo tão somente a atitude dos interesses contrariados. De fato, o recente e exaustivo "Report of the National Advisory Commission on Food and Fiber", preparado por solicitação pessoal do Presidente Johnson, registra incisivamente que "there is not indication that extremely large scale corporate farming will take

² FAO. Productos Agrícolas - Proyecciones para 1975 y 1985. Vol. I. Roma, FAO. 1967, 371 p.

over. Mainly, it appears that the family farm will continue to get larger, as it has in the past. The traditional family farm is simply getting larger because the family and an equal amount of hired labor can brandle a larger unit efficiently with modern methods and machines ... and lower their unit costs by doing so”.

E mais adiante: “The family farm has survived primarily because it was the most efficient unit U.S. agricultural conditions. The family farm is projected to continue as the typical pattern for U.S. agriculture in the future”³.

2.1. Situação Atual e Perspectivas da Situação Alimentar da América Latina.

No que tange à produção de alimentos - objetivo do presente informe - a tendência não é mais promissora que a da evolução do PIB: a produção dos países em desenvolvimento, tomados em conjunto, não tem aumentado proporcionalmente à demanda⁴, fazendo com que se preveja que uma apreciável parcela população mundial ainda esteja sofrendo fome em futuro próximo.

Os dados do Quadro II, mostram a maneira como o PIB, a demanda e a produção de alimentos se apresentavam em 1965, face ao contingente populacional (244 milhões) que habitava a América Latina naquela época.

Vê-se que, nesse ano, o valor total da produção de todos os setores da economia (76 bilhões de dólares) propiciava apenas US\$ 340 para cada cidadão latinoamericano.

A demanda de alimentos, nessa época crescia a uma taxa de 2,5% ao ano enquanto a produção atingia 3%. Isso significava que, na ocasião, restavam apenas 0,5% para satisfazer aos reclamos da melhoria da renda “per capita”, numa situação em que a elasticidade/renda para diversos alimentos era a seguinte:

Para cereais e carne	0,3
Para ovos	0,6
Para peixe	0,5
Para leite e gorduras	0,4
Para proteínas em geral	0,28
Para proteínas animais	0,35

A FAO, preparando o seu Plano Indicativo Mundial a através das projeções já citadas, estuda a problemática alimentar com vistas ao ano 2000 usando dois períodos de previsões: a curto prazo, em que tenta estimar a situação até 1975, analisando demanda e produção; e a médio prazo, onde são feitas estimativas

³ REPORT OF THE NATIONAL ADVISORY COMMISSION ON FOOD AND FIBER. Wash., Printing Office, 1967, 361

⁴ ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. The Food problem, of developing countries. Paris, OECD, 1968, 11 p.

apenas para a demanda até o ano de 1985. Para este último período são admitidas quatro diferentes hipóteses:

a) uma hipótese média pessimista - aqui designada "A"- em que a evolução do PIB é considerada segundo as taxas mínimas que vigoraram no período anterior, em contraste com o aumento demográfico que se desenvolveu seguindo a taxa máxima;

b) uma hipótese média - "B"- em que se admite a taxa mínima tanto para o PIB como para o incremento populacional;

c) uma hipótese igualmente média - "C"- na qual tanto o PIB como a população cresceram segundo a taxa máxima; e

d) uma hipótese otimista - "D"- resultante da situação inversa da hipótese "A", apresentando PIB máximo e população mínima.

De acordo com as elasticidades-renda já consideradas, a demanda de alimentos no período imediato (até 1975) deverá evoluir segundo as taxas de 3,1 e 3,6%, conforme se considere a hipótese mínima ou máxima de desenvolvimento.

Para o período mediato (1975-1985) a demanda acumulada deverá variar desde 2,6 até 3,4%, de acordo com as quatro diferentes hipóteses que poderão prevalecer.

No tocante à produção de alimentos, a FAO considera apenas o primeiro período (até 1975) no qual deverá ocorrer um "déficit" no caso da hipótese de crescimento mínimo e um simples equilíbrio no caso da hipótese máxima.

Utilizando porém os dados do recente estudo da OECD - Organização Econômica para a Cooperação e o Desenvolvimento - é possível admitir que a produção de alimentos até 1980 poderá variar entre 2,6 e 3,1%, conforme as hipóteses pessimista e otimista que estamos considerando. Em ambos os casos deverá haver saldos favoráveis de 0,3 até 0,4%, os quais, todavia, serão insuficientes para cobrir a demanda adicional gerada pela elevação do PIB por habitante, considerando os níveis de elasticidade-renda já referidos.

Quadro II
Taxas de Evolução do Crescimento de Alguns Indicadores
do Desenvolvimento Econômico e da Produção de Alimentos
na América Latina.

% anual acumulada

Índice	Atual (1965)	Hipótese Mínima 1965/75	Hipótese Máxima 1965/75	Hipótese 1975/85 A	Hipótese 1975/85 B	Hipótese 1975/85 C	Hipótese 1975/85 D
População	244 milhões	2,8		2,1	2,5	2,5	2,1
PIB	\$ 76 bilhões	3,9	5,8	4,0	-	-	6,0
PIB por habitante	\$ 310	1,1	3,0	1,3	1,8	3,3	3,8
Demanda de alimento	2,5%	3,1	3,6	3,0	2,6	2,9	3,4
% da demanda de alimento devido ao aumento da população	-	91	80	91	85	81	75
Produção de alimentos	3,0	3,0	3,6	2,6 (1)	-	-	3,1

Fonte: FAO, 1967

Hipótese A, pessimista = PIB mínimo e população máxima

Hipótese B, média = PIB mínimo e população mínima

Hipótese C, média = PIB máximo e população mínima

Hipótese D, otimista = PIB máximo e população mínima

(1) Previsão para 1965/80 segundo a OECD.

2.2. Análise Qualitativa da Atual Situação Alimentar e suas Tendências.

Se a situação dos alimentos na América Latina, no tocante a uma análise produção x demanda, não se mostra promissora, vejamos qual é o panorama do ponto de vista qualitativo. Para tanto, iremos analisar separadamente, a situação presente e futura do suprimento de alimentos energéticos e protéicos.

2.2.1 Situação Atual

O Quadro III, extraído de Mitchell e Schattan⁵ mostra a situação alimentar de seis países latino-americanos nos quais os autores encontraram inquéritos alimentares fidedignos.

Os dados mostram índices de sub-nutrição geral e específica, sobretudo entre as classes menos favorecidas, mesmo em países como o México e o Brasil, nos quais as disponibilidades nacionais médias se aproximam ou mesmo ultrapassam os padrões estabelecidos pela FAO.

Essa situação deficitária prevalece tanto no que se refere ao total de categorias como no tocante ao suprimento de proteínas. Relativamente a estas, o “déficit” chega ao extremo de apenas 2 gramas/dia/pessoa de proteínas de origem animal no inquérito realizado na Serra equatoriana.

⁵ MITCHELL, C. y SHATTAN, J. La Agricultura en America Latina: Perspectivas para su desarrollo. En: El Desarrollo Agrícola de América Latina en la Próxima Década. Wash., D. C. BID, 1967. 316 p.

Quadro III
Exemplos de Disparidade entre a Disponibilidade de Alimentos
e seu Consumo pelas Classes Pobres na América Latina

País	Inquérito alimentar	Ano	Calorias	Proteínas (g) Total	Proteínas (g) Animal
Brasil	Disponibilidade nacional média	1961	2790	65	18
	Consumidores muito pobres	1961	1522	41	20
	Consumidores pobres	1961	2067	60	29
	Classe média	1961	2177	68	31
Chile	Disponibilidade nacional média	1961	2420	77	28
	Amostragem de Nuble	1962	2060	69	17
	Amostragem de Santiago	1972	2670	84	23
Colômbia	Disponibilidade nacional média	1961	1070	46	20
	População rural muito pobre	1956/62	1535	30	9
	População Urbana muito pobre	1956/62	1538	34	15
	População rural de classe média	1956/62	2138	52	22
	População urbana de classe média	1956/62	2183	60	33
Equador	Disponibilidade nacional média	1961	1970	50	16 Prov imp por demas. baixa
	Serra Otavallo	1953/54	1697	55	2
	Serra Cotocollao	1953/54	1843	51	19
	Costa (Manta)	1953/54	1543	54	35
México	Disponibilidade nacional média	1961	2680	75	24 grande % pescado
	População rural muito pobre	1958/59	1788	45	n.d. (1)
	População urbana muito pobre	1958/59	1803	51	n.d.
	População rural de classe média	1958/59	2275	57	n.d.
	População urbana de classe média	1958/59	2331	64	n.d.
Peru	Disponibilidade nacional média	1961	2170	54	12
	Serra	1951/58	1754	47	n.d.
	Costa	1951/58	2205	64	n.d.
Metas de Consumo mínimo da FAO			2550	71	25

(1) não disponível.

2.2.2. Situação Provável em 1985

Tabulando os dados que a FAO projetou para 1985, segundo as quatro diferentes hipóteses que mencionamos, os níveis de demanda dos principais nutrientes serão, naquela época, bem mais reduzidos na América Latina que nos países desenvolvidos. Os dados do quadro 4 revelam que essas diferenças são particularmente significativas no que concerne às proteínas animais e às gorduras, cujas taxas de consumo diário mostram margens de aproximadamente 90 e 45%, respectivamente, quaisquer que sejam as hipóteses de desenvolvimento que considerarmos.

O Quadro IV registra igualmente a percentagem de calorias oriundas de alimentos hidrocarbonados, em contraste com o mesmo índice energético de origem protéica. Finalmente, indica também a relação entre a percentagem de proteínas animais e o total do suprimento protéico.

Quadro IV
Projeção do Nível da Demanda de Alimentos em 1985

Item	América Latina A	América Latina B	América Latina C	América Latina D	Países Desenvolvidos A	Países Desenvolvidos B	Países Desenvolvidos C	Países Desenvolvidos D	Médias Mundiais A	Médias Mundiais B	Médias Mundiais C	Médias Mundiais D
Calorias	2682	2703	2779	2786	2992	2995	3060	3064	2575	2601	2740	2759
Proteínas	69.2	70.0	73.1	73.5	89.8	89.9	92.4	92.6	70.4	71.2	75.3	75.9
Proteínas animais	25.3	25.9	29.1	29.6	51.1	51.3	54.6	54.8	22.2	22.8	25.8	26.5
Gorduras	67.5	68.8	75.5	76.8	117.9	118.2	124.0	124.3	61.7	63.2	71.4	73.1
Calorias de hidrocarbono %	63.5	63.1	60.4	60.0	48.7	48.6	47.0	46.9	68.0	67.5	65.2	64.7
Calorias de proteína / Total calorias %	10.3	10.4	10.5	10.6	12.0	12.0	12.1	12.1	10.9	10.9	11.0	11.0
Proteínas animais / Total proteínas %	36.6	37.0	39.8	40.2	56.9	57.0	59.1	59.2	31.5	32.0	34.3	34.9

Fonte: FAO, 1967

Hipótese pessimista - A: PIB mínimo, população máxima

Hipótese média - B: PIB mínimo, população mínima

Hipótese média - C: PIB máximo, população máxima

Hipótese otimista - D: PIB máximo, população mínima

Metas de consumo mínimo estabelecidas pela FAO: caloria = 2550; proteína = 71 g.; proteína animal = 25 g.

Verifica-se pelos dados que os demais indicadores de padrões nutricionais acompanham a mesma tendência do PIB, alargando-se a defasagem entre os países desenvolvidos e a América Latina sempre que se considera a fração protéica, especialmente a de origem animal.

Previsões ainda mais avançadas podem ser observadas no Quadro V, resumido do estudo da OECD já referido. Nota-se facilmente que por volta do ano 2.050, os países em desenvolvimento deverão ter realizado progressos significativos, mas ainda assim apresentarão metade da quantidade (60 g x 30 g) de proteínas animais ingeridas pela população das nações desenvolvidas.

Quadro V
Níveis de Consumo Previstos para o ano 2050

	1960	2050
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO		
População (milhões)	2022	9000
Consumo "per capita"		
- calorias	2150	3000
- proteínas animais (g)	9	30
PAÍSES DESENVOLVIDOS		
População (milhões)	914	2000
Consumo "per capita"		
- calorias	3050	3300
- proteínas animais (g)	44	60

Fonte: OECD, 1968.

3. Possibilidades Oferecidas pela Reforma Agrária no Campo da Produção de Alimentos

Que papel poderá desempenhar a Reforma Agrária para ajudar a América Latina a resolver a situação alimentar descrita no capítulo anterior?

Para respondermos a essa indagação, iremos analisar inicialmente, através de exemplos representativos, a influência que o processo de Reforma Agrária tem exercido na produção e na produtividade do setor agrícola. Faz-se necessário igualmente verificar as realizações já conseguidas pelos diversos programas desenvolvidos no contingente para que se possa, ao final, examinar em que medida a Reforma Agrária poderá ajudar a compensar os desequilíbrios nutricionais atualmente existentes.

3.1. Influência da Reforma Agrária na Produção Agrícola e na Produtividade

Em trabalho anterior⁶ tivemos a oportunidade de estudar diversos aspectos do problema da produção e da produtividade em diversos casos representativos de países que haviam realizado mudanças do regime da posse e uso da terra, até 1962. Essa amostra abrangia 39 nações que haviam distribuído, até aquela época, 42.877.000 hectares de terra a 8.718.900 famílias, sem incluir a China Continental.

Essa análise revelou que, de um modo geral, a Reforma Agrária melhorou substancialmente tanto o volume físico da produção agrícola, como também a própria eficiência dos fatores empregados no processo produtivo do setor primário, a não ser - é claro - em casos excepcionais em que o processo foi eivado de defeitos, no desencadeamento e na execução.

Atualmente, mesmo em tais circunstâncias desfavoráveis, é possível preservar as condições alimentares dos camponeses abrangidos pela Reforma Agrária, através do fornecimento de alimentos durante os períodos críticos do processo de mudança. Diversas agências internacionais dispõem de programas de ajuda alimentar, sendo a FAO a mais ativa, através do seu Programa Mundial de Alimentos (PMA). Dos 131 projetos que o PMA conduz atualmente, envolvendo 154 milhões de dólares para o triênio 1967/69, 25 se situam no campo da Reforma Agrária e da Colonização, representando o maior conjunto de atividades do Programa num único campo específico⁷.

O Quadro VI reúne os dados de produção agrícola e de indicadores de produtividade referentes a oito países que realizaram Reformas Agrárias de diferentes índoles e inspirações. Verifica-se que a produção agrícola, depois da

⁶ Silva, José Gomes e Salomão, J. P. Reforma Agrária e Produção de Alimentos. XVI Reunião Soc. Bras. Progresso e Ciência. Ribeirão Preto, 6 - 7 julho de 1964, 37 p.

⁷ FAO. The Role of the World Food Program in Land Reform. World Land Reform Conference. Rome, Italy, 20 June - 2 July, 1966. Roma, FAO, RU: WLR/66, 1966, 5 p.

mudança do regime de tenência da terra, alcançou resultados espetaculares, como no caso do México, o mesmo acontecendo com a produtividade que atingiu índices médios que variaram desde 114% para a Itália, até 166% no México, relativamente ao período anterior à Reforma.

A Conferência Mundial de Reforma Agrária realizada em Roma em 1966, ao analisar a influência desse processo na produção agrícola, considerou que a produtividade é geralmente melhorada, se bem que em alguns casos isso somente ocorre depois que são tomadas medidas complementares como a prestação de assistência técnica, a capacitação agrícola, etc. O documento final da Conferência registra ainda casos em que “o aumento da produção entre os beneficiários da Reforma Agrária (pessoas ou cooperativas) obrigou os grandes proprietários de terras de regiões não afetadas, a intensificarem suas atividades produtoras”⁸.

Esses resultados favoráveis são perfeitamente compreensíveis, uma vez que as áreas atingidas pela Reforma Agrária - os latifúndios improdutivos - passam a ser incorporados à produção agrícola, melhorando o nível de suprimento de gêneros alimentícios. De outra parte, empregando melhor tecnologia e motivados pelo estímulo da “terra própria”, os agricultores passam a obter melhores rendimentos em suas colheitas. O caráter intensivo da agricultura que se pratica, geralmente, nas grandes parcelas familiares e o aumento da demanda de alimentos, como consequência da melhoria da renda dos parceleiros, atuam também favoravelmente sobre a produção e a produtividade.

Além disso, as medidas tributárias que acompanham geralmente a legislação agrária, costumam também exercer ação estimuladora sobre a produção agrícola, melhorando os rendimentos das culturas e criações.

⁸ Naciones Unidas. Consejo Económico y Social. Informe de la Conferencia Mundial sobre Reforma Agraria, 1966, Roma, FAO E/42981, 1967, 52 p.

Quadro VI
Índices da Produção e da Produtividade da Agricultura
depois da Reforma Agrária. (Índice anterior à Reforma Agrária = 100).

País	Produção	Produtividade
México	430	166
Itália	162	144 (1)
Taiwan	150	146
RAU	145	-
Espanha	133	-
Japão	129	135
Bulgária	120	-
Venezuela	110	-
Média	172	140

Fonte: Silva, 1964

(1) Média dos resultados com 6 culturas na Ente Maremma, incluindo a cevada que apresentou menor rendimento depois da Reforma.

É preciso assinalar ainda que a Reforma Agrária pode aumentar a produção de alimentos através da maior demanda (em qualidade e quantidade) que se verifica de parte das populações beneficiadas pelo processo redistributivo. No caso do Japão, por exemplo, o último informe das Nações Unidas⁹ registra um decréscimo de 3,3% na ingestão de calorias, compensado por um aumento de 2 vezes no consumo de carne, de 2,5 vezes no consumo de leite, duplicação no uso de frutas e ovos, e ligeira redução no consumo de cereais e alimentos amiláceos, considerando períodos representativos antes e depois da reforma.

Da mesma maneira, na Romênia o consumo de alimentos pelo trabalhador rural aumentou de 77% para os ovos, 38% para a farinha de trigo-centeio, de 79% para gorduras e carnes, 53% para queijo e 24% para o leite.

Resultados semelhantes são também relatados para a RAU e Taiwan.

⁹ United Nations. FAO /OIT. Progress in land reform Fourth Report. New York, UN, Dep. Econ. Soc. Affairs, 1966, 178 p.

3.2. Metas e Realizações da Reforma Agrária na América Latina.

Baseando-se nos contingentes de homens-sem-terra existentes na América Latina, o Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola - CIDA, estabeleceu metas ideais para a Reforma Agrária de 7 países onde aquele organismo realizou estudos exaustivos: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala e Peru.

Tomando as médias desses países e aplicando-se às demais nações da América Latina, proporcionalmente às respectivas populações rurais, chegamos à conclusão que haveria necessidade de assentar, nos próximos 10 anos, cerca de 6.973.000 famílias para atender às aspirações da população sem terra e satisfazer o incremento populacional do setor agrícola.

Segundo Giménez Landínez¹⁰, apenas 859.159 famílias foram atendidas até o presente, na América Latina, com programas de Reforma Agrária e colonização. Esse total significa 12,3% das necessidades de um período considerado de 10 anos pelo CIDA para o período-base de 20 anos.

Esses dados indicam que a Reforma Agrária está ainda por fazer, quando se considera a América Latina como um todo. Não obstante alguns países como a Bolívia, Cuba, Venezuela e o México já tenham feito progressos notáveis no campo da mudança estrutural de sua agricultura, outras nações como a Argentina e o Brasil nada realizaram até o momento, a despeito do sério problema agrário que apresentam.

Pode-se concluir, portanto, que existe no continente latino-americano uma ampla e ainda mal explorada possibilidade de incrementar a produção de alimentos através da Reforma Agrária.

¹⁰ GIMÉNEZ LANDINEZ, Victor. La Reforma Agraria y el Desarrollo de los Países Latinoamericanos en la Próxima Decada, Wash. DC, BID, 1967, 316p.

Quadro VII
Metas e Realizações da Reforma Agrária na América Latina.

País	Metas para os próximos 10 anos	Famílias atendidas nos últimos 10 anos	"Déficit" a realizar nos próximos 10 anos	% Já cumprida
Argentina	320.000	5.731 (1)	314.269	1.7
Bolívia	138.000 (2)	171.932	-	124.5
Brasil	2.720.000	2.519	2.717.481	0.09
Chile	140.000	4.827	135.173	3.4
Colômbia	620.000	36.389	583.611	5.8
Costa Rica	39.000 (2)	3.571	35.429	9.11
Cuba	165.000 (2)	200.000	-	121.2
Equador	290.000	23.180	266.820	8.0
São Salvador	88.000 (2)	6.200	81.800	7.0
Guatemala	290.000	25.174	264.826	8.7
Honduras	80.000 (2)	2.588	77.412	3.2
México	865.000 (2)	169.577	695.423	19.6
Nicarágua	52.000 (2)	1.312	50.688	2.5
Panamá	33.000 (2)	811	32.189	2.4
Paraguai	62.000 (2)	44.750	17.250	72.0
Peru	770.000	26.000	744.000	3.3
Rep. Dominicana	112.000 (2)	3.348	108.652	3.0
Uruguai	39.000 (2)	-	39.000	0
Venezuela	150.000 (2)	131.250	18.750	87.5
Total América Latina	6.937.000	859.159	6.1822.773	12.3

Fonte: Landinez, 1967; e CIDA, 1968.

(1) Dados do CIDA, 1968.

(2) Dados calculados com base nas médias dos 7 países estudados pelo CIDA proporcionalmente à população rural do país considerado.

3.3. Distância a Percorrer pelos Países em Desenvolvimento no Campo da Reforma Agrária.

Se tomarmos a hipótese pessimista "A"- representativa da situação hoje prevalente na América Latina - e fizermos o seu cotejo com a hipótese otimista "D" que favorece atualmente os países em desenvolvimento, iremos encontrar a defasagem percentual registrada no Quadro VIII.

Quadro VIII
Comparação entre Projeções mais Viáveis entre os Países em Desenvolvimento e os Países Desenvolvidos, no Tocante à Demanda de Alimentos em 1985.

	Hipótese Pessimista "A" (Países em desenvolvimento)	Hipótese Média "C" (Países em desenvolvimento)	Hipótese Otimista "D" (Países desenvolvidos)	Diferença % DxA	Diferença % DxC
Calorias	2.682	2.779	33.064	+ 15	+ 10
Proteínas	69.2	73.1	92.6	+ 33	+ 26
Proteínas Animais	25.33	29.1	54.8	+ 116	+ 88
Gorduras	67.5	75.7	124.3	+ 84	+ 64
Calorias de Hidro-carbono %	63.5	60.4	46.9	-26	-29
Calorias de Proteínas/Total Cal. %	10.3	10.5	12.1	+17	+15
Proteínas Animais/ Total Proteínas %	36.6	39.8	59.2	+ 62	+ 48

Fonte: Quadro elaborado à partir de dados básicos da FAO.

Acreditamos entretanto que a hipótese desenvolvimentista que mais convém à América Latina não é a mesma que interessa aos países desenvolvidos ou às nações em desenvolvimento já ocupadas por contingentes populacionais

excessivos. Quase todos os países latino-americanos possuem ainda vastas áreas incultas e grandes vazios demográficos que precisam ser ocupados.

Por esse motivo incluímos também no Quadro VIII a hipótese "C" que prevê a demanda de alimentos em 1985 numa condição em que o PIB crescerá a uma taxa máxima, continuando porém a população a crescer também ao ritmo máximo atualmente verificado.

A análise dos números mostra que daqui a 17 anos (ver hipótese D x A), os países desenvolvidos apresentarão demandas alimentares apenas 15% mais elevadas que os países da América Latina, no que se refere às exigências calóricas. A grande diferença continuará a residir na demanda protéica, cuja diferença será de 33% relativamente às proteínas totais e de 116% quando se consideram as proteínas de origem animal, isoladamente.

Se a comparação for feita na suposição de que a população da América Latina continuará a crescer segundo as taxas atuais, e se o desenvolvimento econômico for acelerado mediante a realização de reformas estruturais, as diferenças de demanda entre os países latino-americanos e o grupo desenvolvido será de apenas 10% para calorias e 26% para proteínas totais. Ainda aqui a diferença continuará a repousar nas proteínas animais e nas gorduras, onde as diferenças serão ainda bastante significativas - 88% e 64% respectivamente.

Para eliminar essa barreira, a Reforma Agrária oferece promissoras perspectivas, a julgar pelos potenciais de 172 e 140% de aumentos registrados na produção de alimentos e no indicador de produtividade para os 8 países da amostra respectiva com que trabalhamos.

Além dos significados desses índices absolutos, há que levar ainda em conta o fato de que apreciável porcentagem das novas unidades criadas pela Reforma Agrária, costumam dedicar-se à agricultura hortigranjeira, geralmente produtora de alimentos de elevado valor biológico (ovos, aves, hortaliças).

No caso do Japão, já citado, a Reforma Agrária determinou um aumento de 179% no volume da produção animal. Em Taiwan o aumento da produção de pescado que se seguiu ao programa de "terra aos que a cultivam" foi de 166%. Esses e outros dados sugestivos são reunidos no Quadro IX.

Quadro IX
Evolução da Produção Animal após a Reforma Agrária.

Países	Produção Animal %
Japão	179
Taiwan	166 (*)
Itália	82
Venezuela	42

Fonte: Silva, 1964

(*) produção pesqueira

Resumindo tudo o que foi exposto, nos animaríamos a concluir que a Reforma Agrária pode desempenhar significativo papel no processo de produção de alimentos na América Latina. Muito embora os aumentos na produtividade verificados em diversos países incluídos neste informe, não possam ser creditados exclusivamente à influência favorável da Reforma Agrária no desenvolvimento do setor agrícola, é justo reconhecer que a mudança do regime de tenência da terra desperta uma série de forças e estímulos que podem levar os países do continente a melhorar, a curto prazo, o suprimento nutricional de suas populações.

A Grande Vitória do General Mac Arthur: a Reforma Agrária no Japão¹

José Gomes da Silva

Engenheiro Agrônomo, formou-se em 1946, pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, como primeiro aluno da turma. Com bolsas de estudo oferecidas pela OEA e os Governos de Israel, Itália, França e Espanha visitou os projetos de Reforma Agrária e Planificação Rural em andamento nesses países. Durante o governo do Presidente Castello Branco foi nomeado Presidente da Superintendência de Política Agrária - SUPRA e, mais tarde, responsável pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA.

José Gomes da Silva colaborou, como membro, do Grupo de Trabalho da Regulamentação do Estatuto da Terra (GRET) e foi Coordenador do Grupo de Trabalho do “Programa Específico de Cooperativas Açucareiras de Reforma Agrária”. Realizou viagens à Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Honduras e México, verificando pessoalmente a execução de seus planos de reforma agrária. Em 1970, foi eleito Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária e fez conferência no Colégio Interamericano de Defesa, Fort Macnair, Washington, Estados Unidos. Foi pesquisador visitante do Institute of Developing Economies, Tokio, Japão. Tem um livro que alcançou grande sucesso: “A Reforma Agrária no Brasil - Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento?”. (Rio, Zahar Edit. 1971)

1. Introdução

A participação das forças de ocupação no desencadeamento da reforma agrária japonesa representa uma das mais fascinantes facetas do processo de

¹ Artigo publicado na revista “Segurança & Desenvolvimento”, da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, nº 160, 1975.

desenvolvimento que reconstruiu o país e do atual papel que nele tem desempenhado o setor agrícola.

A reforma agrária que teve lugar no Japão imediatamente após a Segunda Grande Guerra, é considerada uma das mais completas mudanças conseguidas por via pacífica, na busca do objetivo de eliminar formas injustas e anacrônicas de uso e posse da terra (Takigawa, 1972). Em apenas dois anos, a figura do Dono-de-Terras² foi eliminada completamente. Quase 2 milhões de hectares de terras agrícolas foram adquiridas pelo governo mediante o pagamento em Títulos da Dívida Agrária (exatamente como dispõe o Estatuto da Terra do Brasil) e revendidas a 4.478.000³ arrendatários e arrendatários-proprietários (Ogura, 1973, Página 211) a 24 anos de prazo e juros de 3,4% a.a. E a percentagem de terras cultivadas em arrendamento baixou de 39,5% em 1947 para apenas 5,1% em 1950.

Como resultado da reforma agrária, a economia japonesa foi salva do colapso, a produção agrícola recuperou-se rapidamente e a nação como um todo floresceu com o início da Guerra da Coreia em 1950 (Kajita, 1965). A produção agrícola cresceu em 35% durante o período pós-reforma e a produtividade também melhorou 23% durante o mesmo intervalo.

Os dados oficiais abaixo alinhados mostram o impacto favorável que a reforma exerceu sobre a produção e a produtividade do setor agrícola, exatamente os aspectos que constituem a maior preocupação dos conservadores que se opõe ao processo.

Efeito da Reforma Agrária no Japão

INDICADOR	ANTES DA REFORMA	DEPOIS DA REFORMA
Produção Agrícola	100	135
Produtividade	100	123

Fonte: - Kajita, 1965

O presente trabalho objetiva analisar o papel desempenhado pelo Supremo Comando das Forças Aliadas (SCFA) em todos os sucessos, estudando, basicamente, essa participação ante o organismo governamental (Ministério da Agricultura e Florestas) de um lado, e o Congresso Japonês (Dieta), de outro lado.

² Terratenente ("landlord"), significando o senhor-de-terras, geralmente absenteísta.

³ 70% do número total de estabelecimentos então existentes.

2. Antecedentes Históricos

O Japão, como nação moderna, nasceu em 1867 com o chamado “Período Meiji”, quando foi abolido o sistema feudal anteriormente vigente (Período Tokugawa). Como se vê, também este marco histórico da história nipônica, centraliza-se num acontecimento agrário.

Tecnicamente, do ponto de vista da tendência da terra, a mudança significou a substituição da ação paternalista do senhor feudal pela do Dono-de-Terras.

Da mesma maneira, em 1945/47, com a Reforma Agrária, os organismos executores (agora com forte representação dos beneficiários), passaram a substituir o Dono-de-Terras na mesma ação paternalística.

Com maior ou menor timidez, diversas ações foram intentadas pelo Executivo (Ministério da Agricultura) e Legislativo (Dieta), sem grandes progressos, desde o início do Período Meiji até os anos quarenta do século seguinte.

Isso não significa que, durante esse intervalo, não tenham ocorridas pequenas mudanças e grandes pressões, das quais a mais significativas foram, sem dúvida, a “Revolução do Arroz”, os conflitos generalizados pela posse da terra e o “Dia da Comida de Maio” (Food May Day).

A chamada “Revolução do Arroz” foi iniciada quando um grupo de donas-de-casa da Prefeitura de Toyama iniciou, em julho de 1918, uma manifestação de protesto contra os altos preços do cereal. Como o aluguel era pago em espécie (arroz), os arrendatários também aderiram ao movimento que logo ganhou uma dimensão nacional, envolvendo 10 milhões de pessoas e mobilizando 50.000 soldados em 60 cidades e vilas, com grande derramamento de sangue.

Os conflitos de terras, por seu turno, atingiram o ápice por ocasião da Guerra Sino-Japonesa, em 1935, quando foram registradas 6.824 disputas, envolvendo 11.082 donos-de-terra, 113.164 arrendatários e 70.745 hectares. Existiam, na época, 675 sindicatos de trabalhadores rurais com 51.000 membros (Takajima, 1972).

Finalmente, o “Food May Day” aparece como um episódio de grande significação, pois seguiu-se a uma série de incidentes semelhantes aos da “Revolução do Arroz” de 1918: cerca de 300.000 manifestantes reuniram-se em Tóquio, chegando alguns a tentar abrir caminho rumo ao Palácio Imperial. Escreve Kajita a respeito: “A situação indicava claramente uma crise política que apenas poderia ser resolvida assegurando primeiro harmonia no campo através da promessa, aos trabalhadores rurais, de uma reforma agrária completa”. (Kajita, 1965).

Ainda com clara conotação política, “a reforma agrária se mostrou necessária para evitar que os agricultores descontentes com o opressivo sistema de

posse da terra então vigente, pudessem criar uma posição de radicalismo". (Kajita 1965).

3. Iniciativa do Ministério da Agricultura: a Primeira Reforma Agrária

O Governo Japonês também tomou consciência da situação vigente em 1945, do problema agrário dentro desse contexto e do papel que a agricultura teria a desempenhar na reconstrução do país. O Japão tinha sido devastado pelos longos anos de guerra, as indústrias eram montões de cinzas, havia desemprego e falta de alimento. Kenzo Matsumura, então Ministro da Agricultura, falando no Congresso afirma que "a situação não poderia ser resolvida apenas manipulando a distribuição de alimentos; o sistema de posse da terra, que consistia no problema fundamental tanto para as vilas como para as unidades de produção, precisava ser reformado ... é impossível deixar essa situação perdurar por mais um dia sequer". (Kajita, 1965).

Assim, em 4 de dezembro de 1945⁴ o Ministério da Agricultura submetia à Dieta Japonesa o projeto de Lei para a Revisão do Uso da Terra Agrícola que ficou conhecido como a "Primeira Reforma Agrária".

O projeto consistia, basicamente, nas seguintes três medidas:

a) A pedido dos trabalhadores rurais, a terra (1,5 milhões de ha) seria transferida para o seu domínio, no prazo de 5 anos, podendo o Dono-de-Terras conservar em propriedade até 3 ha⁵ de terra;

b) O pagamento do arrendamento em espécie (arroz) foi abolido e instituído o sistema de conversão em moeda;

c) As "Comissões Agrárias Municipais" (como na lei brasileira), antes formadas pelas prefeituras, passaram a ter representação partidária de Donos-de-Terra, trabalhadores rurais e pequenos proprietários agrícolas,

O projeto foi amenizado durante a sua tramitação pela Dieta: o limite de desapropriação foi aumentado para 5 ha, o que colocava a salvo a maioria dos Donos-de-Terra; a interpretação de muitos dispositivos da Lei ficava a cargo das Comissões Agrícolas Municipais, dominadas pelos Donos-de-Terra; e os procedimentos para reforçar a venda de terra eram muito complicados e pouco operativos.

O projeto, aprovado pela Dieta com efeito a partir de 1º de fevereiro de 1946, não obteve a aprovação do Supremo Comando das Forças Aliadas (SCFA) chefiado pelo General Mac Arthur, o que obrigou o Governo Japonês a preparar um segundo projeto, conhecido como a "Segunda Reforma Agrária" (Kajita, 1965).

⁴ A Guerra do Pacífico havia terminado em agosto.

⁵ Para facilidade de conversão, a unidade de área japonesa "CHO" (9.992 m²) foi considerada igual a 1 ha.

4. O Memorandum sobre Reforma Agrária do Supremo Comando das Forças Aliadas

Enquanto o projeto da Primeira Reforma Agrária estava sendo discutido na Dieta, o General Mac Arthur enviou ao Governo Japonês, em 9 de dezembro de 1945, o seguinte memorandum:

AG. 602.9 (9 Dec. 45) CIE

9 de dezembro de 1945

MEMORANDUM PARA: GOVERNO IMPERIAL DO JAPÃO

ATRAVÉS: Escritório Central de Ligação

ASSUNTO: Reforma Agrária

1. Para que o Governo Imperial Japonês remova os obstáculos econômicos para a verificação e fortalecimento de tendências democráticas, estabeleça o respeito pela dignidade humana, e destrua o cativeiro que tem escravizado o agricultor japonês durante séculos de opressão, deverá tomar medidas a fim de assegurar que aqueles que cultivam o solo do Japão tenham uma oportunidade mais eqüitativa para gozar dos frutos do seu trabalho.

2. O objetivo desta determinação é exterminar aqueles males perniciosos que por muito tempo têm afetado a estrutura agrária de uma terra onde quase metade da população está engajada na agricultura. As piores destas mazelas incluem:

a) Excesso de população rural.

Quase metade das famílias rurais do Japão cultivam menos de 0.6 hectares cada uma.

b) Generalizado arrendamento de terra, sob condições altamente desfavoráveis aos arrendatários.

Mais de três quartos dos agricultores do Japão são arrendatários parciais ou totais, pagando aluguéis que atingem a metade ou mais de sua colheita anual.

c) Uma pesada carga de dívidas na agricultura, combinada com altas taxas de juros em empréstimos agrícolas.

Os débitos na agricultura persistem de maneira que menos da metade do total das unidades familiares são capazes de se manter com suas próprias rendas agrícolas.

d) Políticas fiscais do Governo, que descriminam contra a agricultura em favor da indústria e do comércio.

As taxas de juros e tributos diretos na agricultura são mais opressivos do que as no comércio e indústria.

e) Controle autoritário do governo sobre os agricultores e organizações rurais sem consideração pelos interesses do agricultor.

Quotas agrícolas arbitrárias estabelecidas por organizações de controle freqüentemente restringindo o agricultor no cultivo de colheitas para as suas próprias necessidades ou para seu progresso econômico. A emancipação do agricultor japonês não pode começar até que estas mazelas agrícolas básicas sejam arrancadas e destruídas.

3. O Governo Imperial Japonês é portanto ordenado a submeter a este Quartel-General em ou antes de 15 de março de 1946, um programa de reforma agrária. Este programa deverá conter planos para:

a) Transferir a propriedade da terra e de proprietários ausentes para os agricultores que a cultivam.

b) Previsões para a compra de terras de proprietários absenteístas, em bases razoáveis.

c) Provisões para a compra de terra por arrendatários em prestações anuais compatíveis com a sua renda.

d) Provisões para a proteção dos arrendatários contra a sua eventual reversão ao *status* de arrendatário. Tais salvaguardas necessárias deverão incluir:

1) Acesso ao crédito agrícola a longo e curto prazo a taxas de juros razoáveis.

2) Medidas para proteger o agricultor contra a exploração de industriais e distribuidores.

3) Medidas para estabilizar os preços dos produtos agrícolas.

4) Plano para a difusão de assistência técnica e outras informações à população agrícola.

5) Um programa para fomentar um movimento cooperativo livre da dominação de interesses não agrários e dedicada ao avanço econômico e cultural do agricultor japonês.

e) O Governo Imperial Japonês é requisitado a submeter, em adição ao acima, qualquer outra proposta que julgar necessária para garantir à agricultura uma parte da renda nacional compatível com sua contribuição.

5. A Segunda Reforma Agrária.

Kajita explica porque as Forças de Ocupação recusam o projeto de lei da Primeira Reforma Agrária: muitos donos-de-terra pressionavam para receber de volta essas áreas arrendadas, temendo o início da reforma; cerca de 250.000 casos de transgressão das leis agrárias então vigentes haviam sido registrados; recrudesceram os conflitos, como nos idos de 1919/20; e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, sob o lema "Reforma Agrária Completa" conseguiram arregimentar 1.270.000 membros em todo o país.

Tentando cumprir o prazo estabelecido pelo Supremo Comando fixado no memorandum sobre Reforma Agrária (15 de março de 1946), o governo

encaminhou um plano de reforma que diminuía para 3 ha a área que poderia ser mantida pelos donos-de-terra.

Esse plano também foi rejeitado pelo Supremo Comando da Forças Aliadas de Ocupação.

A questão da Reforma Agrária foi então submetida ao Conselho das Potências Aliadas para o Japão. Um projeto soviético foi apresentado, propondo a desapropriação generalizada das terras arrendadas, redução drástica dos preços de terra e confisco das áreas superiores a 6 ha pertencentes aos grandes donos-de-terra. Um outro plano foi preparado pela Inglaterra, transferindo aos agricultores não proprietários, todas as áreas superiores a 1 ha.

Depois de conduzir numerosos estudos com a colaboração do Governo Japonês, o SCFA recomendou um projeto concreto de Reforma Agrária. Dentro dessa orientação, o Governo preparou dois projetos que se converteram em leis: a Lei de Medidas Especiais para o Estabelecimento de Agricultores-Proprietários (Owner-Farmer Establishment Special Measures Bill) e a lei de Revisão do Uso da Terra Agrícola (Agricultural Land Adjustment Law Revision Bill).

Com a ausência do SCFA, os dois projetos foram submetidos à Dieta em 7 de setembro de 1946.

Os aspectos mais relevantes desses dois diplomas legais são resumidos a seguir.

5.1. Principais Dispositivos da Lei de Medidas Especiais para o Estabelecimento de Agricultores-Proprietários.

a) O limite de área permitido ao proprietário foi 1 ha, com exceção de Hokkaido onde o limite foi fixado em 4 ha;

b) Agricultores-proprietários, que não haviam sido afetados pela Primeira Reforma Agrária, tiveram suas terras compradas pelo Governo quando a área excedia 3 ha (12 ha em Hokkaido);

c) Independentemente da vontade do arrendatário, todas as terras dos absenteístas e senhores-de-terras residentes, com área superior a 1 ha, foram compradas pelo Governo;

d) O direito de selecionar as terras a serem mantidas pelos proprietários foi atribuído aos “Comitês Municipais de Terras”;

e) Os valores de terras estabelecidos na Primeira Reforma (40 vezes o valor do arrendamento para as terras irrigadas e 48 para terras de sequeiro) foram adotados, sem revisão;

f) Os planos de compra de terras preparadas pelos Comitês Municipais tomavam como base a data em que a Reforma Agrária foi anunciada (23 de novembro de 1945), sendo considerados legais quaisquer transferências a partir dessa data;

g) O pagamento das terras compradas foi feito em “Bonus Agrícolas” (farmland bonds) rendendo juros de 3,6% a.a. e resgate final (principal e juros) dentro de 22 anos, com exceção das compras inferiores a 1.000 yens que foram pagos à vista;

h) A revenda aos beneficiários foi feita com 24 anos de prazo, juros de 3,4 a.a., com reduções ou isenções quando as despesas anuais excediam 1/3 do valor da produção anul;

i) As benfeitorias podiam ser também adquiridas e revendidas aos beneficiários.

5.2. Principais Dispositivos da Lei de Revisão do Uso da Terra Agrícola.

Essa lei dispõe sobre as relações proprietário/arrendatário, a organização das Comissões Agrárias Municipais, mostrando como disposições mais importantes as seguintes:

a) A alienação de terras de cultura foi dificultada;

b) O direito de apreensão foi concebido aos arrendatários;

c) Os contratos de arrendamento passaram a ser objeto de registro obrigatório;

d) A Composição das Comissões Agrárias Municipais foi modificada, passando a contar com 3 representantes dos donos-de-terra, dois representantes dos agricultores/proprietários e cinco membros arrendatários.

6. Resumo e Conclusão.

A atuação das Forças Armadas de Ocupação, comandadas pelo General Douglas Mac Arthur, na efetivação de uma “Reforma Agrária Completa”, está claramente registrada pelos especialistas, pela evidência histórica e pelos próprios textos de autores japoneses.

Sem embargo, esse desempenho, embora decisivo, tem sido monopolizado por alguns estudiosos, como a alavanca única da reforma. Tuma, professor da Universidade da Califórnia, por exemplo, chega a afirmar que até a “filosofia da reforma de pós-guerra não foi endógena. Foi importada e era estranha ao país”. A teoria era que o pequeno proprietário agrícola, substituindo o dono-de-terra que então existia como sistema, ajudaria a democratizar a comunidade e estabilizar o sistema político. Alguns grupos japoneses acreditavam nessa filosofia, mas essa não era a atitude da maioria, ou do governo (Tuma, 1965).

Sem negar a participação das Forças Americanas de Operação para a drástica execução de uma reforma em condições supra-constitucionais e supra-parlamentares, autores japoneses argumentam, invocando numerosos antecedentes históricos, que uma mudança de tal magnitude não poderia ter sido conduzida em

apenas dois anos e mantida depois da retirada do SCFA, se não houvesse um clima local de aceitação. “A verdade é que o Ministério da Agricultura e Florestas do Japão, desde 1920, vinha formulando medidas para um sistema de agricultores-proprietários e chegou a executar uma parte desses planos, apesar de pequena escala”.(Takimawa, 1972).

As cifras mostram que as ações do Executivo, centralizadas no Ministério da Agricultura e Florestas, com vistas à eliminação do sistema de Dono-de-Terra vigente e o estabelecimento de uma estrutura de Agricultores-Proprietários, resultam na formação de cerca de 550.000 proprietários agrícolas, cobrindo um total acumulado de 299.000 hectares de terras agrícolas. Esses números representam, respectivamente, 14,5% do total de estabelecimentos de arrendatários (em área total ou parcial em 1926) e 10,8% dos 2,78 milhões de hectares de área registrada em 1945 (Takigawa, 1972, pg. 301).

Dore, especialista inglês em problemas agrários do Japão, acredita também que “mesmo se (as Forças Americanas de Ocupação) não o tivessem feito (exigido a reforma), existem boas razões para acreditar que algum tipo de mudança teria ocorrido, apesar de que, talvez não tão completa como a que foi executada”. (Dore, 1959).

É possível, portanto, concluir que já existia, mesmo antes da Reforma Agrária, uma política governamental bem definida, conformando a “pré-história da Reforma Agrária do Japão”. Se essa orientação do Executivo não conduziu a resultados mais expressivos foi devido à ação de diversos fatores conjunturais, inclusive a ação amortecedora do Legislativo (como no Brasil), conforme se verá em seguida.

Na realidade, já na formação do primeiro congresso, depois da Restauração, os Donos-de-Terra já asseguravam a sua posição na classe dominante, com 129 membros (43%) dentre os 300 representantes que compunham a primeira Dieta Imperial convocada pela Constituição Meiji, em 1890.

Dali por diante, a história da evolução do problema agrário japonês registra, no tocante do Legislativo, apenas modestas concessões, ao lado de sistemáticas recusas em questões substantivas.

Assim, por exemplo, o projeto de lei destinando recursos para o estabelecimento de Agricultores/Proprietários, cuja preparação se iniciara em 1927, com a meta de 630.000 ha, não foi aprovado pela Dieta.

Novamente em 1937, a Lei de Terras agrícolas, incorporando os mesmos dispositivos sobre uso temporário da terra, redigida para tentar colocar um paradeiro ao pânico que se estabelecera na agricultura, foi igualmente derrubada pela Dieta. Somente no ano seguinte, com a promulgação da Lei da Utilização da Terra Agrícola, à raiz da situação gerada pela Guerra Sino-Japonesa, o problema de arrendamento foi parcialmente resolvido. Com o início do conflito, foi necessário mobilizar todos os recursos materiais e humanos e a nova legislação,

beneficiando os pecuaristas, ajudou a aumentar a produção de alimento. Com isso, ficou provado que o sistema de propriedade baseado no Dono-de-Terras, não somente era desnecessário, como também se constituía num obstáculo para a produção agrícola. A partir desse época, a oposição dos Donos-de-Terra às mudanças do regime de tenência foram superadas pela política nacional de alimentos e mudanças substantivas começaram a surgir (Kajita, 1965, pg. 24).

Também na ante-véspera da Reforma Agrária, a ação do Legislativo não foi nada positiva, quando aumentou de 3 para 5 ha a área de terra que os proprietários-residentes poderiam conservar.

Contrastando com essa ação do Legislativo, o Judiciário concedeu decisiva ajuda à Reforma Agrária ao decidir o recurso dos Donos-de-Terra a respeito do conceito do "justo preço" estabelecido no artigo 29 da Constituição. Como a Lei estabeleceu, para pagamento das indenizações, o valor do arrendamento, e este era pago em espécie (arroz), o Governo fixou o valor da terra de acordo com os preços vigentes para o arroz, na época. Com a inflação, o preço do arroz subiu violentamente, mas o Governo manteve constante o valor das indenizações.

Depois de 7 anos de discussão nos tribunais, a Corte Suprema, em novembro de 1953, acabou decidindo em favor do Governo, tornando a Reforma Agrária oficial e definitivamente constitucional.

Bibliografia Citada

- Dore, R. P. Land Reform in Japan. London, Oxford University Press, 1959, 510p.
- Gomes da Silva, José. A Reforma Agrária no Brasil - Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento? Rio de Janeiro, Zahar Edit., 1971, 284 p.
- Kajita, M. Land Reform in Japan. Tokio, Agric. Res. Commitee, 1965, 70 p.
- Ogura, T. Agrarian Problems and Agricultural Policy in Japan. Tokyo, Inst. Developing Economies, 1973, 62 p.
- Takigawa, T. Historical Background of Agricultural Land Reform in Japan. The Developing Rconomies X-3: 290-310. September, 1972.
- Tuma, E. H. Twenty-six Centuries of Agrarian Reform: A Comparative Analysis. Berkeley, University of California Press, 1965.

Fazenda Santana do Baguaçu¹

José Gomes da Silva

1. Introdução

Em data de 29 de abril de 1967, a Fazenda Santana do Baguaçu recebia o Prêmio de campeã da 4ª Zona Conservacionista, relativo ao ano de 1966.

Na ocasião foi publicado um folheto² descrevendo as práticas adotadas pela fazenda e dedicando a láurea aos seus empregados que haviam contribuído.

Onze anos depois, a fazenda é novamente distinguida, desta feita com o 1º lugar no "Concurso Regional de Conservação do Solo" (3º grupo).

O crédito é ainda repartido da mesma forma, mas muita coisa mudou nesse intervalo: um técnico que nos visitou na ocasião como simples diretor, Paulo da Rocha Camargo, é hoje o Secretário da Agricultura; o homem pisou finalmente na lua; e a fazenda também não ficou estática. Este folheto objetiva dizer alguma coisa sobre estas últimas modificações.

2. O Trabalho de Onze Anos

Enquanto o Brasil aumentou, no período aqui analisado, o seu produto agrícola em 64% e o Estado de São Paulo fazia o mesmo em 12%, a Fazenda Santana do Baguaçu mostrou diversas modificações que o quadro I resume em números comparativos.

A área total da propriedade passou de 430 para 522 alqueires (mais 21%); a superfície plantada com cana-de-açúcar a principal atividade da fazenda - aumentou de 270 para 371 alqueires (mais 37%); o cafezal praticamente dobrou (passou de 45.000 para 99.093 covas) e a cultura de laranja triplicou seu número de árvores.

Considerando os plantios a serem feitos em 1979, a cana-de-açúcar deverá perder um pouco da sua posição relativa, apresentando, em comparação com

¹ 1º lugar no Concurso Regional de Conservação do Solo (3º Grupo). Publicado em dezembro de 1978 pelo Centro de Comunicação Rural e Treinamento da CATI.

² Fazenda Santana do Baguaçu, 1967. Informações Gerais. Campinas, DEMA/SEC - 24 p.

1967, um aumento de 27%; o cafezal com 166.687 covas terá uma expansão de 260% e o novo laranjal (40.139 pés) mostrará um incremento de 428%.

O equipamento mecanizado e a infra-estrutura tiveram que acompanhar essas ampliações, o que pode ser verificado pelo aumento do número de tratores e de caminhões.

Em sua estrutura básica, a fazenda passou de uma unidade praticamente monocultora (cana-de-açúcar) para uma empresa diversificada onde o café e a laranja já apresentam bastante significação econômica e razoável peso relativo na formação da renda.

3. Objetivos Gerais e Organização

Transformar uma fazenda abandonada em uma empresa rural econômica e num local agradável de viver, não é uma tarefa de curto prazo.

No caso da Baguaçu, a duração de empreitada caminha já para quatro lustros e ainda existe muito que fazer.

Para orientar um programa como esse, é claro que foi preciso definir alguns objetivos, seja formalmente, como no planejamento da Fazenda Santana do Baguaçu³ (elaborado inicialmente para o período 1968/73), seja subjetivamente, na forma das intenções que conformam, quase sempre, o “espírito” da fazenda e de seu proprietário.

No caso presente, é possível inscrever os seguintes objetivos que orientam o trabalho de recuperação da antiga fazenda:

- salvar, conservar e melhorar o solo;
- criar uma base econômica de produção auto-sustentada;
- montar uma infra-estrutura racional, permanente e não onerosa;
- inserir também o trabalhador no contexto da fazenda;
- tornar a fazenda um lugar agradável de viver.

3.1 O solo

Como prioridade primeira, cuidou-se de salvar a camada de solo arável ainda existente, desgastada por longos anos de cultivo, erosão e pisoteio.

Esse objetivo foi alcançado no início dos anos sessenta, mediante a implantação do planejamento conservacionista realizado com a colaboração dos técnicos da antiga Divisão de Conservação do solo do extinto Departamento de Engenharia e Mecânica da Agricultura (DEMA).

O esquema inicial é o mesmo ainda hoje existente, com as adaptações e ampliações que se fizeram necessárias.

³ Fazenda Santana do Baguaçu, 1968. Planejamento da Fazenda de maio de 1968 a 1973. 121p. (datilografada).

As práticas adotadas são descritas no caso de cada uma das três principais culturas exploradas.

3.2 A Base Econômica de Produção

A antiga fazenda de café que na época de sua aquisição pelos atuais proprietários vivia fundamentalmente da produção de algodão em sistema de parceria, passou, a partir de 1959, a adentrar também o “ciclo da cana” principalmente devido à ampliação e modernização da Usina São Luiz S. A., situada na sua divisa.

Café e laranja ficaram até 1976 como culturas secundárias, pouco pesando no conjunto da renda e da área. Essa situação decorria mais de conveniência de manejo representada por uma linha fortemente dominante de produção (a cana) que propriamente por motivos de ordem econômica, já que o café e a laranja, na média dos anos, propiciavam melhores retornos que a cultura principal.

A partir de 1976 foi todavia tomada a decisão de transformar a Bagaçu numa fazenda mista, abandonando a comodidade do manejo monocultor, pela busca de rendas mais elevadas com a ampliação do cafezal e do laranjal.

A despeito da proximidade da usina (distância média de transporte de apenas 3 km) a evolução programada para as três culturas principais é a seguinte:

Quadro I
Porcentagem da Área Cultivada

PERÍODO	CANA	CAFÉ	LARANJA	TOTAL
1959/76	89	6	5	100
1978	80	7	13	100
1980 (meta)	57	12	31	100

Essa distribuição da área prevê uma composição aproximada da renda para o ano-meta, com base nos níveis de preços de novembro de 1978, com a seguinte distribuição percentual:

CULTURA	RENDA	ÁREA
cana	43	57
café	28	12
laranja	29	31
TOTAL	100	100

O quadro II abaixo, mostra os resultados da conta lucros e perdas a partir do ano-base de 1962, tomando como índice = 100.

Quadro II
Fazenda Santana do Baguaçu, resultados econômicos-financeiros Período 1962/77

EXERCÍCIO	ÍNDICE (valores deflacionados)
1962	100
1966	182
1967	84
1970	339
1975	311
1976	463
1977	845

Os principais parâmetros econômicos-financeiros referentes ao exercício de 1977 foram os seguintes:

– Quociente de liquidez corrente (QLC)	9,16
– Quociente de liquidez geral (QLG)	1,78
– Participação de capital de terceiros (PCT)	0,39
– Grau de endividamento (GE)	0,63

3.3 A Infra-Estrutura

Além do arcabouço conservacionista, a fazenda precisou equipar-se com máquinas e implementos, veículos, instalações especiais e os diversos serviços.

O suporte administrativo é propiciado por um escritório integrado por dois funcionários em tempo integral e dois em tempo parcial. A contabilidade é dirigida por um técnico de formação superior, também em tempo parcial. Balancetes, balanços, estudos e análises são preparados com regularidade. Levantamentos de custo de produção são também efetuados sistematicamente.

A mecanização e o transporte pesado requerido pela produção de cana-de-açúcar (46,543t como média dos últimos 10 anos) exigiu oficina mecânica, posto de combustível e caminhão-comboio.

O índice de mecanização é de 2,42 HP por alqueire cultivado para tratores e de 5,8 HP/alq. para tratores + veículos.

A existência de 244 pessoas (51 famílias) residindo na fazenda exige uma série de serviços básicos de água potável, eletrificação, educação, etc.

3.4 O Trabalhador

A inserção do trabalhador rural no contexto geral da vida da fazenda, levou à realizações seguintes, além das obrigações legais referentes à observância da legislação trabalhista e ao pontual recolhimento de impostos e taxas⁴:

- manutenção de singelo Serviço de Promoção Comunitária e Assistência Social sob a direção de uma professora primária paga pela fazenda;
- criação de uma Comissão de Representantes livremente eleita (integrada por um trabalhador da lavoura, um especializado e um representante das mulheres) para a discussão de assuntos de interesse comunitário e estabelecimento de um canal formal de ligação com a administração;
- venda de alguns gêneros básicos (leite, açúcar, arroz, feijão e fubá) a preços de custo ou simbólicos;
- apoio às atividades sindicais, recreativas e religiosas;
- estabelecimento de bolsas de estudo e subsídios à educação.

4. O Marco Tecnológico

Além da busca de um padrão tecnológico eficiente, através dos levantamentos de custo, da experimentação local, do acompanhamento da pesquisa e do assessoramento especializado, a fazenda está podendo apresentar, no tocante às três principais culturas exploradas, as normas técnicas que vão adiante descritas.

4.1 Cana-de-açúcar

O elenco de práticas adotado nesta cultura baseia-se principalmente em dados do Instituto Agrônomo de Campinas, Planalsucar (sobretudo da Estação Experimental de Araras) e de informações colhidas em experimentos próprios.

O rendimento agrícola “record” foi de 213 t/alq., na safra 1977/78 para uma média nacional de 124 t/alq. E de 162 para o Estado de São Paulo.

As seguintes práticas agronômicas estão sendo empregadas atualmente:

a) Utilização de um arcabouço conservacionista com faixas de cortes alternados, carregadores desencontrados, manutenção da cobertura do solo com Soja Precoce e Cana-de-Ano (nos terrenos mais íngremes), carregadores em terraço-de-base larga, plantio em nível dentro dos talhões, conformação retangular dos talhões, etc.

⁴ No exercício de 1977 a Fazenda recolheu aos cofres públicos a importância de Cr\$ 578.627,53 entre Funrural, Taxa de Assistência Social, PIS, ITR, Contribuição da Contag e Diversos.

b) Utilização de um esquema de distribuição de variedades produtivas, ricas em sacarose e dotadas de boas qualidades agrônômicas e industriais.

O esquema de distribuição de variedades atual e planejado podem ser vistos no quadro III. A inclusão das novas variedades resulta principalmente dos dados fornecidos pelas experiências de competição de variedades colhidas em 1976/78.

c) Manutenção de um serviço permanente de viveiros, com introdução anual de material tratado, novas variedades liberadas pelas Estações Experimentais (inclusive procurando introduzir as novas RB e SP) e uso de "roguing";

Quadro III

Fazenda Santana do Baguaçu, esquema de variedades em porcentagem

VARIETADE	ATUAL (1978)	PLANEJADO (1980)
CB. 53/98	6	30
IAC.49/131	14	20
Co. 740	2	10
NA. 56/79	34	10
IAC. 41/76	18	10
IAC. 51/205	25	10
Outras	1	10
TOTAL	100	100

d) Utilização de rotação e culturas com o emprego do "Método Coplana" de plantio de Soja Precoce;

e) Prática de calagem e fosfatagem em toda a área reformada;

f) Emprego de vinhaça na adubação;

g) Utilização de fórmulas comprovadas de adubação mineral com parte do nitrogênio na forma orgânica;

h) Prática da adubação em cobertura na cana-plana;

i) Subsolagem em toda a área reformada;

j) Combate sistemático à grama-seda com herbicidas e práticas mecânicas no período da seca;

k) Análise sistemática de amostras de solo antes de todo plantio;

l) Controle de ervas-más mediante herbicidas seletivos.

4.2 Cultura do Café

O cafezal adulto, formado pela variedade Mundo Novo (linhagem 376-4 e 403) tem produzido ao redor de 20 sacos beneficiados por 1.000 covas, ou seja,

cerca de 3.356 kg/alq., tomando, inclusive, os anos maus de seca e de chuva-de-pedra. A média nacional é de 1.432 e a do Estado de São Paulo é de 1.171 kg/alq.

Esse desempenho tem sido conseguido mediante o emprego das seguintes práticas:

a) Construção de uma estrutura conservacionista baseada em talhões retangulares com carregadores desencontrados, plantio em nível e em renque etc.

b) Plantio das variedades selecionadas, inicialmente Novo Mundo, e agora Catuaí Amarelo e Vermelha, além de talhões experimentais de Icatu, Catuaí, resistente à ferrugem, e Icatú de porte baixo.

O quadro IV mostra a distribuição de variedades utilizadas, inclusive dos novos plantios a serem feitos em 1979, com mudas já existentes nos viveiros próprios.

c) Sub-solagem, calagem e fosfatagem antes do plantio;

d) Adubação mineral adequada e parcelada;

e) Decote e recepa dos talhões velhos "fechados";

f) Controle sistemático à Ferrugem, Bicho Mineiro, ácaro e cigarra;

g) Adubação foliar;

h) Prática de carpas alternadas na época das chuvas pesadas, utilizando a alternada de roçadeira, grade e herbicida;

i) Exame nematológico e emprego da Torta de Mamona para controle de possíveis infestações nematóides.

Quadro IV
Fazenda Santana do Baguaçu. Distribuição do Cafezal por Idade e Variedade - 1978

ANO DO PLANTIO	MUNDO NOVO	CATUAÍ AMARELO	ICATU (2)	ICATU PORT/BAIXO (2)	CATUAÍ VERMELHO	CATUAÍ RESISTENTE (2)	SUB. TOTAL
1960	24.440	-	-	-	-	-	24.440
1961	16.102	-	-	-	-	-	16.102
1962	5.761	-	-	-	-	-	5.761
1977	-	52.790	-	-	-	-	52.790
1978	-	-	3.685	1.404	-	-	5.089
1979 (1)	-	-	8.100	2.096	41.700	10.600	62.496
TOTAL	46.303	52.790	11.785	3.500	41.700	10.600	166.678

1) Estimativa, mudas em viveiro.

2) Plantio experimental, material ainda em observação.

4.3 Culturas de Citrus

O pomar adulto já chegou a produzir em 1973/74 a média de 4,7 caixas de 40,8 kg por pé com custos de produção basicamente discreto.

A média nacional e paulista em 1977/78 foram, respectivamente, de 1,67 e 1,28 a cx./pé.

As seguintes práticas têm sido empregadas na Baguaçu:

- a) Plantio em nível e em renque (8x6m para porta-enxerto de Limão Cravo e 8x4m para porta-enxerto de PONCIRUS TRIFOLIATA);
- b) Sub-solagem, calagem e fosfatagem antes do plantio;
- c) Coveação em sulcos contínuos;
- d) Utilização de talhões de conformação retangular;
- e) Diversificação de porta-enxerto com emprego do P. TRIFOLIATA principalmente nas áreas úmidas;
- f) Contagem sistemática de pragas;
- g) Emprego de um cronograma de pulverização sujeito a prévio controle técnico;
- h) Adubação em áreas total nos talhões adultos.

5. Trabalhos Experimentais e Publicações

Alguns trabalhos experimentais já foram realizados na fazenda e diversas publicações puderam ser divulgadas a partir de suas conclusões ou simplesmente abordando problemas gerais de que a fazenda participou.

5.1 Trabalhos Experimentais

O quadro V mostra os diversos ensaios realizados na fazenda para a obtenção de informações locais que pudessem melhor direcionar os trabalhos do campo.

Os resultados obtidos, com a valiosa colaboração de instituições oficiais, são mostrados em resumo.

5.2 Publicações

Dentro do espírito de "porteira aberta", a fazenda proporcionou material ou patrocinou a publicação dos seguintes trabalhos:

Neto, S., 1961. São Paulo derruba o latifúndio. Manchete, edição de 14 de janeiro: 50-55.

Correio Agropecuário, 1972. Devemos arrancar o cafezal? Edição da 2ª quinzena, julho.

Graziano da Silva, J. F. e Gomes da Silva, 1971. Determinação da "Dose econômica" para adubação da cana-de-açúcar. 17. (datilografado).

Gomes da Silva, J. s/d. Porque abandonar a variedade IAC.49/131? 8p. (datilografado).

Gomes da Silva, J., 1975. NA 56/62 - Uma variedade para conferir. Brasil açucareiro, nº 5: 51-55.

Gomes da Silva, J. e Abramides, E. , 1974. Adubação e soqueira: um estudo preliminar do caso. Brasil açucareiro, nº 2: 52-55.

Gomes da Silva, 1974. Economia agrícola no Brasil: louca demais. Correio Agropecuário, 1ª quinzena, outubro: 9

Gomes da Silva, J., 1977. A turma "firme" de Dona Eloísa. Botucatu, Fac. Ciências Agrônômicas, 111. Reunião de mão-de-obra volante na agricultura. 30 p.

Quadro V

Fazenda Santana do Baguaçu. Trabalhos Experimentais Realizados . 1963/78

ANO	EXPERIÊNCIA	INSTITUIÇÃO	RESULTADO
1963	Adubação NPK em cana-planta	IAC	Forte reação à dose dupla de K20 (180kg/alq.). Reação à dose simples de P205 (80kg/alq.). Reação nula à N.
1963/64	Competição de variedades de cana média (2 cortes)	IAC	Variedades IAC.55/26, 49/131, 50/134, e CB.49/260 superiores à CB.41/76.
1971/75	Competição de variedades de cana média (2cortes)	-	Variedade Co.740, IAC.51/205, 49/141, 50/134 e CB.53/98 superiores à CB.41/76 e IAC.52/326.
1972	Subsolagem em cana	-	Não detectados.
1972	Adubos Verdes para cana	IAC/DATE	Maior adequação da CROTALARIA JUNCEA; efeito sobre a cana não detectado.
1972/73	Adubação de soca de cana	IAC	500kg/alq. De 18.09.28 produziu mais de 250kg/alq. Aplicação de adubo com subsolagem é melhor que a aplicação superficial.
1976/77	Recepa de cana danificada por granizo	-	O tratamento "sem mexar" foi superior ao da "cana recepada com enxada".
1976/78	Competição de variedades de cana (média de 2 cortes)	-	CB.53/98 é a melhor variedade em dois tipos de solo. CB.56/126, IAC.49/131 e Co.740 superiores a CB.41/76 e NA.56/79.

6. Perspectivas Futuras

Com a sua organização, estrutura e linhas de produção já definidas e consolidadas, a Fazenda Santana do Baguaçu irá depender, daqui para a frente, mais dos rumos da política agrícola nacional, que propriamente de decisões tomadas no âmbito da propriedade.

A longo prazo é de se esperar também algumas modificações nas linhas de produção, por força da intensificação porque deverá passar inevitavelmente a agricultura praticada no planalto central do Estado. Lembrando Zeferino Vaz que orgulha-se de “haver plantado uma universidade no meio duma exploração colonial que simboliza o subdesenvolvimento” (a cana), é possível que a sofisticada infraestrutura de obras e serviços públicos, a elevação do preço das terras e a demanda de produtos mais nobres, venham um dia cobrir a Baguaçu com pomares e cultivos intensivos.

Daqui para a frente deverá também aumentar a preocupação com os problemas ecológicos, de lazer e da qualidade da vida.

Nesse contexto, terá valido a pena, novamente, preocupar-se em conservar o solo.

Aspectos Sociais, Políticos, Econômicos e Agronômicos da Produção de Cana-de-Açúcar para fins Energéticos¹

José Gomes da Silva

1. Introdução

A carta convite da FIT, datada de 31.08.80, registra como objetivo deste Seminário *“debater eventuais alterações de escopo e enfoque do Referido Programa (Proálcool), necessárias em face das mudanças de ordem social, política e econômica que vêm ocorrendo no país e no mundo, desde a sua implantação”*.

Tomando essa frase como uma pensada e definida determinação e não como simples enunciado de intenções, é preciso, pelo menos em relação ao nosso tema, levantar algumas indagações preliminares e depois ampliar ou mesmo modificar o título da palestra que nos foi solicitada.

Assim, quais foram as mudanças de ordem social, política e econômica que ocorreram no Brasil desde 14 de novembro de 1975, data da promulgação do PNA?

Essas mudanças podem determinar *“eventuais alterações de escopo e enfoque”* no Programa?

Repetindo as mesmas questões no plano mundial teremos um roteiro para esta palestra e o imediato resultado é a ampliação de seu título de modo a incluir as dimensões sociais e políticas, já que as componentes agronômicas e econômicas já vieram incluídas no tema proposto pela FIT. A seqüência do tratamento foi colocada pela FIT e passou a ser considerada como a própria hierarquização dos parâmetros, conformando o título desta palestra.

O Quadro I esquematiza de forma sucinta *“as mudanças de ordem social, política e econômica”*, que no nosso entender, ocorreram no *“país e no mundo, desde a implantação do PNA”*.

¹ Apresentação realizada durante o Seminário de Avaliação do Programa Tecnológico de Etanol, promovido pela Fundação de Tecnologia Industrial - FITI, Guaratinguetá, Clube dos 500, 04 de março de 1980.

Essas “grandes mudanças” servirão de pano de fundo para a análise que se segue. Algumas conclusões serão intentadas no capítulo final, depois da discussão geral relativa ao PNA e da apresentação específica referente à cana, esta preparada conforme roteiro enviado pela FTI.

Quadro I

Mudanças de Ordem Social, Política e Econômica que Ocorreram no Brasil e no Mundo no Período, desde a Implantação do Proálcool

REGIÃO CONSIDERADA	MUDANÇAS SOCIAIS	MUDANÇAS POLÍTICAS	MUDANÇAS ECONÔMICAS
Brasil	Escalada da violência	Abertura política	Fim do Milagre
Mundo	Alargamento do “development gap”	Irã e Nicarágua	Implantação da Trilateral e agravamento da crise energética

2. Aspectos Sociais

Do ponto de vista social, a cultura de cana-de-açúcar, devido ao sistema de produção com que se implantou no Brasil, apresenta, pelo menos, três sérias limitações:

- tem estimulado a concentração de renda e de terras;
- tem criado injustas relações de trabalho de tipo “bóia-fria”;
- tem se instalado a partir de formas precárias de tenência da terra (latifúndio por dimensão e exploração, arrendamento, “moradores”, sistema de “dois hectares”, etc).

Essas debilidades têm sido tratadas pela literatura especializada e não irão aqui ser detalhadas. Relativamente ao PNA é preciso contudo, registrar que não houve nenhuma preocupação do Programa para conter, agora na fase energética, qualquer dos inconvenientes sociais que a cana-de-açúcar já vinha apresentando na sua fase de utilização como simples adoçante.

Se a pressa, o aguçamento da crise energética e os problemas com que o Brasil se debatia em fins de 1975 pudessem de alguma maneira explicar a omissão, nada justifica essa falha agora neste começo de 1980 quando a nova meta de 10,7 bilhões de litros de álcool para 1985 está sendo formulada com toda a tranqüilidade e com um fabuloso embasamento técnico institucional de que esta reunião é a demonstração mais eloqüente.

Registra-se, por oportuno, que uma dimensão social para o PNA não é nenhuma novidade. Essa discussão antecedeu o próprio decreto 76.593 de 14 de novembro de 1975.

Os jornais da primeira quinzena de novembro de 1975 - quando mais acesa ia a discussão sobre os rumos do programa prestes a ser decretado - registravam o vazamento de que o "governo federal está examinando a possibilidade de promover a reestruturação fundiária nas regiões que serão indicadas para a localização das destilarias de álcool de mandioca"².

Infelizmente o rolo compressor do "econômico" mais uma vez derrotou o aleatório "social" nas disputas intestinas que tiveram lugar dentro da estrutura do poder da época, e o PNA veio a público sem qualquer preocupação além daquela de não deixar na garagem (ou no pátio das fábricas) os automóveis dos estratos privilegiados da sociedade brasileira.

Como imediata consequência, as avaliações que têm sido efetuadas, inclusive por entidades do próprio Governo, mestram o alto preço que a Nação já está pagando pela total despreocupação que o PNA demonstrou até agora pela dimensão social.

A avaliação efetuada pelo Conselho Nacional de Pesquisas³, entidade pública vinculada à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, constitui um verdadeiro libelo a respeito das consequências desastrosas que o PNA poderá acarretar na área social se o programa não for devidamente redirecionado.

Da mesma maneira, a nova avaliação, que ainda está sendo conduzida pelo Grupo de Avaliação Tecnológica - Projeto 05-78, pela simples inclusão de um "cenário social" já indica uma dimensão que, desde o enfoque metodológico, o PNA desconhece na sua implementação.

Em novembro do ano passado, a FGV pelo seu Grupo de Informação Agrícola, publicava uma análise⁴ de PNA, mostrando, entre outras debilidades, a "elevada frustração de objetivo da redução das disparidades regionais", "a concentração fundiária... caso não haja uma preocupação explícita com a problemática social" e a falta de apoio para "matérias primas alternativas - como a mandioca e o babaçu - que possibilitariam o desenvolvimento de regiões atrasadas e a elevação da renda de núcleos populacionais bastante pobres".

Não somente técnicos e cientistas têm exagerado e denunciado essas debilidades. Os trabalhadores brasileiros - da cidade e do campo - também andam fazendo suas aferições e no chamado "Fórum dos Não Consultados" que se reuniu em Campinas no final do ano passado, as críticas ao PNA vieram de todos os setores populares atingidos pelo programa⁵.

² FOLHA DE S. PAULO, 1975. O Programa do Alcool Poderá Prever a Distribuição de Terras. Edição de 12 de novembro.

³ CNPq - Conselho Nacional de Pesquisas, 1978. Avaliação Tecnológica do Alcool Etílico. Brasília, DF, CNPq. 512p.

⁴ AGROANALYSIS, 1979. Proálcool. 3(10):2-16.

⁵ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO EST. DE SÃO PAULO E OUTROS, 1979. O álcool como Alternativa de Petróleo: Um "Fórum" dos Não Consultados. Conclusões. 6p.

O PNA foi também analisado durante a 18ª Assembléia Geral da CNBB, recebendo esta forte discriminação da Igreja: “Um vultuoso programa oficial, o Proálcool, baseado em subsídios governamentais, já está aumentando a concentração de terras e a expulsão de lavradores, quando poderia ser uma oportunidade privilegiada para uma redistribuição de terras”⁶.

Convém ainda, nesta tentativa de análise, ouvir empresário e trabalhador. Para o primeiro “a usina” dá emprego, cria um forte setor de serviços...⁷, mas o trabalhador rural não se contenta só com isso, porque “onde vamos aplicar o crédito, se não temos onde (terra) plantar?”⁸.

Ainda dentro da dimensão social é preciso discutir dois outros problemas que o PNA está provocando: a poluição e o deslocamento da produção de alimentos.

Dentro da falta de tradição ecológica que caracteriza a indústria em uma sociedade em desenvolvimento, a destilaria do PNA está sendo montada sem grandes preocupações com os danos ao meio ambiente.

Os efeitos cumulativos das diversas formas de poluição geradas pela destilaria (vinhaça, carvão de queimadas, fuligem de chaminés, água de lavagem de cana, resíduos de limpeza de fábrica, etc), se hoje estão ainda diluídos num espaço relativamente amplo, tendem contudo a se acumular quando for atingida a meta de 10,7 bilhões de litros em 1985, a de 14 bilhões em 1987 e principalmente a de 70 bilhões no ano 2000.

Mesmo transformando a vinhaça de vilão a herói, como pitorescamente já se escreveu, ainda assim restam as diversas outras formas de agressão à qualidade de vida que precisam ser contidas para não transferir para o grande público um ônus que é da responsabilidade exclusiva daqueles que estão faturando com o programa.

Na discutida questão álcool x alimentos, os dados do próprio MIC desmentem o seu Ministro: há clara tendência, pelo menos no Estado de São Paulo, para culturas de subsistência serem deslocadas pela cana-de-açúcar. Irritado, Camilo Pena⁹ afirma que a “grande tolice do ano é querer produzir álcool combustível sem ocupar as terras”. A tolice do ano é, porém, transformada na asneira do século quando os próprios estudos do MIC mostram a desinformação de S. Excia. , em questões de tamanha relevância.

Homem de Melo¹⁰, moderado economista da USP, coloca também alguns números contundentes nessa discussão: os 2,5 milhões de hectares adicionais que precisarão ser plantados com cana até 1985 para atingir a meta de 10,7 bilhões de

⁶ CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. A Igreja e os Problemas da Terra, CNBB, Itaici (cit. “O Estado de S. Paulo” de 17.02.80).

⁷ JORNAL DA TARDE, 1979. Porque não anda o Proálcool? Edição de 17 de dezembro.

⁸ CONTAG - Conf. Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, 1979. 3º Congresso Nac. Trab. Rurais, Brasília, CONTAG, p.112.

⁹ FOLHA DE S. PAULO, 1979. Toliche do Ano - Edição de 13 de dezembro.

¹⁰ HOMEM DE MELO, F., 1979. A Crise Energética e a Agricultura Brasileira. 4p. (não publicado).

litro de álcool significam, aproximadamente, uma produção não realizada de 6,6 milhões de sacos de feijão, 20 milhões de sacos de milho e mais de 20 milhões de sacos de arroz, o que significa respectivamente, cerca de 17, 6 e 15 por cento da produção nacional desses produtos de alimentação.

É o mesmo sóbrio especialista¹¹ que mostra duas outras facetas sociais negativas do PNA: o programa é elitista do lado do consumo porque vai favorecer o transporte individual ao invés de incrementar o transporte coletivo; é elitista também, do lado da produção “porque faz com que os fornecedores de cana fiquem relativamente menos importantes no suprimento total da usina”.

Finalmente, resta discutir o aspecto concentrador do PNA. Além dos casos individuais mais contundentes (uma única usina com 40.000 ha, 50% do município de Sertãozinho, nas mãos de quatro famílias de usineiros¹²). Itacemópolis transformada em “canavianópolis” com 82% do território municipal ocupada com cana¹³ - o estudo do CNPq revela ocorrência da maior parte dos projetos enquadrados pelo PNA em classes de áreas bastante grandes: 67% dos projetos aprovados até julho de 1978 tem 5.000 a 30.000há. E mais: a tendência do PNA, como registrou Homem de Melo, é para aprovar projetos em que haja mais “canas próprias”, isto é, matéria prima produzida pela própria destilaria: 74% nas destilarias autônomas contra 55% das anexas, estas representando a produção existentes nas antigas usinas de açúcar. A gravidade deste fato torna-se tanto mais séria quanto se sabe que os atuais usineiros já estão tendo uma participação na produção de cana acima da porcentagem que lhes permite a lei.

Todo esse quadro anti-social está, infelizmente, respaldado em programas de pesquisas dirigidas fundamentalmente para a grande unidade de produção. Uma tímida e desarticulada tentativa de redirecionar os trabalhos experimentais com a cana-de-açúcar para os médios e pequenos produtores, iniciada pelo Planalsucar em fins de 1979, corre atualmente o risco de paralisação e, se frustrada, deverá representar a consolidação de elitismo concentrador também no campo da pesquisa e da experimentação oficiais.

3. Aspectos Políticos

Está hoje pacificamente aceito que a crise energética foi a principal responsável pelo abrandamento do regime militar que dominou o Brasil até o ano passado. “É bastante óbvio que os primeiros passos para a chamada abertura democrática foram uma consequência direta da crise petrolífera de 1973, que tornou óbvias as falácias da política de segurança e desenvolvimento elaborada desde 1964”¹⁴.

¹¹ O ESTADO DE S. PAULO, 1980. Programa é elitista e deveria ser, por isso, o mais lento. Edição de 13 de janeiro.

¹² JORNAL DO BRASIL, 1979. Proálcool Gera Concentração em SP. Edição de 16 de setembro.

¹³ BETING, JOEL MIR, 1980. Folha de S. Paulo, edição de 24 de fevereiro.

¹⁴ SCHENBERG, M. 1980. Perspectivas Energéticas Brasileiras. Ciência e Cultura 32(1)56-57.

Os aspectos políticos do PNA estão atualmente centrados na própria concentração de renda (no plano interno) e na questão da desnacionalização do setor (no plano internacional). O problema de apoio da indústria automobilística ao PNA e a posição da Petrobrás, acossada por Maluf, surgem como questões periféricas mais ou menos dependentes das primeiras e mais decisivas formulações.

O recente "episódio Atala" mostra claramente o perigo da concentração gerando o poder político e o risco de mandar "produzir a qualquer preço".

No debate em torno da desnacionalização, tudo indica que o PNA não possa ter destino diferente do próprio monopólio estatal do petróleo.

Em qualquer caso, na atual fase de abertura política, será um pouco mais difícil para o governo deixar o PNA também à mercê das transacionais, mesmo sob o pretexto de acelerar o programa com injeções de capital estrangeiro.

O tópico específico dedicado ao programa de biomassa pelo General Andrade Serpa¹⁵ em seu discurso do dia 5 de fevereiro revela uma preocupação de fortes grupos nacionalistas dentro das Forças Armadas com os rumos que está tomando a alienação da economia brasileira, de um modo geral, e as ameaças recentes ao PNA, em particular.

A penetração do capital estrangeiro está atualmente sendo feita também através da tecnologia de produção de álcool de mandioca. O estudo de Agroanalysis aqui citado¹⁶ menciona os exemplos das destilarias de álcool de mandioca de MT e SC, ambas baseadas em tecnologia germânica.

4. Aspectos Econômicos

Mesmo os críticos mais ferozes da política energética brasileira lamentam que a insensatez do programa nuclear tenha desviado a atenção e os recursos para projetos mais viáveis como o do etanol. Se essa é a opinião complacente dos físicos como Goldemberg¹⁷ e Schenberg¹⁸, já o mesmo não ocorre com os economistas, para os quais o PNA "tem apresentado mais problemas que soluções"¹⁹, "vai ralar os trabalhadores rurais"²⁰ e apenas "servirá para regular a taxa média de lucro dos canavieiros do açúcar"²¹.

De outro lado argumenta-se que o PNA está excitando a economia a partir da utilização de uma tecnologia 100% nacional, o que constitui mais uma razão para evitar a sua entrega ao capital estrangeiro como vem ameaçando o Ministro da Indústria e Comércio.

¹⁵ FOLHA DE S. PAULO, 1980. País de 80 não é o de 64, diz Cerpa. Edição de 28 de fevereiro.

¹⁶ AGROANALYSIS. Op. Cit.

¹⁷ GOLDEMBERG, J., 1979. Preço Favorece Novas Fontes. O Estado de S. Paulo. Edição de 2 de dezembro.

¹⁸ SCHENBERG, M., 1980. Op. cit.

¹⁹ CONJUNTURA ECONÔMICA, 1980. Energia. Vol.34(1):88-91.

²⁰ TAVARES, M. C. Modelo, 1979. Energia e Desnacionalização. Campinas, SP, "Fórum dos Não Consultados", 6 e 7 de novembro.

²¹ Ib. ibden. 20

Ao nível do produto final é importante lembrar que o etanol como combustível está sendo viabilizado muito antes do petróleo atingir o custo estimado de US\$50.00 por barril, considerado o nível econômico de substituição²².

Relativamente à cana-de-açúcar e seus custos, um enorme campo está aberto para a redução do custo final do litro de álcool através dos seguintes caminhos:

- melhoria da produtividade agrícola;
- montagem de sistemas de produção adequados à energicultura;
- aprimoramento do processo de destilação;
- ampliação do período de moagem;
- criação de uma tecnologia agrícola própria para a produção de álcool.

Algumas dessas questões serão discutidas com mais detalhes no capítulo que se segue.

5. Aspectos Agronômicos

Neste tópico serão analisados os temas propostos no roteiro da FTI, com exceção da colheita e transporte que fogem ao nosso campo, e discutidos também as práticas culturais relativas à cana-de-açúcar com vistas à sua utilização para fins energéticos (“energy farming”, energicultura ou agroenergia).

5.1. A Cana-de-Açúcar como Matéria Prima Energética: Vantagens e Desvantagens

Esta comparação é bastante facilitada pela visualização do Quadro II que preparamos para outro trabalho²³, no qual a cana-de-açúcar é cortejada com a mandioca, cultura que atualmente secunda aquela gramínea como fonte de matéria-prima para a produção de álcool-motor.

5.2. Produtividade Agrícola da Cultura da Cana-de-Açúcar: Média Nacional x Média Ótima

O Quadro III, preparado com dados pessoalmente colhidos em 1979 em nove países que competem com o Brasil no mercado internacional de açúcar, mostra o baixíssimo rendimento agrícola da nossa canavicultura. Com um rendimento agrícola e industrial inferior ao da Índia, o analista é obrigado a levantar algumas indagações:

²² *ib. idem.* 19

²³ GOMES DA SILVA, J., 1977. O Proálcool e as Responsabilidades do Setor Agrícola. Boletim Especial Energia”, XI reunião Anual SBF, São Paulo, junho, Bol. 4(8):81-95.

– Por que a nossa produtividade é inferior à da Índia? As condições naturais da Índia são melhores que as do Brasil? A pesquisa está mais adiantada? Os serviços de extensão são mais eficientes? O agricultor é mais progressista?

Após visitar a Índia, suas culturas de cana, usinas e centros de experimentação, somos levados a acreditar em todos aqueles parâmetros as condições do Brasil são superiores às da Índia. A única diferença reside no sistema de produção: enquanto no Brasil domina a “plantation” extensiva e geralmente monocultura, na Índia a cana é produzida de forma intensiva em pequenas unidades do tipo familiar.

Idêntica situação ocorre na Austrália, Taiwan, Fiji e Filipinas, todos com rendimento muito superiores aos apresentados pelo Brasil, mesmo considerando as cifras relativas ao Estado de São Paulo, unidade que apresenta a melhor produtividade no nosso País.

A exceção de Havaí é explícita em termos de uma fantástica mobilização tecnológica (variedades eficientes, irrigação por gotejamento, adubação massiva, etc) que estão, ao lado da mão-de-obra extremamente cara, acabando por tornar a cultura da cana anti-econômica no Arquipélago.

5.3. Rendimento Agrícola e Rendimento em Açúcar.

O programa tradicional de melhoramento da cana-de-açúcar foi sempre dirigido para a eleição de variedades que pudessem produzir a maior quantidade possível de sacarose num período de moagem que era considerado como “mais curto, melhor”.

Ao passar de adoçante para fonte de combustível, a cana-de-açúcar deverá produzir a maior quantidade de açúcares fermentáveis totais, juntamente com uma boa percentagem de fibra, num novo PUI que será determinado pelos sistemas de produção, pelas culturas complementares que puderem preencher as pontas da safra e pelos novos processos de industrialização que vierem a ser desenvolvidos para fins energéticos.

Sem pretender adentrar o campo da futurologia, algumas modificações se apresentam como mais ou menos óbvias e deverão modificar sensivelmente a agro-indústria do futuro. Não foi sem razão que o velho Megeldorf mandou este alerta aos seus colegas que trabalham com melhoramento da cana-de-açúcar no Brasil: “... sinto muito, mas devem estar preparados para começar tudo de novo...”²⁴.

²⁴ MANGELDORF, A. F., 1979. Informação Verbal.

Quadro II
Vantagens e Desvantagens da Cana-de-Açúcar e da Mandioca para a
Produção de Álcool Carburante (As Cifras Referem-se a Julho de 1977)

MATÉRIA PRIMA	ETAPA	VANTAGENS	DESVANTAGENS
CANA-DE-AÇÚCAR	AGRÍCOLA	<ul style="list-style-type: none"> - Sistemas de produção já definidos - Tecnologia moderna e disponível - Infra-Estrutura organizada (insumos, maquinária, legislação específica, apoio institucional, etc.) - Utilização de 3-4 cortes de um único plantio - Maior Produção de álcool/ha/ano (4125 l x 2250 l) 	<ul style="list-style-type: none"> - Tendência monocultura, concentradora "monopolística" - Área tributária da destilaria limitada por Decreto - Baixa renda líquida por área (ao atual preço de Cr\$159,28/l P.F.U. - Utiliza extensivamente o fogo em diversas operações - Mais exigente em insumos modernos - A semente (mudas) é o item mais pesado no custo de produção e a sua utilização reduz a produção final
	INDUSTRIAL	<ul style="list-style-type: none"> - Equilíbrio energético favorável - Parque industrial organizado e nacionalizado - Custo final do litro de álcool mais reduzido (Cr\$1826 para a cana x Cr\$1846 para a mandioca, dados de out/75 da SA do ESP) - Aproveitamento da sobra de bagaço (± 30%) - Processo de fermentação simples e rápido (15-18 h) - Respostas mais imediatas tanto nas destilarias anexas como autônomas 	<ul style="list-style-type: none"> - Indústria poluente quando não efetua o aproveitamento da vinhaça - Aumenta os desequilíbrios econômicos regionais - Maior período de funcionamento da destilaria
MANDIOCA	AGRÍCOLA	<ul style="list-style-type: none"> - Menos exigente em fertilidade do solo - Utiliza mais mão-de-obra (66 HD/ha x 28 HD/ha para a cana) o que a recomenda para regiões menos desenvolvidas - Menor peso de matéria-prima a transportar (0,55kg por litro de álcool x 1,49kg/l no caso da cana) 	<ul style="list-style-type: none"> - Não dispõe de sistemas de produção organizados - A colheita Motomecanizada ainda é incipiente - A cultura extensiva poderá apresentar limitações agrônômicas sérias (Bacteriose, Mandorová, Rotação)

A Obra

		<ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de melhoramento mais rápido a partir do atual nível tecnológico - Cultura de pequenos produtores - Cultura tradicional em todo o país - A semente para o plantio (Maniva) não é retirada da produção final - Permite o aproveitamento da rama para a ração - Menor custo de produção Cr\$3267,06/ha x Cr\$ 4720,23 para a cana - Não apresenta períodos críticos de plantio e colheita 	
	INDUSTRIAL	<ul style="list-style-type: none"> - Maior investimento na destilaria - Maior período de funcionamento da Destilaria - Possibilidade de armazenamento da matéria-prima na forma de raspa - Melhor qualidade do álcool 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de tradição - Necessidade de sacrifício do amido - Maior tempo de fabricação - Maior consumo de água - Fabricação mais complicada

5.4. Inovações Agronômicas que Permitem Aumentar o Rendimento em Colmo e Açúcar

Os agrônomos, tanto da pesquisa como da extensão, são useiros em especular sobre hipotéticos aumentos de produtividade que os agricultores poderiam conseguir se aplicassem umas tantas inovações. Talvez seja essa a razão pela qual não consigam evitar que também os ministros pratiquem tais ingenuidades.

Os agricultores, na verdade, desenvolvem uma espécie de “resistência passiva”.

Sabem como aumentar a produção, mas simplesmente não lhes interessa fazê-lo: primeiro porque os sistemas de produção com que trabalham não lhes permitem maior eficiência; segundo, porque nem sempre a maior produção significa maiores lucros.

Se tomarmos a listagem de práticas agronômicas que deve obedecer uma cultura racional de cana, não há dúvida que apreciáveis incrementos de produtividade poderiam ser obtidos. Mas o fundamental mesmo é modificar o sistema de produção extensivo que foi trazido por Martim Afonso de Souza,

ampliado pelos usineiros de açúcar e agora consolidado pelos emirados que o PNA está estimulando.

Mais uma vez os dados do Quadro III podem ser úteis. Basta analisar o rendimento em colmos e/ou açúcar da “plantation” brasileira (ou mesmo paulista) em confronto com os sistemas familiares de outros países. É entender a exceção do Havai onde a cultura da cana está em acelerado processo de extinção.

Relativamente às diversas práticas culturais que podem comportar inovações tecnológicas especificamente voltadas para fins energéticos, é interessante fazer exercício com a cana-de-açúcar, utilizando para isso a seqüência que o Instituto Agrônomo de Campinas²⁵ utiliza para tratar comparativamente as diversas explorações agrícolas.

Melhores Variedades

Após o “ciclo Frederico Veiga” responsável pela criação das variedades CB que em 1978 ainda respondiam por 57% do total da produção de cana do País, os produtores aguardam com ansiedade o novo material em processo de seleção nos programas RB do Planalsucar, SP da Copersucar e IAC do Instituto Agrônomo de Campinas.

Uma linha especial de melhoramento de variedades para álcool deverá ter lugar em futuro próximo para responder à nova demanda da energicultura, tal como preconiza Mangeldorf. A transparência de germoplasma de *Sacharum spontaneum* para as futuras variedades para fins energéticos é uma possibilidade que já começa a ser discutida entre os geneticistas de cana.

²⁵ INSTITUTO AGRONÔMICO, 1976. Instruções Agrícolas para o Estado de São Paulo. Campinas, IAC, pg.62-65.

Quadro III
Características e Rendimentos dos Sistemas Agrícolas de Produção na
Agroindústria Canavieira de Alguns Países Produtores

Sistema Agrícola de Produção	País	Área por Família (Ha)	Nº De Cortes (Média)	Área Irrigada (%)	Rendimento em Colmos TCH	Rendimento em Colmos TCH/Ano (1)	Rendimento em Açúcar TPH	Rendimento em Açúcar TPH/Ano (1)	Rendimento Industrial TC/TP
Familiar	Austrália	49,70	4	25	84,38	77,95	11,52	10,64	7,32
Asiático	Bangladesh	0,13	2	12	35,37	35,37	2,73	2,73	12,95
	Índia	0,13	2	73	56,40	56,40	5,40	5,40	10,46
	Taiwan	0,46	4	55	76,19	76,19	7,82	7,82	9,74
	Filipinas	13,85	3	9	52,54	52,54	5,62	5,62	9,93
	Indonésia	0,10	1	90	85,10	64,60 (2)	7,61	5,77	11,18
	Fiji	1,70	5	0	48,30	44,93	5,87	5,43	8,22
	China (3)	0,08	2	100	84,78	84,78	-	-	-
	Plantation	Havai	-	2 (4)	55	240,93	120,46 (4)	27,68	13,84
BRASIL		51,20	4	1,6	56,12 (5)	49,90 (6)	4,53 (5)	4,03 (6)	12,39
Estado de S. Paulo		-	4	2,2	65,59	58,30	6,02	5,35 (6)	10,89

TCH - Tonelada de cana por hectare

TPH - Tonelada de pol (açúcar) por hectare

(1) Ajustou-se o rendimento agrícola ao ciclo anual quando o 1º corte demora mais de 12 meses.

(2) Na Indonésia é proibido deixar soqueira de cana nas terras de arroz (Ilha de Java).

(3) Refere-se apenas a uma equipe da Brigada de Produção "PA CHOU", distrito de Xin'Jiad, Província de Cantão (118 famílias em 15 ha de cana-de-açúcar). O rendimento refere-se a toda Brigada (3.900 t em 46 ha).

(4) A chamada "replanta", devido ao tipo de colheita mecânica (push racker), é praticamente um novo plantio. Assim o rendimento foi dividido por dois, já que o 1º corte é feito em 24 meses.

(5) 1976/1977

(6) 4 cortes em 54 meses (18+12+12+12)

Adubação

Certamente também as atuais recomendações de adubação deverão ajustar-se aos novos sistemas de produção, ao prolongamento do PUI e principalmente à nova situação decorrente da presença de apreciáveis quantidades de K₂O na vizinhança aplicada.

Épocas de Plantio

A safra mais longa que exigirá a energicultura deverá mudar substancialmente o esquema de época de plantio tradicional baseado na cana-de-ano e meio para as condições normais e a cana-de-ano para situações emergenciais.

A introdução da irrigação - impulsionada pela necessidade de distribuir a vinhaça - será mais um fator a estimular um período mais prolongado de plantio, a ser facilitado também pela tendência da eliminação da sazonalidade da mão-de-obra.

Espaçamento

Aqui está se concentrando atualmente o maior esforço para aumentar a quantidade de biomassa produzida pela cana-de-açúcar para fins energéticos.

Os resultados obtidos pelo Planalsucar configuram as experiências feitas no Havai e na zona açucareira continental dos EEUU: os espaçamentos mais fechados aumentam a produção de biomassa.

Novos delineamentos envolvendo diferentes combinações de ruas contíguas em acoplamento deverão também ser experimentadas.

Profundidade de Plantio

Tenderá para menores profundidades, com vistas à diminuição do esforço de tração e economia de combustível em sulcos mais rasos.

Época de Colheita

Num esquema de "energy farming" interessa um fluxo contínuo de energia durante todo o ano e não apenas a produção "de safra", como ocorre atualmente.

Os problemas de tancagem (que já estão ocorrendo), distribuição, seguro, etc., são muito mais sérios e caros no atual sistema de produção sazonal, comparativamente a um fluxo mais uniforme, como é a produção de 11 meses que se faz no Havai.

Tratos Culturais

A tendência aqui é para uma diminuição dos tratos culturais por força dos espaçamentos mais fechados e pela necessidade de economizar energia dispendida na fabricação dos herbicidas.

Rotação de Cultura

A persistir o modelo “plantation”, nunca haverá rotação de culturas na canavicultura brasileira. Se as mudanças efetivas de escopo e enfoque que o PNA precisa forem realmente efetivadas, inclusive no tocante à introdução de novos sistemas de produção e menores superfícies para os estabelecimentos agrícolas, é possível que essa prática seja realmente aplicada.

O pequeno agricultor é por natureza um policultor. O grande empresário é quase sempre um monocultor. Rotação de cultura significa espírito de policultor.

A rotação poderá ser fomentada ainda pela necessidade de economizar nitrogênio, um voraz consumidor de energia produzido na forma de fertilizante químico.

Combate às Moléstias e Pragas

Aqui também a modificação a esperar deve ser feita por força da introdução de esquemas economizadores de agrotóxicos, de que se falará mais adiante.

Rendimento Normal

A quantidade de biomassa produzida para fins energéticos, com a introdução das inovações anteriormente descritas, deverá, sem dúvida, ser substancialmente aumentada.

Mudas Necessárias

O custo da muda é individualmente, o item que atualmente mais onera a estrutura do custo da produção de cana-de-açúcar.

Com os espaçamentos mais cerrados, a tendência é encarecer ainda mais o custo deste item com o aumento que haverá na quantidade de mudas utilizadas.

A experimentação deverá, portanto, indicar o ponto de otimização em relação ao consumo de mudas, inclusive porque o suprimento de material de plantio de alta qualidade poderá constituir, a curto prazo, um fator limitante para o ritmo de duas destilarias por semana que o PNA deverá exigir.

5.5 Produção de Cana em Terras Menos Férteis

Não existe nenhum problema técnico nesse item. Apenas uma questão de custos, com duas variáveis importantes: o nível de preços dos fertilizantes e a possibilidade de utilização integral da vinhaça produzida.

O Planalsucar tem resultados muito favoráveis com o plantio em solo pouco férteis e diversas usinas estão vencendo o cerrado com a ajuda da vinhaça

6. Custos de Produção. Perspectiva de Redução

É muito difícil falar sobre custos de produção numa economia em que todos os preços se alteram em 30% com uma simples instrução do Banco Central, uma medida administrativa de quinta categoria.

De uma maneira geral, pode-se dizer que, para fins energéticos, a cana-de-açúcar dispõe, no Brasil, de todo o campo do mundo para expandir-se, em relação aos níveis de preços, por dois motivos:

1º) Nossa gasolina hoje é uma das mais caras do mundo e o álcool que vier a substituí-la fatalmente se beneficiará dessa situação;

2º) A tonelada de cana-de-açúcar, no nível de preços da última safra na região centro-sul (Cr\$384,92 por tonelada PEU), é uma das mais baratas do mundo.

O Quadro IV mostra no levantamento que efetuamos em 9 países produtores, a posição do Brasil no tocante ao preço pago aos canavicultores. Para facilidade de interpretação, aparecem no Quadro alguns parâmetros importantes que influenciam os custos de produção, principalmente o sistema de pagamento da matéria prima, o nível de salários e o preço da terra.

Relativamente às perspectivas de redução dos custos de produção da cana-de-açúcar para fins energéticos, boas possibilidades podem derivar, conforme já mencionamos, da introdução de diversos melhoramentos na agro-indústria e da utilização do elenco de inovações tecnológicas que já analisamos com vistas à energicultura.

Ao falar sobre custos de produção é oportuno destacar a necessidade de informatizar critérios para eleger uma estrutura de custo, já que as diversas instituições públicas e privadas que têm efetuado esses levantamentos geralmente trabalham com critérios diferentes.

O Quadro V mostra os custos levantados por cinco diferentes instituições para a safra 1978/79 trazidos para uma mesma estrutura de custo. A variação é relativamente pequena (máximo de 101 e mínimo de 94, em números índices em que o custo da FGV foi tomado como 100), indicando que os dados básicos devem ser bastante coerentes.

Quadro IV
Preços da Cana, Sistemas de Pagamento e
Custos de Alguns Fatores nos Países Visitados

SISTEMA AGRÍCOLA DE PRODUÇÃO	PAÍS	PREÇO DA CANA (Cr\$/t) (1)	SISTEMA DE PAGAMENTO	PREÇO DA TERRA (Cr\$1000/ha)	SALÁRIO AGRÍCOLA (Cr\$/dia)	CUSTO DO CORTE (Cr\$/t)
Familiar	Austrália	537,26 (2)	Sacarose	75-150	1.031,43	91,86 (3)
Asiático	Bangladesh	236,18 (4)	Peso	-	16,00	-
	Índia	333,18	Peso	82	20,00	-
	Taiwan	56038	Sacarose (5)	148-740	59,23	62,90
	Filipinas	329,43	Sacarose (6)	108-144	31,65	9,66
	Indonésia	452,92	Sacarose (7)	42-128 (8)	17,06	12,20
	Fiji	809,60	Peso	(9)	104,00	77,83
	China (10)	687,57	Peso	-	33,94	24,10
Plantation	Havai	483,35 (11)	Sacarose	197 (12)	1.170,70	97,67
	Brasil	342,17 (13)	Peso	3,4,-22,1 (14)	65,14 (15)	-
	Est. São Paulo	297,01	Peso	29,8 (16)	75,60 (15)	28,85 (17)

(1) 1 US\$ = Cr\$ 26,655 em 14 de julho de 1979.

(2) 67% do açúcar apurado na usina.

(3) Corte mecanizado (tolete).

(4) Há um aumento quinzenal de Cr\$ 10,74 por tonelada.

(5) 55% do açúcar apurado na usina oficial.

(6) 65% do açúcar apurado na usina.

(7) 60% do açúcar apurado na usina.

(8) Terra de sequeiro e irrigada, respectivamente.

(9) Terra pública dada em arrendamento por 3 anos na base de Cr\$ 667,00 a Cr\$ 2.083,00

(10) Na Brigada de Pa Chou, Comuna Xin Jiad, Província de Cantão.

(11) 66% do açúcar e melaço para o fornecedor; 55% quando a usina colhe e transporta.

(12) Subestimado; terra para pomar custa 6 vezes mais.

(13) Preço junho/1979, média ponderada das diversas regiões.

(14) 1977, limites mínimo (PE) e máximo (SP).

(15) Salário mínimo para a região a partir de 01/5/79.

(16) Custo para cana queimada, solta, em junho de 1979.

(17) Custo para cana queimada, solta, em junho de 1979.

Finalmente, em termos de possibilidade de redução de custos, de produção de cana-de-açúcar, é preciso mencionar as perspectivas existentes através da utilização de tecnologias poupadoras de energia e da reorganização das unidades de produção agrícola em tamanhos mais econômicos.

A respeito do primeiro horizonte, tivemos oportunidade de, em outro trabalho²⁶ mostrar que mediante a utilização de práticas poupadoras de energia, é possível diminuir em cerca de 17% o consumo de diversas fontes energéticas utilizadas para produção de cana-de-1º corte, sem nenhum comprometimento de rendimento final da colheita.

Por outro lado, recentes pesquisas realizadas nos Estados Unidos²⁷ mostraram “uma consistente e positiva correlação entre tamanho da unidade de produção e consumo de energia, da mesma maneira que a agricultura corporativa, quando também relacionada à superfície, mostra igualmente uma forte correlação positiva com o consumo de energia na produção agrícola”.

7. Principais Problemas Associados com a Cultura da Cana-de-Açúcar

Afora os problemas menores de melhores variedades ou as questões episódicas (com a falta de mudas selecionadas) a grande dificuldade atual da cultura de cana-de-açúcar no Brasil reside no sistema extensivo de produção.

Daí derivam todos os problemas sociais que foram tratados no início deste trabalho, as dificuldades de natureza política e institucional e também os elevados custos de produção que caracterizam a agroindústria.

A concentração da terra gera a concentração da renda que se expressa no poder político. Daqui deriva a permanente dependência de favores oficiais que tem caracterizado a atividade, a princípio apenas na região norte-nordeste, depois no Estado do Rio e agora também atingindo São Paulo e Paraná, principalmente depois do rumoroso “caso Atala”.

8. Barreiras Institucionais Associadas ao uso da Cana-de-Açúcar para Fins Energéticos

As barreiras que a cultura de cana-de-açúcar enfrenta agora em sua fase energética não são muito diferentes, no seu todo, daquelas que existiram na fase de adoçante. A oportunidade de realização de um balanço a respeito torna-se bastante importante para evitar percalços ao PNA. A tentativa deste exercício constituirá em identificar os diversos setores em que se localizam essas barreiras institucionais.

²⁶ GOMES DA SILVA, J. e Graziano, J. R. , 1977. A Crise de Energia - Repensar também a Pesquisa Agronômica. *Ciência e Cultura* 29(10):110-115.

²⁷ BUTTEL, F. H. and LARSON, O. W. III, 1979. Farm Size, Structure, and Energy Intensity: An Ecological Analysis. *Rural Sociology* 44(3):471-488.

Quadro V
Estrutura do Preço da Tonelada de Cana, de Fornecedores e Usinas
Região Centro-Sul, Safra 1978/79

INSTITUIÇÃO	Cr\$/t	RENDIMENTO (t/ha)	ÍNDICE	POSIÇÃO	DEBILIDADES METODOLÓGICAS
FGV/MIC	220.62	64.46	-	31.05.1978	- Preço irreal do fator "terra" (Cr\$32.707,00/ha em SP, Cr\$ 18.379,00 no RJ e Cr\$ 9.731 em MG) - Baixa remuneração do fator terra (3%) - Elevado rendimento agrícola médio (64,46 t/ha) como média dos 3 estados (3) - Não foi considerado o custo da muda, individualmente o maior item da estrutura de custo
FGV/MIC (corrigido p/ mudas) (4)	229.90	64.46	-	31.05.1978	-
FGV/MIC corrigido p/ mudas e rend ^o (3)	257.90	55.59 (2)	100	31.05.1978	-
IEA	243,11	71.6	94	Ano Agrícola 1977/78	- "Custo Operacional" corrigido para Preço de Custo
ORPLANA	246.87	73.3	96	Março 1978	-
FAESP	256.50	57.85	99	Safra 1978/79	- Não inclui remuneração do Empresário
COPERÇUCAR	261,00	65,00	101	Safra 1978/79	- Não inclui cana de Fornecedores

(1) Cr\$ 1.934,40/ha para 215 t em 3 cortes segundo o IEA (Prognóstico 78/79, pg. 9)

(2) 55,59 t/ha para a Região Sudeste (SP, MG, RJ e ES)

(3) Rendimentos Safra 1976/77: 55,59 t/ha para a Região sudoeste; 48,37 t/ha para a Região Centro-Oeste. Dados oficiais do MA, perspectivas da Agricultura Brasileira para 1977/78, pg. 10
 Discrepância: o MA-SUPLAN à pg. 9 da publicação acima registra 47,55 t/ha para o Brasil, média do período 1968/69 a 1978/79 enquanto o MIC utilizando a mesma fonte chega a 57,38 t/ha (62,3 t/ha para o Centro-Sul com 67% da produção e 47,4 t/ha para N-NE com 33% da produção nacional)

(4) Agregou-se ao Curso Operacional médio para os 3 cortes ((Prognóstico 78/79, pg. 9). As despesas por toneladas admitidas pela FGV/MIC (anexo 8) não incluídos neste: Assistência Técnica = 1,35. Encargos + Imposto e Taxas = Cr\$ 10,19; Despesas de Administração = Cr\$ 9,41. Custo Financiamento (juros sobre o Capital de Giro, juro sobre o Capital Investido e Renda das Taxas = Cr\$ 46,81; Margem de Lucro = Cr\$ 11,18 e PIS = 1,65

8.1. Barreiras Legais

O velho Estatuto da Lavoura Canavieira deveria ser revigorado para o PNA, mantendo em sua totalidade “filosofia social”. A recente expansão das áreas de culturas das usinas tem mostrado que a legislação deve ser fortalecida com novos mecanismos de controle.

8.2. Barreiras Econômicas

O PNA deveria fazer cessar, por completo, o privilegiamento explícito dos grandes projetos. Uma política econômica deveria ser especialmente desenhada para fomentar minidestilarias, cooperativas de produtores, explorações comunitárias, etc.

8.3. Barreiras Fundiárias

O acoplamento do PNA com programas de redistribuição de terras tem sido preconizado em diversas oportunidades, inclusive no recente documento elaborado pelos Bispos brasileiros na Conferência de Itaiçi.

Também o movimento sindical dos trabalhadores rurais tem lutado, em vão, por essa reivindicação.

Cálculos conservadores têm mostrado que o PNA poderia, até o final de sua implementação, assentar em terras próprias cerca de 1,5 milhões de famílias de trabalhadores rurais.

8.4. Barreiras Políticas

A agroindústria canavieira constitui um dos poucos setores da economia nacional ainda não atingido pelo processo de desnacionalização que vem minando a sociedade brasileira. É preciso, mesmo com risco de maior lentidão na consecução das metas, não deixar que o setor seja dominado pelo capital estrangeiro.

8.5. Barreiras Ligadas à Estrutura do Setor

Na nova fase da agroindústria governada pelo PNA o setor deveria ser organizado com uma rígida separação campo/fábrica. Em quase todos os países produtores essa diferença existe sem nenhum inconveniente para o fluxo da matéria prima (um dos argumentos utilizados pelos defensores das chamadas “canas próprias”) e com enormes benefícios sociais em termos de repartição adequada da renda, proteção aos segmentos agrícolas do processo produtivo, democratização da gestão, etc.

8.6. Barreiras Associativas

O caráter concentrador e elitista da agroindústria tem impregnado também o seu associativismo, com uma série de dificuldades para a existência de um autêntico sistema representativo, tanto de parte dos usineiros como de parte dos fornecedores.

8.7. Barreiras Ligadas ao Sistema de Pagamento da Matéria Prima

O PNA deveria inovar compulsoriamente no atual e obsoleto sistema de pagamento da cana baseada na tonelagem. Já existe suficiente evidência técnica e embasamento experimental para colocar em imediato funcionamento o sistema de pagamento baseado no teor de sacarose.

9. Resumo e Conclusões

As mudanças que ocorreram no Brasil e no mundo desde 1975 recomendam fortemente o redirecionamento do PNA de modo a:

a) evitar que o programa contribua para o agravamento da questão social.

No bojo deste problema a questão agrária desponta como o maior problema da atualidade brasileira, estreitamente ligada à escala da violência nas cidades, à pauperização e à diminuição das disparidades de renda;

b) aproveitar a mudança da ênfase em álcool anidro para álcool hidratado para implementar um vasto programa de minidestilarias que, de per si, ajudariam a melhorar a distribuição de renda, evitar a diminuição da produção de alimentos e promover um melhor aproveitamento da vinhaça;

c) procurar orientar a pesquisa e experimentação oficiais para a busca de sistemas de produção especialmente desenhados para a geração de agroenergia;

d) dimensionar as novas unidades de produção agrícola que fossem criadas a partir do PNA de modo a diminuir também o consumo de energia durante a etapa agrícola do processo produtivo;

e) promulgar um novo ELC cobrindo também a agroenergia e mantendo toda a inspiração social que caracterizou essa legislação pioneira;

f) preservar o controle nacional de toda a agroindústria alcooleira;

g) implementar as mudanças institucionais que o setor está requerendo como a mudança do sistema de pagamento da cana, a separação campo/fábrica, a limitação do tamanho das plantações, a estruturação do associativismo, etc.

Avaliação do Programa Nacional do Álcool

Algumas Reflexões¹

José Gomes da Silva

Introdução

Para quem, como nós, tem participado de discussão a respeito do Proálcool desde o seu lançamento em 1975 e esteve presente aos anteriores Congressos Brasileiros de Energia, constitui esta uma ocasião bastante oportuna para algumas reflexões a respeito dos pontos mais controvertidos desse programa energético. Esse eixo da nossa análise pode tornar mais interessante o debate, já que o desempenho e as vantagens do PNA já foram destacados pelos expositores que me precederam.

É igualmente oportuno destacar que procuraremos desempenhar esta missão a partir de uma ótica crítica-independente, a despeito de nossa condição pessoal de acionistas de destilaria e plantador de cana-de-açúcar.

Por outro lado, as idéias aqui defendidas não representam, necessariamente, as das instituições às quais estamos ligados.

Os tópicos a seguir colocados e que já foram objeto de discussões anteriores serão aqui reavaliados em função dos novos argumentos, dados e metodologias que apareceram nesse interregno.

A Controvérsia Cana-de-Açúcar x Alimentos

Este velho tema continua na ordem do dia e, em termos de controvérsia, muito se assemelha ao próprio Proálcool: todo programa que é defendido por muitos e ardorosos simpatizantes e interessados encontra sempre, em contrapartida, numerosos e ferrenhos opositores. A imagem é do Prof. José Goldemberg e foi certamente inspirada no conhecido princípio da física de que: “a toda ação corresponde uma ação igual e contrária”.

Como novidade nesse campo, temos a registrar alguns fatos.

¹ Apresentação durante a Mesa-redonda “Avaliação do Programa Nacional do Álcool”, III Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1984.

O primeiro diz respeito ao ex-ministro Camillo Pena, cuja inteligência, obstinação e mineira sabedoria que devotou no PNA reverenciamos nesta oportunidade. Com sua saída do MIC a tese de não competitividade cana-alimentos perdeu, no plano político, um valioso defensor. Foi essa, talvez, a única divergência que com ele tivemos durante sua profícua administração.

Vejamos porém os dados que podem ser considerados novos em relação aos debates anteriores. A primeira análise foi feita por Belik², utilizando dados do Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo e mostra que algumas culturas anuais cuja produção tem aumentado na principal zona canavieira do Estado (Ribeirão Preto), mesmo assim ainda mostram um desempenho inferior ao do período anterior ao Proálcool. É o caso do amendoim, cultura de ciclo rápido que os usineiros e fornecedores procuram desenvolver nessa região; apesar disso, a safra 1983/84 foi 17,59% inferior à de 1973/74, antes do PNA. O mesmo fato se verificou com a carne nas Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs) de Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto que sofreram decréscimos de 13,20; 24,51; e 3,54%, respectivamente, no mesmo período de rápido crescimento do PNA e de sua principal matéria-prima, a cana-de-açúcar. Também no leite, que tem em Ribeirão Preto a sua principal bacia, houve uma diminuição de 2,00%. Essas cifras podem ser melhor entendidas quando acopladas ao estudo de Pires de Camargo³, que, analisando as modificações ocorridas na agricultura paulista durante o período 1968/69 a 1979/80, cuja época pós-1975 coincide com a vigência do PNA, chegou às seguintes conclusões: a) as pastagens (que fornecem carne e leite) e as culturas de mercado interno (que fornecem alimentos) vão reduzindo suas áreas, enquanto as culturas de exportação (soja, laranja, café) vão se expandindo. No período estudado foram "cedidos" 2,5 milhões de hectares para essas culturas de exportação, entre as quais a autora inclui a cana-de-açúcar, a rigor hoje em dia uma cultura energética. Desses 2,5 milhões de hectares, 44,3% provieram de pastagens, 15,3% do arroz, 13,0% do milho", "sendo que 27,4% dessa área foram incorporadas pela cana-de-açúcar, 23,6% pela soja, 15,1% pela laranja".

Tomando apenas os 27,4% ocupados pela expansão da cana-de-açúcar, os 685.000 ha respectivamente, apenas no Estado de São Paulo, poderiam estar produzindo, com base nos rendimentos médios da safra 1981/82 e 1982/83; 14,9 milhões de sacas de arroz ou 111% da produção paulista nesse período; ou 7,8 milhões de sacas de feijão das águas e 14,9 de feijão da seca no mesmo ano ou seja, 144% e 892% a mais na média do biênio; ou 30,6 milhões de sacas de milho, no mesmo período agrícola (55% do biênio).

² Belik, W. 1984. Informação escrita.

³ Pires de Camargo, A. M. M. 1983. Substituição regional entre as principais atividades agrícolas no Estado de São Paulo. Piracicaba, Dissertação de mestrado, p.1 a 3 e 107 a 109.

Estes novos dados, somados aos anteriormente apresentados por diversos outros autores e instituições⁴, inclusive da própria área federal⁵, não deixam nenhuma dúvida a respeito da violenta substituição que ocorre no Estado de São Paulo das culturas produtoras de alimentos pela principal cultura energética: a cana-de-açúcar.

O que isso representa para o abastecimento de gêneros alimentícios de primeira necessidade é fácil de imaginar quando se contemplam duas outras realidades: 1ª) Segundo o DIEESE⁶, no período 1981/82 a alimentação utilizava 41% do total das despesas das famílias paulistanas que ganhavam entre 2 e 6 salários mínimos; 2ª) ainda na capital paulista, os alimentos custam mais caros na periferia que nos supermercados do centro, gerando o chamado “paradoxo do abastecimento”.

A Concentração Fundiária e suas Parceiras (A Concentração Técnica e a Econômico-Financeira).

Aqui, igualmente, apenas novos dados serão apresentados para reforçar evidências alcançadas em discussões anteriores.

No que tange à concentração do fator terra, o cruzamento das cifras no Instituto do Açúcar e Alcool, I. A. A., com os dados do INCRA, mostra (Tabela I) que, dos 1,8 milhões de hectares plantados com cana-de-açúcar em 1982/83, 47% do total dessa área ou 0,8 milhões de hectares correspondem a Latifúndios por Dimensão.

⁴ Na oportunidade é preciso registrar o esforço desenvolvido por usineiros, fornecedores de cana e pelo Planalsucar para encontrar sistemas de produção que evitem o agravamento do processo inexorável de substituição. Os dados da safra 1982/83 relativos à região de Ribeirão Preto, onde esse trabalho é mais intenso, revela, todavia, uma incidência muito mais modesta de “outras culturas” em relação à área de reforma dos canaviais: entre 18 usinas e destilarias nas quais foi possível obter informações, essa relação varia entre os limites de apenas 0,20 e 2,62% (dados do Conselho Estadual de Energia).

⁵ Ver, especialmente, *Previsão e análise tecnológica do Pró-álcool - sumário executivo*, preparado pelo IAFCA/USP, por encomenda do MIC, São Paulo, 1983, 53 p. e Ferreira, L. R. - Tourinho, O. A. F., 1984. Resultados Preliminares da Avaliação do Uso de Biomassas como Fontes de Energia. Anais do III Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro, III: 1255.

⁶ DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, 1984. Tese residência - o consumo residencial: alguns aspectos. São Paulo, Simpósio “Perspectivas Energéticas para o Estado de São Paulo”, tabela suplementar.

Tabela I - Estado de São Paulo - Latifúndios por Dimensão na Atividade Canavieira.

Divisão regional agrícola	Nº de usinas e/ou destilarias	Área plantada safra 1982/83 (ha)	Área de cana própria (ha)	Área de cana própria e acionistas (ha)
Araçatuba	1	14.277	-	12.264
Bauru	6	255.960	9.958	162.234
Campinas	11	311.870	32.736	187.016
Marília	4	86.707	1.853	65.972
Ribeirão Preto	19	523.271	54.252	320.306
São José do Rio Preto	4	84.338	21.884	55.241
Sorocaba	2	34.995	24.842	24.842
Total	47	1.311.408	145.525	827.875

Fonte: Secretaria da Agricultura e Abastecimento de São Paulo

Um outro dado expressivo: na DIRA de Ribeirão Preto, apenas 17 usinas e destilarias ocupam 22% das terras e 43% da superfície cultivada. Ao nível de município, nessa e noutras regiões, a concentração fundiária é ainda mais forte⁷.

Um estudo recente realizado por Ramos⁸, na Fundação Getúlio Vargas, mostra claramente que a concentração, além de ocorrer no todo do espaço fundiário, se apresenta também dentro do próprio subsetor. Tomando a produção de cana dos quatro maiores grupos familiares de São Paulo, 33,8% do total de "canas próprias" foram por eles esmagadas, atingindo a marca de 20,9% de toda a cana moída na safra de 1981/82. Quando os oito maiores grupos foram considerados, as percentagens se elevam para 45,8 e 28,2, respectivamente.

Ainda com relação à concentração fundiária, Vilarinho e Graziano da Silva⁹, trabalhando com "municípios monocultores" (onde a cana-de-açúcar

⁷ Graziano Neto, F. 1983. Suplemento Agrícola do *O Estado de S. Paulo*, edição de 31 de agosto.

⁸ Ramos, P., 1983. *Um estudo da evolução e da estrutura da agroindústria canavieira do Estado de São Paulo (1930-1982)*. São Paulo, EAESP/FGV, Dissertação de mestrado, p. 167.

⁹ Vilarinho, C. e Graziano da Silva, J. F. 1983. *Um estudo das mudanças na estrutura agrária em municípios "monocultores" de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo*. Campinas, Unicamp (não publicado) p. 49.

responde por um mínimo de 60% do valor da produção agrícola) e “municípios não-monocultores” (em que a mesma lavoura representa no máximo 5% do mesmo valor), comprovaram que o tamanho médio, tanto dos Imóveis Rurais como dos Estabelecimentos Agropecuários era maior na primeira amostra. Uma concentração mais forte foi também encontrada no primeiro grupo.

Finalmente um breve comentário sobre a Concentração Técnica (crescimento da escala mínima de produção) e a Concentração Econômico-Financeira (predomínio do grande capital), também estudada por Ramos¹⁰. A conclusão do autor é de que, ambas, “na indústria açucareira paulista, decorrem, não de uma maior eficiência produtiva, mas resultam, antes, de uma intervenção destinada a, especialmente a partir de certo momento, estimular e proteger aquelas concentrações e aquele predomínio”.

Como conclusão e resumo poderíamos afirmar que essas debilidades do PNA, a despeito do sucesso de suas metas e a irreversibilidade que já o caracteriza, são fortemente agravadas pelos custos sociais que Homem de Melo e Pelin analisam e quantificam em seu trabalho. Essas conclusões destes autores da USP são confirmadas por outros trabalhos realizados inclusive no exterior¹¹ e por estudos recentes de simuladores e modelagem¹².

Um Novo Proálcool Uma Proposta Alternativa

As críticas aqui representadas à forma de implementação do PNA - não ao seu mérito ou oportunidade poderiam somente ser legitimadas mediante a apresentação de uma proposta alternativa que através de sua viabilidade elimine os atuais inconvenientes do programa. Por outro lado, é indispensável que os benefícios do PNA sejam melhor repartidos entre aqueles que pagam os seus custos sociais; a sociedade brasileira como um todo, sobretudo os seus segmentos mais frágeis que participam do programa.

Esse Novo Proálcool deverá contemplar duas situações envolvendo, respectivamente, as destilarias autônomas e usinas atualmente existentes, e aquelas que serão instaladas a partir da meta de 10,7 bilhões de litros.

A proposta é prática e singela, dependendo apenas de força política, já que precisa, para ser posta em marcha de:

a) Usinas e destilarias já existentes

Essas unidades agroindustriais teriam um prazo de 5 anos para se enquadrarem nos dispositivos do Estatuto da Lavoura Canavieira e da lei federal

¹⁰ Homem de Melo, F. e Pelin, E. R. 1984. *As soluções energéticas e a economia brasileira*. São Paulo, Hucitec p. 143-146.

¹¹ Borges, U., Freitas, H., T. e Nitchi, M. 1983. Análise e avaliação do programa brasileiro de combustível “bioenergético”. Instituto Latino-Americano da Universidade Livre de Berlim, RFA, 188 p.

¹² Ferreira, L. R. da e Tourinho, O. A. F. 1984. *Op. cit.*

4.870 de 1965, que exige um contingente de 60% de canas produzidas por agricultores não ligados às pessoas físicas ou jurídicas proprietárias da fábrica. Desses 60%, propõe-se, 20% devem referir-se a pequenos lavradores que cultivam diretamente a terra com mão-de-obra familiar.

Depois de 5 outros anos ocorreria a total separação fábrica/campo, com a fixação de um módulo máximo para a produção de cana.

b) Usinas e destilarias a serem instaladas.

Somente serão autorizadas com a separação acima referida, na qual os canavicultores autônomos teriam uma cota máxima que permitisse a utilização de tecnologia moderna.

Se as condições de estrutura de poder permitirem, essa proposta pode evoluir para uma solução socialmente mais avançada, como as Agrovilas Energéticas sugeridas por Garnero¹³.

Um novo Proálcool, baseado na proposta do então presidente da ANFAVEA poderia permitir, somente na etapa agrícola do programa, assentamento de cerca de 1,5 milhões de famílias.

Justificativa do Novo Proálcool

O simples delineamento acima sugerido já eliminaria a característica concentradora anteriormente mencionada por diversos autores.

Por outro lado, o acoplamento do Proálcool ao Estatuto da Terra permitiria que o Brasil realizasse, pela via pacífica, a maior e mais bem sucedida Reforma Agrária de todo o mundo ocidental¹⁴.

As médias e pequenas unidades fornecedoras de cana-de-açúcar não deslocariam as culturas de subsistência, já que os dados mostram que os Imóveis Rurais dessas classes de áreas são essencialmente policultores, enquanto o contrário acontece com os de grande superfície, inclusive a *plantation* canavieira, em que o atual PNA está assentado.

Dados do Cadastro do INCRA de 1972 mostram que cerca de 28% dos pequenos imóveis rurais (entre 5 e 25ha) cultivam feijão e mais de 25% plantavam arroz, contrastando com os grandes (entre 2.000 e 5.000 ha) onde essa incidência era de apenas 0,1 e 0,2%, respectivamente. A importância dessas cifras pode ser avaliada, além dos dados já apresentados no item 2 deste trabalho, pelas seguintes constatações recentes: “em 1983 a produção de alimentos básicos *per capita* foi

¹³ Garnero, M. 1978. *Energia: o futuro é hoje*. São Paulo, ANFAVEA, p. 207-223.

¹⁴ Para mais detalhes dessa proposta e seu respaldo sócio-econômico, ver Gomes da Silva, J., 1977. “O Pró-Álcool e as responsabilidades do setor agrícola”, *Bol. Especial da Soc. Bras. de Física*, nº4, ano 8: 81-95; e Gomes da Silva, J. e Moraes, P. G., 1981. *O Pró-Álcool: uma visão social da energia*. III, (nº13): 45-51.

24,0% menor que em 1982”¹⁵, por outro lado, “a alimentação em São Paulo ficou mais cara 234,3% nos últimos doze meses”¹⁶.

É preciso também desfazer a falácia da cana própria que tem servido de apoio à argumentação dos usineiros e às decisões federais. Na verdade, não existe nenhuma necessidade de matéria-prima produzida pelo dono da fábrica para manter um fluxo contínuo, como constantemente se alega. Belik¹⁷, trabalhando com dados das três últimas safras da região de Ribeirão Preto, verificou correlações baixíssimas e até negativas entre as paradas por falta de cana e a presença de matéria-prima não própria.

A avidez mostrada pelos donos de destilaria e de usinas para terem uma participação cada vez maior na produção de cana não encontra tampouco qualquer respaldo na experiência de outros países produtores (Austrália, Índia, Filipinas), onde praticamente não existe cana própria, e na do próprio Brasil, onde a separação fábrica/campo também existe. Igualmente, outras agroindústrias (laranja, mandioca) não possuem plantações próprias e nem por isso deixam de apresentar eficiência. O fenômeno da “terrofagia” que acompanha a agroindústria canavieira, e que vem sendo estimulada pelo Proálcool, tem certamente outras razões, inclusive de natureza sociológica, facilmente identificáveis.

A proposta aqui sugerida coincide bastante com os resultados da exaustiva “Previsão e Análise do Proálcool”¹⁸, realizada durante alguns anos pelo Instituto de Administração da USP, a pedido do MIC. Nas considerações finais do Sumário Executivo desse projeto oficial, vem também a constatação de que “em termos do aumento rápido na produção nacional de etanol, o Proálcool constitui um inegável sucesso. Entretanto, ele vem deixando a desejar, no que se refere à realização do seu potencial de benefícios para a coletividade”. E apresenta como uma das conclusões da Avaliação Tecnológica realizada: “... para compatibilizar metas economicamente viáveis com resultados socialmente desejáveis e ecologicamente prudentes”, é preciso que “as políticas que regem o Pró-Álcool passem por uma série de mudanças”. Uma das modificações analisadas foi exatamente a chamada “Cana Aperfeiçoada/fornecedores”, na qual a destilaria participava com apenas 40% do total da matéria prima; comparada com a alternativa Cana Aperfeiçoada/*plantation* (100% da cana supridos pela própria destilaria), mostrou a possibilidade de um melhor desempenho: no enfoque econômico, o sistema aqui defendido apresentou 140 pontos contra 95 da *plantation*, e, no enfoque social, a diferença foi alargada para 152 e 47, respectivamente.

Finalmente, e ainda dentro da temática deste III Congresso, é oportuno mencionar a necessidade da participação dos Estados e Municípios nesse maior

¹⁵ O Estado de S. Paulo. 1983. Economista aponta equívoco do MIC. Edição de 23 de setembro.

¹⁶ Folha de S. Paulo. 1983. Alimentação em São Paulo fixou 234,3% nos últimos doze meses. Edição de 4 de novembro.

¹⁷ Belik, W. et al., 1984. Informação escrita.

¹⁸ Universidade de São Paulo - FEA/IA, 1983. Sumário Executivo Projeto “Previsão e Análise Tecnológica do Pró-Álcool. Coord. prof. Ruy Aguiar da Silva Leme. P. 23 e 52 (não publicado).

programa de alternativa energética que o Brasil está conduzindo. Uma ação mais efetiva dos governos estaduais, com a força política que adquiriram depois da sua legitimação pelo voto popular, muito ajudaria a eliminar os inconvenientes da concentração aqui estudada e que, no caso do Estado de São Paulo, chega ao nível da concentração no seu sentido econômico. Igualmente, os governos municipais teriam muito que dizer e realizar no Novo Proálcool, já que na Constituição Federal¹⁹, nos artigos em que fala do “peculiar interesse” e da autonomia para organizar serviços próprios para atendê-lo, essa faculdade já vem sendo contemplada. Quem, mais que a população local e seus governos, tem autoridade para decidir sobre programas que podem mudar os seus destinos?

¹⁹ Moraes, S. H. N. G., 1984. Alternativas de Política Fundiária - A Opção Municipal. 36ª Reunião Anual da SBPC, São Paulo. 19 p. (não publicado).

Reforma Agrária: Alguma Experiência do Chile para o Brasil?¹

José Gomes da Silva

O desencadeamento de uma Reforma Agrária no Brasil, a partir do Estatuto da Terra, tem sido uma das mais explicitadas e constantes declarações de Tancredo Neves. Perante dirigentes sindicais, entidades de agricultores, economistas - conservadores ou não - industriais, jornalistas e para as multidões dos comícios, Tancredo tem chegado a entrar em detalhes operativos a respeito da implementação de um processo reformista, mencionando, inclusive, sua intenção de destinar um mínimo de 3% da receita da União para esse item do seu programa.

Não é difícil encontrar uma explicação lógica para essa obstinação, a despeito de eventuais reservas dos parceiros da Aliança Democrática e do conhecido conservadorismo rural de Minas, a começar pelo seu Secretário da Agricultura.

Em primeiro lugar existe, a favor, todo o passado de Tancredo, desde o Parlamentarismo até o Beira Rio². Além disso, é sabido que na altura da vida em que se encontra Tancredo, os homens costumam começar a escrever a sua história e quando retomam o poder não exitam em realizar as grandes obras que deixaram de fazer em outras oportunidades de sua vida pública.

Admitindo que o futuro Presidente esteja mesmo decidido a realizar a Reforma agrária, seria oportuno efetuar algumas reflexões a respeito do caso do Chile, como a mais recente experiência de Reforma Agrária na América Latina (não contando com a da Nicarágua), a despeito de todas as diferenças que separam os dois Países. O exercício é tanto mais interessante quanto se sabe que numerosos brasileiros que compõe os quadros das "oposições" viveram aquela experiência. O próprio coordenador da COPAG - Comissão do Plano de Ação do Governo, o economista José Serra, foi um deles e a respeito da economia chilena escreveu sua tese de doutoramento³, na qual existe todo um capítulo sobre a Reforma Agrária

¹ Artigo escrito em 03 de janeiro de 1985.

² Ver Gomes da Silva, J., 1984. A Coerência Agrária de Tancredo Neves. Curitiba, PR., Simpósio Nacional do PMDB sobre Agricultura e Meio-Ambiente, 15 de outubro.

³ Serra, José, s/d. Trends and Structure of the Chilean Economy. A Thesis presented to the Faculty of the Graduated School of Cornell University, Ithaca, Cornell Univ. ps.

desse País. Esse estudo constituirá o principal documento utilizado para a análise da proposta.

2. As grandes diferenças entre os dois casos e a não aplicabilidade da Reforma Agrária Chilena

Por uma questão de síntese, alinhamos na Tabela 1 os itens significativos da Reforma Agrária chilena e a transformação estrutural da agricultura brasileira que poderia ser obtida a partir da aplicação do Estatuto da Terra. As diferenças básicas existentes entre os dois Países, suas economias, realidades sociais e políticas e momentos históricos distintos são dispensados de destaque, por motivos óbvios.

Tabela 1
Comparações Teóricas entre a Reforma Agrária Chilena e a Eventual Aplicação do Estatuto da Terra no Brasil

ITENS DE DIFERENCIAÇÃO	CHILE	BRASIL
Objetivos Políticos-sociais	Transição para o socialismo	Cidadania para o Trabalhador Rural, efetivação da democracia no campo.
Objetivos Econômicos	Maior produtividade à pouca terra disponível (1), principalmente à área irrigada.	Colocar simplesmente em cultivo a muita terra ociosa transformada em reserva de valor (2).
Metas	100.000 famílias ou 25% da população rural. Desapropriação de 1/3 dos latifúndios ou 15% do total.	3.000.000 famílias em 10 anos, ou 7,5% da população rural(3).
Origem de Recursos	Transferidos dos setores urbanos para o rural.	Devolução de recursos retirados do setor rural. Redirecionamento dos recursos esparsos (habitação, educação, saúde, irrigação, etc. destinados à agricultura), inclusive nos grandes projetos nacionais (Projeto Nordeste, Proálcool, Grandes Barragens, Jica, Cerrado, Carajás

A Obra

Patamar de Decolagem	<p>Reforma Agrária da Democracia-Cristã do Frei caracterizada por "custos elevados", insatisfatória relação entre o aparelho de Estado e o Setor Reformado, funcionamento insatisfatório das unidades produtivas desse setor, e a elevada expectativa criada entre os trabalhadores rurais (Serra, p.3). Impossibilidade da UP conseguir rapidamente uma nova lei (Serra, p.14).</p>	Agrícola, etc.).
Suporte Político	<p>Concepções diferentes entre o PC e o PS, suportes da UP, a respeito do papel da agricultura no processo de mudança que estava ocorrendo; enquanto o PC dava destaque à produção, o PS estava mais interessado nos seus aspectos revolucionários (Serra, p.145).</p>	Progressistas do PMDB e conservadores do próprio PMDB e da Frente Liberal.
Aspectos Positivos	<p>Desapropriação de 1/3 dos latifúndios ou 15% das terras agricultáveis; aumento do produto agrícola durante a Reforma à taxa anual de 2,8% 1965-1970, superior a média histórica recente; quadruplicação da renda anual dos beneficiários; aumento de 45% da intensidade de exportação (trabalho-terra) das terras desapropriadas, de 34% das terras parcialmente desapropriadas, de 16% naquelas que foram divididas para evitar a desapropriação (Serra, p.140).</p>	
Aspectos Negativos	<p>Objetivos sociais muito restritos, limitando a consecução da justiça social; alto custo da reforma, limitando sua eficiência (Serra, p.140) cerca de US\$10,000 por família.</p>	

A Obra

Aspectos Finais

Realização de menos de ¼ da metade de 100.000 famílias (24.000 famílias) ou menos de 1/10 do número potencial de Beneficiários; falta de assistência aos minifundistas (35% da força de trabalho) e aos trabalhadores temporários (22%) cuja estabilidade foi mesmo diminuída (Serra, p.141).

Criação de um estrato privilegiado socialmente na agricultura, os assentados devido ao "Salário Garantido", crédito subsidiado, assistência técnica e insumos subsidiados ou gratuitos (Serra, p142).

Maior dedicação à parcela privada pessoal que à exploração coletiva.

Distribuição da terra em condições de pagamento muito favoráveis, praticamente gratuita, assim como a Vivenda (Serra, p.144).

Do ponto de vista dos beneficiários, os vinte meses da UP produziram melhores resultados que os seis anos da DC (Serra, p.147).

O desempenho da produção, variando de excelente em 1970/71 a desastroso em 1972/73 é obscurecido pela imperfeição das estatísticas, mercado negro e controles oficiais da produção e comercialização do trigo, condições climáticas desfavoráveis e a greve dos transportes que prejudicou o suprimento de fertilizantes (Serra, ps.147/151).

Baixa liquidez dos créditos ao setor reformado (Serra, p.158).

- 1) Um levantamento realizado pelos proprietários rurais em 1965, mostrou que mais de 90% da população concordava com a necessidade de uma Reforma Agrária e amplos setores consideravam os agricultores como indolentes, exploradores, antipatriotas e coisas similares (Barahona, cit. Serra, p.137).
- 2) Somente no ESP, existem cerca de três milhões de ha de terras agrícolas não cultivadas, sendo que 2,5 milhões estão dentro de latifúndios.
- 3) Proposta do Autor.

3. Resumo e Conclusões

As condições de países antípodas, a enorme diversidade de condições políticas, sociais econômicas, o momento histórico totalmente distinto, a recombinação diferente dos fatores de produção envolvidos (terra, mão-de-obra e capital, sem situar qual deles seria mais importante), o aparelho de Estado e o instrumental jurídico, todos esses fatores e circunstâncias quando aferidos na busca de exemplos e inspirações, podem ser resumidos, no caso da influência da Reforma Agrária na acidentada experiência chilena, nesta frase de Barraclough: *“com menos de um quarto da força de trabalho e um décimo do Produto Nacional Bruto⁴ originário da agricultura, dificilmente poder-se-ia esperar que os acontecimentos nesse setor pudessem ser decisivos”* (Serra p. 163).

A essa frase-resumo do autorizado Barraclough, convém agregar algumas observações adicionais do próprio Serra:

a) A influência desproporcional dos problemas do setor rural em relação do todo da economia;

b) A estratégia da UP de transferir reservas para o setor agrícola, cuja finalidade Serra coloca: I) no baixo nível de capitalização do setor, pouca terra cultivável e extrema pobreza da população rural; II) nos custos elevados da Reforma Agrária, já mencionados; III) nas táticas globais e na estratégia da UP;

c) O “conservadorismo” dos próprios beneficiários, mais interessados nos “adiantamentos” oficiais e na propriedade individual da terra que na transição para o socialismo;

d) Falta de apoio no Congresso, impedindo a reorganização da estrutura estadual para a agricultura;

⁴ Atualmente, no Brasil, essas cifras são de, respectivamente, metade ou a mesma de 1/10, apesar do grande valor estratégico do Produto Agrícola no total das exportações (metade do total), dificilmente afetados por uma Reforma Agrária nos termos do ET, já que provém, em sua maior parte das “empresas rurais”, não são afetadas pelo processo, nos termos dessa lei. Essa produção, presentemente, provém sobretudo da soja, café, laranja, cacau, cana-de-açúcar e outros produtos agrícolas do sub-setor “empresarial”.

e) Dificuldades na tomada de decisões e sua implementação, apesar dos acordos formais celebrados entre as forças heterogêneas da UP, situação que pode se assemelhar à atual coligação PMDB-Frente Liberal; outros autores categorizados como Solon Barraclough e Almino Afonso afirmam que essas dificuldades poderiam ter sido contornadas pela fixação de “objetivos e estratégias partilhadas” entre os partidos e grupos da UP;

f) A resistência e os interesses da burocracia, acoplada à oposição dos grupos prejudicados pela Reforma, a própria abrangência, profundidade e rapidez das mudanças;

g) A inflação galopante, coincidindo com a estocagem de mercadorias e o mercado negro (praticado também pelos beneficiários assentados), a deficiência do sistema de transporte que culminou com a fatídica greve dos caminhoneiros;

h) Finalmente, mais que a importância dos “erros” da política agrária, o grau de liberdade de que dispunha o Governo e a UP com relação a Reforma Agrária era na verdade muito limitado. Todas as dificuldades já mencionadas, não deixam dúvida, entretanto, que um manejo político e técnico mais adequado por parte da Esquerda poderia ter atenuado e no mínimo reduzido significativamente os tremendos obstáculos que a Reforma Agrária enfrentou no Chile (Serra p. 171).

Para encerrar com um comentário pessoal, não há dúvida que a dolorosa experiência dos numerosos brasileiros que viveram a experiência do Chile e de sua Reforma Agrária será extremamente útil para que seus erros (principalmente os políticos) não se repitam por ocasião da aplicação do Estatuto da Terra durante o Governo Tancredo Neves. Da nossa parte, tivemos oportunidade - como funcionário do BID que foi o principal financiador externo da Reforma Agrária chilena - de acompanhar algumas etapas do processo (principalmente a do Icira e a do crédito agrícola). Alguns dos erros mais sérios da estratégia geral da UP, inclusive o posterior sacrifício de Orlando Letellier, foram, sem dúvida, mais devido à tradicional incompetência operativa das esquerdas que do resultado da Reforma Agrária, um programa de modesta dimensão para decidir um regime, como bem colocou Barraclough.

A Proposta do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária¹

José Gomes da Silva

1. Introdução

A Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, desde o seu tempo de Instituto Joaquim Nabuco, tem prestado valiosa colaboração ao conhecimento da questão agrária brasileira, seja através da produção de seus cientistas, seja mediante uma marcante ação institucional. Dentre estas, cabe registrar o histórico seminário de 1963 (Instituto Joaquim Nabuco, 1970) e agora, este novo encontro, cujo resultado deverá contribuir também não apenas para orientar o debate nacional que atualmente está tendo lugar, mas também para ajudar a implementar o processo de Reforma Agrária que precisa ser iniciado.

Esta apresentação será baseada nos três documentos oficiais atualmente disponíveis: o Estatuto da Terra (MIRAD/INCRA s/d), a Proposta para a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República - PNRA (MIRAD/INCRA, 1985) e as "Explicações Necessárias" (Gomes da Silva, 1985) que foram preparadas para ajudar a entender os 14 pontos mais controversos da proposição governamental.

2. A Proposta para a Elaboração do 1º PNRA da Nova República

Trata-se de um documento que simplesmente colocou de maneira formal a posição do governo a partir da instrumentação jurídica vigente, dentro de uma sistemática de planejamento singelo que deve repousar evidentemente num rápido diagnóstico da situação agrária, ter a coragem de definir claramente os objetivos e inscrever as metas respectivas. A proposta contém evidentemente uma estratégia e

¹ Conferência pronunciada durante o Seminário de Reforma Agrária, Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife, PE, 07 de agosto de 1985.

O texto aqui apresentado inclui, além da exposição efetuada na época em que a proposta estava em pleno debate, alguns esclarecimentos necessários à identificação das modificações introduzidas no Plano que foi finalmente aprovado pelo Presidente da República em 10 de outubro de 1985, através do Decreto 91.766/85. Essas observações, indispensáveis para a compreensão do assunto e para o entendimento da posição do autor, aparecem nas diversas notas de rodapé.

os respectivos Programas de Ação, dos quais, o mais importante, é naturalmente, o Programa Básico de Assentamento de Trabalhadores Rurais, devidamente articulado com os Programas Complementares (Regularização Fundiária, Apoio Jurídico, Estudos e Pesquisas Agrárias e Desenvolvimento de Recursos Humanos).

O desenvolvimento e a implementação de uma proposta dessa magnitude e com a dimensão que foi inscrita (meta de 7 milhões e 100 mil famílias a serem atingidas em três lustros) requer evidentemente uma articulação da ação do governo. E a própria presença do Ministro da Cultura neste debate sobre Reforma Agrária significa que, na prática, essa articulação, felizmente, parece estar existindo.

A Proposta não poderia deixar de ter um objetivo imediato, já que a Reforma Agrária não pode se arrastar indefinidamente no tempo, e, nesse particular apresenta uma novidade em matéria de planificação para a agricultura: adota o período do ano agrícola já no que se refere à produção camponesa, a atividade agrícola está mais na dependência do calendário agrícola que do período orçamentário ou do ano civil. A proposta fala, portanto, no ano agrícola que vai se iniciar, no quadriênio desse governo, e como todo projeto de médio e longo prazo, necessariamente contempla um horizonte mais distante estimado nos 15 anos² em que a Reforma está sendo prevista para a sua ultimação.

Finalmente, a Proposta indica recursos e principalmente as fontes de financiamento e o faz claramente mostrando que a principal parte das despesas para a realização da Reforma Agrária brasileira será coberta através da emissão de Títulos da Dívida Agrária, o que facilita extraordinariamente a realização do processo sendo que apenas a metade desse total demandará recursos financeiros em moeda corrente. A proposta contempla também os aportes de recursos dos outros ministérios que intervêm no processo de Reforma e do desenvolvimento Agrário, e inscreve e quantifica as necessidades de crédito ou de capital de giro necessária à movimentação das safras.

É esse em linhas gerais o documento que está sendo debatido e tem sido objeto de algumas comoções. É esse o documento que o governo submeteu à sociedade civil e dela espera recolher subsídios e sugestões, principalmente desse seminário e desta Fundação. Não apenas pela sua tradição no tratamento interdisciplinar da questão agrária, mas pela mobilização que a Fundação efetuou sob a competente coordenação de Dirceu Pessoa, é de esperar-se que a proposta possa ser enriquecida com sugestões viáveis, da mesma forma que estão sendo recolhidos subsídios de numerosas outras instituições.

² O Plano aprovado (MIRAD/INCRA, 1985 b), não incorporou esse detalhe, mencionando o ano civil por questão de facilidades orçamentárias. Da mesma maneira, foi omitido no texto definitivo o horizonte de 15 anos, já que pareceu temerário adentrar períodos governamentais que ultrapassem a duração do atual governo federal.

3. Alguns Detalhes Polêmicos³

Apesar da clara colocação da Proposta e de todo o amparo legal de que se reveste, a inafetabilidade das Empresas Rurais, tal como tipificadas no Estatuto da Terra, precisa ser ainda mais enfatizada no texto final do PNRA. A contra-reforma tem esgrimido este argumento e lançado muita confusão na opinião pública. É por isso que estamos convencidos da necessidade de incluir no plano definitivo todo um capítulo em letras de fôrma, repetindo novamente tudo aquilo que a Constituição já determina e que o Estatuto da Terra dispõe com tanta clareza.

Observe-se que, dentre os beneficiários potenciais do PNRA, a Proposta (pág.13) projetou um contingente de “3,5 milhões, que estão ou serão retidos em seus empregos pela dinâmica da agricultura empresarial brasileira, como assalariados permanentes ou temporários”, dados que dizem respeito, indubitavelmente, às empresas rurais.

Por outro lado, o que a Proposta propugna é uma criteriosa revisão dos dados cadastrais, de tal modo que se possa alcançar uma autêntica amostragem das empresas rurais, ou seja, dos imóveis que estão em condições de merecer a proteção legal, dos imóveis que estão em condições de merecer a proteção legal, até porque está detectado um crescimento suspeito do número de empresas rurais (4 vezes) e na área a elas correspondentes (5 vezes), quando a tendência anteriormente verificada era a da diminuição acentuada desse tipo de imóvel rural. A revisão desejada ainda mais se impõe ao saber-se, como se sabe, que o aumento do número de empresas rurais não tem correspondência - que é natural - no mesmo período, com os resultados aferidos de produção e produtividade na agricultura brasileira.

Um ponto importante já identificado a esta altura como predileto da contra-reforma é o da necessidade de diferenciar claramente a apropriação estatal dos sistemas de exploração coletivos, associativos, condominiais ou cooperativos. Esse tema tem sido largamente explorado com o objetivo de dar à Proposta uma conotação ideológica que ela definitivamente não tem. Tal como no caso da desapropriação das empresas rurais, a preocupação é totalmente improcedente.

Antes de mais, é forçoso reafirmar que a Reforma Agrária preconizada na Proposta é simplesmente brasileira, tanto que decorre de lei federal (nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), debatida e aprovada no Congresso e promulgada, distante de suspeição, no correr do ciclo militar que se iniciou em 1964.

As diversas alternativas, portanto, para a posse e uso da terra, anunciadas na Proposta (pg. 22 e 23), são formas consagradas na nossa ordem jurídica, a partir da Constituição, passando pela lei civil e chegando ao diplomata maior de direito agrário.

³ A maior parte deste capítulo, transcrito da publicação original já citada (Gomes da Silva, 1985) foi preparada pelo Dr. Luiz Edson Fachin, na época procurador geral do INCRA.

Não há como excogitar anomalias jurídicas na menção ao fato (não se trata de qualquer figura ou estrutura jurídica autônoma), que se vem denominando em espanholismo já incorporado ao direito agrário, de “assentamento”. O assentamento, já inscrito, por exemplo, no Decreto nº 90.697, de 12 de dezembro de 1984 (portanto no governo Figueiredo) é o vocábulo que se tem encontrado para definir o conjunto de medidas que tendam à “implantação, consolidação e emancipação de projetos de colonização e reforma agrária”, o que vale dizer que ultrapassa o simples uso ou a posse da terra, reunindo um conjunto de medidas governamentais de apoio, sem ganhar, com isso, autonomia jurídica, que possa ultrapassar os limites do exercício do direito de posse ou de domínio, se for o caso. O assentamento nada mais é, portanto, do que a soma da forma de acesso à terra (posse ou domínio) com as medidas governamentais de apoio. O absurdo de considerar-se o assentamento como figura jurídica anômala é o mesmo que considerar que uma propriedade agrícola qualquer possa ter a sua qualificação jurídica alterada pela simples razão de ter merecido medidas de apoio governamentais ou privadas, em forma de incentivos ou de financiamento, por exemplo.

Assim, as alternativas de organização interna dos assentamentos são, segundo a Proposta:

a) - unidade familiar (ou propriedade familiar, cf. art. 24, inciso I, do Estatuto da Terra).

Dispensa, naturalmente, maiores comentários, ficando evidenciado que não se pensa em inadmissível inovação ao direito de propriedade;

b) - unidade associativa (ou associação de agricultores organizados sob regime cooperativo), também expressamente prevista no artigo 23, III, do Estatuto da Terra);

c) - unidade de propriedade em comunhão (ou condomínio ou co-propriedade), com expressa previsão do artigo 3º do Estatuto da Terra (direito à propriedade da terra em condomínio) e no Decreto que o regulamentou (nº 59.428/66), bem como no próprio Código Civil Brasileiro, em vigor desde 1917.

Esse tópico da Proposta, equivocada ou maliciosamente, tem sido brandido aos incautos como perigosa forma de coletivação.

Ora, a comunhão (condomínio ou co-propriedade), está disciplinada nos artigos 623 e seguintes do Código Civil, como típica modalidade de propriedade privada e significa, pura e simplesmente, que sobre um determinado bem há mais de um titular do direito de propriedade, que são os condôminos (condomínio tradicional), co-propriedade ou comunheiros.

É inimaginável que se possa encontrar exatamente na propriedade em comunhão qualquer laivo coletivizante, no sentido que se pretendeu emprestar-lhe. Não há como confundí-la com as chamadas propriedades coletivas, de índole estatal, nas quais, ao invés de uma pluralidade de proprietários, não há proprietário algum.

Numa síntese: a denominada propriedade familiar não deixa de ser propriedade, em que há titularidade do direito atribuída ao chefe da família ou se for o caso, em forma de condomínio familiar, como existem, até costumeiramente, em muitas famílias tradicionalmente capitalistas.

A associação de proprietários sob regime cooperativo não desnatura, por igual, o instituto da propriedade privada e se ajusta à figura da Cooperativa Integral de Reforma Agrária (CIRA, também prevista, às expensas, no Estatuto da Terra (art. 4º, III) e que serve para evidenciar, à perfeição, o sentido da Proposta, e que tem “a finalidade de industrializar a produção agropecuária, bem como realizar os demais objetivos previstos na legislação vigente”.

As objeções e o alarme que se tem produzido em torno do tema, reduzem-se, portanto, a um autêntico alarme falso, malgrado o ruído que produziu.

4. Como Fazer a Reforma?

Acreditamos, que nesta oportunidade e para oferecer algum material de debate aos cientistas sociais, aos dirigentes sindicais, aos agricultores e a todos os interessados que aqui acorreram, seria mais proveitoso, ao invés de detalhar a proposta que já foi exaustivamente debatida pela imprensa e pelos meios de comunicação em geral, que se falasse alguma coisa a respeito da visão da direção do órgão que deve executar a Reforma Agrária no Brasil no tocante à maneira de implementar esse processo. E ao fazê-lo necessariamente é preciso passar rapidamente em revista os diversos fatores ou as condições necessárias para o êxito dessa tarefa.

4.1. A Terra

Em primeiro lugar aparece inevitavelmente o fator terra. Quais as áreas que deverão ser afetadas e qual o estoque de terra disponível para assentar 7 milhões e 100 mil famílias? As áreas serão evidentemente aquelas onde ocorrerem situações de precarismo⁴, de associação de sistemas de latifúndio-minifúndio e elevados contingentes de assalariados, parceiros⁵, arrendatários⁶, posseiros, moradores e isso tudo está claramente definido no Estatuto da Terra graças à sabedoria do legislador de 64, um dos quais, Odilon Ribeiro Coutinho, nos honra hoje aqui com a sua presença.

Teríamos terras suficientes para uma meta tão ambiciosa? A resposta, graças a Deus, é favorável. Temos repetido com o otimismo dos poetas que fazer a Reforma Agrária no Brasil não oferece nenhuma dificuldade. Difícil sim, foi

⁴ O decreto 91.766/85, já citado, em seu art. 2º § 3º, contrariou o Estatuto da Terra ao dispor que o “Poder Público” evitará as desapropriações de imóveis rurais que apresentam elevada incidência de arrendatários e/ou parceiros”.

⁵ ib. ibden. 4

⁶ ib. ibden. 4

realizar a reforma agrária no Japão - um pequeno arquipélago sobre as terras agrícolas - e ela foi feita. No caso brasileiro, apenas para dar uma idéia, existem áreas agricultáveis (isto é, aquelas passíveis de produzirem arroz, feijão e milho), completamente ociosas, atingindo perto de 177 milhões de hectares. Isso significa qualquer coisa parecida com seis vezes a área do Estado de São Paulo. Essa superfície refere-se simplesmente à fração aproveitável não utilizada nos latifúndios, mas a lei permite lançar mão da área total dos latifúndios⁷ e se isso for feito, esse estoque de terras subiria a 312 milhões de hectares, o que significa mais de dez vezes a área total do Estado de São Paulo.

Se estamos falando em latifúndio e necessariamente em terras de domínio privado é justo que se indague também a respeito das terras públicas. Porque não lançar mão das terras públicas? A nossa resposta tem sido sempre a de indicar qual a área e também a qualidade e localização dessas terras. Existem atualmente, na realidade, mais de 100 milhões de hectares de terras públicas, mas infelizmente elas estão localizadas fora das regiões onde já existe infra-estrutura, não tem condições de acesso nem de mercado e estão situadas dos dois lados do rio Amazonas, em solos extremamente pobres e sujeitos à erosão violenta. Além disso, quase sempre, depois de discriminadas, são reivindicadas como terras indígenas.

É claro que existem terras públicas da União e dos estados bem situadas e elas necessariamente constituirão o primeiro recurso terra a ser utilizado pela Reforma Agrária. Lembramos aqui dois assentamentos bem conhecidos que utilizaram terras estaduais: Igarapu, próximo aqui de Recife e Pirituba, no estado de São Paulo.

Muitos falam também das terras da Igreja Católica e a nossa resposta tem sido também que a Igreja, em termos de cadastro de imóveis rurais, não tem nenhum tratamento privilegiado: ela é inscrita no INCRA como um proprietário qualquer e é muito fácil dizer quais são e onde estão situadas as terras pertencentes à Igreja. Infelizmente elas são muito poucas, apenas 180.000 hectares em todo o país. A maior parte dessa área está situada no estado do Piauí e a título de comparação, deve-se mencionar um cidadão que detém 15% do Estado do Acre e nas suas 32 áreas apropriadas quase 2 milhões de hectares, mais de 10 vezes o total das terras que a Igreja Católica para nelas iniciar o projetos de Reforma e é realmente uma lástima que essas áreas não sejam mais amplas, já que a Igreja certamente não se fartaria a dar o exemplo de colocar essas áreas à disposição dos trabalhadores rurais sem-terra.

⁷ Nesse particular o PNR, tal como foi aprovado, também apresentou, significativo recuo, consubstanciado pelo disposto no artigo 2º parágrafo 2º do decreto antes citado.

4.2. Os Beneficiários

Para fazer uma Reforma Agrária, não basta distribuir ou redistribuir as terras, é um chavão que se houve constantemente. Na verdade, a terra não é todo o universo da Reforma e seu domínio, em si mesmo, não é o objetivo do processo. É preciso que existam os interessados em cultivá-las e estes não faltam no Brasil, seja na condição de precaristas, de assalariados e ultimamente, até de acampados, simplesmente deixados na beira das estradas. Os beneficiários potenciais são hoje mais de 10 milhões e quem tiver alguma dúvida de que eles existem e que tem capacidade de se tornar proprietários bata visitar algum projeto como os dois anteriormente mencionados.

É claro que uma multidão dessa magnitude não pode ser atendida do dia para a noite. É por isso que o plano fala em 15 aos e alguns se surpreendem com essa dinâmica do tempo.

A nossa explicação tem sido de que todos os programas governamentais de médio e longo prazo inscrevem períodos com horizontes semelhantes; é assim com o programa nuclear, com o programa do aço e , para ficarmos na agricultura, com o Programa Nacional do Alcool, cujas projeções vão até o ano 2000. Com a Reforma Agrária, evidentemente não poderia ser de maneira diversa⁸. É um programa a médio e a longo prazo que precisa ser desencadeado num momento histórico qualquer, mas que levará para ser ultimado, no caso brasileiro, um mínimo de três lustros.

4.3. Recursos Financeiros

Muitos se preocupam, principalmente aqueles que não querem a reforma, com os recursos financeiros, duvidando que exista a possibilidade concreta de bancar a sua execução.

Levantamentos efetuados em assentamentos bem, sucedidos, dentro e fora do Brasil, confirmam os custos inscritos na Proposta, uma vez que a Reforma Agrária brasileira necessariamente precisa constituir-se num processo singelo, e que deve contar com os trabalhos dos próprios beneficiários para realizar a maior parte das tarefas necessárias à consolidação dos assentamentos. É importante ainda comparar os custos da Reforma Agrária com os do processo de colonização. Dados de um levantamento feito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento mostraram que os custos de uma amostra representativa de projetos de colonização realizados na América Latina, são muito superiores aos da Reforma Agrária, uma vez que nestes não há necessidades de construção de estradas de acesso e de infra-estrutura em geral. Esses custos encarecem tremendamente a

⁸ O PNRA definitivo não incorporou, como já se viu, o horizonte de 15 anos, ao contrário do que foi feito para outros programas já citados.

colonização e beneficiam a Reforma Agrária e isso explica em parte a opção que foi feita pelo atual governo.

4.4. Recursos Humanos

Um outro requisito indispensável ao sucesso da Reforma é a existência de recursos humanos. Aqui também é possível afirmar que os recursos existem, podem ser mobilizados, treinados e capacitados, inclusive em instituições respeitáveis como a Fundação Joaquim Nabuco. Existe no INCRA, e em outros órgãos governamentais, um grande número de especialistas plenamente habilitados a conduzir o processo de Reforma Agrária. E temos principalmente na experiência camponesa, na sabedoria do trabalhador e na inteligência que o homem do campo tem demonstrado, as condições para o recrutamento e utilização do melhor material humano para o êxito da Reforma.

Há que se contar também com o apoio dos governos estaduais e essa é uma orientação geral contida na Proposta uma vez que a postura do governo é de estímulo à descentralização. Será possível contar ainda com os Institutos de Terras dos estados e a política do INCRA tem sido a de fortalecer essas organizações e atribuir-lhes boa parte da responsabilidade na condução da Reforma.

Espera-se ainda, na questão dos recursos humanos, uma forte participação dos municípios e existe no caso brasileiro, uma série de exemplos de presença das municipalidades na implementação de projetos bem sucedidos.

4.5. A Decisão Política

Se existem terras, recursos financeiros e humanos, se dispomos do instrumental jurídico representado pela Emenda Constitucional nº 10 e pelo Estatuto da Terra, restaria saber o que faltaria para o início efetivo de uma Reforma Agrária de verdade no Brasil. Essa indagação tem sido sempre respondida alegando a falta de decisão política. Essa era a única desculpa que seria possível oferecer, já que tínhamos tudo para implementar uma Reforma, faltando apenas que o poder político a decidisse. Essa decisão parece ter finalmente acontecido, de maneira formal e solene, através da assinatura do protocolo da Aliança Democrática, quando os dois maiores partidos políticos nacionais se uniram e inscreveram a Reforma Agrária em sua plataforma de governo. Esse compromisso foi reiterado pelo falecido Presidente Tancredo Neves, reafirmado pelo Presidente Sarney em diversas oportunidades e em diversos plenários. Recebeu há pouco o apoio de mais de vinte governadores dos estados e territórios brasileiros, sem falar na benção permanente que lhe dá a Igreja e o apoio indispensável dos trabalhadores e dos setores progressistas da sociedade brasileira.

Acredito⁹ portanto, firmemente, como administrador público, não mais como poeta, que dentro de alguns meses, manifestar-se contra a Reforma Agrária será um pecado tão grande como ter combatido a nacionalização do petróleo ou ter se manifestado contrário às eleições diretas.

Bibliografia Citada

Gomes da Silva, J., O Debate em torno da Proposta do 1º PNDR da República: Explicações Necessárias. Brasília, DF, mimeografado. 1985

Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais - MEC, Cana e Reforma Agrária. Recife, IJNPS, 1970.

Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD / Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Estatuto da Terra, extraído de "Coletânea"- MEAF / 1983, Brasília, DF, mimeografado. 1985.

Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD / Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Proposta para a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República - PNRA. Brasília, MIRAD / INCRA 1985

⁹ A bem da verdade, e visando facilitar o trabalho de eventuais estudiosos, as previsões do autor não estão encontrando respaldo na realidade dos fatos que aconteceram no período que decorreu entre a realização desta palestra (07 de agosto) e a revisão do seu texto (19 de dezembro de 1985).

Decálogo da Contra-Reforma¹

José Gomes da Silva

Dedicatória

*À Pasteur, Oswaldo Cruz e Albert Sabin para que inspirem nossos imunologistas a produzirem uma vacina que proteja os presidentes da República Federativa do Brasil contra a raiva dos reacionários, a malária dos dendroclastas e a paralisia da burocracia.
O autor.*

A extensão dos conflitos pela posse da terra e a escalada da violência no campo (261 assassinatos em 1985 contra 116 em 1984), juntamente com as vacilações do governo federal em iniciar uma reforma agrária de verdade estão trazendo a questão agrária para o primeiro plano do cenário nacional, numa situação de impasse muito semelhante à do período 1963/64. A par da retomada do debate agrário, é possível identificar uma série de equívocos, deformações conceituais, ingenuidades e principalmente erros clamorosos de estratégia que têm levado ao arquivamento, até agora, desse processo essencial ao pleno desenvolvimento social e econômico do Brasil².

O decálogo aqui alinhavado foi recolhido em numerosas reuniões e debates e tem pretensão de querer advertir os aliados da Reforma para a necessidade de enfoques objetivos e formulações viáveis para a Reforma Agrária e para a sua implantação.

¹ Um primeiro texto foi, por nós escrito em 1979 e agora está sendo atualizado (setembro de 1986). Outros detalhes e enfoques sobre o mesmo tema podem ser encontrados na aula do Prof. Fernando Pereira Sodero sob o título "A Contra-Reforma Agrária", proferida na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1982 e publicada pela revista "Arquivos" nº 16 (60-83), Brasília, DF, Fundação Petrônio Portella, ano 39, Outubro de 1985.

² É realmente inusitado tomar conhecimento do fato de que algumas das pressões mais sérias para o enfrentamento da questão agrária tem partido de fora do País, como é o caso das exigências do Banco Mundial em relação ao Projeto Nordeste e a demarcação das terras indígenas.

Na angústia de encontrar pistas e entradas para a Reforma Agrária, dentro do atual quadro da vida brasileira, apenas se consegue pinçar uma experiência de erros. De qualquer forma este texto pretende ser útil e pode, pelo menos, constituir um roteiro de advertência para indicar ao técnico, ao político e ao tomador de decisões, um pouco do terreno proibido onde não se aconselha incursionar.

O Decálogo lista uma dezena de medidas e expedientes de “como não fazer a Reforma Agrária no Brasil”, os seus itens são apresentados sem qualquer tentativa de hierarquização e a ordem respectiva poderá, evidentemente, ser modificada com vistas a uma melhor ordenação da matéria. Vamos lá:

1º) Colonização de Terras Virgens como Alternativa para a Reforma Agrária.

Preocupa seriamente ao analista a insistência com que se oferece a colonização como substitutivo da Reforma e se procura deslocar o cenário do processo, do latifúndio na área ocupada e próxima dos centros de consumo, para a terra devoluta localizada além da fronteira agrícola. Principalmente o INCRA já estimulou essa deformação, chegando até a mudar o antigo nome da Diretoria de Operações (encarregada de executar os assentamentos) para o evasivo “Projeto de Colonização” que vigorou até há pouco tempo e que a qualquer momento ameaça voltar.

Já se disse, certa feita, do alto da sabedoria oficial, que “a colonização é o modelo brasileiro de Reforma Agrária”, fazendo acordar, revoltados em suas tumbas, todos os reformistas, desde Zapata até Mac Arthur.

Tomando a Reforma Agrária em sua dimensão social e humana de processo destinado a promover homens mediante a criação de uma cidadania econômica baseada na posse privada da terra agrícola, a colonização, em sua moldura de selvas e matas, poderia, no máximo, ser admitida como uma “reforma agrária de onças”.

Não é pois por ignorância que a anti-reforma insiste em colonização, discriminação de terras devolutas, titulação de posse, usucapião especial e outros instrumentos de ocupação de território. O velho IBRA, ao definir, no tempo, o arquivamento da Reforma, encarregou-se de promover um famoso Encontro de Ocupação do Território para lubrificar todos esses dispositivos e tentar impingí-los como substitutivos da desapropriação por interesse social das terras agrícolas privadas mantidas em propriedades ao arrepio das leis vigentes.

Em termos espaciais serve à anti-reforma o deslocamento do eixo físico do debate do Nordeste para a Amazônia. A anti-reforma sabe disso tudo e está consciente de que o enfrentamento da floresta amazônica significa adiar a Reforma, pelo menos, por um século. Os ministros conservadores que aconselharam Médici a abrir a Transamazônica depois da seca de 1970 no nordeste não desconheciam esse imenso recurso protelatório.

A sedução do “grande” tem afetado também os cientistas sociais patricios. Colonizar a Amazônia, dentro dos marcos da questão agrária, inverte, no tempo e no espaço, a estratégia da Reforma. Tal como advertiu Ianni em debate na Unicamp: “a colonização da Amazônia significa a contra-reforma no Nordeste”.

2º) Parcelar a Terra.

Para muitos que nunca tiveram sobre os ombros a responsabilidade de fazer a Reforma, a receita consiste em criar unidades familiares diferenciadas, cada uma com sua casinha, horta, cerca, estábulo, e demais benfeitorias, no mais romântico estilo bucólico. Parcelar é também uma maneira de bloquear a Reforma. Além de dar forças adversárias para se recompor e tentar bloquear o processo, essa estratégia propicia um sério argumento de debate: o de que a Reforma não é pulverização fundiária nem tampouco loteamento rural.

Na verdade, o parcelamento é lento, caro, tecnicamente difícil e economicamente incerto. Além disso, coloca uma espécie de “camisa de força” na superfície das unidades de produção, tirando-lhes a flexibilidade que precisam ter para responder às mudanças tecnológicas e à necessidade de acompanhar a elevação da renda “per capita” dos beneficiários.

Os estudos publicados pelo Departamento de Economia Rural da Faculdade de Ciências Agrônomicas da UNESP - Universidade Estadual Paulista³ mostraram a expropriação de terra e trabalho que exige a chamada “pequena produção agrícola”, no seu afã de contribuir com a maior parcela de alimentos e matérias-primas para a indústria, na agricultura brasileira.

É preciso destacar ainda que a infraestrutura existente nos imóveis rurais que serão desapropriados, principalmente os latifúndios por exploração, responde a realidades históricas e econômicas. É preciso portanto aproveitar as cercas, estábulos, terreiros, casas e demais benfeitorias, barateando a implementação da reforma e dando-lhe velocidade no tempo e no espaço.

As experiências dos assentamentos no Chile, das propriedades de interesse social do Peru e das Empresas Campesinas da Venezuela pode oferecer subsídios operativos interessantes para a realidade brasileira. Os estudos de José Emílio de Araújo⁴ apresentam também importante suporte para esses esquemas.

O Estatuto da Terra em seu artigo 24, item III, permite a “formação de glebas por associações de agricultores organizadas em regime cooperativo” e os trabalhadores rurais declaram que “a propriedade multifamiliar ou cooperativa será alternativa válida para não fracionar a terra, visando formar uma economia de escola gerida e administrada pelos próprios agricultores”⁵.

³ GRAZIANO DA SILVA, J. F. e OUTROS. Estrutura Agrária e Agricultura de Subsistência na Agricultura Brasileira, São Paulo, Ed. Hucitec. 267 p.

⁴ ARAÚJO, J. E. G. , La Empresa Comunitária, Una Sistemática Reformista en el Proceso Agrário Latino Americano, San Jose, Costa Rica, IICA, 387 p.

⁵ SILVA, José Francisco da. 1967, O Estatuto da Terra. Depoimento do Presidente da CONTAG perante a CPI do Problema Fundiário, Reforma Agrária, Boletim da ABRA VII (nº 04); 23-37.

Foi procurando recolher toda essa experiência que a Proposta para a Elaboração do 1º PNRA da Nova República insistia na concessão de uso como forma inicial de apropriação. Da mesma maneira, os técnicos mais experientes do INCRA, como os de São Paulo, estão adotando esse procedimento agora no início dos Planos Regionais.

3º) Impedir a Participação dos Trabalhadores.

Esse tipo de bloqueio encontra no caso brasileiro seu exemplo mais expressivo. As Comissões Agrárias de que fala o Estatuto da Terra em seu artigo 37, só agora estão sendo instaladas e os poucos parceleiros fotografados pela propaganda oficial sempre foram tratados com o mais descarado paternalismo. A Reforma Agrária deve ser uma conquista dos sem-terra, não um presente do Estado, e, na prática, existem numerosos exemplos que mostram projetos muito mais viáveis riscados por um camponês, que os calhamaços plastificados comprados em dólares às firmas de consultoria.

Uma Reforma Agrária só será digna desse nome se tiver trabalhador rural no seu planejamento, execução, avaliação e consolidação.

4º) Pagar as Desapropriações em Dinheiro

A Emenda Constitucional nº 10 de 10/11/64 derrubou, felizmente, a limitação existente na Constituição de 1946 que exigia o pagamento das terras desapropriadas em dinheiro vivo. Agora, essas indenizações, apesar das limitações ainda existentes, já podem ser feitas em Títulos da Dívida Agrária, se bem que ainda dependam da cláusula de exata correção monetária.

O sentido maior do dispositivo é introduzir sobre os latifúndios alguma forma de penalização (já que se afastam da lei), sem chegar, contudo, ao extremo do confisco. A fixação da dosagem conveniente, cabe ao legislador e ao Executivo dependendo é claro, da urgência e da amplitude que se pretende dar à Reforma. A tentativa recente da aplicação do Estatuto da Terra mostrou também que a Justiça tem um papel decisivo para o desencadeamento da Reforma já que a ela está cabendo fixar o “justo preço”, até que isso seja melhor disciplinado pela nova Constituição que ora se discute.

5º) Dar à Reforma uma Formulação Política Inviável.

Os adversários da Reforma, instalados nas duas extremas, têm procurado inviabilizar o processo mediante sua inserção no bojo de movimentos políticos impraticáveis.

O Prof. Darcy Ribeiro, na peça de erudição com que brindou o plenário da 30ª Reunião Anual da SBPC, esfriava um pouco a euforia liberticida da moçada ali presente, mostrando que a Reforma tem que ser capitalista, não há outro jeito. “Pessoalmente eu topo outra solução, mas e daí?”.

Aqueles que se encontram em Marcuse (“sejamos realistas, busquemos o impossível”) não tem, na atual realidade brasileira, passado da primeira pedra. Os exemplos das tentativas de 1963/64 e de 1985/86 mostram que os projetos de reforma agrária quando conseguem chegar ao Planalto dificilmente atravessam a barreira do Congresso. Se a estes dois obstáculos acrescentarmos ainda o Judiciário⁶, a dura conclusão é a de que a resistência acaba residindo na própria Praça dos Três Poderes.

Os exemplos de Goulart e de Allende desaconselham também a solução da embriaguez democrática que se segue sempre à derrubada da ditadura.

Equívoco igualmente danoso é misturar a Reforma com Marx. Sempre que isso acontece, a conservadora classe média apavora-se e a “santa aliança” (conservadores e liberais) facilmente derrota os progressistas.

Em termos de estratégia para a implementação do processo redistributivo de terras, um quadro político rígido como o nosso, a Reforma só poderá vir a ser desencadeada utilizando a velha sabedoria dos nossos técnicos de futebol: um chute longo, de fora da área, por cima da barreira.

A essa mágica, que até os jogadores de várzea praticam como rotina, é que chamamos de formulação política viável para a Reforma.

Situam-se nesse capítulo duas invenções recentes: a “reforma agrária possível”, lançada por Dante de Oliveira ao substituir Nelson Ribeiro no MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário⁷; e a “reforma agrária da conciliação”, também muito exaltada nestes tempos bicudos.

A caracterização da primeira é feita por Jânio de Freitas o mesmo jornalista que a identificou: “Possível” quer dizer a exclusão de áreas que passem por arranjos ligeiros para dar a impressão de utilizadas pelos proprietários, ou que pertençam a pessoas influentes ou envolventes, em especial em São Paulo e no Paraná. Quer dizer o abandono de metas anuais de assentamento de lavradores - não as iniciais, porém aquelas já adaptadas pela equipe do atual ministro. E quer dizer, ainda, o retorno à situação anterior ao governo Figueiredo. Ou seja, possível quer dizer impossível. Impossível já⁸.

Por derradeiro, a reforma da conciliação, lançada pelo General Figueiredo e retomada por José Sarney, passa muito, segundo Florestan Fernandes⁹ pelo

⁶ A fragilidade do Judiciário, no caso deriva não apenas da sua mentalidade civilista em detrimento de uma consciência agrarista, mas também de sua subordinação ao Executivo, via nomeação de magistrados. A notícia da Folha de S. Paulo de 16/08/86 “STF anula dois decretos de reforma em imóveis rurais” mostra essa coincidência num único dia: os despachos suspensivos do STF foram dados como voto de Célio Borja, um dos criadores da estranha figura do “latifúndio produtivo” ainda quando assessor jurídico de Sarney; e o juiz da 1ª Vara Federal do Maranhão, Alberto Vieira da Silva (irmão de um ex-presidente do INCRA, Lourenço Vieira da Silva) exigiu o “absurdo” (na opinião do ministro Dante de Oliveira) da comprovação, Pelo INCRA, de capacidade financeira para imitir-se na posse de uma fazenda desapropriada no Maranhão. Fatos como esse é que levam um jurista experiente como Sônia Moraes a manifestar esse fundado temor pela criação da Justiça Agrária, um risco, na sua opinião, de fazer com que a “Reforma Agrária que está sendo paralisada por decreto, acabe sendo arquivada por sentença”.

⁷ JANIO DE FREITAS, 1986. O ministro possível. Folha de S. Paulo. Ed. 16 de Agosto.

⁸ Alusão às “diretas já”, bandeira que celebrou Dante de Oliveira, o atual ministro.

⁹ FERNANDES, Florestan, 1985. Nova República? Rio. Jorge Zahar Ed., 2ª Ed. p.70.

“jeitinho brasileiro”: “o mito de que a conciliação elabora as condições históricas de um novo ponto de partida e prepara o caminho da reforma nem merece discussão. A conciliação é, em si e por si mesma, contra-reforma, o expediente para banir e excluir a reforma social da história viva”.

6º) Diluir a Reforma Agrária com Derivativos

Castello Branco, ao falar em uma “reforma agrária quimicamente pura”, acabou determinando a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), encarregado apenas de mudança de estrutura agrária, tarefa amais que suficiente para qualquer organismo, por mais poderoso que pudesse ser. Nessa decisão coincidentemente, acompanhou alguns outros generais como Nasser, Alvarado, Mac Arthur e Chen Cheng. Para bloquear a Reforma não houve, a despeito dessa decisão, nenhuma dificuldade: aplicou-se-lhe a colonização de Médici e Delfim fechou a burra para as desapropriações. Figueiredo tampouco não teve maior trabalho: convenceram-no de que titulação era Reforma e ele saiu do Governo acreditando nisso.

Tributação progressiva, inovações tecnológicas, desenvolvimento de comunidades e outros derivativos têm sido também aplicados com a mesma eficiência no passado. Nos dias que correm, o Programa Nacional e Irrigação, o PNDR - Plano Nacional de Desenvolvimento Rural, o Programa dos 1.000 municípios, o “Plano Mestre” e outros esquema poderão também conduzir a resultados semelhantes: o arquivo.

7º) Castrar Verbas, Bloquear Recursos.

Dizer que “não há verbas” é um expediente infalível para obstruir projetos incômodos e para isso (podem reparar) existe sempre um “super ministro” à mão para fazê-lo com grande naturalidade.

No Brasil de hoje, das 150.000 famílias que deveriam ser assentadas em 1985/86, dentro do PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária, só existe verba para 36.000 (24% do planejado), sendo que a meta global representa apenas 19,7% das necessidades previstas pelo Governo.

O bloqueio de recursos outros que não as dotações orçamentárias, constitui também prática contumaz de contra-reforma. “Passados quinze meses do anúncio da reforma agrária pelo governo Sarney, não conseguimos contratar um único topógrafo”, queixava-se um dirigente do Incra de uma das áreas mais tensas do País, angustiada com a paralisia oficial. “Não está havendo mobilização nenhuma, apenas dos latifundiários e da UDR”, clamava outro dirigente, em meio à apatia de Brasília.

Lamentos à parte, as cifras são aterradoras, mostrando como esta outra artimanha da contra-reforma está sendo utilizada com grande influência nos tempos de hoje: para cumprir as metas que o próprio governo traçou, seria preciso

assentar cerca de 1.200 famílias por dia; em 15 meses (450 dias) foram atendidas apenas 8.000, ou seja, o correspondente a pouco mais de 6 dias de atividade!.

8º) Sofisticar a Implementação e Burocratizar a Reforma

Pela própria natureza do processo e de seus beneficiários, a Reforma precisa ser singela (sem deixar de ser técnica) e funcional (sem chegar a ser sofisticada). Deve ser entendida, avalizada e co-administrada pelos próprios trabalhadores rurais e daí derivam suas linhas mestras de implementação.

O que foi feito, no Brasil pelo ex-IBRA, tanto no campo como no escritório, é o melhor exemplo que existe na literatura a respeito do entorpecimento e paralisação da Reforma através do tecnicismo incoseqüente e perdulário.

O fenômeno não é todavia novo nem original na bibliografia especializada. Em diversas oportunidades históricas e com diferentes equilíbrios de forças, essa tática tem sido exitosamente empregada. *No caso do Equador, por exemplo, a reforma iniciada por militares nacionalistas foi paralisada por civis reacionários, logo depois do assassinato de Kennedy;* em outros casos, foram os militares conservadores que contiveram os civis progressistas, usando com habilidade a tática da tecnificação. Em ambos os casos houve sempre tecnocratas competentes (inclusive para isso) que cuidaram de utilizar esse expediente como técnica para realizar a Reforma.

Por outro lado a burocracia envolvente, antídoto universal da eficiência, não tem vitimado apenas a Reforma Agrária. Os tecnocratas têm sido mestres na prescrição desse paralisante: para adiar ou enterrar qualquer problema, aplique-se-lhe um Grupo de Trabalho. Os organogramas quilométricos conseguem também o mesmo objetivo com idêntica eficácia e, de um modo geral, o êxito da Reforma tem sido inversamente proporcional ao tamanho e à galhada da árvore administrativa.

9º) Dar Prioridade ao Minifúndio

Países que tomaram decisões políticas definitivas de fazer Reforma, criaram organismos para cuidar da concentração parcelária à margem do processo de desapropriação dos latifúndios improdutivos, esses sim, a vasta matéria-prima para alimentar o processo redistributivo.

A técnica de aglutinação de minifúndios em unidades de tamanho econômico é lenta, cara e tecnicamente difícil. Embarcar num programa generalizado desse tipo, na primeira fase da Reforma, é, como no caso da colonização, fazer o jogo da anti-reforma e deixar o latifúndio intocado por longo tempo.

É claro que os minifundistas são sujeitos privilegiados na cronologia da Reforma, mas o grosso deles deve ser encaminhado para as áreas desapropriadas, abrindo, assim, espaço para o remembramento das pequenas unidades.

“Enquanto o pau vai e vem, folgam as costas”, diz o adágio popular. A anti-reforma sabe disso e sistematicamente sugere, numa atitude que pode até parecer de simpatia para com os pequenos agricultores, a prioridade para o minifúndio. Aceitar isso é também não fazer a Reforma de imediato ou, pelo menos, postergá-la.

10º) Deixar a Reforma Solta no Tempo.

Finalmente, e fortemente imbricado com a burocracia, é preciso auto-limitar a Reforma no tocante ao prazo para a sua realização e ultimateção. Do contrário estará reproduzindo os velhos ministérios com os seus amanuenses pachorrentos, técnicos chorosos e diretores frustrados. Clyde Mitchel, que andou muito pela América Latina e trabalhou na Coréia, ironiza a burocracia na reforma falando, com pavor, de uma terminologia proibida, cheia de DASs, diárias, cargos e coisas do gênero. *Reforma implica, antes de mais nada em dinâmica própria e mística insubstituível.* Ambos os ingredientes são incompatíveis com a burocracia tradicional. Assim, o organismo responsável pela implementação da Reforma deve ter vida certa e duração fatal, tal como acontecia com o IBRA original, auto-limitado via prazo para emissão de Títulos da Dívida Agrária.

Realizando o processo, o órgão respectivo tem tido, em experiências bem sucedidas, a destinação de consolidar o setor reformado ou simplesmente ser extinto, depois de ter recebido a consagração de executar a Reforma.

UDR: Surgimento, Perfil, Bandeiras e Perspectivas¹

José Gomes da Silva

1. À Título de Lembrança

“A direita alemã queria ... era liquidar com a República e retomar à Alemanha imperialista, na qual todos os seus antigos privilégios seriam restaurados”, não obstante todas as concessões que lhe fez, durante toda a sua existência, e a República, permitindo “que o Exército mantivesse um Estado dentro do Estado, que os homens de negócio e banqueiros auferissem grandes lucros, que os Junkers conservassem suas fazendas antieconômicas, através de empréstimos governamentais que nunca foram ressarcidos e raramente utilizados para melhorar suas terras”. Pois nada disso valeu à República a lealdade ou o reconhecimento das forças conservadoras. Solapando-a incessantemente, terminaram por derrubá-la, em aliança com Hitler.

(In Faraco de Azevedo, Plauto, 1979, Limites e Justificação do Poder do Estado. Petrópolis, Editora Vozes Ltda. p.110)

“Não foram nem a inflação nem a depressão que serviram aos nazistas, mas as medidas tomadas para debelar a primeira. Em 1924, as autoridades social democratas, premiadas por um lado pelo peso da dívida externa... e de outro pelo enorme déficit público, tomaram medidas saneadoras que resultaram, somente no que diz respeito aos servidores públicos, no desemprego de 750.000”.

(Coelho, Carlos, 1988. Transição Weiraraner, Diário do Sul, Porto Alegre, RS, 18 de maio, p.5)

“Em matéria agrária, o conflito e o impasse aumentam. E já temos no campo um Le Pen brasileiro crescendo pela extrema direita”.

(Lucas Coelho, João Gilberto, 1988. A questão da Reforma Agrária na Constituinte, Diário do Sul, Porto Alegre, RS, 17 de maio, p.2)

¹ O atual texto constitui a explicitação dos principais tópicos de um esquema para dissertação apresentado durante o I Congresso de Lideranças de São Miguel do Oeste, SC, 10 de julho de 1988.

2. Introdução

O surgimento da União Democrática Ruralista (UDR), constituiu o mais sério movimento de oposição à mudança do sistema latifundista já registrado na história do Brasil. É possível que em termos relativos possam ter existido organizações ainda mais ferozes e poderosas, mas em termos institucionais, a UDR se destaca sobremaneira, principalmente nos anos recentes.

Essa primeira afirmação pode ser desalentadora, mas lembrando o princípio da Física Teórica de que “a toda ação corresponde uma reação igual e diretamente oposta”, minha análise não é pessimista. Se a UDR surgiu com toda força, isso significa também que uma ameaça igualmente séria existia sobre os seus interesses e privilégios. Em outras palavras, se a UDR é forte - e temos que reconhecer essa realidade - não menos poderosa é a união das forças que deram motivo ao seu surgimento.

O presente texto, destina-se apenas a servir de roteiro para uma dissertação exploratória; levantará algumas hipóteses de trabalho e umas tantas pistas para debates; a discussão e os subsídios que provocará, poderão permitir conclusões definitivas sobre essa estranha organização no contexto geral do desenvolvimento capitalista e do crescimento da direita no campo brasileiro.

As inquietações maiores que me afligem no momento são:

- a) A UDR surgiu em 1985 ou sempre existiu, mesmo de maneira informal e encapuzada?
- b) A UDR é o desastre que muitos apregoam?
- c) Quais os sustentáculos e quais as fragilidades da UDR?
- d) Quais as perspectivas da UDR a curto, médio e longo prazo?

Para tentar analisar esses tópicos e responder a essas indagações será preciso apresentar o pano-de-fundo em que a UDR surgiu para melhor conduzir nossa análise. Isso será feito mostrando, inicialmente, a distribuição da posse da terra no Brasil.

Em todas essas considerações procuraremos, de preferência, amparo em analistas credenciados. A fuga ao noticiário dos jornais é intencional, já que a utilização desse material implica em aceitar informações plantadas, quase sempre, pela poderosa organização de publicidade montada pela UDR. Um exemplo muito recente da necessidade dessa cautela é a manchete da página A-5 da Folha de S. Paulo de 27 de junho de 1988: “Criação do Estado de Tocantins leva a UDR ao poder”. Qual a intenção do destaque? Mostrar que a UDR é imbatível? Para quem conhece a instabilidade da política brasileira - a troca de presidente do dia para a noite, por exemplo - sabe que nem o eventual novo Estado de Tocantins é relevante, nem tampouco a presença de latifundiários à frente do movimento separatista em Goiás significa um controle político dessa nova Unidade da Federação.

3. Distribuição da Posse da Terra no Brasil

As Tabelas 1 e 2 foram preparadas em julho de 1988 para permitir a avaliação dos impactos da anistia aos pequenos e médios agricultores endividados em consequência de empréstimos tomados durante o chamado Plano Cruzado². Mostra uma abordagem estatística diferente daquela normalmente feita a partir de estratos de área convencionalmente utilizados pelo ex-INCRA e pelo IBGE. Destina-se a mostrar que podem ser considerados “grandes propriedades” apenas 4% dos imóveis atualmente existentes.

Nesse estrato de apenas 185.000 imóveis rurais, estão localizados 121.000 a serem afetados pela Reforma Agrária, representando 2,5% do total de 4.694.288 propriedades rurais.

No Brasil, temos a fantástica área de mais de 25,5 milhões de hectares, apropriada por apenas 27 dos maiores terratenentes, segundo dados do INCRA de 1985. Essa área significa, em valores absolutos:

a) 60% da necessidade de terra para assentar 1,4 milhão de famílias (metade da meta do 1º PNRA);

b) 6 vezes a superfície da Grande São Paulo (área geográfica dos municípios de São Paulo/Capital, Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema);

c) Um estado latifundista maior que a área do Estado de São Paulo.

Intrinsicamente, essa área encerra algumas outras realidades surrealistas:

a) 34,5% dessa área, abrangendo 8,8 milhões de hectares, são próprios para agricultura;

b) 53,9% do total, ou 13,8 milhões de hectares, não possuem títulos de domínio, isto é, são constituídas glebas de origem duvidosa, para dizer o menos.

Essa simples constatação aritmética permite a primeira conclusão de nossa análise: somente uma terrível mobilização do poder econômico (representada por concessões generosas de terras públicas, incentivos fiscais fraudulentos e negociatas com os próprios TDAs da reforma), aliada a forte motivação direitista, estão fazendo com que algumas dezenas de milhões de rurícolas tenham seus interesses preteridos em favor de apenas 2,5% de donos de terras do País.

² Essa medida foi aprovada em primeiro turno pela Assembléia Nacional Constituinte, com forte apoio da UDR, depois de tumultuada discussão.

Tabela 1
Número de Imóveis Rurais e Área Total segundo a Estrutura Fundiária
Brasil - 1987

ESTRUTURA FUNDIÁRIA	IMÓVEIS RURAIS Nº	IMÓVEIS RURAIS %	ÁREA TOTAL (milhões HA)	ÁREA TOTAL %	ÁREA MÉDIA	OBSERVAÇÕES
Minifúndio (1)	2.996.492	63,8	54,2	8,8	18,1	< 1 MF
Pequena Propriedade (2)	1.077.768	23,0	69,9	11,4	64,9	1- 3 MF
Média Propriedade (3)	435.151	9,3	111,6	18,2	256,5	3 - 10 MF
Grande Propriedade (4)	184.827	3,9	377,2	61,6	2.040,8	≥ 10 MF
Total	4.694.288	100	612,9	100	130,6	

Fonte: Estatísticas Cadastrais, 1987, MIRAD

(1) imóvel rural com área aproveitável inferior a 1 módulo fiscal.

(2) imóvel rural com área aproveitável de 1 a menos de 3 módulos fiscais

(3) imóvel rural com área aproveitável de 3 a menos de 10 módulos fiscais.

(4) imóvel rural com área aproveitável igual ou superior a 10 módulos fiscais.

O módulo fiscal é determinado por município e varia de 5 a 110 ha, com as seguintes médias por grande região: 75 ha (Norte); 45 ha (Nordeste); 25 ha (Sudeste); 20 ha (Sul) e 55 ha (Centro-Oeste).

Tabela 2
Número e Área de Imóveis Rurais (Cifras Arredondadas)
Brasil - 1987

DIMENSÃO	IMÓVEIS RURAIS	IMÓVEIS RURAIS	ÁREA (milhões HA)	ÁREA %
	Nº	%		
Pequena Propriedade	4.074.000	87	124	20
Média Propriedade	435.000	9	112	18
Grande Propriedade	185.000	4	377	62
Total	4.694.000	100	613	100

Observação: Das 185.000 grandes propriedades rurais, cerca de 121.000 não são produtivas, perfazendo uma área de 238 milhões de hectares.

Resumo

Dimensão do Imóvel Rural	Imóveis	Área
Pequena / Média Propriedade	96 %	38 %
Grande propriedade	4%	62 %
Total	100 %	100 %

4. O Movimento de Trabalhadores Rurais e o Surgimento da UDR.

Os movimentos camponeses dos anos 60 (MASTER, Ligas Camponesas e Sindicatos Cristãos) estão hoje representados pelo Movimento Sindical Rural (MSR) liderado pela CONTAG e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). A aliança que se delineou durante a formação do Governo Tancredo Neves entre o Estado e esses dois poderosos movimentos, assustou o conservadorismo rural brasileiro e inspirou a formação de uma entidade que pudesse enfrentá-los no campo político. Para manter essa aliança, no setor progressista, seria preciso existir um plano de Reforma Agrária autêntico que realmente convencesse os trabalhadores rurais. A proposta para a Elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (PNRA) permitiu essa aliança. O pacto informal foi logo desfeito quando, a 10 de outubro de 1985, a Proposta foi substituída por um PNRA redigido por um advogado de latifundiários³. Muito embora tivessem desaparecido dois dos motivos que levaram à aglutinação da direita e ao aparecimento da UDR (a aliança Estado/movimentos

³ Ver, do autor, o livro "Caindo por Terra", Editora Busca Vida, 1978, p.186.

camponeses e a ameaça de Reforma Agrária), a entidade continuou a crescer sob o estímulo de sua terceira motivação original: o preenchimento de um vazio existente nas entidades de representação patronal. Esse terceiro motivo do surgimento da UDR é explicado por Regina Bruno (1987) como resultado da brecha existente não apenas nas entidades de representação patronal rural, mas também nos partidos políticos. Na verdade, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) era dominada por um velho grupo de dirigentes que empalmaram o poder na década de 60 e que se caracterizava por uma permanente subordinação a todos os governos. Por outro lado, os partidos da época, mesmo os conservadores (PDS e PFL) deixaram muito a desejar em termos de combatividade em defesa dos interesses dos donos-de-terra. Muito diferentes dos antigos PRP e Partido Democrático, velhos redutos do patronato rural, o PDS era dominado pela burguesia industrial, enquanto o PFL não inspirava confiança, sobretudo depois que subscreveu, com o PMDB, o protocolo de formação da Aliança Democrática, no qual ambos se comprometiam a executar a Reforma Agrária.

Graziano da Silva (1988) acrescenta ainda à essas razões do surgimento da UDR, a tendência hoje dominante para o aparecimento de entidades de representação patronal rural e alinhadas segundo os interesses de categorias de produtos e interesses específicos (Copersucar, ABCZ, Cotrijuí, Associação dos Empresários da Amazônia).

5. Objetivos da UDR

A UDR surgiu durante o primeiro semestre de 1985 como consequência de algumas desapropriações efetuadas no estado de São Paulo e que mostraram o sério risco que correria o latifúndio geral, caso esse exemplo fosse extrapolado na dimensão prevista nas metas da Proposta para a Elaboração do PNRA.

A entidade seguiu a trilha da violência no campo. Encontrou o seu Le Pen em Goiânia, GO, mas fincou suas raízes mais fortes em dois outros bastiões: na frente de conflitos agrários da área pioneira (Bico do Papagaio, Sul da Bahia, Sudoeste Catarinense, Planalto Médio Gaúcho) e no quartel general do capitalismo⁴ caboclo (a capital paulista e as cidades-polo de economia pecuária como Presidente Prudente, Araçatuba e Ribeirão Preto).

Neste segundo semestre, quando a UDR fala em 200 núcleos com 230.000 associados em 19 Estados (CPT-ABRA-IBASE, s/d: 3) os objetivos iniciais já referidos foram consideravelmente ampliados, à raiz de seu aparente sucesso e da

⁴ Um estudo de Ezequiel Dias mostra que os residentes no Estado de São Paulo (pessoas físicas ou jurídicas, paulistas ou não, brasileiros e estrangeiros) além de ocuparem 97,6% das terras dessa Unidade da Federação, detinham 37,1% das terras de Mato Grosso, 15,3% do Pará e 9,6% de Goiás, apropriando mais de 24% dos recursos fundiários do País (ver Dias, E. P. "Aplicações do Computador no conhecimento da realidade rural brasileira", in X Congresso Nacional de Processamento de Dados, SERPRO, 1977).

guinada à direita realizada pelo governo Sarney e diversos governos estaduais, sobretudo os de MG e SP.

Assim, são nítidas as seguintes novas tendências do movimento conservador no campo brasileiro:

a) tentativa de extrapolação da articulação direitista também para a área urbana.

Nesse particular são dignas de menção: 1) o Movimento Democrático Urbano (MUB) liderado por outro “boa pinta”, o financista Eduardo Rocha Azevedo, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo; 2) a União Brasileira dos Empresários (UBE), um plenário que tenta articular os dirigentes das entidades patronais da indústria, comércio e agricultura.

A despeito de rachas⁵ recentes verificados nessa federação direitista, como adiante se descreve, a presença e a ação da UDR tem se mostrado bastante conveniente para esses seus aliados de ocasião. Acostumados que estão a resolver seus problemas com recursos mais simples (como o talão de cheques), ter alguém que faça o jogo bruto, é na verdade, uma comodidade para os engravatados da cidade, nem sempre dispostos a correr o riscos como aqueles que resultam do emprego da violência.

b) participar eleitoralmente elegendo seus candidatos

Nas eleições de novembro de 1986, quando foram eleitos os atuais governadores e a Assembléia Nacional Constituinte (na verdade uma constituinte congressual ou um congresso constituinte), a UDR atuou com discrição apoiando diversos candidatos. Muitos, na ocasião, receosos de complicações com o eleitorado progressista, chegaram a repudiar essa ajuda, mas algumas das alianças então consertadas apareceram muito claramente. Na verdade, a desenvoltura com que certos dirigentes da direita mais feroz começaram a circular pelo oficialismo há pouco eleito (caso de Fábio Meireles, presidente da FAESP, por exemplo), ou as nomeações que começaram a surgir nos órgãos ligados à agricultura e à política fundiária (Secretaria de Assuntos Fundiários do Estado de São Paulo), passaram a refletir claramente as alianças políticas que ocorreram.

Para as próximas eleições municipais de novembro de 1988, a UDR veio à luz do dia com mais decisão e clareza. Está apoiando abertamente seus candidatos, exigindo compromissos definitivos e ampliando sua máquina de modo a influir decisivamente nesses pleitos eleitorais.

⁵ Estudos mais detalhados precisam investigar se esses cortes são realmente verdadeiros ou se resultam apenas de um jogo de cena para manter as aparências da hegemonia da direita e da própria UDR nesses pactos conservadores. A repulsa da Frente Ampla da Agropecuária (CNA, SRB, OCB) à UDR, sobretudo na sua etapa inicial, quando ainda alimentava a ilusão de atrair a CONTAG, e a divergência com a UBE na questão da anistia do Plano Cruzado, são dois exemplos que carecem de melhores explicações.

6. Bandeiras (Falsas) da UDR

Regina Bruno (1978) menciona o “apelo à lealdade” e a união dos proprietários rurais como uma das motivações iniciais da UDR. Essa posição esteve em evidência sobretudo no RS, mesmo antes da criação formal da UDR, em 1985, com o Pacto da Unidade Rural e os Grupos de Resistência e Solidariedade, e ainda aparece, por vezes, como aconteceu nas ocupações de terras ocorridas durante o ano de 1988 no RS.

Uma outra falsa bandeira que a UDR enfuna com grande competência⁶ é a falácia semântica. Três fatos mostram como a entidade procura utilizar esse artifício:

a) A autoclassificação de “classe produtora rural”

A UDR tem procurado vender a falsa idéia de que apenas os terratenentes são responsáveis pelo processo produtivo na agricultura. Desprezando a contribuição do trabalhador rural que aporta a mão de obra e do agrônomo que fornece a tecnologia, a UDR tem tentado monopolizar a produção rural com a mesma voracidade com que concentra a terra. Do ponto-de-vista sociológico é difícil admitir que os senhores da UDR (cujo perfil descrevemos mais adiante) constituam uma classe, que produz (o que? quanto?) e que médicos, advogados e banqueiros que possuem terras ou praticam agricultura como absentistas em tempo parcial, podem ser tipificados como rurais.

Um leitor comum (Euclides Rossinholi - Ourinhos, SP) colocou o assunto na secção “Cartas” da Folha de S. Paulo de 02/10/88 com grande propriedade:

“A UDR adora confundir ‘proprietários rurais’ com ‘produtores rurais’. Mas é claro que existe muita diferença entre uma coisa e outra. Podemos ter proprietários que não produzem (arrendam ou mantêm suas terras ociosas) e produtores que não possuem um palmo de terra, como os milhões de bóias-frias, meeiros, arrendatários e outros trabalhadores do campo deste país. A causa da UDR, na sua luta contra a reforma agrária, não é a defesa dos produtores rurais. A UDR defende é o interesse dos grandes proprietários de terras, latifundiários que geralmente mantêm vastas áreas de suas propriedades na ociosidade”.

b) A falácia da propriedade produtiva

Esse inciso do Projeto de Constituição aprovado em primeiro turno, transformou-se na grande bandeira política da UDR. Trata-se, na verdade, de uma deformação conceitual e uma impropriedade semântica, escondendo uma armadilha legal e uma tática latifundista.

⁶ Aqui também é preciso conferir se a inegável expansão da UDR é mesmo resultado da sua competência ou se resulta mais dos fabulosos recursos financeiros que tem investido na contra-reforma.

I) deformação conceitual

O IBGE trabalha com “terras produtivas não utilizadas” para identificar as superfícies dos estabelecimentos “constituídas pelas áreas que se prestam à formação de culturas, pastos ou matas e não estejam sendo usadas para tais finalidades”. Em outras palavras, trata-se de terras passíveis de aproveitamento agropecuário, mas que não estão tendo utilização econômica. Está claramente embutido na expressão, o conceito de que o “produtivo” refere-se à fertilidade ou à capacidade de produzir. Assim, de acordo com esse conceito, o IBGE registra para 1980, em todo o País, a área de 24,796 milhões de hectares (praticamente a superfície do Estado de São Paulo) sob a rubrica de “terras produtivas não utilizadas”, correspondentes a 1,106 milhões de informantes.

O antigo INCRA, em suas Estatísticas Cadastrais, utilizava a expressão “área aproveitável não explorada”, para caracterizar “a área total do imóvel, excluídas as terras de reserva legal, as terras inaproveitáveis e a área explorada”. Com esse critério, identificou, em 1978, 161,5 milhões de ha correspondentes a 2.226 milhões de imóveis rurais.

II) impropriedade semântica

Segundo Aurélio, “produtivo” quer dizer “que produz, fértil”, mostrando claramente uma conotação de capacidade de produzir, de fertilidade intrínseca. Não obstante, a terra, com essa qualidade, pode ter um potencial produtivo, mas não se encontrar sob uso econômico, ou “em utilização”, como estabelece o IBGE ou “em exploração como queria o INCRA. Para Aulete, produtivo é o que produz ou pode produzir, fértil, mostrando novamente a conotação potencial e a de fertilidade.

III) armadilha legal e tática latifundista

Na prática, a passar o preceito de que terras produtivas não podem ser desapropriadas, restarão apenas, para essa finalidade, as terras improdutivas. E se, eventualmente, os tribunais se fixarem no conceito de fertilidade (mais preciso), ficarão para a reforma agrária apenas os carrascais, charcos, areiões, piçarras e pirambeiras. E isso, é claro, nem os trabalhadores nem a racionalidade aceitarão...

c) Produtor x fazendeiro x terratenente

O uderrista jacta-se de ser “produtor” em vez de dizer-se “fazendeiro”⁷. Isso não acontece por acaso. Com essa autoqualificação, o uderrista foge da tipologia de titular de “empresa rural” que o Estatuto da Terra define com precisão e que poderia complicá-lo em termos de enquadramento para fins de desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária; e procura uma

⁷ Fazendeiro é o agricultor que cultiva uma gleba com certo nível de organização e mantém contato permanente com ela e com seus empregados, como me ensinou uma vez Renato Ticoulat.

promoção quando, na realidade, for simplesmente um latifundiário, igualmente caracterizado na lei 4.504 de 30 de novembro de 1964. Em muitos casos a terminologia correta a utilizar, seria simplesmente latifundiário “dono-de-terra” ou mais precisamente “terratente”, vocábulo expressivo existente na língua portuguesa.

A defesa da livre iniciativa (Ronaldo Caiado de Castro) e da economia de mercado (Flávio Telles de Menezes) são também constantemente esgrimidas pelo uderrista. Praticam aqui a conhecida doutrina de privatizar os lucros e tentar socializar os prejuízos. Os exemplos mais conhecidos dessa verbalização residem no apoio que a entidade emprestou às emendas constitucionais em favor da anistia das dívidas resultantes do Plano Cruzado, e da proposta de desapropriação das fábricas de suco de laranja atualmente paralisadas. Aqui uma enorme faixa, acima dos bonés dos uderristas, pedia para as indústrias uma punição que eles nunca admitem para as suas terras ociosas durante concorrida reunião realizada em Itápolis, SP, em 21 de abril de 1988.

Finalmente, a UDR procura apresentar bom-mocismo para contrabalancear a imagem dos rifles e trabucos. Essa política ficou clara na ostentação exibida durante a campanha para socorrer os desabrigados pelas enchentes do Rio de Janeiro e do Acre, no início de 1988, e no artigo de Caiado de Castro sob o título “A semente e o Pastor” (Folha de S. Paulo, 2 de maio de 1988, p. 3).

7. Perfil do Uderrista

Os parâmetros abaixo são utilizados para desenhar o perfil do uderrista típico, a serem certamente enriquecidos com a contribuição de todos aqueles que conhecem esses senhores em sua ação a nível da comunidade local.

7.1. Ideologia

“Ora definindo-se ideologicamente de direita e admiradores de J. Chirac (Primeiro Ministro da França), ora definindo-se como liberal, pela livre iniciativa e pelo direito de se fazer representar politicamente, Ronaldo Caiado, oriundo de um dos mais tradicionais clãs de Goiás, reúne em si a função de ideólogo e principal articulador da entidade” (Regina Bruno, 1987), “liga-se à direita mais radical do País”(Plínio Guimarães Moraes, 1987).

7.2. Atividade Econômica

Está intimamente relacionada aos interesses pecuários, extrativos e especulativos (idem). Em todas essas atividades, o “slogan” da “classe produtora rural” é quase sempre desmentido diante da baixa produtividade e da primitiva tecnologia que empregam. Em alguns casos, sobretudo na pecuária, a tendência é

para a ostentação de cavalos premiados e vacas campeãs, sempre que o uderrista é também banqueiro, loteador urbano ou industrial.

7.3. Linguagem

Pitoresca, geralmente ligada ao criatório primitivo (“queixada fora do bando é comida de onça”). É interessante ver, por exemplo, o documento “Citricultura - as fábricas de suco abrem preço e começam a comprar laranjas: os citricultores são os primeiros a serem esmagados “UDR Regional Centro de São Paulo”.

É também caracterizada pela agressividade: “O governo Sarney é ineficaz e incompetente” (Ronaldo Caiado, Correio Popular de 12/12/87, p. 11). “... Tornar a futura Constituição própria para o lixo” (Antonio Coelho de Mello Lemos, UDR de Cássia, MG, O Estado de São Paulo de 09/08/88 p. 2).

7.4. Idade

Andam pela meia-idade com tendências para alcançar a juventude (ver “agro-boys” e “agro-girls” em Brasília, movimentos universitários como o de Piracicaba, SP), preocupada em manter as terras e o padrão de vida havidos ou a haver em herança⁸. Esta tendência aparece com grande ênfase no discurso do uderrista jovem.

7.5. Preocupação

Nota-se a preocupação do uderrista em mostrar-se como o “novo”, moderno. “Habilmente, o ator principal da UDR - seu presidente Ronaldo Caiado de Castro - conseguiu tornar-se a personificação de valores universalmente aceitos tais como a produtividade e a eficiência” (Graziano da Silva, 1988).

Caiado diz que gosta de ser símbolo sexual rural (Folha de S. Paulo de 21/08/88 p. A-5). Esse novo componente, inclusive de sexologia (há sexo rural?) está certamente, a merecer maior aprofundamento.

7.6. Alianças

A UDR e o uderrista articulam-se com as classes dominantes em geral. O folheto “A ocupação da terra”, de Arruda Camargo, de 05/10/86, foi financiado pelas Indústrias Votorantim do Grupo Ermírio de Moraes. São ostensivos os contatos com a Bolsa de Valores de São Paulo, FIESP e UEB. Tem forçado (e conseguido) uma penetração no segmento da pequena e média empresa. As

⁸ É oportuno registrar que a nova Constituição assegura o direito de herança que não consta da Carta de 1969.

posições de alguns dirigentes nesta área são de apoio ou de simpatia pela UDR sobretudo na faixa do Dep. Afif Domingos (PL/SP), na área urbana e da OCB no meio rural. Tem ramificações também no seio da Igreja, via TFP e padres-fazendeiros⁹.

7.7. Postura

O uderrista é geralmente ufanista (“somos responsáveis por mais de 50% dos dólares que entram no país”) e ostentatório: carro novo, jatinho, caminhonete de tala larga, “boa-pinta”, são marcas conhecidas dos seus militantes. Alguns são figuras conhecidas pelo folclore local como “pão duros”, principalmente para os seus trabalhadores.

A megalomania ajuda a montar o perfil uderrista: “a UDR mobilizará entre um e dois milhões de brasileiros para um protesto que será o maior da História do Brasil” (O Globo, 13/09/87 p. 12).

7.8. Hábitos

Ostentam hábitos aristocráticos: alguns são jogadores de polo, outros praticam a caça montada como na elite inglesa. Nesse contexto a UDR aparece com contornos semelhantes aos de uma atividade clubística, ao gosto dos seus associados. Reúnem-se para fazer praça dos seus últimos sucessos e gozar (não sem carradas de razão) o governo. As feiras, exposições e festas de peão de boiadeiro tem contribuído para a promoção da UDR, já que a pecuária extensiva, o rodeio e os leilões são ingredientes muito associados ao perfil da entidade. Aqui, o modismo pelas vacas premiadas e cavalos campeões que domina muitos novos-ricos da indústria e do mundo dos bancos, tem ajudado a promover a UDR.

A imprensa especializada desse subsetor do criatório também fecha com a UDR. Por outro lado, frente a este perfil, não é de se estranhar que Chitãozinho e Xororó, dupla sertaneja das mais ouvidas, tenha declarado que “não cantaríamos em um comício da UDR, somos a favor da Reforma Agrária”.

7.9. A Conexão Médica

A figura dominadora de Caiado de Castro tem seduzido muitos médicos fazendeiros a se filiarem à UDR. Essa tendência tem sido facilitada pela presença de muitos profissionais de medicina na agropecuária, seja pela base comum de biologia que essas duas atividades apresentam, seja pelas suas facilidades

⁹ Ver a respeito “CNBB preocupada com o aparecimento dos “padres ruralistas” (Folha de S. Paulo, 13 de junho de 1988, p. 13) onde surgem as figuras dos Bispos de Barretos, D. Antonio Maria Mucciolo e do Cônego Eduardo Rebouças de Carvalho, de Lins, SP, ligado à UDR regional de Marília, SP.

tributárias e creditícias e pela possibilidade da ocupação parcial do tempo dos médicos.

8. Perspectivas da UDR

Por último, resta analisar as perspectivas que se apresentam para a UDR a curto, médio e longo prazo, numa tentativa de responder às indagações que levantamos na introdução.

Nos próximos meses, a tendência da UDR será a de assegurar os privilégios que conquistou no primeiro turno de votação da Assembléia Nacional Constituinte. Delineiam-se também algumas fricções com a nova CNA presidida, agora, por um outro orador contumaz, o deputado agrônomo Alysson Paulinelli (PFL/MG). O bloco patronal que se formou inicialmente em torno da UDR para combater a reforma agrária, começa a romper-se com algumas lutas intestinas muito claras: a briga FAESP x Associtrus, e a divergência SRB x UDR na questão da anistia das dívidas do Plano Cruzado são exemplos recentes. Mesmo na “mídia”, o dinheiro da UDR já parece não ser suficiente: o editorial da Folha de S. Paulo de 4 de julho do corrente (“A outra face de Caiado”) e o desabafo de Otávio Mello Alvarenga, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (“em vez de bater na porta, a UDR arromba a porta”) começam a indicar fissuras e brigas à vista. É difícil dizer se o bom-mocinho e o paternalismo da UDR serão suficientes para segurar as disputas que começam a surgir e tendem a aumentar na medida em que o personalismo crônico dos dirigentes patronais rurais começar a ameaçar a liderança de Caiado de Castro.

À médio prazo prevê-se igualmente um arrefecimento do modismo direitista e dificuldades políticas resultantes do engajamento da UDR nas disputas municipais, uma área onde é muito difícil prosperar com o perfil elitista que descrevemos. Além disso, dificilmente Caiado de Castro resistirá à “mosca azul”. Tudo indica que sairá para um vôo fatal, liderando um bloco de extrema-direita ou mesmo o partido agrário tantas vezes ensaiado.

Num horizonte mais distante, é de prever-se a realização crescente da UDR em busca de espaço político. Nesse particular existem já indícios de que já foi montado no Brasil um cenário muito parecido com o da República de Weimar¹⁰, com os componentes muito nítidos da dívida externa, do “déficit” público e do latifundiário nativo repetindo o “junkier” prussiano. Aqui, resta apenas resolver a incógnita militar, apesar da participação ostensiva do Cel. Brilhante Ustra nas manifestações que a UDR realizou em Brasília em 10 de julho de 1987¹¹. Na minha

¹⁰ Ver a respeito nosso artigo “Weimerização também na Agricultura”. Folha de S. Paulo de 24 de julho de 1988, p. A - 40.

¹¹ Há alguns outros indícios da simpatia da direita pela UDR: Caiado falou sobre Reforma Agrária (!) no curso da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra de Campinas em 16 de outubro de 1987; e o periódico “Letras em Marcha”, porta-voz da linha dura do Exército, elogiou a manifestação que a UDR promoveu em Brasília, incentivando-a assim: “Que continue a UDR nesse caminho”. Folha de S. Paulo, 09 de agosto de 1987, p. A - 4.

opinião; a UDR não terá um futuro diferente do ciclo pendular que tem caracterizado os movimentos do patronato rural no passado. Tal como vaticina Graziano da Silva (1988): “E não é apenas a nova Constituição que terá vida curta: os vitoriosos de hoje também! Refiro-me especialmente à UDR que teve o mais extraordinário crescimento que já vi de uma organização neste país”.

9. Literatura Citada

BRUNO, Regina A. L. “UDR: Os ‘sem terra’ dos patrões”. Trabalho apresentado no 12º Encontro de Grupos Técnicos do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura - PIPSA, realizado no período de 06 a 09 de abril de 1987, Campinas, SP.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. “Ao vencedor, as Batatas” (As implicações da vitória da UDR na Constituinte). Mimeografado.

CPT-ABRA-IBASE. s/d. “A ofensiva da Direita no Campo”. Mimeografado.

GUIMARÃES MORAES, P. “Algumas observações para o Estudo das Classes Dominantes na Agropecuária Brasileira”, in Reforma Agrária, Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) ano 17, nº 2 agosto a novembro de 1987.

Avaliação da Política Agrária e Agrícola do Novo Governo¹

José Gomes da Silva

Este documento procura avaliar as diretrizes já conhecidas do Governo Collor no campo da Reforma Agrária e da Política Agrícola, quarenta dias depois da sua posse. A análise, no caso, é bastante comprometida por dois fatores que talvez não tenham ocorrido nas outras áreas: houve troca de ministros e as diretrizes anunciadas, formal e informalmente, durante a campanha foram muito sumárias. O material utilizado para esta avaliação será, portanto, o documento “Diretrizes de Ação do Governo Fernando Collor de Mello” e declarações dos dois titulares que passaram pelo Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Os perfis dos componentes já conhecidos da administração será também levado na devida conta, sobretudo daqueles que já ocuparam cargos públicos no passado.

Ainda a título de introdução, é preciso recordar que, apesar da progressiva diminuição da importância do Setor Agrícola no conjunto da economia brasileira², as suas questões constituíram um dos temas mais polêmicos da Campanha, sobretudo no tocante à Reforma Agrária (RA). Aqui, apesar de Collor ter declarado durante a campanha que discordava de Lula em tudo, menos na RA, a verdade não eleitoreira é que, por tratar-se de uma questão estrutural, aí, sim, é onde residem as grandes diferenças entre as duas propostas e os dois homens.

1. Avaliação das Medidas Relativas à Reforma Agrária

1.1 O que foi Prometido

Diretrizes (pgs. 45 e 46)

¹ Apresentação durante o Seminário “Brasil 90”, promovido pelo Gabinete Paralelo do Partido dos Trabalhadores, São Paulo, 5 de maio de 1990.

² O Setor Agrícola, se contribui com apenas 10% do PIB (cifra que triplica se considerado o conjunto da agroindústria e dos insumos) e abriga menos de 30% da população, constitui, todavia, um setor estratégico, seja pela sua participação das exportações e na produção de alimentos, fibras e matérias-primas, seja pelo seu papel como impulsionador de mudanças. Aqui, as inquietações que acontecem atualmente tanto no mundo socialista como no campo capitalista, têm muito que ver com a agricultura e a questão do direito de propriedade, sobretudo o da terra agrícola. (Ver Aganbequiam, A. A., 1987. A revolução na economia soviética: a Perestróika; e Congress of the United States. Office of Technology Assessment, 1986. Technology, Public Policy and the Changing Structure of American Agriculture.

“... não menos importante, é preciso promover a articulação entre a nova política agrícola e a reestruturação fundiária. Deve-se ter muito claro que a reforma agrária é, acima de tudo, um imperativo de justiça social e como tal será implementada. É inadmissível em todos os sentidos que a violência seja a forma de encaminhamento das tensões no campo. O imposto territorial rural será aplicado em caráter fortemente progressivo de forma a desestimular completamente a manutenção de latifúndios improdutivos. Com isso, será provocada a utilização racional das terras e sua realocação, combatendo a especulação e propiciando financiamento dos requisitos gerais da reforma agrária que, como todos sabem, não se limita à questão da propriedade da terra. Os critérios de aplicação do ITR serão cuidadosamente examinados para se evitar indesejáveis efeitos sobre o meio ambiente.

A Reforma Agrária será implementada junto com programas de desenvolvimento para a pequena agricultura e com a utilização da estrutura do cooperativismo para viabilizar os assentamentos. Aí serão utilizados mecanismos de estímulo ao desenvolvimento de formas avançadas de produção com a decisiva participação do Estado na implantação da infraestrutura básica. (?) Permanência no campo de perto de 26% dos brasileiros, não obstante o enorme êxodo rural verificado nos últimos 40 anos”.

“Metas (p.129)

Reforma Agrária

Prevê-se o assentamento de 500 mil famílias ao longo do período de governo. O suposto básico é que o Governo Federal se responsabilize por 80% dos custos. Sendo o restante financiado pelos Estados e Municípios. A estimativa de gastos inclui a prestação de assistência técnica e investimentos de infraestrutura que viabilizem a produção agrícola. Total de gastos adicionais: US\$ 5 bilhões”.

1.2 O que está sendo Anunciado

“... realizar uma reforma agrária profunda” (Joaquim Roriz, então ministro da Agricultura e Reforma Agrária, Gazeta Mercantil de 12/03/90, p. 7).

“Um projeto de reforma agrária, o maior do mundo” (Collor instruindo o novo ministro, Antonio Cabrera Mano Filho, JB 01/04/90, p. 3)

“... 700.000 agricultores no sul do País sem dinheiro para comprar um pedaço de terra e com equipamento e disponibilidade para investir ... é esta população que o ministério pretende incluir no “Projeto Parceria” (Renato Moreira, assessor especial de Comunicação do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, CP de Campinas, 17/04/90, p. 10)

“Cabrera estuda uma fórmula para aproveitar o FGTS no programa de reforma agrária”... “... vai dar à desapropriação muito menos ênfase do que ele teve nos últimos cinco anos” (FSB 23/04/90, p. A-5).

“O Governo vai entregar às cooperativas agrícolas a organização dos assentamentos” (Lourenço Vieira, secretário-Geral do Ministério, reiterando declarações de Cabrera, FSB 19/04/90, p. A-4).

“O latifúndio improdutivo será penalizado na nossa gestão. Adotaremos a tributação progressiva até chegar a um estágio punitivo” (Cabrera, JB 22/04/90, p. 13).

“O assentamento deve ser feito onde vai ter escoamento da produção” (Cabrera afirmando que não irá voltar aos projetos de colonização dos governos militares, nem tampouco deslocar posseiros para áreas distantes dos atuais conflitos de terra (JB, 22/04/90, p. 13).

1.3 Avaliação Crítica

A análise de um problema estrutural como o da RA, quando analisado com o contraponto de um governo como o de Collor, envolve questões de fundo e de forma.

A questão de fundo, que está embutida no todo das propostas e das pessoas que as formulam e pretendem executá-las, diz respeito à abismal diferença que existe entre o neoliberalismo e o socialismo, objetivos finais que diferenciam as propostas de Lula e Collor respectivamente. Mesmo admitindo que ainda cabe um estágio intermediário de modernização do capitalismo, no caso da RA, cabem as seguintes indagações:

– Collor, sua equipe e suas propostas, admitem restrições ao direito de propriedade?

– Em caso afirmativo, admitem que o direito de propriedade sobre a terra agrícola deve ter um tratamento diferente dos demais imóveis?

A proposta neoliberal de Collor, exaltada ainda com o Plano Zélia, se pode fazer concessões, nesse particular, no discurso, é extremamente rígido na prática, sobretudo quando se examinam as pessoas e seus antecedentes. O Ministro Cabrera, o secretário-geral Lourenço Vieira (ex-presidente do INCRA no Governo Geisel) e o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)³, entidade encarregada de executar os assentamentos, são impermeáveis a essas formulações.

No tocante à forma e respondendo ao feitiço do Governo Collor, a sua proposta de Reforma Agrária não poderia deixar de ser, também, limitada, elitista, conservadora e inviável. É limitada quando inscreve meta não compatível com a dimensão do problema agrário brasileiro: apenas 500.000 famílias para um contingente sem-terra de mais de 6 milhões de famílias. O Governo Sarney se propôs (sem contudo preocupar-se com o cumprimento dessa meta) a beneficiar 1,4 milhões de famílias nos 4 anos de duração do seu Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), enquanto a FAO estabelece a meta anual de 5% do total de famílias sem-terra ou com áreas insuficientes, o que daria, no caso, um contingente 3 vezes maior que aquele proposto pelo Programa de Collor.

³ Depondo perante a Submissão de Política Agrícola, Fundiária e da RA da Assembleia Nacional Constituinte, o presidente da OCB declarava: “A instituição da propriedade privada é a contrapartida material do conceito de liberdade individual. Corresponde ao direito assegurado pela sociedade de o indivíduo obter, através da livre iniciativa, o controle absoluto (o grifo é nosso) de bens materiais”.

Se o presidente da organização que vai executar a RA de Collor defende o absolutismo do direito de propriedade, simplesmente não haverá mais nada a discutir nesse assunto

O elitismo da Proposta de Collor para a RA, contrastando fortemente com a Proposta da Frente Brasil Popular, pode ser avaliado por duas intenções: a) a de assentar agricultores que já contam com meios de produção (maquinaria, capital); b) a de entregar a implementação RA às cooperativas agrícolas, organizações, que como se sabe, são, na maior parte, dominadas por grupos privilegiados de agricultores que conduzem como empresas capitalistas convencionais.

A utilização do FGTS para a compra de terras insere-se também, de alguma forma, no rol dessas medidas elitistas. Baseia-se ademais, no equívoco de que é possível reverter populações para o campo.

O conservadorismo da proposta, além de estar representado pelos dirigentes, traduz-se também na encampação da proposta de boa parte da imprensa paulista de utilizar o Importo Territorial Rural como instrumento de mudança, solução utópica que não corresponde à realidade brasileira nem tampouco encontra respaldo na experiência internacional⁴. Contraditoriamente, o Pacote Zélia silenciou nesse particular, não atacando o latifundiário e abrindo uma rota de fuga segura para os capitais especulativos.

Finalmente, a Proposta Collor, enquanto RA de verdade, é inviável pois preconiza, de antemão, a renúncia à Desapropriação por Interesse Social, único instrumento universalmente provado, que pode permitir, de maneira imediata, massiva e ampla, o acesso à terra própria a milhões de famílias desprovidas desse meio de produção. A presença, no cenário da RA de figuras que inventaram a “maior reforma do mundo” (1 milhão de famílias hipotéticas, assentadas no Governo Figueiredo) é razão suficiente para admitir que nova manipulação está sendo urdida contra o sem-terra deste país.

1.4 Proposta Alternativa

As diferenças básicas que listamos abaixo dizem respeito às duas Propostas de Campanha e as observações relativas ao Pacote Zélia. Fundamentalmente, uma RA de um Governo Popular destina-se a construir uma nova estrutura fundiária, a partir da qual existirão novas relações sociais no campo. Muito ao contrário, na Proposta Neoliberal, a reforma constitui simplesmente um processo corretivo dos óbices que podem colocar em risco o atual processo de dominação. Assim, a RA jamais poderá ser “apenas um ponto dentro de uma política agrícola mais ampla”, como vem declarando o Ministro Cabrera, mas sim um processo amplo e profundo de mudança, a partir da alteração do sistema de uso e posse da terra agrícola. Assim, a RA de um Governo Popular terá os objetivos adiante mencionados, a serem alcançados com as medidas que a seguir se indicam.

⁴ Esta falácia, tantas vezes esgrimida pelos adversários da RA, pressupõe que a pressão fiscal fragmentaria o latifúndio. Não o faz porque são exatamente os donos de terra que possuem recursos para o ITR (embora na prática sonquem esse imposto). Por outro lado, a terra no Brasil, é o ativo que mais valoriza, podendo, portanto, fazer frente a qualquer tributo. Mas se a pressão eventualmente levasse à transferência do latifúndio, seria o trabalhador rural o felizardo que poderia adquiri-lo?

Objetivos

- Construir uma sociedade justa e democrática, rompendo o monopólio da terra e lançando as bases de um novo padrão de desenvolvimento para a agricultura;
- Incorporar à cidadania milhões de trabalhadores rurais, rompendo o poder exercido atualmente pelos grandes proprietários, através de uma decisão política em relação à redistribuição de terras, renda, poder e direitos;
- Impedir a especulação e a retenção improdutiva do solo fértil e destinar a terra para quem nela trabalha: posseiros, parceiros, minifundistas e trabalhadores rurais sem terra;
- Preservar a pequena e média propriedades, assistindo-as com instrumentos adequados de política agrícola;
- Respeitar a vontade dos trabalhadores organizados, estimulando sua autodeterminação e seu controle direto sobre o processo de mudança.

Medidas Propostas

- Instituir um Programa Nacional de Reforma Agrária custeado por um fundo Nacional de RA sustentado com recursos públicos e com verbas provenientes das cotas bloqueadas no Banco Central, destinado a implementar uma RA ampla, massiva e imediata;
 - Definir uma meta imediata de 200.000 famílias para assentar no primeiro ano de programa, ampliando-a no restante do período governamental para os padrões estabelecidos pela FAO (1,5 milhões em 5 anos);
- Pendentes do orçamento e da abrangência dos instrumentos de arrecadação de terras, a meta poderá ser modificada levando em conta: a) a tendência do processo histórico de urbanização; b) a necessidade de contenção do crescimento das grandes cidades; c) a irreversibilidade do fenômeno “trabalhador volante”; d) a manutenção de um sub-setor de agricultura empregando assalariados; e) a existência de cerca de 6 milhões de famílias sem-terra dentro de uma população rural de cerca de 8 milhões de famílias das quais, mais da metade, já é proprietária de pelo menos um imóvel rural.
- Propor a regulamentação do art. 185 da CF que dispõe sobre a “propriedade produtiva” e as correções constitucionais necessárias para remover os atuais bloqueios;
- Resolver imediatamente os problemas dos acampados, assentamentos mal conduzidos, ultimação de desapropriações já propostas e ajuizamento das ações necessárias;
 - Imprimir uma tônica fundiária em todos os programas governamentais e articulando-os ainda com PNRA (Programa de Cerrados, Programa Nacional de

Irrigação, reformulação do Proálcool, cafeeicultura de Pequeno Proprietário, Grande Carajás, Programas Ecológicos e Reserva Extrativistas etc);

– Celebrar acordos e convênios com Estados e municípios, reformulando os já existentes, visando a consolidação de todos os projetos de assentamento já implantados ou em fase de implantação;

– Regularizar imediatamente as terras dos posseiros com permanência de mais de 5 anos interruptos em áreas não superiores a 50 ha (art.191 da CF);

– Remanejar os posseiros existentes em Reservas Indígenas, garantindo-lhes assentamento em áreas reformadas;

– Inscrever imediatamente na Dívida Ativa da União dos proprietários em débito com o ITR e efetuar a cobrança dos mesmos;

– Criar Conselhos Regionais de RA com a participação dos trabalhadores rurais;

– Mobilizar o Ministério do Trabalho e Previdência Social para que levante as ocorrências de trabalho escravo e ajuizar as desapropriações respectivas;

– Acionar a Polícia Federal para localizar glebas com culturas de plantas psicotrópicas e expropriá-las sem indenização, de acordo com o art. 243 da CF;

– Rever todas as concessões, doações e vendas de terras públicas com área superior a três mil ha realizadas a partir de 1º de janeiro de 1962, e até 31 de dezembro de 1987, de acordo com o art. 51 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF;

– Avaliar todos os projetos agropecuários beneficiados com Incentivos Fiscais (FINAN, FINOR, Programa Grande Carajás, Programa de Cerrados etc), propondo medidas tendentes a cancelar os projetos que não atingiram seus objetivos e destinação das terras ao processo de RA.

2. Avaliação das Medidas Relativas à Política Agrícola

2.1 O que foi Prometido

Diretrizes

A atividade agrícola, tendo em vista sua função estratégica no processo de crescimento econômico e a eliminação da miséria absoluta, deverá contar com uma política comercial clara e estável que garanta o aumento da produção de alimentos para o mercado doméstico e excedentes competitivos nas culturas de exportação, mercado em que o Brasil deve se tornar um dos grandes produtores mundiais.

Para tanto, será preciso superar o dualismo que prevalece entre, de um lado, um setor moderno voltado para a exportação, e, outro, a cultura de produtos para consumo doméstico, centrados em pequenos estabelecimentos sem acesso às modernas técnicas de produção.

A superação dessa dicotomia implica colocar em ação um programa articulado de estímulos à produção e à produtividade que preveja:

a) a liberação de preços para as culturas de exportação, evitando a imposição de cotas ou contingentamentos que, em troca de alívio momentâneo e casuístico, acabam por causar desequilíbrios graves no planejamento da produção agrícola;

b) aperfeiçoamento da política de preços mínimos, que deverá oferecer a necessária segurança à atividade agrícola, minimizando os riscos iminentes à essa atividade, evitando, por outro lado, que o governo se transforme sistematicamente no único comprador da safra agrícola;

c) o estabelecimento de uma política de crédito pautada pela garantia de financiamentos a juros reais baixos;

d) o compromisso de apoio governamental explícito para o segmento fragilizado dos agricultores, nomeadamente no suprimento da infra-estrutura básica destinada à melhoria da produtividade e da rentabilidade das pequenas propriedades, o que envolve especial atenção no que diz respeito à irrigação, desenvolvimento de sementes selecionadas, construção e manutenção de estradas e armazenagens;

e) empenho redobrado no sentido de reverter urgentemente o atraso na área de biotecnologia, sem o que o incremento da produtividade estará seriamente prejudicado. É preciso ter presente que, ao contrário do que ocorre em outras áreas, as pesquisas na área agrícola são realizadas tendo como parâmetro condições específicas de uma determinada região. Mais do que procurar adaptar inovações desenvolvidas em outros países, trata-se de engendrar soluções adequadas às características da agricultura brasileira, o que exige um esforço próprio na área de pesquisa básica e aplicada;

f) a busca de diversificação da produção por parte de pequeno e médio produtores, que deverão, mediante estímulos governamentais, ampliar o leque de suas atividades em direção a produtos com maior valor adicionado que requerem grande intensidade de mão-de-obra;

g) empenho na implantação de uma saída para o Oceano Pacífico que, respeitando o equilíbrio ambiental, possa constituir em fator de alavancagem para o incremento da população e da produtividade agrícola;

h) liberdade de comercialização dos produtos e sub-produtos de origem agrícola;

i) maior empenho governamental nas negociações internacionais, notadamente no âmbito do GATT, tendo em vista o recrudescimento de prática protecionista por parte dos países desenvolvidos;

j) apoio ao desenvolvimento do sistema cooperativista.

Além disso, especial atenção será dedicada à reestruturação institucional dos órgãos federais, tendo em vista a simplificação e a eliminação de suposições. Nesse domínio, a clara definição da colaboração entre governo federal e os governos estaduais e municipais terá por referência a distinção entre pesquisa/coordenação e assistência técnica".

2.2 O que está sendo Anunciado

“No governo os agricultores não irão ao banco pedir financiamento. Os bancos irão ao campo, levar o financiamento na casa do agricultor. Não faltará um centavo de financiamento” (Fernando Collor, Presidente eleito em 17/10/89, FSP 11/01/90 p. A-2)”.

“Nós daremos atenção especial ao pequeno produtor, que é quem se dedica ao cultivo do produto básico ... mesmo com a extinção da Embrater, em nada vaia afetar a função do Ministério da Agricultura, porque nós não ficaremos sem o serviço de extensão rural” (Ministro Cabrera ao JB, 22/04/1990, p. 13)”.

“O pesquisador deve ir à propriedade, ao encontro do produtor rural e identificar os seus problemas. A partir daí, cabe ao pesquisador elaborar o plano de pesquisa, realizá-la e voltar à fazenda trazendo a tecnologia”. (idem, idem).

2.3 Avaliação Crítica

As poucas indicações a respeito das medidas de Política Agrícola (PA) já anunciadas pelo novo governo sinalizam a mesma orientação geral que já assinalamos para o caso da RA: são também elitistas, conservadoras e desnacionalizantes.

A extinção da Embrater e do BNCC respondem a essa feição elitista, já que deixam ao desamparo o pequeno agricultor e eliminam o único instrumento de crédito que poderia voltar-se para o crédito camponês, caso viéssemos a ter, um dia, um Governo Popular. Dizer que um pesquisador da Embrapa vai levar, diretamente, os resultados de sua ciência ao agricultor é não somente ignorar a existência de 4 milhões de agricultores cujas áreas médias são inferiores a 30 ha, como também reconhecer, explicitamente, que toda a estrutura de investigação agrícola irá trabalhar apenas para o rei da soja, do café, da laranja e de outros produtos cultivados pelos grandes proprietários rurais.

O compromisso bombástico de que não faltará crédito agrícola insere-se no rol das bravatas do “estilo Collor”. Quando anuncia que será invertida a corrente da demanda, retorna ao crédito volante do sócia Jânio Quadros, com todo o conteúdo demagógico que a medida contém.

Num marco mais amplo, o programa agrícola de Collor vai ao encontro de outras medidas contidas no Pacote que vai desnacionalizar a economia brasileira: haverá mais soja para os animais dos países ricos e menos feijão-com-arroz para o povo brasileiro. E mais divisas para o pagamento do serviço da dívida externa.

Com isso, as grandes propriedades rurais aumentarão ainda mais de tamanho, haverá uma elevação ainda maior do preço da terra (conferindo-lhe uma condição ainda maior de reserva de valor e fazendo uma RA às avessas) e o êxodo será impulsionado pela produção a qualquer preço e pela mecanização desenfreada.

A Posse e Uso da Terra em Países Selecionados e suas Lições para o caso Brasileiro⁵

José Gomes da Silva

1. Introdução

Discutir a posse e uso da terra no Brasil, comparando-a com a de outros países, é tarefa que certamente cabe melhor ao outro participante deste painel, técnico da FAO, a entidade que cuida desse assunto no nível mundial.

Creio que presto melhor serviço ao avanço da Reforma Agrária (RA)⁶ em meu país se relatar aqui a minha experiência na área - sobretudo a de erros, para que outros não os repitam - e minha opinião sobre a condução do processo neste final de novembro de 1995.

De qualquer forma, registro aqui sumariamente, na tabela 1 aqueles países que, na minha opinião, estão fazendo ressurgir o debate da questão agrária. Quiçá os abalizados especialistas da FAO e do Banco Mundial, elaborem melhor estudos de casos para esses países, acrescentando ainda à tabela outras nações onde a estrutura agrária ainda constitui problema ou carece de modificações.

Nesse particular, serão especialmente úteis, além dos diversos "Progress in Land Reform", o acompanhamento que a FAO realiza depois das Conferências Mundiais sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CMRADR).

Esse interesse das organizações internacionais é tanto mais importante quando se lê no documento referente à avaliação da FAO publicada em 1989 que "todos los factores mencionados supra indicaran un deterioro de la posición de la mayoría de los agricultores del mundo en el desarrollo en materia de acceso a la tierra"⁷.

⁵ Apresentação durante o Seminário Internacional sobre Reforma Agrária e Agricultura Familiar promovido pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados/FAO/Banco Mundial, Brasília, 28 de novembro de 1995.

⁶ A lei 4.504 de 30 de novembro de 1964 - O Estatuto da Terra - nas suas disposições ainda em vigor, escreve a expressão com iniciais maiúsculas.

⁷ FAO. CMRADR - Diez Años de Seguimiento. Roma, FAO, 1989, p. 48.

Não obstante, as avaliações permitem identificar, pelo menos, dois resultados muito claros nas mudanças nas estruturas agrárias quando analisadas no nível mundial: A diminuição da pobreza e a crescente participação da mulher nas áreas onde foram realizadas RAs.

Assim, e diante apenas dos 30 minutos que nos cabe, vamos direto à essência do assunto.

Tabela 1
Retomada da Questão Agrária nos Anos Recentes
em Países Selecionados

PAÍS(es)	MOTIVAÇÃO	ANO	OBSERVAÇÃO
Bloco Socialista do Leste Europeu	“Perestróika” e “Glasnot”	1989	Liderança de Gorbachov
Coreia do Sul	Alinhamento junto aos Tigres Asiáticos	-	Reconhecimento do papel da RA no desenvolvimento do país
África do Sul	Fim do domínio Branco	1994	Eleição de Mandela
Cuba	Necessidade de revisão de modelos	1995	3ª reforma agrária
México	Movimento armado de inspiração Zapatista	1995	Chiapas e sub-comandante Marcus
Brasil	Retomada da RA pelos camponeses	1994/95	MST, Corumbiara (RO), Pontal do Paranapanema (SP) e Santa Izabel do Ivaí (PR)

2. No caso Brasileiro, o que há de novo, desta vez?

Com base na nossa participação em cinco outras refregas sobre a Reforma Agrária, estamos visualizando, nesse final de novembro de 1995, as condições adiante relatadas que podem dar maior viabilidade ao desencadeamento de um processo de RA de verdade no Brasil.

2.1 A Iniciativa, desta vez, é dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Na vanguarda, desta vez, não está o Estado, como em 1963 e 1985. Quem está na frente agora são os próprios trabalhadores rurais e seus aliados da periferia

das cidades médias e grandes e dos viveiros de mão-de-obra não qualificada das vilas rurais. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) têm hoje uma organização muito melhor e muito mais aguerrida que as Ligas Camponesas dos anos 60 e se Francisco Urbano unir-se a João Pedro Stédile e a Vicentinho, poderão, juntos, impulsionar a massa dos excluídos rurais que esperam terra há quatros séculos.

Some-se a isso o fato de que a CONTAG, há pouco, filiou-se à Central Única dos Trabalhadores (CUT) fazendo com que dobrasse o número de sindicatos ligados a esta Central. Vicente Paulo da Silva, o “Vicentinho” é conhecido pelas suas posições favoráveis à RA e ter proclamado sempre que o problema pertence hoje, tanto aos trabalhadores do campo como da cidade.

Ainda na área popular há que registrar o fato de que nesta legislatura, a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, patrocinadora deste Seminário e tradicional reduto do conservadorismo rural, pertence ao PT - Partido dos Trabalhadores, a entidade partidária que no Brasil mais claramente defende a RA.

Talvez por isso outras forças, historicamente não alinhadas, estão começando a perceber que está na hora de abandonar o latifúndio⁸ e entrar na modernidade. Pelo menos para acompanhar a Coréia do Sul (renda “per capita” duas vezes maior que a nossa) com quem o Brasil poderia comparar-se, caso tivesse feito a reforma no dizer arrependido de Roberto Campos (ver seu livro *Lanterna na Popa*, Edit. Topbooks, p. 696).

2.2 A Opinião Pública está hoje muito mais Favorável.

A opinião pública também mudou muito. A reforma ganhou mídia diária, os mancheteiros já aprenderam a distinguir “ocupar” de “invadir” e até em comunidades tipicamente rurais os veículos de comunicação já não mostram a antiga hostilidade pela expressão reformista. Betinho, o nosso Ghandi, muito ajudou para essa aceitação ao adotar a RA como a meta do terceiro ano de sua Campanha Contra a Fome.

O porque dessa mudança é explicado não só pelo fato de que a RA é mesmo indispensável para o desenvolvimento do Brasil e para a construção de uma democracia entre nós, mas também porque o país deixou de ser agrário. Há ainda o fato relevante de que o número de donos-de-terra que serão atingidos pelas desapropriações é muito pequeno: uma simulação efetuada com base na atual legislação mostrou que mesmo pela atual lei 8.624, bastante desfavorável, apenas 2,82% dos proprietários rurais deverão ser afetados. A área desses senhores, é,

⁸ O novo presidente do INCRA, acertada e oportunamente, está retomando o vocabulário “latifúndio”, presente na Constituição de 1967 e inexplicavelmente retirada da Carta de 1988.

contudo, bastante expressiva: mais de 115 milhões de ha, ou seja, mais de três vezes o necessário para assentar 1 milhão de famílias.

Formadores de opinião importantes tem apoio ostensivo à RA, além dos aliados tradicionais da Igreja e movimentos sociais. Antonio Ermírio de Moraes, o maior industrial brasileiro, escreve: “mudanças que, no fundo, visam exatamente a redução da ignorância, da miséria e do abandono, como é o caso das reformas educacional e agrária”⁹. O conhecido humorista Jô Soares declara em entrevista recente: “Do ponto de vista social a reforma agrária é um problema sério que está aí às portas das grandes cidades e as pessoas não se dão conta”¹⁰. Antonio Callado, por sua vez, dedica meia página na Folha de S. Paulo de 21 de outubro (p. 5-9) com o contundente título de “Polícia e cartório impedem a reforma agrária”.

Mais relevante ainda é a recente pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)¹¹ ouvindo 202 populares em 60 bairros representativos do perfil sócio-ocupacional da cidade de Campinas, SP mostrando os seguintes resultados:

90,6% dos campineiros entrevistados disseram ser favoráveis à RA;

85,5% acreditam que a RA pode contribuir para a melhoria das condições de vida das cidades;

63,9% acham que o Governo Federal não está realizando a RA;

51,5% são favoráveis às ocupações de terras improdutivas;

45,1% apontam fazendeiros e latifundiários como responsáveis pela morosidade da RA; 17,4% acham que a responsabilidade é dos políticos; 11,4% do governo e 8,5% dos ricos e poderosos;

21,8% apenas acreditam que FHC conseguirá cumprir algum programa de RA até o fim do seu governo.

2.3 Apoio Militar

O apoio militar (ainda importante na América Latina, inclusive no Brasil) que não existia no tempo de Jango e de Sarney e que apenas com Castello Branco foi claro e ostensivo, tem se manifestado agora com franqueza pela voz de credenciados representantes da cúpula militar¹².

Essa posição pode ser explicada pelo fato de que a questão de terra no Brasil confunde-se hoje com a própria segurança nacional.

Registra-se, a propósito, a tradição agrário-reformista dos militares de carreira: um levantamento que fizemos de reformas em 11 países onde oficiais de

⁹ Ermírio de Moraes, Antonio. Deu para Entender? Folha de S. Paulo, 26 de março de 1995, p. 1-2.

¹⁰ Veja. Entrevista - gordo exibido. Edição de 22 de novembro de 1995, p. 7.

¹¹ ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária. A Reforma Agrária entre a População Urbana: uma pesquisa de opinião pública em Campinas, SP, novembro de 1995.

¹² Ver a respeito, além das declarações favoráveis de altas patentes noticiadas pelos jornais de setembro de 1995, o artigo do almirante Mário César Flores “O Campo na Questão Social” (Folha de S. Paulo de 03 de outubro de 1995, p. 1-3).

carreira conduziram mudanças no regime de propriedade fundiária, foram beneficiadas 7.290.056 famílias em 39.617.328 de hectares.

2.4 O Reconhecimento dos Prefeitos.

Diversos prefeitos de cidades onde existem assentamentos estão apoiando a RA, seja pelo salto que os novos agricultores propiciaram à arrecadação do município, seja pelo dinamismo que esses novos personagens estão trazendo para a economia decadente dessas localidades.

O inusitado é que alguns desses alcaides pertencem a partidos que, na cúpula, não apoiam a RA.

2.5 A Produção Intelectual.

O biênio 1994/95, além do recrudescimento da luta pela terra, mostrou grande prodigalidade na produção dos intelectuais brasileiros que trabalham com a questão agrária.

Além do substancioso estudo do IBASE-FAO “Reforma Agrária - Produção, Emprego e Renda” (Editora Vozes), vem mostrando os resultados econômicos dos assentamentos, a Editora da Universidade Federal do RS, com a coordenação de João Pedro Stédille, lançou “A Questão Agrária Hoje”, reunindo uma coletânea de artigos que cobre os vários aspectos do problema da terra, trazendo inclusive duas contestações de conhecidos opositores.

Neste ano de 1995 foi a vez da ABRA editar “Agropecuária e Agroindústria no Brasil - Ajuste, Situação Atual e Perspectivas”, assim como o atualíssimo “Estatuto da Terra: 30 anos”, reunindo artigos e entrevistas de diversos autores que analisaram os resultados da três décadas em que o Brasil não utilizou sua lei para implementar a RA.

2.6 Existem as Pré-Condições para o Desencadeamento de uma RA?

Na primeira aula de Reforma Agrária, aprendemos com o pessoal da FAO que para fazer RA é preciso reunir decisão política, recursos materiais e humanos, suporte jurídico e estrutura institucional adequada.

Relativamente à primeira condição, as declarações de FHC e suas decisões mais recentes (substituição do presidente do INCRA, transferência da reforma para a sua responsabilidade pessoal, assentamento imediato dos acampados, compromissos públicos com as metas etc), podem vir a inspirar confiança, caso se concretizem num acompanhamento contínuo¹³ do processo e no assentamento de

¹³ Decisão política não é apenas a verbalização de que ela foi tomada. Precisa ser acompanhada de demonstrações concretas de empenho pessoal e de diuturno acompanhamento. Se Kennedy não insistisse sempre junto ao pessoal do Cabo Canaveral e liberasse dotações, o homem nunca teria chegado à lua. E se Gorbachov não fosse às fábricas o muro ainda estaria de pé.

um número de famílias compatível com a dimensão da questão de terra no Brasil. Do contrário será mais uma promessa como outros tantos a que já assistimos no passado.

A frase de Lula de que “Fernando Henrique não é Collor” pode ser aqui lembrada para prenunciar que o atual governo, pela sua formação, desta vez, não embarcará em nenhum pretexto como o da “crise de Londrina”, um episódio grotesco de falta de entendimento processual que foi suficiente para fazer o frágil executivo de então recuar, colocar-se na defensiva e entregar a reforma à sanha da UDR. Como se sabe, a sistemática do Estatuto da Terra exigia, antes de qualquer desapropriação, que um espaço maior fosse declarado área prioritária e dentro dele, decretadas as desapropriações que se fizessem necessárias.

Tanto assim, que os governos militares declararam área prioritária dois estados inteiros (RS e CE) e ninguém de Porto Alegre ou Fortaleza reclamou. No entanto, quando para realizar uma desapropriação amigável (onde o dono da terra, há anos, tentava livrar-se da vizinhança incômoda de uma tribo de índios) e a região de Londrina foi declarada prioritária (para dentro dela apenas uma fazenda ser desapropriada na forma de lei), o mundo veio abaixo: um porta-voz afoito deitou falação, o Ministro Nelson Ribeiro foi desautorizado e a reforma, ministro e presidente do INCRA foram entregues, na bandeja, aos adversários das mudanças.

O presidente do INCRA que acaba de sair, garantia que Serra como correligionário ou co-responsável na empreitada, não importa, liberará os recursos que não são muitos (coisa de um Banco Econômico por ano). Recursos humanos existem em abundância. Seja no próprio INCRA (parte) e nos Institutos Estaduais de Terras, seja nas Universidades e Organizações Não-Governamentais (ONGs). Há ainda uma imensa legião de líderes e dirigentes surgidos dos próprios sem-terra e de seus organismos de capacitação.

O Judiciário, com Sepúlveda Pertence, um autêntico progressista, também está melhor desta vez e os juízes, no interior, começam a exercitar-se em Direito Agrário, um novo ramo que já deveria ter substituído o velho Código de Processo Civil que muitos deles ainda utilizam para proferir suas sentenças.

Bem, e o atual Legislativo, considerado ainda mais hostil à reforma que o anterior que nos impingiu a “propriedade produtiva” e retrocedeu aos tempos que exigiam o prévio pagamento das desapropriações?

Essa pergunta pode ser amenizada lembrando a teoria da “bola de neve”. Não será o velho PFL, sempre governista, que se oporá desta vez, tão logo perceba que também os grotões, sua base, não podem mais conviver com o atraso e o desemprego. Ademais, há a esperança de que um Régis de Oliveira, recém-filiado ao partido, convença seus pares de que *“É fundamental que se passe a entrever a função social da propriedade, como requisito fundamental da disponibilidade do direito de propriedade. Esse pode sofrer cerceamento em sua originária conceituação, de vez que se prende a fatos novos e que não podem ser solucionados com molduras antigas. O quadro passou a ser maior que a sua*

moldura. A solução deve ser procurada coma a oposição de outra moldura. O que não se pode é cortar o quadro". (ver seu artigo "A Propriedade e os Sem Terra", Folha de S. Paulo, 28/04/91).

Todos esses motivos, além da encantadora figura de FHC - que tem conseguido coisas mais difíceis como fazer as privatizações de empresas antes consideradas intocáveis e salvar bancos quebrados - levam-nos a acreditar que o Congresso Nacional aprove as mudanças legislativas necessárias à agilização das desapropriações e respectivas imissões de posse. Então nesse caso a nova lei do Rito Sumário de Desapropriações, já encaminhada em 10 de novembro último e a anunciada modificação no Código do Processo Civil com a criação da figura do "conflito coletivo".

Finalmente, o aparato institucional, embora precário com a subordinação do INCRA ao Ministério da Agricultura e seu titular banqueiro, havia sido até há pouco corrigido com o recurso do personograma compensando o organograma: a ligação direta com o Presidente da República a ser feita pelo secretário particular do chefe, coincidentemente um técnico que andou estudando a questão agrária.

3. E os Adversários?

Na luta pela terra que ora se trava novamente, os latifundiários não estão dormindo.

As classes dominantes e a contra-reforma-agrária voltam a mobilizar-se, desta feita, ao que parece, ainda com mais competência que no ano passado. Afora as armas pesadas já exibidas até pela Rede Globo, articula-se uma nova frente, semelhante à da extinta UDR, agora organizando uma ação estratégica em pinça, tendo numa das pontas a tradicional Sociedade Rural Brasileira (SRB) e na outra o Sindicato Nacional dos Pecuáristas de Gado de Corte (Sindipec).

Os dirigentes dessas duas ofensivas, melhor preparados que os de 1985, não repetem a truculência de Ronaldo Caiado, mas procuram insinuar argumentos econômicos nesta época de embriaguez neo-liberal. Produção e produtividade são os motes da SRB, melhorar a imagem dos pecuaristas e disputar mercado com a carne de frango os do Sindipec. No fundo: mostrar as virtudes da grande propriedade rural e combater qualquer mudança no "status quo".

Correndo junto, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) está também melhor estruturada, depois que aposentou os velhos caciques. Acaba de anunciar duas medidas como parte de sua contra-ofensiva: a criação do serviço "Ligue Terra" para instruir os fazendeiros para agir contra as ocupações e o financiamento de uma pesquisa nacional para comprovar a tese de que a maioria dos assentamentos fracassou¹⁴.

¹⁴ Gazeta Mercantil. CNA fará pesquisa fundiária nacional. Edição de 09 de novembro de 1995, p. B-16.

Espremido entre os blocos CONTAG-CUT-MST e SRB-Sindipecc-CNA, o governo FHC deverá fazer sua opção, não podendo, no caso, servir a dois senhores. O episódio das recepções oferecidas ao então presidente do INCRA numa mesma semana do final de outubro mostra que, agora, a escolha é entre a abobrinha dos assentados de Sumaré e o banquete da SRB no Automóvel Clube de São Paulo.

4. Então, Será que desta vez a Reforma Agrária sai mesmo?

Antes de embarcarmos novamente em otimismo ingênuo, voltemos ao cursinho para relembrar a definição de reforma agrária: “um processo amplo, imediato e drástico de redistribuição dos direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola, promovido pelo governo e com a participação dos próprios camponeses, objetivando sua promoção humana, social, econômica e política”.

Assim, a reforma precisa ser feita em grandes espaços (como no Agreste e na Zona da Mata do NE, no Pontal etc) e guardar uma proporção com a magnitude do problema agrário do país onde se realiza. No caso do Brasil, mesmo com a atual redução da população rural (em proporção, não em números absolutos), a metade deve perseguir cifras da ordem de 2 milhões de famílias, o que não invalida as 280 mil de FH como início do programa. Precisa também ser imediata, a ponto de beneficiar a atual geração dos sem-terra; e drástica, na medida em que o novo regime de posse e uso da terra redistribuída difira substancialmente da propriedade improdutiva desapropriada.

Porque especificar a propriedade privada? Simplesmente pelo fato de que a reforma implica, necessariamente, em redistribuição de direitos, o que significa que a terra afetada já fora apropriada. Esse detalhe ajuda também a diferenciar RA da colonização, esta a ser conduzida em áreas ainda não tituladas (terras públicas) ou áreas públicas e privadas localizadas na fronteira agrícola.

O governo deve ser o agente diretor, é claro, mas não deve prescindir da ampla colaboração dos beneficiários, em que todas as fases do processo.

E, finalmente, o objetivo final da RA é a promoção dos sem-terra e não o ato passivo de entregar um título de propriedade a um camponês desassistido ou a um agrupamento deles. Daí ser necessário complementar a redistribuição da terra com todo o leque de políticas agrícolas especialmente desenhadas para esse segmento de produtores familiares e suas organizações (cooperativas, condomínios, associações de assentados etc), onde não falte o crédito, assistência técnica, agroindústrias, armazéns e a infra-estrutura que o governo, normalmente, propicia a qualquer povoamento (escolas, postos de saúde, creches, estradas, saneamento básico etc).

Será que FHC fará tudo isso?

Lembremos que em 1985, quando os trabalhadores rurais também confiavam no Ministro da Agricultura (hoje combatem-no com dureza) e no

presidente do INCRA, o MST, prudente, deu-lhes apenas apoio discreto, não abandonando a sua mobilização, enquanto aguardava medidas concretas do governo. Isso facilitou a retomada do movimento, passada a ressaca das derrotas do PNRA e da Constituinte de 1988.

Talvez por isso, José Rainha, desta vez, ache melhor não parar. Inclusive porque, mesmo não tendo “duros” a molestá-lo como no caso de Castello Branco, outros acidentes de percurso (como esse, inesperado, do SIVAM) podem amortecer a decisão política que FHC diz ter tomado em relação à RA e reduzir o tempo e o espaço para o cumprimento dessas promessas.

Última Manifestação Pública do Dr. Gomes¹

Sobre os Preconceitos da Classe Média

“Queria pegar um gancho na exposição do Dr. Belisário quando ele se referiu ao preconceito que existe na região, não quanto à retomada de 70% das áreas dos fazendeiros, mas quanto à Reforma Agrária em si, como um processo de mudança que atinge a propriedade privada. Essa é a grande barreira que existe em termos da aceitação da Reforma Agrária na sociedade brasileira, principalmente na classe média que é extremamente conservadora. É aquela que quer defender o fusquinha e a kitinete, achando que o Lula ia tomar posse.

Por falar em Lula, eu queria também manifestar a satisfação por saber que o Instituto de Terras adotou a proposta do PT, não afetando as propriedades até 500 ha. É um ponto da plataforma que o PT encampou.

Continuando, queria fazer uma observação a respeito da inserção do Instituto de Terras, da proposta e do programa de Reforma Agrária do governo de São Paulo na Secretaria de Justiça. Isto é uma novidade extremamente positiva. Eu acho que o órgão executor da Reforma Agrária deve ficar em qualquer lado, menos na Agricultura. Até na Secretaria da Saúde, se fosse o caso, mas jamais numa Secretaria da Agricultura ou num Ministério da Agricultura, como acontece com o Incra. Principalmente em governos heterogêneos como o atual, tanto o federal como o estadual, onde os assuntos da terra estão entregues ao segmento conservador que é o nosso caro e velho PFL.”

Sobre as Prisões

“Queria também fazer uma pequena observação sobre esta questão que foi muito comentada aqui sobre prisão e presos. Eu consegui, há poucos dias, alguns dados sobre o custo de um detento, em alguns países, inclusive no estado de São Paulo. Em resumo, um preso no estado de São Paulo, custa praticamente, por ano,

¹ Ocorrida na noite de 13/02/96, no Debate organizado pela CIVES - Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania em São Paulo, e publicada no jornal “Sem Terra” de março/96.

o custo de um assentamento em Reforma Agrária, de modo que talvez fosse um elemento para o secretário combinar ação de Reforma Agrária com a libertação dos presos, já que não houve, no caso, da libertação dos escravos, a concessão das terras como queria Joaquim Nabuco”.

Sobre a Reforma Agrária

“Eu sugeria algum cuidado em utilizar a expressão Reforma Agrária para designar o programa de assentar 2.100 famílias. Reforma Agrária é um processo muito mais amplo e muito mais profundo de mudança da própria estrutura social que tem uma série de implicações, não só de lotes, nos assentados, mas em toda sociedade. E, pela sua dimensão, pela sua profundidade, somente a União tem poderes para desenvolver esse projeto. Tanto é assim que na Constituição, a legislação reservou à União a faculdade de desapropriar terra por interesse social, para fins de Reforma Agrária.

Uma coisa que eu estranho na condução dos trabalhos no Pontal é a ausência da participação dos municípios. Eu pediria ao secretário que dissesse alguma coisa, já que se sabe que diversos prefeitos, quando vêm o aumento de arrecadação do ICM, nos seus municípios, mesmo sendo pelo PFL, passam a apoiar os assentamentos”.

Sobre São Paulo

“A razão pela qual o eixo da discussão da Reforma Agrária se deslocou do Nordeste para o estado de São Paulo se deve, primeiro, ao fato de que o capitalismo, inclusive o agrário, está sediado em São Paulo. É por isso que o debate se travou aqui nos anos 50, em 64, e agora novamente. Há um estudo do Serpro que mostra onde moram os donos de terra. É um estudo clássico que mostra que os residentes em São Paulo, paulistas ou não, pessoas físicas ou jurídicas, além de terem 97% de todo o estado de São Paulo, têm 2,35 vezes a área de São Paulo, fora de São Paulo.

Então, esses senhores, inclusive os nossos amigos do Pontal, não estão defendendo os seus 10 ha ou os 200 ha que eles venderam para o cidadão de Campinas. Eles estão defendendo as terras que eles têm como reserva de valor no Pará, em Goiás, agora no Sul da Bahia, no Maranhão etc.”

Sobre o Faltado

BELISÁRIO

Nº Pista = 54.000

GRANDE N.º
REPARTIÇÃO
A PARTIR DE
CENTRO QUALQUER
ALTERNATIVAS
PRIVILEGIADA

Programa do PT 7 500 hz e não é possível
"REPARTIÇÃO"

Lei de Títulos e Direitos de Lei de Renda Agrária
ITISS na concessão de terrenos e governo brasileiro
(PFL)

JUSTIÇA e RA = CERRADO

Curso de Manutenção e Reparo = 810 / ANO

- RA é 1 período + exemplo
~~RA~~ O Estado não tem poder

- Colaboração de municípios

Três Cidades

GRUPO Especial Assistência
"GRUPO" : ARRABOIA
N.º 12
P.º 12
no Cerrado
N.º 12

Anotações de próprio punho do Dr. Gomes efetuadas durante a realização do Seminário ocorrido na véspera de seu falecimento, e que ficaram com o Guedes que também participou do debate.

Sobre o Pontal

“O segundo motivo que leva o deslocamento da questão agrária para o nosso Estado, é que o Pontal surpreende o Brasil inteiro ao mostrar que mesmo aqui, perto de três universidades, na área mais desenvolvida do país, onde se esperava que houvesse uma agricultura patronal capitalista, nós temos problemas como estes, descritos em duas teses feitas por professores da Unesp de Presidente Prudente.

Uma, é o fato do título original do Pontal, que foi um título paroquial, ter sido examinado por peritos grafológicos que concluíram que as três assinaturas no título tinham sido pelo mesmo punho. A assinatura do vendedor, a assinatura do comprador e a assinatura do padre. Esse é o início da história do Pontal.

Um segundo fato está ligado, saborosamente, à questão de formação de quadrilha, que levou à prisão do José Rainha e da Diolinda. Em um episódio posterior à falsificação desse título, foram os latifundiários do Pontal, eles sim, que formaram uma quadrilha. O juiz, o chefe do posto fiscal e o dono do cartório se mancomunaram, e os proprietários não pagaram impostos. Levaram as terras a hasta pública e aí, tal como a gente compra um litro de uísque na receita federal e leva um recibo, eles receberam um documento do Estado que diz que tinham arrematado em hasta pública as terras que já eram ocupadas por eles. Simplesmente armaram esse golpe.”

Sobre a Diferença de Tratamento do Judiciário

“Só para terminar, e contar algumas historinhas sobre o Pontal, é a questão da Diolinda, que ninguém mencionou aqui.

Eu, como não sou machista quero trazer esse conteúdo feminino aqui para o debate. A Diolinda foi presa na primeira vez e metida no Carandiru, a famosa prisão onde houve o massacre do nosso ex-governador Fleury. Na minha terra, Ribeirão Preto, houve um crime famoso, que uma grande fazendeira mandou matar o genro a machadadas. Não houve jeito de não condená-la. Mas o governador do Estado da época, que era o advogado da fazendeira, mandou construir o Presídio Tiradentes, especialmente para hospedar, por alguns dias, aquela senhora condenada.

É só para mostrar a diferença que existe na sociedade brasileira: prender Diolinda, junto com o filho, algemá-la e trazê-la para o Carandiru, e prender dona Iria, mandando construir um presídio especialmente para ela.”



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA

— ABRA —

24-XI-95

GUEDES - MAYA,

JUNTO com jogo de artigos

que escrevi nos últimos meses,

com a indicação dos DESTINATÁRIOS.

A Maya

9

Os artigos a seguir reproduzidos fazem parte de um lote de doze pequenos textos enviados à ABRA pelo Dr. Gomes, em 24/11/1995 para publicação em jornais; sendo que, ele havia escrito os mesmos durante os meses de outubro e novembro daquele ano. Estes aqui transcritos, não chegaram a ser publicados, portanto, são inéditos.

A Reforma Agrária pela Espada

José Gomes da Silva

Alguém já escreveu, com muita propriedade, que para um assunto ganhar importância, é preciso embrulhá-lo na bandeira nacional. É exatamente o que acontece hoje com a questão da reforma agrária que após as tentativas frustradas de Jango e Sarney, nunca chegou a ganhar foros de realidade.

Agora, contudo, a questão agrária se apresenta como uma questão de segurança nacional, tanto assim, que sua solução foi avocada pelo próprio Presidente da República e exaltada pelos círculos mais elevados da hierarquia militar.

A grande mestra, no caso, não é a economia, como pensam alguns e muito menos uma questão para sociólogos, em exercício ou não. É na História que se encontram as grandes lições sobre a questão da terra e nada mais oportuno do que tentar tirar proveito de suas experiências que estão a nossa disposição, sem nenhum custo adicional.

Neste contexto, cabe lembrar o papel que os militares de carreira têm desempenhado na realização de modificações fundiárias em seus países.

A tabela mostra apenas alguns exemplos concretos de reformas agrárias feitas por militares de carreira, não se mencionando, por motivos óbvios, as mudanças feitas nos países socialistas e as contribuições indiretas como as do General Marshall, na reforma italiana, ou a pressão militar norte-americana nas reformas do Vietnã e da Coréia do sul. Tampouco são incluídos na tabela, as mudanças fundiárias conduzidas por caudilhos ou líderes populares que passaram à história com postos na hierarquia castrense. Assim, não são mencionados, por exemplo, os nomes de Emiliano Zapata (pioneiro da reforma agrária mexicana) e o do comandante Fidel Castro de Cuba.

No caso brasileiro, sem qualquer saudosismo do período militar, mas entrando na História Contemporânea, as duas mais importantes ações em favor de uma modificação em profundidade da estrutura agrária brasileira, foram tomadas por generais: a Emenda Constitucional nº 10, permitindo o pagamento, em títulos da dívida pública das desapropriações por interesse social para fins de reforma agrária, e o decreto-lei 554, estabelecendo o rito sumário para aquelas desapropriações.

Algumas Realizações de Reformas Agrárias feitas por Militares de Carreira

PAÍS	FAMÍLIAS ASSENTADAS	SUPERFÍCIE DISTRIBUÍDA (Hectares)	INSPIRADOR, EXECUTOR OU PROMOTOR
México	691.960	19.551.414	Gal. Lazaro Cárdenas
	925.984	15.351.420	Generais Adolfo de la Huera, Álvaro Obregon, P. Elias Calles, Abelardo Rodrigues e Avila Camacho
Egito	256.670	308.670	Cel. Nasser
Japão	4.748.000	1.900.000	Gal. D. MacArthur
Formosa	554.833	-	Gal. Chen Cheng
Equador	35.000	500.000	Junta Militar
Peru	23.003	-	Gal. Juan Velascos Alvarado
Honduras	4.668	62.263	Gal. Oswaldo Lopez Arellano
Paraguai	45.853	1.762.882	Gal. A. Stroessner
Panamá	4.085	174.679	Gal. Torrijos

A primeira daquelas medidas foi promulgada por Castello Branco e a segunda, que o atual presidente do INCRA fala em restabelecer, foi editada por Costa e Silva.

Como se vê, e usando uma tipologia popular da época, tanto os militares da chamada "Sorbonne" - a corrente de Castello Branco - como os da tropa, de Costa e Silva, tomaram medidas ousadas, concretas e decisivas em favor da reforma agrária brasileira, revogadas, infelizmente, por seus sucessores, fardados ou não.

Oxalá agora, Fernando Henrique, filho e neto de generais, siga as tradições daquela categoria e faça de verdade uma reforma que irá colocar o Brasil ao lado das nações do primeiro mundo que já fizeram essa mudança em diferentes períodos de sua história.

Mais Empregos com a Reforma Agrária

José Gomes da Silva

Ao cobrar empenho de todo o ministério para a efetivação da reforma agrária, FHC declarou, através do seu porta-voz, que essa mudança “além da questão social destina-se a atenuar os efeitos da modernização da economia que tende a aumentar o desemprego industrial nas regiões metropolitanas”.

Esse importante papel da reforma agrária coloca a proposta na pauta dos interesses da população urbana, nem sempre consciente do significado que as mudanças no campo podem ter na vida das cidades.

No caso do emprego - uma das questões dramáticas na atual fase do processo de modernização porque passa a sociedade brasileira - o aumento de oportunidades na agricultura alivia enormemente a pressão por postos de trabalho nas fábricas e nos serviços. E mais, daria a oportunidade da volta ao campo para milhões de desempregados que vieram para as cidades e que manifestam ainda disposição para trabalhar na terra. A esse respeito, um levantamento feito entre a população de acampados mostrou a presença de numerosos operários urbanos que entraram também para o movimento dos sem-terra. Alguns deles mantêm um membro da família nos barracos para avisar os demais, que estão na cidade, no momento da chegada da terra prometida.

Essa situação nada tem de inusitado, já que boa parte dos desempregados da cidade têm origem rural e na atual situação de crise não titubeariam em voltar para a roça. O caminho de volta que é percorrido diariamente por milhares de migrantes desencantados com as luzes da cidade-grande, seria enormemente facilitado se houvesse, à sua espera, a terrinha com que tanto sonharam.

Há ainda a questão de custo do emprego. A tabela mostra que enquanto na indústria o investimento para a criação de um posto de trabalho varia de US\$ 14,200.00 (no setor de bens de consumo) até US\$ 140,500.00 (em bens de capital), na agricultura pode ser obtido com dispêndios entre 1,200.00 e 10,100.00, dependendo do nível da tecnologia da empregada.

Investimento Necessário para a Geração de um Emprego

SETOR	US\$1.000
INDÚSTRIA	
- bens de capital	140,5
- química/petroquímica e farmacêutica	126,6
- metalurgia	93,4
- bens de consumo	14,2
AGRICULTURA (1)	
- tecnologia baixa	1,2
- tecnologia média	4,4
- tecnologia alta	10,1

(1) Não inclui o preço da terra, tecnologia baixa = tração animal, capinas e colheita manuais; média = tração mista, colheita manual; alta = tração motomecanizada, capinas químicas e colheita mecânica.

Fonte dos dados básicos: Projetos aprovados pelo CDI (jan-maio, 85); COALBRA (1982), "Impacto do Setor Agrícola na Geração Global de Empregos da Economia Brasileira". Cit. de Graziano da Silva, J., 1985.

Esses dados são confirmados por projetos recentes de novas fábricas paulistas onde o custo de um emprego tem chegado a US\$1,100,000.00 na indústria química e entre 166,000.00 e 333,000.00 no setor automobilístico.

Em contrapartida, o assentamento de uma família em projetos de reforma agrária pode ser conseguido com apenas US\$ 16,000.00 e até menos, dependendo dos critérios de apropriação de custos.

Considerando-se que na família rural costumam existir, em média, dois trabalhadores, será possível gerar postos de trabalho, aos milhões, com apenas investimentos da ordem de oito mil dólares por emprego.

Para isso, segundo o presidente, a decisão política já foi tomada, dinheiro não é problema e um jovem está à frente do INCRA. Torçamos para, desta vez, acabe dando certo e não surjam os percalços que já derrotaram, pelo menos, três presidentes.

Reforma Agrária: quantos serão desapropriados?

José Gomes da Silva

Os recentes acontecimentos relativos à questão agrária brasileira - o Presidente avocando o problema e os militares pedindo a agilização da reforma agrária - mostram a oportunidade de verificar quantos proprietários de terra serão atingidos, caso o governo leve adiante, de fato, a idéia de mudar a atual estrutura de posse e uso da terra.

O exercício foi efetuado a partir da atual legislação que regulamenta as desapropriações por interesse social para fins de reforma agrária, tomando os dados das Estatísticas Cadastrais do INCRA relativas a 1992 e divulgadas ano passado.

A tabela resultante da simulação mostra algumas novidades: em primeiro lugar surpreende o reduzido número de proprietários de imóveis rurais a serem eventualmente afetados, menos de 3% de um universo de mais de 3,5 milhões de pessoas. Esse número (57.188 donos-de-terra) constituirá pois o público-alvo que o atual presidente do INCRA chama de especuladores e que, na sua retórica, não serão poupados na sua administração. Tem razão o jovem, executivo. A sociedade brasileira sonha há séculos com uma reforma que venha corrigir a herança das Capitanias Hereditárias, das Sesmarias, da Lei de Terras de 1850 e da "propriedade produtiva" da Constituição de 1988. Está, pois, em suas mãos realizar essa façanha.

Outro destaque é a imensa área que o Poder Público (quero referir-me também ao Judiciário) tem à sua disposição para realizar a reforma. São mais de 115 milhões de hectares, ou seja, quase cinco vezes a área do Estado de São Paulo e 3,4 vezes a superfície da Itália.

É claro que nem todas essas "propriedades improdutivas" se prestam para uso agrícola, mas se tomarmos a média de 43% de terras aproveitáveis estimada para o Brasil como um todo, ainda sobrarão quase 50 milhões de hectares para abrigar assentamentos de quase dois milhões de famílias sem-terra em módulos de 30 hectares. Esse contingente equivale a 6,78 vezes a meta de 280.000 famílias programada para o quadriênio do atual governo.

Áreas e Proprietários Rurais Atingidos pela Reforma Agrária
(Simulação com base na lei 8.624 de 25.02.1993 e
nas Estatísticas Cadastrais de 1992)

ÁREA (ha)	PROPRIETÁRIOS (1) Nº	PROPRIETÁRIOS (1) %
115.054.000 (2)	57.188	2,82

1) Admitindo a média de 1,5 imóveis rurais por proprietário.

2) Imóveis Rurais Improdutivos acima de 15 módulos fiscais (área da propriedade considerada "grande").

Essas cifras mostram claramente que na atual situação de penúria de recursos, a terra é uma das poucas coisas que o Brasil ainda tem para redistribuir. Com a palavra pois, FHC e sua nova equipe.

De Novo o Imposto Territorial Rural (ITR)

José Gomes da Silva

Como tudo que é ligado à questão agrária, o ITR tem sido também objeto de diversas controvérsias: qual é a sua função, quem deve cobrá-lo? Progressivo ou não?

Inicialmente, é preciso lembrar que esse tributo criado pela Constituição Federal de 1934 foi incorporado ao Estatuto da Terra (lei federal nº 4.504 de 30 de novembro de 1964) como um instrumento auxiliar de política fundiária. Sua finalidade, na sistemática desse diploma legal, seria a de pressionar o latifúndio, rebaixar o preço da terra agrícola mantida como reserva de valor e aumentar a oferta de terras para o mercado, dentro do modo capitalista de produção. Jamais os formuladores do Estatuto pensaram que o ITR pudesse substituir a desapropriação por interesse social como instrumento de redistribuição fundiária. Tanto assim que o ITR foi colocado no Título III - Política de Desenvolvimento Rural e não no Título II - Da Reforma Agrária. Ademais, percorrendo os exemplos de outros países que haviam realizado reformas agrárias bem sucedidas - e aqueles especialistas faziam isso com frequência - não se encontrava na literatura nenhum caso em que mudanças fundiárias tivessem sido alcançadas através de mecanismos fiscais.

Não obstante, muitos - inclusive os editoriais desta FOLHA - perfilam a tese fiscalista como um possível substitutivo do assentamento realizado depois das desapropriações, um processo quase sempre difícil e geralmente traumático.

Existem numerosos argumentos para se contrapor a essa tese, mas um deles é conclusivo: mesmo num mercado em que o preço da terra não fosse afetado pela especulação (como ainda é o caso do Brasil, mesmo nesta quadra de crise em que os ativos fundiários também estão perdendo valor), o latifúndio que fosse vendido ou subdividido pela pressão do ITR, no sistema convencional de compra e venda, iria, fatalmente, passar às mãos de alguém que já estivesse em condições de aportar algum capital. Mais provavelmente, para algum fazendeiro ou investidor já proprietário, interessado em aumentar os seus domínios, já que possuir mais terras é uma vocação irresistível das pessoas do ramo.

Como se sabe, reforma agrária, por definição, é um processo de redistribuição de direitos sobre a propriedade de terras agrícolas, visando a criação, em massa, de novos proprietários, e o expediente mencionado não iria

nunca atingir esse objetivo. Registre-se que com toda a lentidão e a precariedade do atual processo de redistribuição de terras, desde a promulgação do Estatuto da Terra, mais de 200 mil famílias foram assentadas, beneficiando cerca de 1 milhão de pessoas, contingente bastante significativo, muito dificilmente alcançado por um processo que não tivesse a marca da massividade, como é o caso da reforma.

Algumas Correções Necessárias

A declaração do novo presidente do INCRA de que “a propriedade improdutiva deve ser escandalosamente taxada” (ver também editorial desta FOLHA de 24 de outubro, p. 1-2), mostra que as atuais alíquotas e critérios de lançamento e arrecadação do ITR não funcionam. Os motivos são óbvios: nunca se implementou uma política agrária eficiente e os administradores tem sido generosos com os sonegadores.

Três medidas simples poderiam colocar o ITR no seu verdadeiro papel de instrumento auxiliar de política fundiária: aplicação do art. 49 do Estatuto que em seu inciso V manda levar em conta, para efeito de progressividade, a área de todos os imóveis rurais de um mesmo proprietário, em todo o país; o cruzamento das declarações de ITR com as do Imposto de Renda; e a manutenção do lançamento do tributo com a União (como acontece atualmente), menos afetada pelo poder dos donos-de-terra locais e a transferência da arrecadação e de toda a receita para os municípios, estes sim, ágeis e sedentos cobradores de impostos e necessitados de recursos, mesmo os quantitativos modestos que podem ser propiciados pelo ITR.

Assim, o ITR estaria ajudando as desapropriações (em lugar de pretender substituí-la), já que ocasionaria, fatalmente, um rebaixamento no preço das terras, hoje, (mesmo com as recentes desvalorizações), exageradamente elevadas para um país com mais de 850 milhões de hectares, dos quais quase a metade se presta para uso agrícola.

Tudo isso, é claro, sem afetar o princípio constitucional que a terra que está cumprindo a sua função social não pode e não deve ser penalizada. Sobretudo com mais impostos.

Reforma Agrária e Decisão Política

José Gomes da Silva

Em toda aula inicial de cursinho de Reforma Agrária, aprende-se que uma mudança estrutural dessa magnitude não pode ser realizada sem a indispensável e prévia decisão política.

Nosso presidente, professor emérito, se nunca teve oportunidade de ensinar isso, deve todavia concordar com a premissa, tanto assim que anunciou em São Paulo, tratando do assunto, que “o que vale é a vontade política do governo”. A afirmação tem sido repetida pelo novo presidente do INCRA, porta-voz autorizado de FHC, que, em linguagem mais simples, afirma que “a reforma agrária é uma prioridade ‘pra valer’”.

Qualquer especialista que acompanhe a questão, desde a época das reformas de base, em 1963, pode dizer com ceticismo, que já ouviu as mesmas frases de Jango, Castello, Sarney e subordinados respectivos.

Desconfianças à parte, acreditamos - uma vez mais - que se deva dar um crédito de confiança ao atual governo. Em primeiro lugar, como dizia o próprio Lula, Fernando Henrique não é Collor”, ao que eu acrescento “Graziano não é Brazílio”. Digo porque.

Um dos momentos decisivos do debate da questão agrária dos anos recentes aconteceu durante a histórica sessão da Constituinte de 1988 quando apareceu o único “buraco negro” (impasse não regimental) nos diversos meses que a nova Carta consumiu. Tratava-se de decidir sobre a crucial questão da “propriedade produtiva”, a curiosa figura que os conservadores propunham para substituir o latifúndio tipificado pelo Estatuto da Terra. Para encaminhar a votação decisiva, o líder Mário Covas designou o então senador Fernando Henrique Cardoso para encaminhar a votação da proposta que derrubava aquele obstáculo legal para a concretização da reforma. E do lado oposto, defendendo a posição do chamado Centrão, atuava o também senador Jarbas Passarinho.

A luta de gigantes, que se travou, na oratória e no manejo legislativo, constituiu um dos momentos marcantes da última Constituinte e selou um compromisso do senador paulista com a reforma agrária, que certamente seria resgatado em qualquer oportunidade que viesse a se apresentar. Que melhor ocasião senão esta em que o professor progressista, o senador da reforma e o tomador de decisão estão juntos na mesma pessoa de presidente da República?

Alguém já disse que um político, realmente estadista, depois de chegar à presidência, começa a preocupar-se com a imagem com que passará para a história. Essa a explicação que ouvi a respeito da decisão de Castello Branco, no bojo de um governo conservador, haver mudado a Constituição em nove artigos para permitir o pagamento das indenizações em títulos da dívida pública, editar o Estatuto da Terra e abrir caminho para a reforma agrária. Isso tudo contrariando amigos, correligionários e até participantes ativos do movimento militar que o levou ao poder e que teve na reforma agrária, como se sabe, uma das principais motivações.

Acontece que decisão política não significa apenas fazer declarações públicas e anunciar planos e metas. Decisão política, no nível presidencial, implica em acompanhamento constante, cobrança de providências, vigilância sobre subordinados menos convictos, liberação de recursos, empenho pessoal. Se Kennedy tivesse simplesmente anunciado o Projeto Apolo, sem acionar constantemente o pessoal do Cabo Canaveral, o homem jamais teria chegado à lua. Da mesma forma, se Gorbachev não fosse até às fábricas, nunca teria implementado a perestróika e o muro ainda estaria por lá.

No nosso caso, os dias conturbados que se seguiram à promulgação do Estatuto da Terra (30 novembro de 1964), não permitiram a Castello passar a história como o general da reforma, tais como seus colegas Mac Arthur, Nasser e Chen Cheng.

FHC contudo, não tem duros no seu encaço, conta no caso da reforma com amplo apoio popular e militar, e está a braços com um problema cuja solução não pode mais ser adiada.

Ah! Mas e o PFL?

Aqui já é uma outra estória que deixaremos para uma próxima oportunidade.

José Gomes da Silva



ORIENTAÇÕES PARA OS NOSSOS COLABORADORES:

REFORMA AGRÁRIA, é uma revista quadrimestral editada pela ABRA, que se destina a divulgar e discutir a questão agrária nacional e internacional.

Não estando ligada a nenhuma linha acadêmica ou político-partidária em particular, suas páginas estão abertas a todos que queiram colaborar. O critério básico que permeia a publicação de matérias é a observância dos princípios gerais da entidade. As colaborações para a revista podem ser remetidas sob a forma de artigos e resenhas bibliográficas.

Os editores através do Conselho Editorial da revista, reservam-se ao direito de selecionar o material recebido, sugerir eventuais modificações de forma, objetivando adequá-los às dimensões da revista e ao seu padrão editorial, publicando-o ou não, de acordo com a programação anual estabelecida. Os originais, uma vez remetidos à revista, serão considerados autorizados para publicação, sob inteira responsabilidade de seus autores.

As colaborações devem representar trabalhos originais e de preferência inéditos, aceitando-se traduções de artigos publicados recentemente no exterior. As análises deverão versar sobre assuntos de interesse e de atualidade nas áreas cobertas pela revista (ensaios e debates, estatísticas e indicadores, documentos e direito agrário). As resenhas bibliográficas devem referir-se a obras de recente publicação no Brasil e no estrangeiro.

O limite máximo dos artigos é de 20 páginas de 40 linhas e 70 toques, incluindo as notas e referências. As resenhas bibliográficas não deverão exceder a 3 páginas. Preferencialmente o envio deve ser feito através de disquete em padrão IBM-PC, compatível com o ambiente Windows.

O texto deverá vir acompanhado da qualificação do autor e endereço completo (inclusive telefone) para contatos.

Gráficos, tabelas quadros e mapas deverão ser limitados ao espaço da revista, sendo numerados e titulados, devendo ser remetidos com indicação da fonte e data. Quando inevitáveis devem vir na forma original, pois a nitidez é requisito indispensável.

As siglas deverão ser precedidas de sua forma por extenso na primeira vez que aparecem no texto. As notas explicativas e referências bibliográficas devem se restringir ao mínimo necessário, sendo colocadas ao final do texto. A referência completa deverá ser apresentada em ordem alfabética, com indicação do autor, título, número da edição, local de publicação, editora, ano da publicação, número de páginas ou de volumes (havendo mais de um).

À colaboração enviada será acusado o recebimento e posteriormente indicadas as possibilidades de seu aproveitamento. Ao autor serão destinados cinco exemplares da revista em cujo número a colaboração for publicada.

REFORMA AGRÁRIA

ÚLTIMOS LANÇAMENTOS

1993

MAI/AGO - VOL. 23, Nº 2

PROGRAMA AGRÁRIO EM DEBATE

SET/DEZ - VOL. 23, Nº 3

A QUESTÃO AGRÁRIA EXTRAPOLA FRONTEIRAS

1994

JAN/ABR - VOL. 24, Nº 1

SINDICALISMO RURAL

MAI/AGO - VOL. 24, Nº 2

PROGRAMAS PARTIDÁRIOS

SET/DEZ - VOL. 24, Nº 3

POLÍTICAS PÚBLICAS

1995

JAN/ABR - VOL. 25, Nº 1

ESTATUTO DA TERRA: 30 ANOS

MAI/DEZ - VOL. 25, Nºs 2 e 3

AGRICULTURA FAMILIAR

CONHEÇA E ASSINE

Faça seu pedido à ABRA

REFORMA AGRÁRIA

Magazine of the Brazilian Association for Land Reform

APPLICATION FORM

Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) was created in 1967 and from the institutional point of view it is a civil association (non-governmental organization), representative of all professionals connected with agrarian problems. It is a modest, non-profit institution, supported by donatives coming from private sources and volunteer work. Therefore, its activities as a non-governmental organization are always related with its main purpose which is "helping the promotion of the realization of land reform in Brazil" and to make a fight for the improvement of life and work condition of the poor rural people in Brazil. The magazine "REFORMA AGRÁRIA" has been published since 1971, grouped in 26 volumes. It is the single regular publication about agrarian subjects published in Portuguese.

ANNUAL PRICE OF SUBSCRIPTION:

(3 issues per year)

Individual US\$ 40.00
 Institutions US\$ 60.00

NAME: _____

INSTITUTION: _____

ADDRESS: _____

CITY: _____ STATE/PROVINCE: _____

COUNTRY: _____ POSTAL CODE: _____

PHONE: _____ POSITION: _____

The total amount of my order is US\$ _____ My check number _____ is a
enclosed (make check payable to Associação Brasileira de Reforma Agrária).

DATE: / /

SIGNATURE: _____

Please include payment with application form and send to:

ABRA - SUBSCRIPTION SERVICES
Rua Barata Ribeiro.530 - cj. 81 - Jd. Guanabara - P.O. Box 1396
Phone / Fac-simile (0055) 019 232-7180
Campinas - São Paulo - Brasil - CEP 13023-902

REVISTA REFORMA AGRÁRIA

Publicação Quadrimestral da ABRA

SOLICITAÇÃO DE ASSINATURA

VALOR DA ASSINATURA ANUAL:

- () Individual R\$ 30,00
() Instituição ou de Apoio R\$ 40,00

Nome: _____

Receptor (em caso de instituição): _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Fone: _____

Fax: _____ Profissão: _____

MODALIDADE DE PAGAMENTO:

- () Cheque Nominal à ABRA () Vale Postal

Data: / / Assinatura: _____

Remeter ficha preenchida juntamente com o cheque para:

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária
Departamento de Assinaturas
Rua Barata Ribeiro, 530 - cj. 81 - Jd. Guanabara
Caixa Postal 1396
Campinas, SP, Brasil
CEP 13023-902
Fone / Fax: (019) 232-7081

COMUNIQUE SUA MUDANÇA DE ENDEREÇO

ABRA

A Associação Brasileira de Reforma Agrária é uma entidade civil, não governamental, sem fins lucrativos, organizada para ajudar a promover a realização do processo agro-reformista no Brasil, bem como contribuir para incrementar o padrão de vida da população rural, melhorando a produção, a distribuição dos alimentos e produtos agrícolas, aumentando as possibilidades de emprego, contendo a deterioração ambiental e assegurando o respeito aos direitos fundamentais do homem.

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Luis Carlos Guedes Pinto

Vice-Presidente

Mayla Yara Porto

Diretores

Sonia H. N. Guimarães Moraes

CONSELHO DELIBERATIVO

Titulares

Avelino Ganzer
Fábio Feldmann
Fco. Urbano de A. Filho
Herbert de Souza
João Pedro Stédile
José Eli S. da Veiga
José Gomes da Silva
(in memorian)
Plínio Arruda Sampaio
Raymundo Laranjeira
Roberto A. O. Santos

Suplentes

Bernardo Lorena
Claus M. Germer
Clodomir Moraes
Edécio V. Oliveira
Ezequiel Pinto Dias
D. José M. Pires
Juvenal Boller Filho
Luci Choinacki
Moacir Palmeira

* * *

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA - ABRA

Rua Barata Ribeiro, 530 - cj. 81 - Jd. Guanabara
Caixa Postal 1396 - Campinas - São Paulo - Brasil
CEP 13023-902
Fone/Fax (019) 232-7081

REVISTA REFORMA AGRÁRIA

ISSN 0102 - 1184

Publicação quadrimestral da ABRA

CONSELHO EDITORIAL

A. Oswaldo Sevá Filho
Abdias V. de Carvalho
Angela A. Kageyama
Bastiaan P. Reydon
Jean Hébette
José Graziano da Silva
J. Juliano Carvalho Filho
Leonilde Sérvolo de Medeiros
Luis Carlos Guedes Pinto
Luis Edson Fachin
Maria Orlanda Pinassi
Paulo H. B. de Oliveira Jr.
Rodolfo Hoffmann
Sonia H. N. G. Moraes
Sônia M. P. P. Bergamasco
Vera L. Botta Ferrante

REDAÇÃO

Editora: Mayla Yara Porto

Depto. de Assinaturas: Lúcia P. Seixas

Digitação: Lorici Gerevini

Capa: Moema Cavalcanti

Jornalista Responsável: Marisa Wildner
MTB - 19.556

Composição e Diagramação: Abra / myp

É livre a transcrição de matéria original publicada nesta revista, desde que citada a fonte. A ABRA não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados. Registro e Publicação na Divisão de Censura de Diversões Públicas do Depto. de Polícia Federal, sob nº 1.304 - p. 209/73 em 24/09/74. Registrada sob nº 109 no 1º Cartório de Imóveis e Anexos de Campinas, SP.

Impressão:

